

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENATA MARIA RIBEIRO

SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO – PROPOSIÇÃO DE UMA
FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO E TERRITORIAL COM FOCO EM
GUARATUBA - PR

CURITIBA
2011

RENATA MARIA RIBEIRO

**SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO – PROPOSIÇÃO DE UMA
FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO E TERRITORIAL COM FOCO
EM GUARATUBA - PR**

Tese apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Geografia, Setor de Ciências
da Terra, Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção e
Transformação do Espaço Urbano-Regional

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio
Tarlombani da Silveira

CURITIBA
2011



ATA DE DEFESA DE TESE
DE DOUTORADO

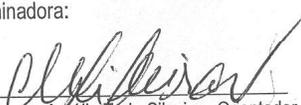
Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e onze, na sala PH05, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Tese de Doutorado do (a) aluno (a) RENATA MARIA RIBEIRO intitulada "SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO – PROPOSIÇÃO DE UMA FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO E TERRITORIAL COM FOCO EM GUARATUBA - PR", que obteve como resultado final:

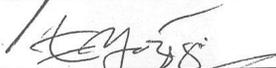
APROVADA

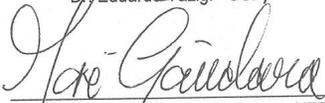
(RES. 65/09 CEPE art. 69 "Os examinadores avaliarão a dissertação considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou não aprovação, do trabalho de conclusão do aluno".

Normas Internas do Curso, art. 22: "Tendo em vista a qualidade da Dissertação e da Defesa, a banca poderá atribuir as menções LOUVOR (excelência) e/ou DISTINÇÃO (originalidade)".

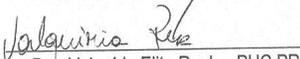
Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Dr. Marcos Aurélio T. da Silveira - Orientador


Dr. Eduardo Yazigi - USP


Dr. José Manoel Gonçalves Gândara - UFPR


Dr. Tony Vinicius Moreira Sampaio - UFPR


Dra. Valquíria Elita Renk - PUC PR

Aos meus anjos Ana Clara e Eduardo
por me ensinarem o amor incondicional

Agradecimentos

Ao Ser Maior, em todas as religiões, pela vida e pela felicidade compartilhada.

À Adair e Salviano, pelos primeiros passos.

A Antonio pelo companheirismo e amor.

À minha Família amada, pelo apoio e incentivo

Ao Professor Marcos Aurélio, pelo apoio, orientação e incentivo ao término deste trabalho.

Aos Mestres de jornada que iluminaram os caminhos de meus estudos.

Aos Professores , Eduardo Yazigi, Valquiria Elita Renk, José Manoela Gandara, e Tony Vinicius Sampaio por participarem da construção desse trabalho

Ao Diretor de Turismo de Guaratuba Sr. Mario José Natalino por sua colaboração e informações

À minhas amigas de jornada, Margarete, Silvana, Raquel e Fabíola.

Ao Zem, nosso tão competente Secretário.

Lutemos por um mundo novo...
um mundo bom que a todos assegure
o ensejo de trabalho,
que dê futuro a mocidade e
segurança à velhice.

Charles Chaplin

RESUMO

Os conceitos teóricos são considerados nesse trabalho como o suporte ao estudo focado no município de Guaratuba – PR. A interação entre ordenamento territorial, planejamento e turismo, definitivamente se integram nesse trabalho, sendo o suporte para um novo olhar à organização da atividade. A revisão do referencial teórico sobre o Ordenamento Territorial e Turismo, bem como a utilização das categorias do espaço sob a luz da geografia, do espaço turístico, e da compilação de informações em torno da teoria do sistema turístico, foi parte de um escopo conceitual na definição do turismo como um sistema, o que garante a viabilidade de um novo modelo de planejamento denominado SISPLANTUR – Sistema de Planejamento do Turismo. A organização formal do setor turístico no Brasil a partir das políticas de planejamento em uma estrutura verticalizada e os reflexos em Guaratuba –Pr, compuseram o trabalho. A revisão do processo de planejamento em uma leitura do território, e da espacialização do turismo, compõe uma nova visão deste, a partir de que já foi construído. Aliada a essa conceituação pode-se observar nesse trabalho uma compilação de estudos e pesquisas em que o autor aproxima o Planejamento do Turismo em um olhar atual, entrelaçando-o às legislações pertinentes ao tema e aos recortes da atual política de turismo. Ilustrando os avanços do setor na busca do conhecimento da realidade e de alternativas para um novo modelo de planejamento do turismo em um cenário prospectivo e eficaz, incluindo definitivamente o território na temática, em virtude da dinâmica do setor e da necessidade de modernização de técnicas e novos procedimentos no auxílio ao desenvolvimento dessa importante atividade no contexto nacional. Nessa perspectiva, o trabalho busca o Sistema de Informação Geográfica como uma ferramenta para vislumbrar o planejamento do turismo num olhar focado no século XXI. O cenário da pesquisa se desenvolveu no município de Guaratuba – Pr, como uma possibilidade de visualização das ações de planejamento do turismo e dos preceitos legais existentes e desenvolvidos afim de consolidar a atividade como setor produtivo no litoral paranaense já que as estratégias de planejamento numa visão sistêmica, apesar de imprescindíveis, satisfazem parcialmente as prerrogativas do desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Planejamento, Turismo, Guaratuba – Pr, Sistema de Informação Geográfica.

ABSTRACT

The theoretical concepts are considered in this work as the support of the study focused in the city of Guaratuba – PR. The interaction among territorial planning, planning and tourism, definitely integrate themselves in this work, being a support for a new look of the activity organization. The summary of the theoretical referential concerning Territorial Planning and Tourism, as well as the use of space categories related to Geography, tourism space, and the compilation of information about the touristic system theory, was part of a conceptual scope in the definition of tourism as a system, which guarantees the viability of a new planning model called SISPLANTUR – (System of Touristic Planning, in Portuguese). The formal organization of the touristic sector in Brazil from the planning politics in a verticalized structure and the reflexes upon Guaratuba – PR, composed this work. The summary of the planning process in a territory reading, and tourism specialization, compose a new vision, from what has already been built. Allied to this conceptualization it's possible to observe in this work a compilation of studies and researches in which the author approaches Planning with Tourism in a modern view, connecting it to the pertinent legislations of the theme and the actual touristic politics in Brazil. Enlightening the advances of the sector in a search of the reality knowledge and alternatives for a new tourism planning model in a prospective and efficient scenario, including definitely the territory in the theme work, due to the dynamics of the sector and the need of technique modernization and new procedures in the assistance of the development of this important activity in a national context. From this perspective, this work uses the Geographic Information System as a tool to perceive the touristic planning in a view focused in the 21st Century. The research scenario was developed in the city of Guaratuba – PR, as a possibility of visualization of touristic planning actions and the legal precepts existent and developed in order to consolidate the activity as a productive sector in the Paraná coast since the strategies of planning in a systemic view, despite of vital, fulfill not completely the prerogatives of the tourism development.

Key-words: Plannig, Tourism, Guaratuba – PR, Geographic Information System.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

TABELA 1 -	CAPACIDADES DO GIS E APLICAÇÕES AO TURISMO	50
TABELA 2 -	POPULAÇÃO RESIDENTE	112
GRÁFICO 1 -	POPULAÇÃO GUARATUBA	113
TABELA 3 -	DOMICÍLIOS EM GUARATUBA	113
TABELA 4 -	RESIDÊNCIA E SEXO DOS VISITANTES	116
TABELA 5 -	FREQUÊNCIA DA VISITA E MODO DE VIAJAR	118
TABELA 6 -	TRANSPORTE E HOSPEDAGEM	119
TABELA 7 -	MÉDIA DE RENDA	120
TABELA 8 -	INFRA - ESTRUTURA DE SERVIÇOS	121
TABELA 9 -	DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO	122
TABELA 10 -	LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES DE ATRATIVOS EM GUARATUBA	131
TABELA 11 -	LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES DE ATRATIVOS EM GUARATUBA	132

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	SISTEMA SEGUNDO CHADWICK	62
FIGURA 2 -	SISTEMAS DE BOULLÓN	67
FIGURA 3 -	SISTEMAS DE BENI	68
FIGURA 4 -	MODELO DE MARIOT (1969)	72
FIGURA 5 -	MODELO DE CAMPBELL (1967)	73
FIGURA 6 -	MODELO DE PEARCE (1968)	73
FIGURA 7 -	MODELO DE BRITTON (1980)	74
FIGURA 8 -	MODELO DE BUTLER (1980)	75
FIGURA 9 -	MODELO DE MIOSSEC (1976)	76
FIGURA 10 -	MODELO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	84
FIGURA 11 -	FORMAS DE DIREITO	86
FIGURA 12 -	REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ	106
FIGURA 13 -	LOCALIZAÇÃO DE GUARATUBA NO BRASIL E NO PARANÁ	114
FIGURA 14 -	MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ	115
FIGURA 15 -	ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	128
FIGURA 16 -	SAMBAQUIS	129
FIGURA 17 -	SAÚDE EM GUARATUBA	134
FIGURA 18 -	SISTEMA VIÁRIO	136
FIGURA 19 -	ZONEAMENTO DA ÁREA URBANA DE GUARATUBA	140
FIGURA 20 -	PROJEÇÃO DE CENÁRIO PRAINHA (TRECHO 1)	142
FIGURA 21 -	PROJEÇÃO DE CENÁRIO PRAIA BRAVA (TRECHO 4)	142
FIGURA 22 -	INVTUR DE GUARATUBA (2008)	145
FIGURA 23 -	MODELO DE BANCO DE DADOS PARA O TURISMO	153

FIGURA 24 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - A	160
FIGURA 25-	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA -A	161
FIGURA 26 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - B	163
FIGURA 27 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - B	164
FIGURA 28 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C	166
FIGURA 29 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C	167
FIGURA 30 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C	168
FIGURA 31 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C	169
FIGURA 32 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C	170
FIGURA 33 -	CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C	171

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO	17
QUADRO 2 -	GRUPOS QUE PARTICIPAM DO SETOR TURÍSTICO	28
QUADRO 3 -	ÁREAS RELACIONADAS AO TURISMO	29
QUADRO 4 -	ASPECTOS POSITIVOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA	29
QUADRO 5 -	TIPOS DE TURISMO	31
QUADRO 6 -	TIPOS DE SISTEMAS	42
QUADRO 7 -	DIAGRAMA <i>Inputs e Outputs</i>	44
QUADRO 8 -	MAPAS TEMÁTICOS	47
QUADRO 9 -	TIPOS DE ESPAÇO	57
QUADRO 10 -	COMPONENTES DO ESPAÇO TURÍSTICO	58
QUADRO 11 -	COMPONENTES E SUBSISTEMAS DO TURISMO	66
QUADRO 12 -	CRITÉRIOS DO PLANEJAMENTO	82
QUADRO 13 -	DOCUMENTOS PARA A GESTÃO PÚBLICA	87
QUADRO 14 -	CAPÍTULO III DO ESTATUTO DA CIDADE	89
QUADRO 15 -	PLANO DIRETOR	89
QUADRO 16 -	INSTRUMENTOS LEGAIS ÀS POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO	92
QUADRO 17 -	ÁREAS DE AÇÃO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL	96
QUADRO 18 -	COMPARATIVO SERVIÇOS DE SAÚDE	133
QUADRO 19 -	CENÁRIO DAS UNIDADES DE PAISAGEM	143
QUADRO 20 -	DESCRIPTIVO DA FIGURA 27 – INVTUR DE GUARATUBA (2008)	146
QUADRO 21 -	ITENS DO INVTUR NÃO PREENCHIDOS	146
QUADRO 22 -	INDICADORES DE INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO SISPLANTUR	151
QUADRO 23 -	FLUXOGRAMA DA 1ª FASE DE DESENVOLVIMENTO DO SISPLANTUR	155
QUADRO 24 -	MODELO DO SISPLANTUR	156

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	
2	APOIO METODOLOGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	10
3	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E TURISMO: ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA	14
3.1	Território e Ordenamento Territorial: aporte teórico	15
3.2	Conceitos de Turismo: uma visão global	24
3.3	Turismo, Território e desenvolvimento regional: integração por um novo ordenamento	33
3.4	Sistemas e Geoprocessamento: bases para o planejamento do turismo	41
4	TEORIAS DE SUPORTE AO TURISMO: UMA REVISÃO	54
4.1	Teoria do Espaço Turístico e ordenamento territorial	55
4.2	Teoria do Sistema e do Sistema Turístico: um relato	60
4.3	Modelos de turismo: uma visão no território	71
5	O PLANEJAMENTO DO TURISMO: UM BREVE RELATO	77
5.1	Turismo e planejamento	78
5.2	Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Agenda 21 para o turismo - suporte legal para o planejamento e a gestão do turismo.	86
5.3	A política de planejamento do turismo no Brasil e no Paraná: municipalização e regionalização da atividade	97
6.	O TURISMO E O PLANEJAMENTO EM GUARATUBA – PR: OBJETO DE ESTUDO PARA UMA NOVA PROPOSTA	111
6.1	Guaratuba: Formação e Organização Territorial e Crescimento	112
6.2	Recursos e Atrativos Turísticos; uma breve discussão	123
6.2.1	Plano Diretor de Guaratuba 2002	127
6.2.2	Plano Diretor de Guaratuba 2004	135
6.2.3	Plano de Intervenção na Orla Marítima e Estuária de Guaratuba	148
6.2.4	O Inventário Turístico de Guaratuba - INVTUR	144

6.3	Sistema de Planejamento do Turismo – SISPLANTUR: Uma ferramenta para o planejamento turístico territorial de Guaratuba	152
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
8	REFERÊNCIAS	185

INTRODUÇÃO

O turismo fundamentalmente está relacionado ao deslocamento de pessoas nos espaços urbanos, rurais e naturais. Por essa realidade, é evidente a transformação provocada por essa atividade nesses espaços, a partir do fluxo de turistas e das necessidades geradas e relativas ao atendimento aos visitantes, notadamente em infra-estrutura e serviços, os quais podem promover profundas alterações de ordem social, econômica, cultural e ambiental nos núcleos receptores.

O turismo vem sendo tema de pesquisas e estudos, baseados em teorias, pressupostos e modelos de diversas ciências, destacando-se nesse trabalho, a geografia – (ciência responsável pelo estudo do espaço, do território e do uso desses pelo homem) e a administração – (ciência responsável pelo estudo do planejamento, gestão e controle) que podem explicar parcialmente o fenômeno turístico.

A interação das ciências tradicionais ao turismo instiga e dá suporte a estudos permanentes de processos de planejamento e gestão que interferem diretamente no funcionamento positivo ou das conseqüências negativas que o turismo causa às comunidades receptoras e aos seus territórios, espaços, lugares.

A relação direta entre núcleos emissores e receptores, a modificação no comportamento das populações envolvidas referente à temática do turismo é pesquisada em conjunto com outros indicadores que definem e orientam parâmetros para adoção de novos modelos de planejamento e gestão, calcados no avanço de novas abordagens teóricas e políticas de desenvolvimento.

De acordo com as formas de estudo do turismo, observa-se as prerrogativas legais que devem ser consideradas ao estabelecimento de normas a serem seguidas para a condução ordenada das cidades; e, nesse estudo, pretendeu-se abordar a atividade turística, aliada ao seu comportamento de ocupação e ordenamento do território, das legislações vigentes no Brasil que devem dar suporte aos municípios turísticos na organização da atividade.

Esse estudo pode proporcionar à projeção de uma nova prática à organização municipal, em que, as políticas, os planos, programas e projetos estejam

em concordância com as estratégias de desenvolvimento municipal, sempre amparadas na legislação.

Deste modo considera-se que,

o planejamento e a organização do turismo no território brasileiro podem ser considerados como formas mais adequadas para se concentrar esforços mercadológicos, orientar investimentos, aplicar recursos financeiros e ordenar as suas ofertas turísticas. (BAHL, 2004, p. 25)

Parte-se do pressuposto que, a orientação ao desenvolvimento municipal e regional deverá estar situada sob aspectos da aplicação técnica do planejamento e do ordenamento territorial, sempre vinculado à organização de ações integradas para a cidade, e também de acordo com os mecanismos legais que orientam, e permitem a progressão positiva das atividades que dão suporte à sociedade, refletindo diretamente na continuidade dos projetos de base local.

Na ordem de importância, o planejamento municipal pode e deve beneficiar também o planejamento do turismo em cidades com esse potencial, pois esse depende de ações dos vários setores da máquina pública para se desenvolver de modo satisfatório.

Entende-se, portanto, a responsabilidade de gestores na inclusão de uma visão integrada do município, sendo primordial o planejamento em diversas áreas em uma convergência delineada para a principal potencialidade existente, seja a indústria, a agricultura ou em destaque nesse trabalho, o turismo.

A partir dessa visão, tem-se a intenção de estimular a discussão e a pesquisa sobre o planejamento voltado aos municípios considerando legislações, planos e programas na instância estadual e federal e sua contribuição para a formulação de uma gestão verticalizada (em resposta aos pressupostos da nacionalidade), e horizontalizada – em respeito às particularidades, realidades e anseios da população local.

Espera-se que os gestores públicos observem e planejem seus municípios de modo particular, integrados, mas, não dependentes do modelo regional e nacional;

Nessa vertente, os municípios turísticos possuem a necessidade de alinhamento às formas de planejamento e ordenamento do território para o desenvolvimento econômico e a organização da infra-estrutura urbana em benefício da população local e de turistas.

É relevante também esclarecer quanto a uma nova possibilidade de tratamento de dados gerados e necessários ao planejamento do turismo, uma vez que atualmente, as informações coletadas sob forma de inventário, diagnóstico e prognóstico são compiladas sob a denominação de Plano de Desenvolvimento Turístico realizado isoladamente em um contexto externo à realidade legal do município.

A realidade por vezes observada revela que planos, programas e projetos, simplesmente são engavetados nas secretarias municipais de turismo (quando essas existem), ou por falta de técnicos responsáveis pela execução dos trabalhos de aplicação do prognóstico, ou mesmo devido aos entraves legais e políticas existentes no município, e que não foram considerados quando da elaboração do plano.

Diante da realidade abordada, quanto ao desenvolvimento de técnicas de planejamento existentes nos municípios turísticos, partiu-se das seguintes questões:

A metodologia de planejamento do turismo adotada no Brasil facilita o fortalecimento da atividade?

#O turismo depende do ordenamento territorial para se concretizar?

#Em que parcela o planejamento do turismo em Guaratuba-PR tem favorecido o crescimento da demanda turística internacional?

A partir da observação dos problemas que afetam o conhecimento em torno do turismo municipal em Guaratuba, admitem-se as seguintes hipóteses: As teorias do planejamento do turismo são aplicadas parcialmente ao desenvolvimento do turismo de Guaratuba; O ordenamento territorial e o planejamento do turismo em Guaratuba estão alinhados aos métodos legais e ferramentas de geoprocessamento; O atual modelo de planejamento do turismo não garante o desenvolvimento da atividade em Guaratuba.

Cabe aqui ressaltar que, os instrumentos legais mencionados na hipótese são exemplificados por meio do Estatuto da Cidade, do Plano Diretor e da Agenda 21, que devem auxiliar no planejamento das cidades e na previsão de estratégias de crescimento inclusive do turismo; e que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, inseridas naquele amálgama, são os meios legais para aprovação de ações de cunho turístico.

Nesse panorama, novos sistemas de planejamento e gestão aliados às ferramentas tecnológicas usuais do século XXI desfazem os paradigmas até então implementados à gestão do turismo municipal e regional.

Não basta aos municípios estar de acordo aos Planos de Desenvolvimento Turístico integrados à política de turismo estabelecida nas esferas estadual e federal, ou com o Plano Nacional de Regionalização do Turismo, é preciso avançar mais; proporcionar à técnica do turismo, inovações, já utilizadas em outras esferas do planejamento que possam integrar o que já foi executado a uma nova perspectiva de crescimento, pois a realidade é que os planos em vigência na atual Política de Turismo no Brasil centralizam e engessam as ações que possam beneficiar o turismo com base local, uma vez que uniformiza as ações, desconsiderando as particularidades de cada localidade.

A partir dos problemas e das hipóteses descritos, e com o intuito de dar conta a estas questões, fixou-se como objetivo principal nesse trabalho: propor um modelo de planejamento do turismo baseado no ordenamento territorial, nos aportes legais do município, e nos planos de desenvolvimento do turismo, centrados em um Sistema de Informação Geográfica - SIG como suporte ao planejamento territorial do turismo no município de Guaratuba – Pr.

O alcance do objetivo geral somente se deu a partir do estudo segmentado das variantes identificadas e que se desdobram nos seguintes objetivos específicos:

- ❖ reconhecer a importância do ordenamento do território para o planejamento e a gestão do turismo;
- ❖ descrever conceitos de ordenamento territorial e turismo com vistas a

contribuir para a integração do território ao planejamento turístico em escala municipal;

- ❖ identificar leis e planos pertinentes à gestão pública que devem auxiliar a execução do planejamento municipal para o turismo;
- ❖ propor o desenvolvimento de um sistema de planejamento turístico que integre território, legislação e inventário turístico para auxiliar a gestão do turismo municipal.

Nesse estudo, pretendeu-se a integração entre ordenamento territorial e planejamento turístico calcados em teorias, em modelos de gestão de cidades e ainda, na aplicação de ferramentas como o Sistema de Informação Geográfica que possibilita uma visão integral do cenário existente e pretendido ao desenvolvimento adequado das cidades.

Teve-se a intenção de estimular a discussão e a pesquisa sobre o ordenamento territorial no município de Guaratuba, cidade turística do litoral do Paraná, que possui documentos norteadores de desenvolvimento territorial, a exemplo dos Planos Diretores, Plano Orla e Plano de Desenvolvimento Turístico e que puderam servir de cenário a uma proposta de modelo de planejamento turístico municipal sob o enfoque de ferramentas, a exemplo do Sistema de Informação Geográfica – SIG, como uma possibilidade de ordenar o turismo no município com mais dinamicidade, agilidade e eficiência.

Essa atitude pode ser identificada como uma possibilidade no uso de tecnologias para o planejamento do turismo, pois mesmo sendo eficaz em outras áreas, principalmente no planejamento urbano, ou em estudos relacionados ao meio ambiente, a utilização dessas, não é usual ao turismo, ao menos nos moldes legais de planejamento adotado pelo Ministério do Turismo.

Desse modo, em um primeiro momento, houve o relato dos conceitos de território e turismo, em que a pesquisa sobre ordenamento territorial entrelaçado ao turismo torna propício o ambiente para desenvolver a atividade. Considerou-se importante também a pesquisa para a estruturação do turismo com foco na territorialidade, definindo conceitos geográficos como suporte teórico-científico,

embasados em autores que pudessem contribuir para tal estudo.

Fez-se importante também, esclarecer alguns conceitos a respeito do turismo em um panorama global, uma vez que a atividade não é uma ciência, mas está amparada por outras que explicam o fenômeno.

A integração entre turismo e território aparece na seqüência do estudo, uma vez que a prerrogativa do trabalho foi delinear uma linha tênue entre os conceitos com o objetivo de demonstrar a importância da integração para instituir o ordenamento do turismo sob os moldes do planejamento territorial e turístico.

Sendo o território a base para o desenvolvimento do turismo, buscou-se nos conceitos de sistema, modelos e geoprocessamento um suporte técnico como apoio à iniciativa da proposta de visualização do turismo municipal sob as técnicas de espacialização.

As teorias de suporte ao turismo compuseram um segundo momento do trabalho. Roberto Boullón (1997) apresentou a Teoria do Espaço Turístico que entrelaça de modo eficaz uma possibilidade de estudo do turismo a partir do território. Boullón (1997) possui influência na condução do saber turístico uma vez que, as Universidades brasileiras (em sua maioria) contemplam na disciplina Geografia do Turismo os conceitos por ele apresentados. Na seqüência, o leitor pode observar a apresentação da Teoria dos Sistemas em um breve relato desde a origem até a sua aplicação para o turismo a partir do SISTUR – Sistema de Turismo de Mario Beni (1998), e que ao referenciar o modelo de Boullón (1997), adaptou novos preceitos na busca de um material complexo e esclarecedor, na relação sistema e turismo, na possibilidade de estruturar o planejamento do turismo sob uma visão sistêmica e integradora.

Ainda nesse escopo fez-se uma retomada aos Modelos de Turismo sob um olhar em Pearce (2003), referenciando estudiosos que buscaram compreender o turismo pela espacialização da geografia.

Observando o crescimento da atividade no Brasil e no mundo, neste momento, pode-se observar ainda a utilização das teorias dos autores mencionados

anteriormente, em uma tentativa de discutir os avanços necessários à consolidação do turismo, ainda em um enfoque sistêmico, mas foi preciso buscar a possibilidade de provocar o debate em torno de outros pensamentos e técnicas na busca de um novo olhar ao desenvolvimento do turismo no Brasil.

O suporte ao estudo do planejamento enquanto técnica para o turismo no Brasil foi apresentado na fase do desenvolvimento do trabalho. Para conhecer a realidade do planejamento e gestão que envolve poder público e privado, realizou-se uma compilação dos preceitos do Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Agenda 21 para o Turismo, para mostrar ao leitor a existência de metodologias e leis de suporte ao desenvolvimento das cidades, inclusive as de potencial para o turismo.

Com base nos apontamentos descritos, pretendeu-se centrar o turismo em um cenário de documentos, ações e diretrizes que poderiam certamente apoiar e fortalecer o planejamento da atividade, sob uma visão do território, estabelecendo um novo paradigma à gestão do turismo, como uma força motriz do setor terciário com impacto nos demais setores produtivos.

Pesquisou-se também o processo evolutivo dos planos e programas de desenvolvimento do turismo, e as estruturas organizacionais existentes no Brasil; Estas são partes integrantes do processo de orientação de gestores públicos e privados, nas decisões e ações prementes a um consenso, que permitiram a constatação quanto à organização do setor em âmbito municipal e regional, de acordo com o preâmbulo de estruturas regidas pelo poder federal.

A intenção do conhecimento mais detalhado dessa política, foi mostrar o formato e as interferências ao planejamento turístico no Brasil, e ainda, a resistência em planejar a atividade em conjunto às outras esferas do poder municipal, seja público ou privado.

Outro tema abordado ao longo do desenvolvimento do trabalho referiu-se à regionalização e a perspectiva de fortalecimento do setor turístico, pois segundo a Política Nacional de Turismo 2007-2010, essa estratégia para desenvolver novos destinos turísticos nos vários estados brasileiros, advém da visão de lançar o Brasil

definitivamente no cenário mundial no que tange à receptividade de turistas internacionais. No cenário atual, a Política 2011-2014 mantém essa mesma postura, uma vez que busca fortalecer os destinos turísticos, principalmente devido captação de eventos internacionais sediados no Brasil.

O município de Guaratuba no litoral paranaense foi apresentado após o recorte teórico e documental proposto nesse trabalho. Nesse momento do estudo, além de informações gerais sobre o município, concentrou-se a pesquisa a partir da compilação de documentos e informações quanto às estratégias de desenvolvimento do turismo municipal, numa tentativa de observar, se as ações vinculadas ao MTUR e aplicadas no município estão surtindo efeito. A pesquisa de demanda do município realizada pela Secretaria Estadual de Turismo do Paraná – SETU mostrou um cenário em torno da atratividade que o município possui sob vários aspectos.

Documentos como o Plano Diretor, Lei de Zoneamento, Plano de Desenvolvimento do Turismo e Plano Orla de Guaratuba, mostraram ser um suporte documental a subsídios na estruturação do planejamento municipal do turismo de modo parcialmente eficaz e ordenado. Os dados do Inventário Turístico - INVTUR de 2008 também foi apresentado, mas com algumas ressalvas.

A intenção diante das informações e discursos apresentados foi mostrar a existência da potencialidade, e de um ambiente favorável à criação de um sistema de planejamento turístico, que possa unificar processos eficazes dando-lhes mais dinamismo, por meio de técnicos qualificados e aliados ao uso de tecnologias de ordenamento territorial.

Nesse contexto, pretendeu-se propiciar ações e estratégias para inserir a ferramenta do geoprocessamento nos procedimentos de planejamento do turismo. A integração à dinâmica municipal e às demais instâncias da esfera municipal, são, uma prerrogativa ao desenvolvimento, e poderão ser facilitadas pelo compartilhamento de informações, documentos e projetos existentes no município.

Numa visão macro, a regionalização foi apresentada por fazer parte da Política atual do Ministério do Turismo e na busca da compreensão quanto ao termo

em si, e na sua apropriação pelo turismo. Nesse sentido, e na inquietude em observar ações desconexas que partem até mesmo da esfera federal, buscou-se na teoria e na experiência empírica, uma possibilidade de planejar o turismo com o aporte na geografia e na legislação, sob o olhar técnico do turismo, num respaldo às vivências do planejamento que ainda encontram dificuldades em serem executadas.

O estudo culmina na sugestão de um Sistema de Planejamento do Turismo em escala municipal utilizando as bases técnicas da geografia aliadas ao turismo, e embasadas no arcabouço legal, incluindo-se nesse caso o Plano Diretor, Lei de Zoneamento, legislação ambiental, entre outras, utilizadas como base para o estudo do território de Guaratuba, em uma prerrogativa ao desenvolvimento da atividade sob os moldes e ferramentas do geoprocessamento.

A visão territorial, a inserção da legislação, a potencialidade de recursos para a criação de novos produtos turísticos, deverão estar em consonância com as diretrizes e objetivos vinculados ao crescimento da cidade. A observação do município sob os modelos de turismo em apoio ao diagnóstico, a visualização do ordenamento territorial existente, em conjunto ao zoneamento, dão o aporte legal para a inclusão e aprovação de projetos factíveis ao turismo e à sistematização do prognóstico baseado no turismo e no território, para a definição de possibilidades de crescimento ao turismo em Guaratuba.

2. APOIO METODOLOGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O presente estudo, centrado na abordagem da geografia e do turismo busca a compreensão do objeto investigado pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos por meio de uma investigação caracterizada pela pesquisa dentro de seu “contexto real, onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criticamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto”. (MARTINS, 2006)

Embora haja uma complexidade do fenômeno turístico, é possível numa abordagem qualitativa conhecer as formas de estruturação do turismo em organizações públicas, partindo da análise de realizações e estatísticas que somadas aos preceitos teóricos, possam esclarecer e responder as inter-relações e a disposição das partes do objeto.

Observando métodos de pesquisa, buscou-se nesse trabalho, a utilização do método estruturalista uma vez que esse: “parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se, a seguir ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando por fim ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social”(LAKATOS e MARCONI, 1991, p.85).

Sendo assim, em uma busca pela pesquisa livre de preceitos estanques e arraigados a métodos fechados, observa-se o comportamento das políticas de turismo diante do emaranhado de legislações, a princípio vindouras para atender a uma organização do espaço enquanto território de poder e de domínio público.

O apoio metodológico se faz pela organização da técnica, em uma fase da pesquisa que delimita a organização formal do trabalho, tendo em vista o requisito de responder aos problemas e as hipóteses que compuseram o início dos questionamentos.

Em uma investigação a partir do fenômeno do turismo, visualizado como um sistema, vê-se a sociedade sob vários preceitos diferenciados, inter-relacionados e interdependentes.

E, sob o ponto de vista da compreensão das relações com o todo, observa-se as ações do poder público impactando na sociedade em suas variadas atividades numa ação e reação entre grupos e indivíduos num modelo hipotético dedutivo que

começa na percepção existente quanto ao conhecimento do planejamento do turismo entrelaçado a geografia, especificamente ao ordenamento territorial.

As hipóteses formuladas para o trabalho serão respondidas pela dedução diante do prognóstico em torno das teorias do planejamento, do ordenamento territorial e das ferramentas que possam vir a ser utilizadas ao planejamento e desenvolvimento do turismo em Guaratuba-Pr.

A primeira fase do trabalho referenciou a pesquisa aplicada no sentido de gerar conhecimentos quanto aos pressupostos teóricos que dão suporte ao pensamento científico sobre território e ordenamento territorial, baseado nas categorias de análise da geografia as quais são o espaço, território e região, discutidos no decorrer do primeiro capítulo no apoio ao ordenamento territorial e ao turismo, incluindo a dinâmica dos modelos e do geoprocessamento como ferramenta ao planejamento turístico.

Afirmam Santos e Silveira (2002), que o uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, a legislação, e a conquista da cidadania configuram as funções do espaço geográfico. Nessa vertente, procurou-se caminhar nessa pesquisa; em que o planejamento do turismo deve ser vislumbrado pelo turista, mas, sobretudo, compreendido pela população local.

Também se fez necessário o estudo relacionado à condução do planejamento das cidades adotado no Brasil; Para tanto utilizou-se da pesquisa documental e bibliografias em torno da Constituição Federal Brasileira de 1988 - no que pressupõe a legislação referente ao ordenamento e às formas de gestão dos municípios brasileiros – relacionando a uma base legal geral de suporte à proposta do trabalho. Ainda no escopo legal relacionado ao turismo, utilizou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo, que especificamente, buscam a organização da atividade no Brasil.

A partir da perspectiva do estudo exploratório em que pese uma maior familiaridade ao problema, buscou-se de um levantamento bibliográfico e documental referente ao desenvolvimento do turismo, na esfera federal, estadual e municipal o conhecimento da política de planejamento do turismo no contexto legal.

A realidade do planejamento do turismo no Brasil foi baseada em um recorte temporal que se inicia em 1994 quando a Organização Mundial do Turismo - OMT

produziu uma metodologia de elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável do turismo em um enfoque participativo. Essa metodologia se transformou no Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT – numa proposta de Planejamento para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Nível Municipal; o Ministério do Esporte e Turismo editou um decreto listando alguns municípios de acordo com a potencialidade ao desenvolvimento do turismo. A Deliberação Normativa Nº 432 de 28 de novembro de 2002, instituiu: Municípios Turísticos (MT): são aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente. (BRASIL, 2002a)

De acordo com essa deliberação, em 2002, existiam no Brasil duzentos e dez (210) Municípios Turísticos. Essa Deliberação foi revogada em seu Artigo 4º a Deliberação Nº 417 de 13 de dezembro de 2000 que mencionava quinhentos e cinqüenta e um (551) Municípios Turísticos (BRASIL, 2002b).

Além desse dado, o Ministério apontava também vários municípios com potencialidade para o desenvolvimento da atividade, o que induziu a um cenário positivo às ações de planejamento e gestão para a consolidação do turismo como atividade produtiva no Brasil.

Atualmente o Ministério do Turismo - MTUR definiu 65 destinos indutores do turismo, sendo no Paraná, considerados: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana e Foz do Iguaçu, o que envolve em torno de 35 municípios em uma modificação de preceitos em que a municipalização dá lugar à regionalização, numa tentativa de fortalecer alguns territórios definidos pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, como passíveis de receber benefícios fiscais para a estruturação e consolidação da atividade turística.

Mesmo na mudança de paradigma (de municipalização para regionalização do turismo) observada nos últimos dez anos, os moldes de planejamento do turismo no Brasil se mantêm praticamente inalterados; uma vez que os procedimentos metodológicos continuam atrelados em uma estrutura fechada de inventário, diagnóstico e prognóstico, com algumas alterações quanto aos atores da atividade e sua distribuição nas regiões turísticas do Estado do Paraná.

O estudo quanto ao desenvolvimento dos municípios turísticos se deu neste trabalho observando-se a consolidação do Plano de Desenvolvimento do Turismo que está centrado na administração pública municipal, no caso em destaque em

Guaratuba, Município turístico do Paraná, uma vez que esse foi o precursor do turismo litorâneo no Estado.

A pesquisa de demanda realizada pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná – SETU foi utilizada como uma das bases de estudo nesse trabalho por ser um instrumento metodológico que possibilita a constatação de fatos quanto à evolução da atividade no Município. Esse órgão governamental estadual possui uma pesquisa em série cronológica dos anos de 2000 a 2006 de Guaratuba e foi fundamental na observação do desenvolvimento do turismo no Município.

A partir da premissa de que Guaratuba é um Município Turístico, que está numa região turística e possui documentos legais (plano diretor, plano de desenvolvimento do turismo e Inventário turístico) e, ainda, pesquisas oficiais com dados referentes ao turismo), pretendeu-se nesse trabalho dar ênfase a abordagem sistêmica por entender que a dinâmica do turismo e do território estão estreitamente entrelaçadas por um sistema de entradas e saídas (*inputs/outputs*), sendo que os modelos para o planejamento e a gestão do turismo são consoantes a essa dinâmica.

Alinhado à visão sistêmica do turismo e após observar os questionamentos diante de uma estrutura de planejamento que não flui de modo satisfatório, tem-se como ferramenta da Geografia, o Sistema de Informação Geográfica – SIG, que permite a visualização dos componentes do espaço turístico em benefício ao planejamento, à decisão e à prática de ações para o turismo em Guaratuba.

Na perspectiva de qualificar os destinos turísticos, deve-se buscar incansavelmente, e em conjunto a outros pesquisadores, métodos, metodologias e ferramentas que possam contribuir ao planejamento e gestão da atividade turística.

Para tanto, faz-se importante o aprofundamento do estudo de uma nova forma de planejar o turismo a partir do Sistema de Planejamento do Turismo - SISPLANTUR, baseado no referencial teórico e pesquisa documental estruturada na teoria dos sistemas, nas ferramentas do geoprocessamento e principalmente na legislação federal, estadual e municipal, diretamente relacionada à gestão do território, das pessoas e à gestão do turismo em escala municipal.

3. ORDENAMENTO TERRITORIAL E TURISMO: ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA

Neste momento da pesquisa, faz-se uma revisão de conceitos relacionando o território e o ordenamento territorial, em busca do aporte teórico como suporte à estruturação da atividade turística em escala municipal e regional.

A conceituação de turismo sob uma visão global foi abordada com o intuito de inserir temas relevantes ao contexto geral do trabalho, e também como base ao desenvolvimento das novas propostas a serem apresentadas.

Numa abordagem direta, far-se-á um apontamento da relação entre Sistema, Modelo e Geoprocessamento relacionados ao planejamento, uma vez que tais processos possibilitam uma compreensão objetiva da atividade turística.

Ao final dessa primeira parte faz-se a junção entre turismo, território, desenvolvimento regional e algumas ferramentas que possibilitam a organização do setor em âmbito regional e local tanto em áreas urbanas quanto em ambientes naturais ou adaptados para o recebimento de visitantes. A relação com o município de Guaratuba se faz presente para delinear o entrelaçamento da teoria ao objeto do presente estudo.

O tema central desse capítulo não é somente traçar um processo evolucionário das tecnologias, mas, sobretudo esboçar que essas tecnologias deverão servir para que novos processos de gestão possam ser modernizados, principalmente na gestão pública. Desse modo, as novas tecnologias não são somente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos.

3.1.Território e Ordenamento Territorial: aporte teórico

A pesquisa relacionada ao ordenamento territorial exige uma visão dinâmica focada em determinados conceitos outrora definidos e utilizados para delimitar pesquisas que envolvam as relações entre o espaço físico e o meio que o transforma.

Desse modo torna-se importante delimitar inicialmente o estudo do território, uma vez que o mesmo é a base para o ordenamento territorial.

O que define realmente o território são as imposições legais decorrentes de processos evolutivos baseados na ocupação histórica de espaços geográficos por seus desbravadores, que, a partir de suas conquistas instituíram formas de poder para a manutenção e geração de riquezas das mais diversas ordens tanto do meio natural, quanto das pessoas inseridas neste contexto; A essa dinâmica pode-se nominar o espaço de um país.

Num sentido mais restrito, o território é um nome *político* para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um estado sem território. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.19)

Segundo Santos e Silveira (2002), o território está atrelado à questão política de conquista, onde as condições para a existência de uma nação prescindam da questão territorial. Naturalmente, o conceito de nação está entrelaçado às pessoas, sua organização social, religiosa e cultural, que não caminham obrigatoriamente vinculadas à questão política, mas que sofrem o reflexo de sua ingerência.

Conceituando território em relação à dinâmica espacial têm-se o desenvolvimento territorial que pode ser definido como

um processo de produção, distribuição, trocas e consumo, mas também um processo referido a condutas, hábitos e valores, individuais e coletivos - condicionado pelas relações de poder em que entram os indivíduos, os grupos e as classes sociais, que se encontram num dado espaço geográfico concreto. (THEIS, 2008, p.13)

Então, pode-se considerar que o espaço em si não possui atribuição legal, o espaço geográfico se transforma a partir da apropriação e do uso determinado pelas diversas atividades nele inseridas e, instituídas pelas diversas formas de poder.

Santos e Silveira (2002) ainda se referem ao território através do planejamento e da construção de formas de uso, que alteram o espaço, a partir da intervenção direta do homem sobre o meio físico modificando sua estrutura e integrando este meio à ocupação do território.

O território é revelador de diferenças. Às vezes agudas, de condições de vida da população. Analisamos esse aspecto da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, da motorização etc. O consumo educacional e dos recursos de saúde também são examinados, juntamente com a frequência em viagens, turismo e lazer. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.225)

O território é além do espaço geográfico por si só, um espaço de vivência humana; e para que seja ocupado de forma racional, necessita de estudos para compreensão das influências exercidas pelas diversas atividades sobrepostas e entrelaçadas a ele.

A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço de território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.247)

A interdependência está relacionada às funções do território e incluem as trocas entre as ações já realizadas, as atuais e as futuras executadas nos municípios por gestores públicos e privados que interferem e influenciam atitudes que incidem em impactos e induzem a novas economias diante dos desafios da globalização.

O território é um espaço em movimento, formando e deformando-se sob o fluxo de movimento de inter-relações entre os atores e o espaço. O território é uma configuração temporária de um arranjo espacial, sustentado e mantido pelas interações diferenciadas de poder dos atores sociais envolvidos. (COSTA, M.C.L., ALMEIDA, M.G, 1998, p. 275)

Para Guattari (2000), o território envolve uma ordem de subjetividade individual e coletiva e pode ser visualizado a partir de prismas diferenciados isolados para determinadas análises, porém jamais separados de um contexto global a que se insere.

O território pode ser relativo tanto ao espaço vivido, quanto ao sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI, ROLNIK, 2000, p. 323)

Concorda-se com Guattari (2000), em sua proposição; entretanto, a visão materialista e objetiva parece suplantar a visão do todo para o planejamento centrado no homem e seu bem estar. Então, admite-se a visão mais objetiva de Haesbart (2007), em que o mesmo apresenta a fragmentação do estudo do território, ora sob uma perspectiva materialista, naturalista, econômica, jurídico-política, idealista e integradora, necessária em alguns momentos para delimitar estudos complexos.

Doravante, a técnica não pode suplantar e se sobrepor aos espaços sociais, uma vez que essa atitude de planejamento fechado, parece superado por novas estratégias, principalmente de planejamento participativo.

O QUADRO 1 estabelece alguns preceitos à construção do território, e numa visão materialista a técnica é se faz imprescindível para coabitarem as demais estruturas do território, destacando-se a concepção integradora.

PERSPECTIVAS E CONCEPÇÕES	CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO
MATERIALISTA	Vinculado a terra, ao espaço físico.
NATURALISTA	Vinculado ao comportamento de posse natural daquele espaço habitado.
ECONÔMICA	Base da produção enquanto força produtiva, como recurso
JURIDICO-POLÍTICA	Relações de poder (ligada à concepção de Estado)
IDEALISTA	Apropriação simbólica. O significado somente é compreensível por meio de códigos culturais inscritos naquele território.
INTEGRADORA	Considerado como um todo: natural, político, econômico, cultural.

QUADRO 1 – A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

FONTE: Adap.HAESBAERT, 2007.

Ainda, Haesbaert (2007) faz uma nova provocação aos estudos do território em tempos de globalização em que haveria duas possibilidades:

ou admitir vários tipos de territórios que coexistiriam no mundo contemporâneo, dependendo dos fundamentos ligados ao controle e/ou apropriação do espaço, isto é, territórios políticos, econômicos e culturais, cada um deles com sua dinâmica própria, ou trabalhar com a idéia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma “total”, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada (HAESBAERT, 2007, p. 76).

Há que se considerar que os municípios são territórios estruturados por delimitações geográficas e legislações que servem para ordenar o desenvolvimento social no sentido de prover condições organizacionais tanto de ordem pública como privada; mas são também, e, sobretudo uma dinâmica que parte sobremaneira da interferência que o homem exerce nesse espaço, seja por suas construções, sua cultura, ou ainda de acordo com as características físicas do local.

Assim sendo, o ordenamento do território deve contemplar uma visão integral do meio ambiente, e a prática da política de ordenamento passa a assumir um papel capaz de gerar novas responsabilidades e paradigmas. Deste modo, Santos (1992) considera o “espaço em sua totalidade a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1992, p. 5), e ainda o trata como um sistema:

Os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros: homens e firmas, homens e instituições, firmas e instituições, homens e infra-estruturas, etc. Mas, como já observamos, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, e também pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, se pode dizer que eles formam um Verdadeiro Sistema. (SANTOS, 1992, p.14)

Por considerar o espaço um sistema, Milton Santos (1992) aproxima a análise do “espaço da produção propriamente dita”, “o espaço da circulação e da distribuição”, “o espaço do consumo”, “a questão das escalas: nacional, regional, local”, e o “espaço indivisível”.

A definição de uma linha mestra do território e do espaço para o ordenamento territorial esclarece as mobilidades das atuações e são imprescindíveis ao conjunto de ações para a definição de estudos na possibilidade de orientar planejadores e gestores na compreensão da dinâmica territorial e na aplicação de técnicas e tecnologias para o desenvolvimento das cidades no século 21.

Assim, a gestão de municípios e cidades¹ deverá por meio do ordenamento territorial prever a organização do espaço urbano e regional, a demográfica, o controle e a utilização das áreas de proteção ambiental, o crescimento econômico, social e cultural, em uma visão sistêmica em que a técnica exerce um papel fundamental para o crescimento ordenado do território.

Partindo dessa premissa, pode-se considerar: sem o ordenamento territorial, a condução do desenvolvimento do município poderá ser comprometida devido ao descontrole na ocupação de novas áreas e à falta de integração entre o meio natural e os atores sociais.

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.248)

A dinâmica do desenvolvimento territorial a partir do método de planejamento deverá prever além do crescimento econômico, o conjunto, onde, a expansão demográfica, a proteção ambiental, as estruturas sociais, o meio político e a preservação cultural, terão sua parcela de contribuição para o crescimento ordenado dos espaços urbanos.

Para Moraes,

o ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades, etc) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares, etc). Trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia, etc). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contigüidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território. O ordenamento territorial [...] visa estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as

¹ Entende-se por município a porção geral do território que engloba área rural e urbana, já a cidade é encarada nesse estudo como a sede administrativa do município, geralmente a base urbanizada do município.

políticas públicas setoriais, com vistas a realizar os objetivos estratégicos do governo. (MORAES, 2005, p.45)

É desse modo que o ordenamento territorial tanto no meio urbano quanto rural, deve visar à organização do espaço físico e a provisão dos elementos relativos às necessidades humanas, capazes de garantir um meio ambiente que proporcione uma qualidade de vida indispensável a seus habitantes atuais e futuros (MOTA, 1999).

Na formação do território levando - se em conta o homem, concorda-se com Ferreira quando este afirma que a organização do território

compreende um conjunto de atributos, bens e serviços, de natureza material e imaterial, de que as cidades e a sua envolvente dispõem ou produzem para facultar aos cidadãos, às organizações sociais e empresariais e às comunidades, propiciando, assim, as condições de realização pessoal, profissional e familiar dos indivíduos e o exercício dos seus direitos de cidadania, mas também o ambiente para assegurar o desenvolvimento das atividades produtivas e a coesão comunitária e territorial.(FERREIRA, 2007, p.30)

A partir da necessidade dessa diversificação, os meios de produção (primário, secundário ou terciário), ocupam vastas superfícies; um risco, considerando a saturação de determinados espaços, e os entremeados alternados por espaços vazios; fator esse gerado principalmente por uma desconexão inconcebível diante das tecnologias, ferramentas e estudos que permitem senão acertos infalíveis, mas erros em menor intensidade nas estratégias de planejamento territorial.

Ocorre então nestas cidades a “interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia”. (SANTOS, 1996, p. 95)

As condições favoráveis de certos territórios na cidade provocam os processos de valorização imobiliária. A criação de grandes avenidas, parques para a população, e centros comerciais transformam seletivamente os lugares; é assim que certos pontos se tornam mais acessíveis e certas artérias mais atrativas, e mais valorizadas. A moda também personaliza lugares de residência. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo.

Certamente, o território não é estanque, e necessita de constante avaliação para manter sua capacidade de suporte ao desenvolvimento.

É deste modo que Santos e Silveira (2002) discutem “o território como espaço geográfico, e nesta categoria de território usado², aponta para a necessidade de um esforço destinado a **analisar sistematicamente a constituição do território**”. (grifo nosso)

Para geração de possibilidades ao território, pode-se recorrer ao ordenamento territorial, a partir de determinadas ferramentas de planejamento com suporte às novas tecnologias e sistemas de informação que tornam o trabalho técnico mais preciso.

As técnicas e ferramentas operativas contribuem ao ordenamento territorial, pois sua aplicação poderá ocasionar a gestão racional dos recursos, proporcionando a organização do espaço urbano e rural, o desenvolvimento local, e a inserção de novas atividades na estrutura territorial, ambiental e social das cidades.

Nesse sentido, as cidades desenvolvem suas potencialidades a partir de seus recursos naturais, culturais ou mesmo, de acordo com convenções políticas e sociais para incluí-las no sistema produtivo prevendo a sustentação econômica, política e social de seus habitantes.

A negação ao ordenamento territorial local maximiza a problemática relacionada à ocupação do solo, a implantação de infraestrutura, a distribuição de serviços e mesmo as decisões em torno de novas alternativas de geração de renda para a condução equilibrada do território.

Essa perspectiva de desconectar o ordenamento territorial do conjunto de ações isola procedimentos vitais ao crescimento municipal, e até mesmo regional, uma vez que não se pode admitir o planejamento apenas voltado para o desenvolvimento econômico isolado; são necessárias atitudes de planejamento e ordenamento em que a questão social e política também sejam abordadas para que de um lado, haja a distribuição dos recursos sociais, e de outro, sejam consagrados os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar o respeito ao território ocupado e a cidadania plena.

² O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, (...) mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente como o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.225)

Deste modo entende-se que o ordenamento territorial é a uma forma de gerar e organizar infra-estruturas necessárias às condições de vida e acolhimento das populações.

É importante salientar que o ordenamento do território prevê uma melhor sincronia entre o espaço urbano e o espaço rural, pois ambos são drasticamente modificados pela ação do homem. De acordo com o conceito de Garcez (1992) o espaço urbano é aquele continuamente habitado por um aglomerado humano, denso e permanente, que se ocupa, na sua maioria, de atividades não agrícolas, constituindo uma cultura heterogênea definida por suas funções e por seu gênero de vida.

Atualmente, as cidades desenvolvem atividades diversas e populações com variadas necessidades e anseios. Esse crescimento pode gerar deseconomias de aglomeração, deterioração da qualidade de vida, mau uso dos recursos naturais, declínio econômico e social se essa dinâmica desconsiderar o ordenamento de seu território.

São vários os desafios apresentados à cidade; por um lado, as oportunidades de crescimento e formação de riquezas, associados às novas identidades culturais e sociais, e de outro, a desagregação social, as exclusões e a violência. Aos gestores das cidades resta a seguinte provocação: pensar o desenvolvimento físico associado a pensar o desenvolvimento humano das cidades aliando as novas ferramentas que poderão facilitar o processo.

O processo de urbanização, ao criar grandes espaços de estrutura urbana contínua, envolve também facetas de concentração e exclusão, cada vez maiores quanto maior o espaço urbano e a população das cidades. O centro de extensas áreas urbanas abriga uma grande concentração de poder e riqueza, que habilita agentes sociais a competirem e se integrarem dentro do espaço global. Esse mesmo centro abriga áreas de exclusão, cada vez mais irrelevantes, com populações despreparadas e desarticuladas do processo de formação de riqueza. A urbanização crescente gerou novos desafios para a sociedade, meio a conflitos e contradições de uma nova dualidade de espaços, tempos e condições de vida, que afetam uma população cada vez mais participante. (LOPES, 1998, p. 59)

A organização do território pode ser iniciada pela análise, pesquisa e aplicação de teorias e conceitos aliados às ferramentas e instrumentos de aplicação ao objeto estudado.

Esse é o argumento, observadas as relações entre o homem, seu *habitat* e

sua interferência na transformação contínua do território e no desenvolvimento deste meio.

Assim, para sustentar a organização dos territórios, devem-se utilizar as ferramentas do ordenamento documentadas nos Planos Diretores³, que pode ser conceituado como “um plano de ordenamento urbano, com o objetivo de determinar os usos do solo e os sistemas de integração e comunicação, partindo de normas definitivas em um arcabouço legal, gerada por uma visão integral de construção da cidade desejada”. (LOPES, 1998, p.95)

³ Os conceitos de Plano Diretor possuem um capítulo próprio.

3.2. Conceitos de Turismo: uma visão global

O turismo tem o seu legado e importância histórica que são relatados por vários autores; em diversos países onde a atividade se desenvolve pode-se observar um amplo interesse e necessidade de estudos e pesquisas relacionados aos efeitos provocados por sua inserção no território. Tais estudos colocam o turismo em um patamar de destaque em referência às pesquisas, teorias, índices estatísticos e ferramentas imprescindíveis para uma compreensão em torno do tema.

Essa atividade tratada como fenômeno por Husserl como tudo que intencionalmente está presente à consciência, sendo para esta uma significação. O conjunto das significações chama-se de “mundo”. (HUSSERL, 2008, p.7)

Transpondo o termo fenômeno, não em sua total complexidade, para fenômeno turístico termo muito utilizado na literatura técnica dessa atividade pode-se observar ainda uma necessidade de maior aprofundamento dos conceitos, uma vez que a ciência fenomenológica embasa trabalhos científicos respeitados mundialmente.

Aqui surge, naturalmente, uma dúvida que reside quando alguns autores brasileiros definem turismo como fenômeno: “Será que o mesmo está sendo visto como ‘aquilo que aparece ou se manifesta em si mesmo, como é em si, na sua essência?’”. (PANOSSO NETTO, 2005, p. 104)

De certo modo concorda-se com Panosso Netto (2005) quando o mesmo instiga o pesquisador para outro olhar; todavia é prudente mencionar que os estudiosos do tema iniciaram esse debate a algumas décadas diferentemente das ciências tradicionais constituídas há séculos.

Pois bem, é relevante salientar que nesse trabalho adotou-se a linha do turismo como fenômeno, a partir da teoria dos sistemas e das categorias de análise da geografia às quais são: estrutura, processo, função e forma.

Para a compreensão do conceito de turismo, tratar-se-á nesse momento de apontamentos de alguns autores que assim preconizam a atividade para corroborar a decisão do pesquisador.

Para Acerenza (1991) o turismo é visto como um fenômeno, e sua dinâmica e crescimento deve ser estudada pelos que direta ou indiretamente estão envolvidos com o seu desenvolvimento.

Necesariamente los esfuerzos en este sentido deben comenzar por tratar lo referente a su definición, ya que el turismo, como fenómeno social complejo, puede tener distintos significados en función del papel que en un momento dado jueguen las personas que en él intervienen. (ACERENZA, 1991, p.23)

Necessariamente os esforços nesse sentido devem começar por se tratar o que se refere a sua definição, já que o turismo, como fenômeno social complexo, pode ter diversos significados em função do papel que em um dado momento julguem as pessoas que nele intervém. (tradução nossa)

De La Torre (1992) se refere a turismo como fenômeno devido às relações que essa atividade causa devido a circulação de pessoas e sua permanência em determinados destinos.

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso cultura ou saúde, saem do seu loca de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltipla inter- relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992, p.19)

Douglas Pearce (1989) é um autor que alia o turismo à geografia e ao planejamento urbano principalmente relacionando a atividade ao componente “viagem” entendida também como movimento, palavra intimamente ligada à análise geográfica. Em seus apontamentos sobre o tema, o autor define a atividade como

tourism has been defined in various ways but may be thought of as the relationships and phenomena arising out of the journeys and temporary stays of people travelling primarily for leisure or recreational purposes. (PEARCE, 1989, p. 01)

turismo tem sido definido de várias maneiras, mas pode ser pensado como as relações e fenômenos resultantes das viagens e estadas temporárias de pessoas que viajam principalmente para o lazer ou para fins recreativos. (PEARCE, 1989, p. 01, tradução nossa)

E por fim, claro, não esgotando as definições sobre o tema, apenas selecionado algumas, “pode-se considerar então que o turismo é a soma de fenômenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes”. (GOELDNER, 2002, p.23)

A expressividade da atividade fez com que no Primeiro Congresso Internacional de Órgãos Nacionais de Turismo realizado em 1946, as entidades

participantes decidiram pela criação de uma organização internacional com o objetivo de ordenar e traçar estratégias de planejamento, gestão, controle e estudos em torno do tema turismo. Criou-se então a União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT), e em 1970 estabeleceu-se definitivamente a Organização Mundial do Turismo – OMT e seu Estatuto.

1969 - The Intergovernmental Conference in Sofia (Bulgaria) and the United Nations General Assembly press for the creation of an intergovernmental organization on independent tourism.

1970 - On 27 September, the IUOTO Special General Assembly meeting in Mexico City adopts the Statutes of the World Tourism Organization (WTO). From 1980 onwards, this day will be celebrated as "World Tourism Day".

1975 - First WTO General Assembly meets in May in Madrid at the invitation of the Spanish Government. Robert Lonati is voted in as the first WTO Secretary-General and the Assembly decides to establish its headquarters in Madrid. (OMT, 2010)

1969 – A Conferência Intergovernamental de Sofia (Bulgária) e a Assembléia Geral das Nações Unidas decidem pela criação de uma organização intergovernamental sobre turismo independente.

1970 – Em 27 de setembro a Assembléia Geral Extraordinária da UIOOT, convocada no México D.F. (México), adota os Estatutos da Organização Mundial de Turismo (OMT), data que é eleita para celebrar, a partir de 1980, o "Dia Mundial do Turismo".

1975 – Primeira reunião da Assembléia Geral da OMT celebrada em Madrid em maio, por convite do governo Espanhol. A Assembléia vota em Robert Lonati (França) como primeiro Secretário Geral da OMT e elege Madri como Cidade Sede da Organização. (OMT, 2010) (Tradução nossa).

Essa organização possui um fórum mundial que debate as questões de política turística, bem como objetiva a promoção do desenvolvimento do turismo responsável, sustentável e acessível para todos. Sua atuação é primordial em países em desenvolvimento.

A OMT possui sua representatividade internacional, e os países participantes dessa organização possuem suas esferas de planejamento e gestão descentralizada daquela, mas apoiada por aquela organização.

Segundo a OMT existem várias prerrogativas para definição das condições de desenvolvimento de países e municípios; é importante ressaltar a diversificação econômica gerada a partir das atividades variadas advindas a partir das inovações tecnológicas e organizacionais que permitem uma visualização do todo e servem de alavanca para o desenvolvimento. É esperado que essas possibilidades de

desenvolvimento impulsionem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁴ entre outros indicadores de melhoria de qualidade de vida da população atendida por ações que preconizam o desenvolvimento.

Desenvolvimento pode ser entendido como processo por meio do qual uma sociedade utiliza crescente, cumulativa e auto-sustentavelmente a sua capacidade produtiva – expressa na sua ampla dotação dos fatores de produção – no sentido de canalizar essa capacidade para aumentar em quantidade e em qualidade os bens e serviços disponíveis. (BENEVIDES, 2001, p. 164)

O turismo tem sido considerado pela OMT (2010), um agente transformador de economias em países em desenvolvimento sendo um setor que permite acolher trabalhadores dos diversos níveis de capacitação. E para desenvolver ações estratégicas de planejamento e gestão, alguns conceitos universalizados pela OMT são aceitos por diversos países.

Há um consenso entre várias organizações e estudiosos referentes ao tema turismo, assim, optou-se em conceituar a atividade não somente focada na visão do turista e sim observando e incluindo outros atores diretamente relacionados ao segmento.

Ao turista – o turismo equivale a uma atividade de deslocamento, geralmente em ambientes alheios ao município de sua residência, com a utilização de meios de transporte, hospedagem e alimentação para suprir suas necessidades. Refere-se ainda a integração com outras culturas e ambientes ainda não conhecidos.

Sob o ponto de vista dos profissionais do turismo e também para gestores públicos, essa atividade se baseia na diversificação da economia a partir da utilização das infra-estruturas da cidade e de suas belezas naturais ou construídas que somadas formam o produto a ser comercializado, e que gera renda, empregos e de certo modo valorização cultural dos ambientes receptivos, valorizando a comunidade local.

⁴ Índice calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mede o nível de desenvolvimento humano de países e localidades sob três aspectos: 1) a longevidade – expectativa de vida da população ao nascer; 2) o acesso ao conhecimento - taxa de alfabetização dos habitantes com 15 anos ou mais e percentual de matrículas nos três níveis de ensino; e 3) a renda, medida pelo PIB (Produto Interno Bruto) dividido pelo número de habitantes e ajustado ao poder de compra do dólar em cada país. O índice varia de 0 a 1. Quanto maior o número, mais elevada é a qualidade de vida no país. O IDH até 0,499 expressa baixo desenvolvimento humano. Índices entre 0,5 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano. IDH superior a 0,8 indica desenvolvimento humano alto. (<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/71308.html>) acesso em 10/05/2009

De acordo com Goeldner (2002) “qualquer tentativa de definir turismo e descrever completamente sua abrangência deve levar em consideração os diferentes grupos que participam desse setor e que são afetados por ela. São perspectivas vitais para elaborar uma definição ampla.” (GOELDNER, 2002, p.23)

Os grupos podem ser considerados participantes de um sistema que se comunica por uma demanda de serviços gerados a partir da chegada do turista ao município. Pode-se considerar um tripé de inter-relações em que o governo participa com investimentos em serviços básicos, as empresas fornecem bens e serviços para atender o turista, e a população percebe a possibilidade de inserção profissional ao mesmo tempo em que interage culturalmente.

GRUPO	DEFINIÇÃO
Turista	Busca de experiências diversas, satisfações psíquicas e físicas.
Empresas fornecedoras de bens e serviços	Visão de que o turismo é uma oportunidade para obtenção de lucros a partir do fornecimento de bens e serviços que o mercado turístico demanda.
Governo	Perspectiva de geração de renda aos cidadãos da localidade por meio do recebimento de moeda e das receitas oriundas de impostos sobre as despesas turísticas.
Comunidade anfitriã	Visão como fator de emprego e interação cultural.

QUADRO 2 – GRUPOS QUE PARTICIPAM DO SETOR TURÍSTICO

FONTE: ADAP. GOELDNER, 2002, P.23

O turismo é também delimitado na área estatística, comercial, econômica e jurídica e é reconhecidamente um setor propulsor de desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e principalmente territorial, em vários países do mundo.

Acerenza (1991) pesquisou sobre as definições de turismo relacionadas a essas áreas. Não sendo relevante para esse momento mencionar as citações na íntegra, somente extraiu-se do assunto à essência dos conceitos sob o ponto de vista da atualidade.

ÁREA	INTERFERÊNCIA RELACIONADA AO TURISMO
Estatística	Análise comparativa de fluxos de turistas nos destinos turísticos.
Comércio	Empreendimentos instalados em municípios turísticos que possam atender às necessidades do turista. Aqui podem se inserir, tanto os diretamente ligados ao turismo quanto o comércio usualmente utilizados pela população local.
Economia	Interferência na arrecadação de impostos, na balança comercial e na geração de empregos da localidade turística
Jurídica	Estabelecimento de leis e normas para possibilitar ações favoráveis ou limitantes ao turismo nas diversas áreas de influência;

QUADRO 3 – ÁREAS RELACIONADAS AO TURISMO
FONTE: A AUTORA, 2010.

As áreas descritas apóiam a organização do setor turístico, no entanto existem propulsores que incidem sobre os mesmos e de acordo com a temática desse trabalho serão demonstradas nesse momento.

SETOR	Estatística	Comércio	Economia	Jurídica
Turismo e sociedade	Capacidade de suporte no atendimento aos fluxos turísticos.	Diversidade comercial	Aumento no número de empregos	Implantação de legislação que defenda os direitos da sociedade
Turismo e cultura	Aumento na criação de produtos, patrimônios históricos, bens culturais, para atender o fluxo de turistas	Comercialização de produtos regionais (gastronomia, artesanato)	Produtos do artesanato gerado da herança cultural	Leis de incentivo a preservação cultural
Turismo e meio ambiente	Aumento de áreas preservadas para atender o turismo	Comercialização de produtos, roteiros para o turista.	Aumento de empregos especializados e de proteção ao meio ambiente	Implantação de legislação que defenda os direitos da sociedade relacionada ao meio ambiente em que vivem.
Turismo e território	Criação de novos territórios para o turismo	Territórios turísticos para serem ofertados ao turista	Geração de economia em território não utilizado ou subutilizados pelo turismo	Implantação de legislação e ferramentas de gestão do território.

QUADRO 4 – ASPECTOS POSITIVOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA
FONTE: A AUTORA, 2010.

É evidente que o pesquisador não pode deixar de mencionar os aspectos negativos que podem advir à sociedade com a expansão da atividade turística, desse modo o quadro visualizado anteriormente também pode ser repensado sob o ponto

de vista negativo, uma vez que o fenômeno turístico não é estático e depende de variáveis correlacionadas aos outros setores, a exemplo:

- áreas naturais dependem de uma legislação ao mesmo tempo rígida, mas que permita e deixe explícita as formas de proteção e utilização;
- se a comercialização de determinado produto cultural for desenfreada, há possibilidade de descaracterização e até mesmo perda de identidade cultural daquele patrimônio cultural;
- se os gestores do território (do município) não definirem áreas prioritárias para o desenvolvimento do município como um todo, e apenas ressaltarem a importância dos espaços para o turismo, poderá haver um desordenamento desse território causando a falta de harmonia, uma aparência artificial do destino turístico como também uma barreira entre turista e população residente.

Como o turismo possui característica direta no setor terciário ou de serviços, sua dinâmica modifica e interfere no meio ambiente em que está envolvido; partindo dessa premissa pode-se atribuir a essa atividade parte da responsabilidade na mudança de visão na gestão do território a que está inserido provocando a necessidade de um novo ordenamento territorial focado em uma visão integral em que tanto turistas quanto população local experimentem os benefícios advindos com o seu desenvolvimento.

Esses benefícios podem ser descritos como: infraestrutura básica adequada, recursos naturais e culturais preservados e planejados para o turismo, mão de obra local capacitada e apta a atuar nos setores do turismo entre outras possibilidades. Vale lembrar que as ações executadas para a organização da atividade devem também atender a população local de sem distinção.

Atualmente o turismo é significativo para o desenvolvimento de determinados municípios o que gera demanda por uma nova leitura do território vinculando-o aos efeitos positivos e negativos do setor, devido a uma ampla segmentação turística.

Segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser

estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009)

A oferta turística pode ser caracterizada pelo produto turístico⁵ colocado no mercado e depende do perfil do consumidor e de suas expectativas além do fator decisivo “preço”, considerado em alguns segmentos da sociedade como limitador de alguns produtos turísticos.

O turismo pode ser estudado sob vários aspectos, denominados Tipos de Turismo; Essa segmentação se dá diante das características pessoais e culturais somadas à evolução da sociedade e seus anseios por lazer.

TIPOS DE TURISMO	DEFINIÇÃO
Social	Viagem de lazer direcionada a determinados grupos de consumidores com renda insuficiente para usufruir da experiência turística e que tenham sua possibilidade de lazer limitada.
Ecoturismo	Atividade que utiliza de modo sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações.
Cultural	Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.
Estudos e intercâmbio	Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.
Esportes	Compreende as atividades turísticas decorrentes da praticam envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
Pesca	Atividades decorrentes da prática da pesca amadora.
Náutico	Atividade de lazer caracterizada pela utilização de transporte náutico fluvial, lacustre, marítimo e em represa.
Aventura	Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.
De sol e praia	Atividades relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta e água, sol e calor.
Negócios e eventos	O conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
Rural	Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.
Saúde	Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.

QUADRO 5 – TIPOS DE TURISMO

FONTE: Adap. BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009.

A segmentação do turismo permitiu a organização dos setores envolvidos e a inserção de várias cidades no contexto da atividade, uma vez que recursos culturais e naturais passaram a atrair o turismo espontâneo e movimentando a economia

⁵ Produto turístico é o conjunto de bens e serviços compilados e planejados e que estão à disposição do turista, a exemplo dos atrativos culturais e naturais, a infra-estrutura básica e turística.

local.

Dados do Ministério do Turismo (2011) retratam o crescimento da atividade no Brasil. Em 2009 foram 56 milhões de desembarques de passageiros de vôos domésticos. De janeiro a novembro de 2010 o acumulado chegou a 61,2 milhões, o que significa que ao final de 2010 houve um aumento de 19% em relação a 2009.

Esses índices demonstram que os brasileiros estão viajando mais, fato que estimula o surgimento de novos produtos e a necessidade de organização de cidades e regiões aptas a receber turistas. Essa realidade deve despertar à capacidade de um planejamento estratégico e cada vez mais especializado, sempre observando o ordenamento territorial na previsão da espacialização de bens e serviços em atendimento aos turistas sem prejuízo à população local.

A atividade turística ocupa espaços urbanos, rurais, naturais e se inter-relaciona com a dinâmica dos lugares onde se estabelece. A relação entre crescimento do turismo e expansão do território provoca uma modificação importante nos espaços vividos em sociedade, em que a apropriação de um sobre o outro gera influências capazes de transformar o espaço urbano, rural e natural das mais variadas formas.

Em vista desse fenômeno, surgem várias possibilidades ao ordenamento territorial para o turismo, pois suas peculiaridades transformam e organizam os espaços, sejam urbanos, rurais ou naturais, outrora pouco ou não utilizados.

A justificativa para o uso destes para o turismo é a valorização dos patrimônios naturais, culturais e históricos. A população local, por sua vez, absorve este novo método de ordenamento territorial que modifica seus hábitos, história, costumes e tradições.

Pode-se então observar a expansão de várias áreas do turismo e de outros setores no território, o impacto direto, o desenvolvimento de uma reorganização espacial em prol da fixação de uma vertente econômica e social.

3.3 Turismo, território e Desenvolvimento Regional: Integração por um novo ordenamento

O panorama exposto anteriormente situou o leitor quanto à definição de turismo, inserindo-o em uma temática conceitual em torno do aspecto do fenômeno e de sua descrição. Nesse momento pretende-se integrar o turismo ao território a fim de discutir a temática em busca do conceito de ordenamento definitivamente atrelado ao desenvolvimento do turismo.

O estudo do ordenamento territorial permite um refinamento às ações de desenvolvimento do turismo, uma vez que essa atividade se sobrepõe aos aspectos físicos, demográficos e econômicos, bem como da distribuição da atividade em municípios, regiões, estados e mesmo países.

O turismo e os vários setores da economia modificam as formas de pensar o território, o incentivo a essa atividade promove um crescimento muitas vezes espontâneo e não planejado, o que implica perdas ao meio ambiente nas localidades em que se desenvolve.

Atualmente muitos governos interessados em promover o desenvolvimento regional e local vêem no turismo um poderoso aliado na busca desse desenvolvimento. De fato, classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo” para muitas regiões. (TARLOMBANI DA SILVEIRA, 2000, p.87)

A referência ao “objeto de desejo” descrito por Tarlombani da Silveira (2000) se dá no sentido de que atualmente qualquer município tenta desenvolver o turismo numa visão economicista independente da potencialidade ou de estudos diagnósticos que destaquem uma vocação estratégica, muitas vezes atrelada ao território ou a cultura existente.

A união da técnica de ordenamento territorial com o turismo permite um suporte à gestão do território concernente à atividade uma vez que a mesma possui características que se tratadas de modo responsável poderá promover o crescimento municipal e regional de maneira ordenada, qualitativa e durável, considerada sua dinâmica.

Os municípios devem ter como objetivo geral o ordenamento do território por

meio do plano de desenvolvimento municipal principalmente quanto à definição do uso do solo⁶, e sua correta utilização.

As ações contidas nos planos são elementos orientadores da evolução municipal e prevêm a prerrogativa da vocação econômica predominante naquele território, bem como a preservação dos recursos naturais.

Percebidas as vocações a partir do estudo e do ordenamento do território e da implantação de ações atreladas ao desenvolvimento municipal, é comum observar uma nova valorização local, fato que gera uma expressividade da imagem do município como vitrine para investidores e também para turistas.

A estratégia de valorização e promoção da cidade é utilizada por governos locais para incrementar a economia local e objetivam criar uma imagem dinâmica e inovadora, agradável e atrativa, suscetível para novos investimentos produtivos e para o aumento do consumo urbano. É essa imagem que tem sido utilizada para captar novos consumidores e investidores em atividades relacionadas ao turismo e ao lazer. "O marketing é uma atividade estratégica orientada para atingir objetivos estabelecidos. Ele antecede as atividades de venda e propaganda, ao mesmo tempo em que é antecedido por elas, é o quadro geral do processo de chegada dos bens e serviços, do produtor ao usuário". (GOELDNER, 2002, p.403).

O desenvolvimento municipal estimulado dessa forma provoca a implantação diferencial de serviços bem como de recursos aplicados em determinadas áreas. O território visto de maneira desigual provoca um desequilíbrio nas ações, a princípio regidas por normas e planos que deveriam permitir o ordenamento espacial do território.

De acordo com Mabongunje in Pearce (1989),

spacial reorganization is seen as synonymous with development in the sense that spacial forms represent physical realizations of patterns of social relations[...] The need for a pattern of social relations which can inculcate new process of production thus requires the reconstruction of spatial structures both in the rural and urban areas of a country. (MABONGUNJE IN: PEARCE, 1989, p. 09)

reorganização espacial é vista como sinônimo de desenvolvimento no sentido de que as formas espaciais representam realizações físicas dos padrões de relações sociais[...] A necessidade de um padrão de relações sociais podem incutir novo processo de produção portanto, requer a reconstrução de estruturas espaciais, tanto nas áreas rurais e urbanas de um país.(MABONGUNJE IN: PEARCE, 1989, p. 09, tradução nossa)

⁶ A definição de uso do solo pode ser relacionada aos planos diretores a que os municípios com mais de 20.000 habitantes estão obrigados a realizar a partir da lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Esse tema terá um capítulo específico com maiores detalhamentos.

Mas, a RE - organização deve partir primeiro de uma organização, o que em alguns municípios ainda não existe por diversos fatores arraigados na sociedade brasileira.

A integração entre os atores do turismo define uma postura diferenciada para a atividade no século 21; Esta deverá ser vista e estudada de modo integral considerando as pessoas, os espaços, os territórios e a natureza envolvidos em um modelo de ordenamento territorial diverso e inovador, uma vez que não se pode mais conceber modelos estáticos e gerais que não permitam que as características regionais e locais sejam vistas como diferenciais.

A atividade turística ocupa, por vezes, espaços urbanos, rurais e naturais e se inter-relaciona com a dinâmica dos lugares onde se estabelece. A união de conceitos da dinâmica do território e turismo provoca uma modificação importante nos espaços vividos em sociedade, em que a apropriação de um sobre o outro gera influências capazes de transformar o espaço urbano, rural e natural das mais variadas formas.

A organização do espaço urbano é, portanto, além do estudo e aplicação de normas e ações, como também o respeito às pessoas que coabitam aquele espaço. Esta simbiose dá nova forma à cidade, onde sua função real e as idéias e valores que as pessoas lhe atribuem constituem um fenômeno único, onde o contexto populacional, suas formas de ver, pensar ou sentir o território, passam a fazer parte da maneira de ordenar a cidade.

Neste sentido, o planejamento municipal também preconiza a produção do espaço através da funcionalidade do mesmo, refletindo posteriormente na paisagem da cidade, pois as pessoas circulam neste espaço, relacionam seu modo de vida à paisagem⁷ percebida no espaço a ser percorrido e vivenciado.

Afirmar, portanto, que a produção do espaço, “é cada vez um dado social, significa reconhecer que a sociedade tem ampliado, ao longo do tempo, sua capacidade de transformação do espaço, interferindo de modo cada vez mais determinante na produção das formas que o compõe e na definição de seus respectivos conteúdos”. (CRUZ, 1998, p. 32)

Um espaço produzido e adaptado às necessidades da sociedade é aquele em que sua função e forma estão adequadas uma a outra. Este conjunto pode ser

⁷ A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente [...]. A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. (SANTOS, 2004, p.54)

alcançado através da reutilização de espaços antes ociosos atendendo desta maneira as expectativas da sociedade envolvida. A geração de novas atividades também pode ser a alternativa para cidades em que a preservação do ambiente natural limite a instalação de indústrias ou serviços que não se encaixem as leis ambientais vigentes.

Uma vez percebida a necessidade de gerar novas escolhas de sustentação aos municípios, pode-se entendê-lo de modo personalizado a partir da análise de seus diferentes espaços e para o ordenamento territorial destes, pode-se utilizar o conceito de espaço segundo Milton Santos (1992):

Forma – é o espaço visível de uma coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetivos – um padrão.

Estrutura – implica na inter-relação de todas as partes do todo ou modo organizado ou construção.

Processo – ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

Função – é uma tarefa ou atividade da forma, pessoa, instituição ou coisa.

Neste sentido concorda-se com Bahl, no que diz respeito ao acompanhamento dos elementos baseados na forma, função, estrutura e processo para o estudo do turismo.

O turismo, como fenômeno, abrange repercussões espaciais de diversos níveis. O acompanhamento dos elementos baseados na forma, função, estrutura e processo exigirão procedimentos vinculados à inserção de diversos segmentos profissionais para a elaboração de um plano regional, à consulta e incentivo à participação de comunidade, das entidades profissionais e das iniciativas pública e privada das localidades. (BAHL, 2004, p. 46)

Ao transpor o conceito de Milton Santos (1994) e a afirmação de Bahl (2004), referente ao ordenamento territorial pode-se fazer um pequeno ensaio exemplificado ao turismo. Desse modo, a Forma poderia ser considerada o espaço turístico, a Estrutura estaria vinculada aos equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, agências, aeroportos); o processo poderia ser vinculado ao planejamento do turismo elaborado e aplicado de modo contínuo e participativo, e a Função poderia ser considerada como os atores do turismo (empresários, secretários de organizações públicas, funcionários do setor e a comunidade).

Outros autores também relacionam o território ao turismo, a exemplo de Knafou (2001) quando o mesmo propõe três tipos de relação entre turismo e território;

Segundo o autor, podem existir territórios sem turismo, pois o turismo só existe a partir do turista, e este só poderá visitar conhecer e interagir com o território caso tenha condições de acesso, hospedagem, alimentação, e que ainda, seja motivado por atrativos naturais ou culturais que façam com que haja essa movimentação.

Pode ainda haver o turismo sem território, que são lugares de passagem, sem identidade o suficiente para atrair correntes, cujo objetivo é conhecer o território, e fazer deste, uma imagem duradoura e marcante. E ainda podem existir territórios turísticos, isto é, territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores.

Estas várias formas de utilização do território para o turismo podem causar impactos na concepção do ordenamento, pois segundo Knafou (2001) não se ordena apenas o espaço, e sim, toda a sociedade.

A visão de território sob o ponto de vista do turismo é uma realidade para pesquisadores, principalmente na área da geografia, e usualmente podem ser observados territórios turísticos pouco desenvolvidos, ou até mesmo sem um ordenamento ou planejamento adequados à atividade, o que impacta diretamente na ocupação desordenada ou na apropriação de espaços pelo turismo sem considerar a população local.

De certo modo pode-se perceber a pouca integração desses estudos junto aos órgãos de planejamento e gestão, na compilação e tratamento de dados para a devida atualização de conceitos, teorias ou ferramentas para o estudo do território em consonância com o turismo. Ora o planejamento é voltado somente para o turista sem considerar a população local, ora ignora-se o turismo, deixando-o à margem do desenvolvimento local.

Um exemplo da tímida participação ainda, dos conceitos de território e suas ferramentas na máquina pública relacionada ao turismo é o Plano Nacional de Turismo (2007) quando trata o Ordenamento Territorial - OT de modo concentrado principalmente no litoral brasileiro.

Apesar de não ter um capítulo ou espaço específico para propostas de OT da atividade turística, existem políticas direcionadas para o reordenamento territorial da atividade turística no Brasil, baseadas no tripé *interiorização, desconcentração e diversificação* do produto turístico do país, visto o setor estar concentrado sobremaneira no litoral brasileiro. Porém, a aplicação do tripé ainda está longe de ser uma realidade, tendo em vista que as

intervenções espacializadas nos planos regionais ainda continuam concentradas no litoral, sem haver de fato uma desconcentração territorial do setor. (FERREIRA, GOMES, 2009, p. 02)

Observa-se ainda que nos planos estaduais, regionais e municipais, as políticas de ordenamento territorial estão vinculadas aos planos diretores, e que esses abordam de maneira superficial o turismo, sem considerar os impactos trazidos por essa atividade sobre o território.

Ferreira e Gomes (2009) dissertam em um estudo sobre o a região metropolitana de Natal - RN sobre as dificuldades existentes para a concretização de políticas territoriais que possam contribuir para a integração das regiões metropolitanas junto aos variados atrativos turísticos que se encontram dispersos e desconexos pela falta de um planejamento espacial que possa integrar população à atividade.

Os resultados da pesquisa nos mostraram que, o Brasil ainda carece de uma política nacional de ordenamento territorial, bem como políticas de OT para atividades setoriais, como o turismo. Devido a inerência do turismo em demandar espaços, fazem-se necessárias políticas de ordenamento territorial para o setor, que objetivem minimizar os impactos negativos dessa atividade no espaço geográfico, numa perspectiva de coesão e contigüidade territorial. Contudo, os territórios são ordenados pelo poder público, sem obedecer a uma gestão integrativa para a questão. Constatamos isso quando, ao analisarmos o PNT 2007-2010. (FERREIRA, GOMES, 2009, p. 01)

O maior desafio para os gestores do turismo é atrelar os conceitos e teorias às novas técnicas e ferramentas de planejamento e gestão para que o turismo possa se desenvolver de modo satisfatório, considerando os aspectos sociais e econômicos em um modelo de reorganização territorial abrangentes, mas consideradas em suas particularidades.

A spacial reorganization is seen as synonymous with development in the sense that spacial forms represent physical realizations of patterns of social relations. (MABOGUNJE *apud* PEARCE, 1989, p. 9)

A reorganização espacial é vista como sinônimo de desenvolvimento no sentido de que as formas espaciais representam realizações físicas dos padrões de relações sociais. (MABOGUNJE *apud* PEARCE, 1989, p. 9, tradução nossa)

Mas a **RE - organização** deve partir da **organização**, e nesse sentido, mais “ pesquisas de campo, em profundidade, poderão ajudar a reunir subsídios para a construção de uma teoria do que deva ser planejamento territorial do turismo no Brasil” (YAZIGI, 1999, p.25)

A relação turismo e desenvolvimento tem sido tema discutido nos meios acadêmicos, pois se observa muitas vezes o impacto negativo causado pela expansão da atividade tanto no ambiente natural quanto cultural.

Um crescimento desordenado agride e descaracteriza o meio natural e urbano, fazendo com que turistas busquem outras localidades, nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas pela adequação aos interesses comerciais da atividade. (RUSCHMANN, 2001, p. 163).

Observa-se que o turismo eleva a pressão imobiliária sobre o uso do solo urbano, rural e até mesmo em áreas naturais já protegidas ou não por legislações específicas; são hotéis, aeroportos, atrativos, terminais rodoviários, área comercial, entre outras infra-estruturas necessárias à sua expansão. Analisado pelo aspecto positivo, esse desenvolvimento pode iniciar um processo de organização espacial aliada à gestão e inserção de novas economias, poderá gerar empregos para a população local, sob princípio do aumento da demanda de turistas; é nesse aspecto que o ordenamento territorial planejado de modo integrado, organiza o espaço urbano e o rural a fim de atender visitantes com uma utilização racional de seu território.

Portanto ao pensar o *desenvolvimento*, deve-se ter em mente a dimensão socioespacial, pressupondo que a comunidade tenha autonomia para gerir os seus destinos. É indiscutível, nos dias que correm, que o turismo deva ser encarado como importante motor de desenvolvimento com base local, contemplando as potencialidades endógenas. (RODRIGUES, 2000, p.10)

O turismo pode desempenhar um papel decisivo na transformação das cidades receptoras; no entanto é necessária uma pré-condição: o desenvolvimento do setor se dará de modo pleno, uma vez que órgãos públicos e privados mantenham o planejamento da atividade em sua totalidade, observando teorias, estudos e aplicações consideradas não em sua plenitude, mas explicitadas de acordo com a realidade local sob um trabalho técnico e contínuo, sem que a variação política seja uma quebra a esse desenvolvimento.

A partir da transformação do espaço, da organização do território, (aqui, leia-se das fronteiras municipais formalmente instituídas), e da gestão integrada entre o desenvolvimento municipal, atrelado a ações do desenvolvimento para o turismo; pode-se considerar o estudo da região principalmente se observados os preceitos da

busca da sustentabilidade, uma vez que é inconcebível⁸ que gestores municipais não elaborem estratégias de desenvolvimento regional às áreas de preservação ambiental, bacias hidrográficas, entre outras áreas que se encontram em divisas territoriais entre municípios ou estados.

Esse comentário é prudente devido à vulgarização do termo desenvolvimento regional, tratado por alguns como suporte a discursos políticos evasivos sem metodologias ou parâmetros técnicos.

Para esclarecer tais afirmações pode-se dizer que região na geografia possui várias definições como “um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e assim, um elemento constituinte de uma identidade” (CORREA, 2005, p.188).

Em uma visão política, a região pode ser considerada com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas. Essa definição de Correa (2005) pode ser reportada a condição da regionalização do turismo no Brasil, mais especificamente no Paraná, em que as regiões turísticas foram definidas pelo cunho político de força e poder, elegendo Curitiba e Região Metropolitana, Litoral e Foz do Iguaçu, como áreas prioritárias e que conseqüentemente poderão receber mais investimentos focados no desenvolvimento do turismo.

Enfim, as regiões e a regionalização do turismo se contemplados em políticas de desenvolvimento regional possibilitam a geração de novos territórios sobrepostos a divisão política formal, efetivando e fortalecendo a gestão descentralizada, o que convenhamos, no Brasil ainda está longe de acontecer.

⁸ A realidade no Brasil é: o desenvolvimento regional acontece parcialmente. É raro observar ações em conjunto de municípios e ou estados que se dignem ao planejamento com base em uma integração.

3.4. Sistema, Modelo e Geoprocessamento: bases da geografia para o planejamento do turismo

Um dos grandes desafios dos governos municipais atualmente são o planejamento e o gerenciamento de cidades.

O crescimento das cidades, a dinâmica de ocupação do solo, e os impactos advindos, demandam ações em que a coleta, produção, ordenação, armazenamento e distribuição de dados necessitam de um meio facilitado para a tomada de decisões sob estratégias de planejamento municipal em novos enfoques e ferramentas.

Essa rapidez da informação deveria ainda facilitar uma maior eficácia da aplicação do recurso financeiro público e a consolidação de políticas municipais e setoriais, sendo que a compilação de dados fidedignos supõe uma possibilidade de gestão nos moldes da transparência, permitindo a participação da sociedade nos processos decisórios.

A transparência é também um passo para a gestão co-responsável entre poder público, sociedade organizada e população como um todo.

Partindo do princípio da variedade e quantidade de informações geradas, e da visualização do município como um sistema aberto, não é mais possível que o planejamento municipal esteja ainda calcado nos moldes de uma gestão estática, ultrapassada no sentido de não utilizar novas metodologias e ferramentas que possam auxiliar na formulação de uma gestão sistêmica, estratégica e participativa a partir de novos modelos que permitam a inserção de sistemas de tecnologias de informação georeferenciadas na tentativa de construção de um pensamento ativo ao planejamento do turismo.

O conceito de sistemas foi introduzido por Chorley em 1962 e vários aspectos dessa abordagem foram considerados por Christofletti (1979), Strahler (1980), Huggett (1985) e Scheidegger (1991), sendo que cada um desses estudiosos cita a conectividade dos sistemas como um conjunto estruturado de objetos e/ou atributos. Importante salientar a relação entre fenômeno e sistema, seja por sua característica, sua influência ou mesmo interferência e integração de seus componentes.

Na ciência em geral observa-se vários sistemas complexos, que podem ser estudados de acordo com suas características ou mesmo foco de análise. A exemplo do sistema biológico relacionado a evolução dos seres vivos, ou dos sistemas

econômicos, sistemas sociais, entre outros. Nesse trabalho observa-se os tipos de sistemas pela expressividade em sua organização espacial “nos quais a espacialidade na superfície terrestre torna-se característica inerente e fundamental” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 3).

Sistema isolado	Não sofre perda, não recebe energia ou matéria do ambiente que o circundam.
Sistema não isolado	Mantém relação com os demais sistemas do universo no qual funcionam.
Sistema fechado	Quando há permuta de energia, mas não de matéria
Sistema aberto	Quando há troca de energia e matéria

QUADRO 6 - TIPOS DE SISTEMAS

FONTE: Adap. CHRISTOFOLETTI (1999)

O estudo em torno dos sistemas mencionados por Christofolletti (1999) foram utilizados por outros autores sob outras formas de interpretação. Um exemplo relacionado ao turismo é o Sistema Turístico de Beni (1998). O autor trata o turismo como um sistema aberto devido à interferência interna e externa a que passa a atividade em uma relação com o seu meio ambiente, e assim sugere um modelo referencial de Sistema de Turismo em que o conjunto das relações ambientais, da organização estrutural e das ações operacionais se relacione entre si e com o ambiente externo num processo contínuo de retroalimentação e transformações no território turístico.

A palavra modelo possui muitas nuances em seu significado. De modo geral pode ser compreendido como sendo qualquer representação simplificada da realidade ou um aspecto do mundo real que surja como de interesse ao pesquisador que possibilite reconstruir a realidade, prever comportamento, uma transformação ou uma evolução. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 8)

Para Haggett e Chorley (1967; 1975) “modelo é uma estruturação simplificada da realidade que supostamente apresenta, de forma generalizada, características ou relações importantes.” Os modelos podem ainda explicar determinados fenômenos que de modo sistemático podem ser interpretados a partir de princípios gerais ou subdivididos de acordo com os interesses ou necessidades do planejador. A partir dessa perspectiva, os modelos podem ser utilizados para o planejamento, e segundo Apostel (1961),

justifica-se o uso de modelos em casos em que há a ausência de uma teoria que explique um conjunto de fatos, ou a presença de uma teoria de difícil resolução matemática, ou uma nova informação relacionada a uma teoria já estabelecida, e mesmo uma teoria que se pretenda visualizar para uma melhor apresentação. (APOSTEL, 1961, *apud*: CHADWICK, 1973 p.178).

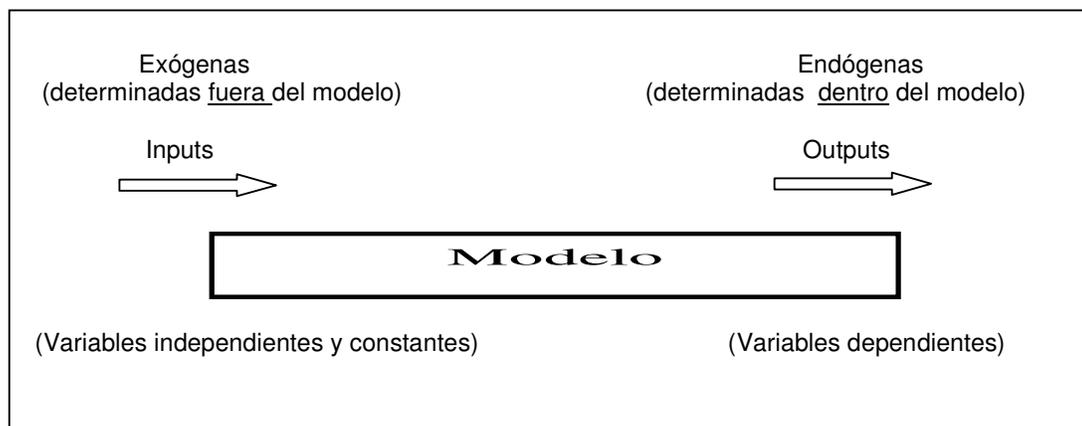
Certamente, no caso do planejamento, os modelos são abertos, uma vez que

planeamiento por definición, se refiere al futuro y este por definición es inaccesible. No se puede experimentarse el futuro hasta que, de hecho, sea el presente. Sin embargo, podemos (y si es que planeamos, *debemos*) establecer teorías e hipótesis acerca del futuro, susceptibles de verificación, del mismo modo que verificamos hipótesis que ahora pertenecen al pasado. (CHADWICK, 1973, p.179)

O planejamento pode ser, em determinados casos, tratado como um sistema em que as variantes relacionadas entre si, podem causar impactos negativos ou positivos ao meio ambiente e à sociedade. Sendo assim, observando sistemas de comportamento similar pode-se utilizar a representação gráfica para apresentar as variáveis do universo pesquisado como também modificar as entradas e saídas do sistema.

Existem vários exemplos existentes na base científica de modelos, sendo que invariavelmente alguns conjuntos são necessários para que o modelo possa ser confeccionado, discutido, visualizado e a partir desse processo, alterado com ações de causa e efeito.

Os modelos são construídos basicamente num diagrama que pode ser confeccionado a partir das variantes exógenas e endógenas e das entradas e saídas como pode ser exemplificado no esquema apresentado por Chadwick em 1973.



QUADRO 7 – DIAGRAMA *Inputs e Outputs*
 FONTE: CHADWICK (1973)

Este modelo, ainda é utilizado por diversos autores, inclusive pesquisadores do turismo, por ser um meio de exemplificar a estrutura ainda hoje vigente nas relações de mercado entre a oferta e a demanda turística.

Os procedimentos metodológicos utilizados na análise dos fenômenos estão relacionados com a natureza do objeto de estudo e com a visão-de-mundo adotada pelo cientista. Ao lado da estrutura conceitual há necessidade de que haja disponibilidade da instrumentação tecnológica para a coleta de informações e efetiva ação analítica. O desenvolvimento tecnológico possibilita a produção de novos equipamentos mais capazes e adequados às pesquisas científicas, favorecendo ampliar a obtenção de dados, a compreensão, o diagnóstico e o manejo dos sistemas de organização complexa. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p.1)

Os modelos de simulação dinâmica são construídos num cenário virtual baseado na alimentação de dados coletados em meio à realidade. Pode ser para visualização e planejamento na economia, saúde, transportes, indústria e turismo (principalmente na confecção de mapas turísticos), mas praticamente inexistente no planejamento.

Os relacionamentos entre os vários setores econômicos e o meio ambiente são estudados usando modelos de simulação dinâmica para várias regiões do mundo. Um modelo de simulação dinâmica é aplicado a fim de simular uma situação real ou o mundo real, com o propósito de analisar as relações dinâmicas entre as variáveis do modelo. (FERNANDES e BASTOS, 2000, p.88)

O modelo de simulação aplicado para o planejamento territorial do turismo, pode servir para a inserção de informações relativas à atividade na fase diagnóstica, e acompanhamento/controlado na verificação do desenvolvimento do turismo numa prática constante e integral de observação da dinâmica territorial facilitando a tomada de decisão futura.

Atualmente, a ocupação e uso do solo por diversas atividades produtivas e sociais acontecem em um processo acelerado. Os padrões de planejamento e gestão podem ser substituídos gradualmente por modelos de planejamento baseados em ferramentas de geoprocessamento levando-se em conta as necessidades de produção, consulta, análise e avaliação, no ambiente da gestão, nas áreas de planejamento, transportes, habitação, indústria e turismo, entre outros.

Nesse contexto pode-se apontar o geoprocessamento como ferramenta em vários processos de ordenamento do território, mas que no turismo, apesar de ser

utilizada, ainda é pouco difundida no planejamento e na gestão, principalmente junto à gestão pública municipal.

O geoprocessamento pode ser entendido como sendo a

utilização de técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação sobre objetos ou fenômenos geograficamente identificados. O geoprocessamento tem sido empregado numa gama muito grande de aplicações em diversas áreas da Ciência, dentre elas podemos citar: a Cartografia, a Geografia, a Agricultura e Floresta, a Geologia etc. Além disso, tem contribuído para estudos de planejamento urbano e rural, meios de transportes, comunicações, energia. As ferramentas utilizadas para realizar o Geoprocessamento compõem um conjunto denominado de Sistema de Informação Geográfica (SIG), às vezes chamado de GIS, do inglês Geographic Information System. (MOREIRA, 2001, p.204).

Com o Sistema de Informação Geográfica – SIG há possibilidade de inserir e integrar em uma base de dados, informações espaciais como, imagens de satélite, dados censitários, dados de cadastro rural e urbano, e ainda oferece mecanismos para combinar várias informações por meio de algoritmos de manipulação e análise, e também possibilita a consulta, e visualização geral do conteúdo dessa base de dados georeferenciados. (MOREIRA, 2001)

Na perspectiva de um processo decisório preciso, a integração e a sistematização de informações espaciais, podem se concretizar a partir da consolidação de uma base de dados espaciais que se dá pela coleta, inserção de dados, interpretação, aplicação e atualização programada.

A abrangência e amplitude da informação disposta a partir do georreferenciamento permitem o foco em áreas problema, em geração de informação seletiva de nível operacional e técnico a diversos setores da organização e, em orientação a setores de produção e serviços.

No geoprocessamento faz-se o inventário criando um modelo digital ambiente que compreende os dados cartográficos (Banco de Dados Geográfico - BDG – ou, mais especificamente, base de dados geocodificados), associados ou não a conjunto de dados alfanuméricos (Banco de Dados Convencional - BDC) (SILVA E ZAIDAN, 2010, p.169)

A utilização da ferramenta do geoprocessamento permite a visualização de dados em grande quantidade facilitando a elaboração de projetos e estratégias desde sua concepção, execução, manutenção e ainda de novas proposições decisórias próprias das mudanças espaciais e sociais que acontecem nas cidades.

O geoprocessamento torna-se imprescindível ao estudo em regiões litorâneas devido à fragilidade do ambiente e de sua potencialidade para o turismo.

No caso de Guaratuba os remanescentes da Floresta Atlântica, os mangues, as restingas e praias são áreas constantemente ameaçadas por ocupações irregulares em prol de um turismo espontâneo, advindo sem planejamento ou restrições de ocupação. A adoção de metodologia de planejamento integrada ao geoprocessamento propicia a formulação de planejamentos territoriais baseados no conhecimento da realidade e não apenas nos preceitos e interesses de planejadores de visão unilateral. (SILVA E ZAIDAN, 2010)

O Sistema de Informações Geográficas – SIG – deve ser utilizado como ferramenta integradora de dados ambientais, pois é um recurso em que é facilitada a identificação de correlações das informações espaciais e suas associações com banco de dados convencionais (alfanuméricos), além de otimizar consulta, modelagens e simulações. (CANEPARO et al, 1998, p.243)

Nessa mesma linha de pensamento, a informação turística pode ser entendida como informações de lugares específicos da superfície terrestre, ou seja, que tem localização. Mais além desta definição a informação turística deve ser georreferenciada, ou seja, como informação geográfica vinculada a algum sistema de posicionamento terrestre. (ROSSATO, 2004, p.42)

O ambiente de visualização do SIG, por meio de mapas confeccionados a partir da necessidade do município, ainda permite uma visualização mais simplificada para facilitar o processo de explanação das ações e dos cenários possíveis a serem desenvolvidos por parte do poder público.

Os mapas são necessários ao desenvolvimento e conhecimento nas diversas áreas para apoiar ações de planejamento e gestão.

De acordo com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, “Os mapas são importante recurso para facilitar a leitura da realidade local, porque ajudam a visualizar as informações reunidas na leitura técnica e comunitária, e a localizá-las no território.” (BRASIL, CONFEA, 2004)

Os fatores que condicionam e determinam o desenvolvimento do território estão diretamente relacionados à condição física, geomorfológica, ambiental e social, que incidem sobre o território, desse modo pode-se criar mapas de diversas ordens, chamados de mapas temáticos que possuem as seguintes funções:

MAPAS TEMÁTICOS	OBJETIVO	UTILIZAÇÃO
Mapa de ocupação urbana	Mapear riscos para ocupação urbana	Identificar áreas de risco, de escorregamento, erosão, inundação, contaminação do subsolo ou outros fenômenos desse tipo, e as áreas degradadas que exijam ações especiais de recuperação;
Mapa Cultural	Mapear áreas para preservação ambiental	Indicar área e/ou elementos de interesse, para que sejam oficialmente protegidos pelo poder Público; Indicar áreas de preservação de patrimônio histórico e cultural, tombadas ou protegidas e as áreas de valor cultural ou simbólico para a comunidade;
Mapa Fundiário	Mapear a estrutura Fundiária	Indicar a situação da propriedade da terra (regular e irregular), a distribuição e forma de uso da propriedade;
Mapa Histórico	Mapear a evolução histórica da cidade e do território	O núcleo inicial da cidade, seus marcos de origem, referências históricas e culturais, principais períodos e fatores que determinaram a forma de ocupação;
Mapa Regional	Mapear a inserção regional do município	Análise relacionada à circulação de pessoas, de mercadorias, de bens e serviços entre municípios limítrofes ou não;
Mapa de Mobilidade	Mapear indicadores de mobilidade e circulação	Indicar os deslocamentos da população, circulação viária, transportes na cidade e na região; localizar áreas de maior incidência de acidentes de trânsito; quantificar frota de veículos, ônibus, automóveis, dentre outros;
Mapa Populacional	Mapear a caracterização e distribuição da população e seus movimentos	Indicar população por bairro e densidade, por faixa etária e escolaridade, por condições de emprego e renda familiar, por crescimento e evasão de população;
Mapa de Uso do Solo	Mapear a ocupação atual do território	Indicar as atividades e formas de uso e ocupação do solo; formais e informais, regulares ou não, vazios urbanos e zona rural, áreas com edificações de maior altura, densidades habitacionais, morfologia.
Mapa de Infra-estrutura Urbana	Mapear a infra-estrutura existente no município	Apontar redes de esgotamento sanitário, água, luz, telefone, drenagem; redes de equipamentos- educação, saúde, cultura, esporte e lazer, etc. e ainda a população atendida por essa infra-estrutura;
Mapa Econômico	Mapear a atividade econômica do município	Descrever as atividades econômicas predominantes, e as atividades em expansão ou retração, não só em termos de número de empregos e de empresas, mas de sua participação na composição da receita do município.

QUADRO 8 – MAPAS TEMÁTICOS
 FONTE: Adap.BRASIL (2004)

A informação mapeada delimita a realidade de um recorte geográfico em um determinado período de tempo, uma vez que a realidade sempre é alterada de acordo com a dinâmica espacial e social. O Sistema de Informação Geográfica - SIG como ferramenta, permite a visualização do contexto a ser analisado e retrata pontualmente tais realidades.

Para Tarlombani da Silveira (2010), o SIG reúne as funções necessárias para a análise espacial do turismo,

as principais funções do SIG são: a digitalização de dados espaciais, a ligação de atributos às feições armazenadas, a manipulação e análise destes dados baseados nos atributos, visualização dos planos de informações gerados, montagem e consulta ao banco de dados baseado na posição geográfica das feições digitalizadas, álgebra com mapas, operadores de distância, operadores de contexto, dentre outros. (TARLOMBANI DA SILVEIRA, 2010, p. 273)

Além disso, contribui para a geração de informações a partir de um banco de dados georreferenciados que pode ser atualizado com mais facilidade inclusive na geração de mapas interpretativos ou temáticos de acordo com a necessidade de informação ou estratégia de planejamento do turismo⁹.

A utilização do SIG no planejamento turístico se relaciona com três funções primordiais, a saber: integração dos dados, análise da informação, e dispersão/representação espacial da informação. Para cumprir com as três, a condição essencial é contar com uma base de dados georreferenciados, isto é, geograficamente localizados. (TARLOMBANI DA SILVEIRA *et al*, s/d, não publicado)

Se atualmente as pessoas buscam informações georreferenciadas por meio de GPS¹⁰ – (Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global), e de ferramentas do Google Earth, é imprescindível que os gestores públicos e privados modernizem suas formas de planejar, uma vez que principalmente em atrativos turísticos na área natural, o encontro de informações obtidas por meio digital será uma nova forma de comunicação para a informação turística.

O GPS é uma ferramenta importante para o planejamento, uma vez que pode registrar lugares, objetos, rios, montanhas. A partir das coordenadas, o objeto pode ser localizado e reproduzido no Sistema de Informação Geográfica para a visualização integrada aos demais componentes do espaço. A vantagem da utilização do GPS está na sua precisão (claro, se os dados forem coletados corretamente), e no acesso às coordenadas, uma vez que o sinal de alguns satélites pode ser obtido gratuitamente. Portanto, o GPS possui aplicação eficaz para a

⁹A exemplo: Para encontrar um melhor lugar para construir um aeroporto deve-se levar em consideração uma série de critérios como a distância de aterros sanitários, etc. (MURAKAMI, nº 56, 2009, p.33)

¹⁰ O GPS é um sistema de rádio-navegação baseado em satélites. Permite a determinação de posicionamento tridimensional (latitude, longitude e altitude), velocidade e hora.

localização de recursos e atrativos turísticos, uma vez que alguns não se apresentam em área urbana.

O pesquisador José Antonio Rocha em 2000 utilizou o GPS para obter as coordenadas da Grota de Angicos no sertão de Sergipe e Alagoas nas margens do rio São Francisco, onde em 1938, Lampião foi emboscado pela polícia alagoana.

O GPS tem uma aplicação muito importante, pois permite o georreferenciamento dos pontos turísticos de uma dada região, bem como, a localização exata de determinados fatos históricos de nossa cultura e do nosso folclore. (ROCHA, 2000, p. 109)

Certamente, informações obtidas a partir de ferramentas e procedimentos técnicos cuidadosamente interpretados emitem maior segurança em diagnósticos observados e aplicados ao território. O que se destaca na relação entre ferramentas usuais e ferramentas de planejamento, é a necessidade premente de buscar novos processos de planejamento para o turismo, em que a eficácia possa ser uma constante.

O SIG pode ser aplicado no mapeamento e zoneamento de regiões, monitoramento de áreas de risco e de proteção ambiental entre outras funcionalidades em que se pode observar o crescimento populacional e social atrelado inclusive ao desenvolvimento econômico das cidades, regiões ou países.

Sendo o turismo um fenômeno social e econômico, o SIG pode contribuir inclusive para observação e atuação na gestão do turismo municipal, regional e nacional, em substituição dos modelos de planejamento já ultrapassados e ainda aplicados principalmente no inventário de dados relevantes ao desenvolvimento da atividade.

O SIG aplicado ao turismo minimiza a falta de exatidão da localização espacial de atrativos turísticos naturais ou culturais, de potencialidades turísticas, ou de infra-estruturas necessárias ao planejamento do turismo.

Um exemplo prático da aplicação do SIG para o turismo pode ser observado na TABELA 1.

Capacidades funcionais do GIS	Questões básicas que podem ser investigadas usando o GIS		Exemplos de aplicação ao turismo
Produção de mapas	Localização	O que é?	Inventário de recursos de turismo
Produção de mapas	Condições	Onde está?	Identificação de locais adequados ao desenvolvimento
Integração e gestão de banco de dados	Tendências	O que mudou?	Medição do impacto do turismo
Inquérito e pesquisa de dados	Roteiros	Qual o melhor caminho?	Fluxos e Gestão de visitantes
Análise espacial	Padrão	Qual é o padrão?	Análise de relações associadas ao uso de recursos
Modelagem espacial	Modelagem	E se?	Avaliação do impacto potencial do desenvolvimento turístico
Apoio de decisão			

TABELA 1 – CAPACIDADES DO GIS E APLICAÇÕES AO TURISMO
 FONTE: FARSARI, 2008.

Os municípios passaram a ser atores do desenvolvimento turístico, cabe a gestores municipais a adoção de técnicas e ferramentas de coleta de dados e de atitudes para o planejamento e gestão local.

É necessário avançar na discussão das formas de planejar o turismo, passar de uma visão que além de sistêmica, em uma relação interna e externa mais abrangente em que a espacialidade possa estar estabelecer redes e fluxos, uma vez que vários estudiosos passam a trilhar o desenvolvimento da cidade a partir das interconexões e inter-relações do homem com o meio. Esse novo pensamento se dá principalmente pelo desenvolvimento da tecnologia que transforma o espaço físico e até mesmo mental da sociedade do novo milênio introduzindo um novo padrão de sociabilidade que faz com que a relação dos indivíduos sofra alterações consideráveis.

Pode-se afirmar então que a inovação tecnológica é um fator decisivo para a geração de um novo processo de desenvolvimento, e o papel do Estado prescinde o investimento e o entendimento entre a tecnologia e a sociedade, uma vez que o mesmo torna-se responsável pela promoção e liderança das ferramentas a serem aplicadas na gestão e organização da sociedade de determinado espaço a um dado tempo.

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. (BRAUDEL, in: CASTELLS, 2002, p.43)

Essa interatividade se sobrepõe ao homem, deve estar imbricada nas instituições e nas ferramentas de gestão, uma vez que principalmente na administração pública, deve haver uma interface entre órgãos e secretarias diversas, no intuito de gerar uma possibilidade ao planejamento integral.

Definitivamente, o homem é parte crucial no processo de desenvolvimento das cidades do século 21, e nessa perspectiva pode-se entender que as máquinas podem vir a ser uma extensão da mente humana, uma vez que a tecnologia pode estabelecer padrões de estudo e aplicabilidades eficazes para a tomada de decisões.

Assim, computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana. O que pensamos e como pensamos é expresso em bens, serviços, produção material e intelectual, sejam alimentos, moradias, sistemas de transporte e comunicação, mísseis, saúde, educação ou imagens. (CASTELLS, 2002, p.69)

Os sistemas de desenvolvimento da sociedade passam então por um novo paradigma. A economia, o planejamento e gestão de empresas públicas e privadas passam a assumir novos padrões estreitamente relacionados às influências da tecnologia informacional, global e em rede que influenciam o crescimento de municípios, regiões e países, sendo que a interação entre os diversos setores permeia o coletivo.

A esse processo Castells define:

Informacional: porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos.

Global: porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos.

Rede: porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 2002, p.119)

Mas, o grande desafio não é somente transformar um pensamento retilíneo e estruturalista em um novo enfoque sistêmico e de rede, e sim, iniciar um novo processo de conhecimento quanto à produtividade e contribuição dos diversos setores da economia globalizada, a exemplo dos setores primário, secundário e terciário, que estão estreitamente relacionados e são interdependentes.

É nesse cenário provocativo e de interdependência que gestores públicos e privados devem analisar os vários desafios advindos com a globalização e a partir de um novo paradigma, buscar apoio da alta tecnologia utilizando novas ferramentas para dinamizar as técnicas de planejamento das várias atividades, incluindo o turismo.

Há várias ferramentas importantes que podem ser utilizadas no planejamento e estruturação de uma visão globalizada e interligada em rede. Elencar ferramentas é desnecessário, uma vez que nesse trabalho, buscou-se destacar a ferramenta SIG – Sistema de Informação Geográfica como suporte à possibilidade de um novo modo de pensar o planejamento do turismo.

Se ao longo da história, os radares, satélites, computadores e os SIGs forneciam possibilidades de uso e estudo interligados e referentes à produção de mapas dos mais variados, após a Segunda Guerra Mundial, dois terços do território brasileiro havia sido fotografado, e a convergência das técnicas para um sistema unificado, possibilitou a utilização de modernos objetos técnicos na produção de uma informação sobre a terra e sobre o tempo. (SANTOS E SILVEIRA, 2002, p.93)

As transformações que acontecem na sociedade estão delimitadas em um espaço geográfico. Claro que atualmente, como visto anteriormente, esse espaço muitas vezes torna-se mais abrangente que o território usualmente percebido e concebido pelas cartas cartográficas. Se em um primeiro momento, havia somente a possibilidade de estudos estáticos, hoje a informação é dinâmica.

Há hoje uma informação globalmente organizada, que se constrói e se difunde com instrumentos de trabalho específicos, isto é, sistemas técnicos sofisticados, exigentes de informação e produtores de informação sobre o território. É o caso dos satélites, que retratam a face do planeta a intervalos regulares e, nesse ritmo, permitem verificar a evolução do território. (SANTOS E SILVEIRA, 2002, p.95)

A composição de um meio técnico-científico-informacional pode ser considerada por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2002), como “a cara geográfica da globalização”, pois os mencionados acréscimos de ciência, tecnologia e informação ao território são, ao mesmo tempo, produto e condição para o desenvolvimento de um trabalho material e de um trabalho intelectual, este tornado indispensável, já que antecede a produção.

4 .TEORIAS DE SUPORTE AO TURISMO: UMA REVISÃO

A descrição das teorias que estão contribuindo à produção da consolidação da pesquisa em turismo aliado à geografia é um ponto de referência importante para a construção de uma sustentação ao desenvolvimento do turismo. Sabe-se que no Brasil, algumas teorias são apresentadas aos planejadores do turismo por meio de livros e apresentação de trabalhos, algumas dessas teorias como a teoria de sistemas é utilizada também nas metodologias de planejamento adotadas pelo Ministério do Turismo.

A busca do entendimento do fenômeno turístico junto às demais áreas, dentre as ciências da terra e as ciências sociais, permite ao pesquisador uma orientação em torno das possibilidades de pesquisa. O turismo enquanto tema central de estudo encontra ainda lacunas na aplicação de teorias, principalmente as relativas ao planejamento das cidades para o turismo; observa-se um modelo sistêmico, mas a sua aplicação ainda que integral ainda não é suficiente para cientificar fórmulas eficazes ao planejamento da atividade em um contexto local ou regional.

Nesse capítulo apresenta-se o estudo da Teoria do Espaço Turístico e a Teoria do Sistema numa compilação de estudos importantes para o turismo brasileiro. A base pesquisada e os autores mencionados podem sustentar, com algumas modificações, a definição de um novo padrão de aplicação teórica para o século XXI, em que é preconizada uma dinâmica de planejamento aliado a inserção do território e sua transformação pelo turismo.

4.1. Teoria do Espaço Turístico e Ordenamento Territorial

Compreender o turismo corresponde a uma busca de preceitos e abordagens conexas às outras áreas do conhecimento. O turismo vai além do setor primário, do setor secundário, estabelecendo-se no setor terciário, mas se sobrepondo aos demais segmentos. Pode-se afirmar categoricamente que a atividade turística depende de todos esses setores da economia, no entanto, o turismo atrai a atenção, pois possui uma relação de dependência - uma vez que necessita do campo para desenvolver o turismo rural ou mesmo da indústria (para construção de prédios, estradas, aeroportos, produtos manufaturados, etc.) para sua consolidação. Nesse aspecto destaca-se a complexidade do segmento, uma vez que para planejá-lo é necessário contextualizar a realidade aos modelos e teorias aplicáveis ao processo de ordenamento e planejamento fortemente influenciados por indicadores endógenos e exógenos à atividade.

Em virtude da necessidade de contextualizar tais elementos coadjuvantes, pesquisadores envolvidos com a consolidação do turismo como área de estudo a partir de sua aplicabilidade (devido ao seu potencial em transformar as sociedades), executaram pesquisas e propuseram a adoção de sistemas, modelos e teorias explicativas do fenômeno.

Roberto Boullón na década de 1980 foi um dos precursores da teoria do espaço turístico. Assimilando conceitos de outras áreas, mas sob um olhar sempre voltado à América Latina, esse autor não concebia que os modelos europeus aplicados ao turismo fossem integralmente inseridos nos países em desenvolvimento uma vez que a realidade, padrões sociais e até mesmo ambientais entre Europa e América são diversos.

Depois de trabalhar durante trinta anos em quase todos os países da América Latina, e de ter tentado, sem sucesso, a adoção de algumas tecnologias elaboradas por especialistas vindos de países desenvolvidos, e após comprovar que muitos projetos turísticos foram aprovados e executados levando-se em conta, unicamente, questões de desenho urbano devido à ausência de uma visão integral do fenômeno turístico, vim na necessidade de elaborar algumas análises e fixar alguns critérios que permitissem abordar tal questão sem, entretanto, perder de vista as condições socioeconômicas e tecnológicas do ambiente em que nos cabe atuar. (BOULLÓN, 2002, p.07)

Para Boullón (1990), o município deve ser o gestor das resoluções do desenvolvimento do setor turístico local, uma vez que conhece a realidade do espaço e do espaço turístico¹¹. Essa atitude pode determinar um planejamento focado na realidade e na potencialidade municipal e regional, planejando sua realidade, sem uma submissão passiva ao organismo estadual ou federal.

Asi, estaremos en condiciones de presentar, en primer lugar, el listado de los diferentes tipos de tareas administrativas operativas y técnicas que el municipio debe realizar en su propio ámbito y, luego, cuáles de esas tareas tienen que asumir las provincias y la nación, para que, mediante una distribución inteligente de responsabilidades, se permita que los municipios turísticos funcionen como verdaderos centros productores de servicios turísticos. (BOULLÓN, 1990, p. 5)

Assim, estaremos em condições de apresentar, em primeiro lugar uma lista de diferentes tarefas operacionais e administrativas que o município deve realizar em seu próprio âmbito e, depois, quais dessas tarefas devem assumir o Estado e a Nação, para que mediante uma distribuição inteligente de responsabilidades se permita que os municípios turísticos funcionem como verdadeiros centros produtores de serviços turísticos. (BOULLÓN, 1990, p. 5, trad. nossa)

A função dos municípios turísticos é buscar conhecer os aspectos físicos do território no que concerne localizar precisamente os atrativos turísticos, os empreendimentos e a infra-estrutura diretamente relacionados ao turismo para então observar como esses elementos interagem com o planejamento territorial e turístico.

Sob o ponto de vista dos aspectos físicos pode-se observar tipos diferentes de espaço físico. Segundo Boullón (2002), o espaço físico está dividido em espaço real, potencial, cultural, natural, virgem, artificial e vital.

¹¹ Segundo Boullón a existência de espaço turístico está condicionada a presença de atrativos turísticos, que são a matéria prima do turismo uma vez que constituem a causa principal de motivação para uma viagem turística. (BOULLÓN, 1990)

TIPO DE ESPAÇO	SIGNIFICADO
Real	A superfície da terra, camada da biosfera que o envolve. O homem comprova sua existência, desloca-se e pode modificá-lo.
Potencial	Possibilidade de destinar ao espaço real o uso diferenciado do atual. Pertence à imaginação de planejadores que após o diagnóstico podem modificar as possibilidades de uso do território.
Cultural	Espaço modificado de sua fisionomia original pela ação direta ou indireta do homem.
Natural Adaptado	Onde há predomínio de espécies do reino vegetal, animal ou mineral sob as condições estabelecidas pelo homem.
Natural Virgem	Áreas naturais protegidas onde não há vestígio da ação do homem.
Artificial	Espaço em que há os artefatos construídos pelo homem. Exemplo das cidades.
Vital	Refere-se ao solo, ao homem e todas as espécies.

QUADRO 9 – TIPOS DE ESPAÇO
 FONTE: Adap. BOULLÓN (2002)

O conceito de espaço descrito anteriormente mostra a complexidade da relação entre o espaço e sua ocupação pelo homem. Essa tipologia baseia a tipologia do espaço físico que dá suporte à teoria do espaço turístico.

O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos¹² em determinado território.

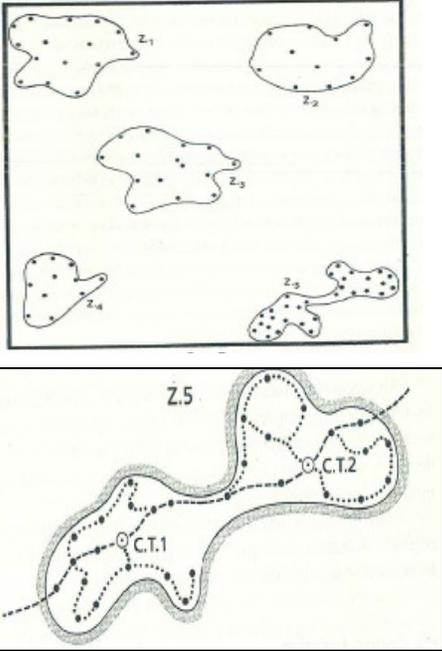
Quando os técnicos trabalham na determinação do espaço turístico, o que fazem é delimitar, em um mapa, uma superfície de dimensões planas, que é a melhor forma de representar o espaço que interessa aos planejadores físicos. (BOULLÓN, 2002, p. 79).

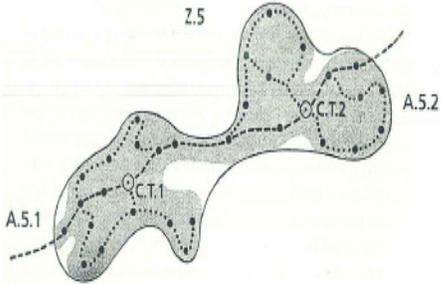
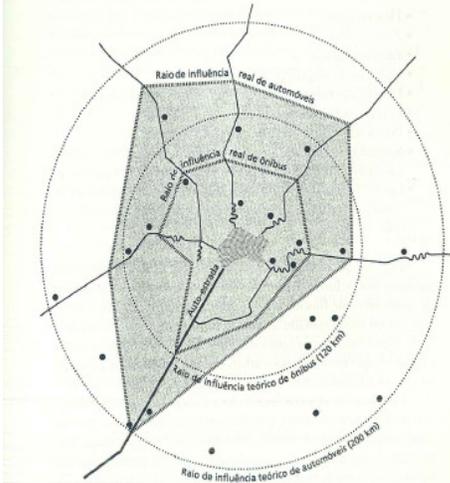
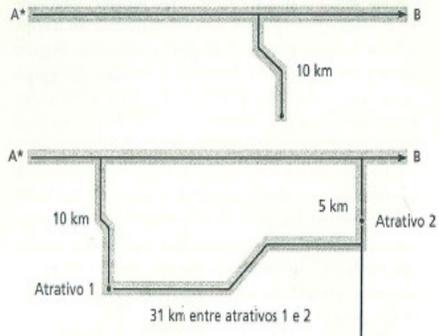
A afirmação de Boullón se refere à localização de atrativos turísticos entre outros elementos em mapas específicos, e que certamente, são imprescindíveis ao planejamento do turismo. A realidade no Brasil, é que o planejamento da atividade em suas várias técnicas já aplicadas, deixou e ainda desconsidera essa abordagem sob os aspectos técnicos do mapeamento para o planejamento do turismo, uma vez que pouco ou sequer são observados esses estudos nos Planos de Desenvolvimento municipal do turismo.

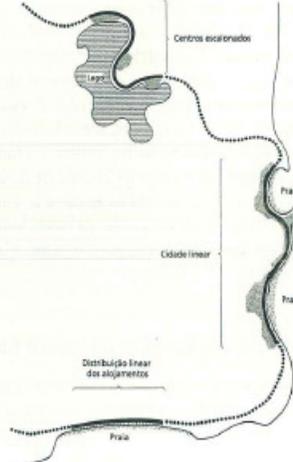
¹² Atrativo turístico é o conjunto de atributos naturais e/ou culturais que se planejados e em conjunto com outros componentes podem ser divulgados, comercializados para os turistas. Pode-se dizer que o atrativo turístico é a matéria prima do turismo.

A teoria do espaço turístico não se baseia apenas nos tipos de espaço. Pode-se afirmar que os componentes do espaço turístico são as ferramentas necessárias à classificação de destinos turísticos para auxiliar no planejamento territorial.

Segundo Boullón (2002) a melhor forma de determinar o espaço turístico é por meio do método empírico, do qual é possível observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e dos empreendimentos, a fim de espacializar os agrupamentos e aglomerações relativas à dinâmica da atividade. O mesmo autor sugere o uso dos componentes do espaço turístico como metodologia específica para realizar um estudo detalhado e mais conciso a respeito dos elementos do planejamento físico do espaço turístico. Eis que é imprescindível detalhar tais componentes, uma vez que pode-se utilizar tais modelos em uma interpretação das localizações dos atrativos culturais e naturais a partir do geoprocessamento de imagens a fim de observar a dinâmica territorial dos atrativos turísticos e o comportamento dos espaços em relação à atividade.

COMPONENTE	SIGNIFICADO	MODELO
Zona	<p>Maior unidade territorial de análise;</p> <p>Deverá ter, no mínimo, <u>dez atrativos turísticos</u></p> <p>A zona deverá ter dois ou mais (C.T) - centros turísticos, equipamentos, serviços, transporte e comunicação entre eles;</p> <p>No contexto total do país, as zonas são hierarquizadas aos efeitos do planejamento;</p>	
Área	<p>Área turística, é cada uma das partes em que pode ser dividida uma zona. Portanto, possuem uma superfície menor que a do todo que as contém. Não existe tamanho definido de uma área, visto que será maior tanto quanto maior for a zona que a pertencer;</p>	

<p>Complexo</p>	<p>Dependem da existência de um ou mais atrativos da mais alta hierarquia, cuja visitação, associada a de outros que os complementam, supõe uma permanência igual ou superior a três dias.</p>	
<p>Centro</p>	<p>Conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística. O raio de influência pode ser de duas horas o que significa uma viagem de ida e volta no mesmo dia com distância entre 120km a 200km no máximo.</p>	
<p>Unidade</p>	<p>Concentrações de equipamentos que se produzem para explorar intensivamente um ou vários atrativos situados um junto do outro</p>	
<p>Núcleo</p>	<p>Agrupamentos com menos de dez atrativos turísticos de qualquer hierarquia, que estão isolados no território, com funcionamento turístico rudimentar.</p>	
<p>Conjunto</p>	<p>Quando um centro turístico se liga a outros por meio de vias de comunicação ou a uma rede viária externa, este muda a sua situação espacial e se transforma num conjunto, integrado aos demais.</p>	
<p>Corredor</p>	<p>São vias de conexão entre zonas, áreas, complexos, centros, conjuntos, atrativos, portões de entrada e os núcleos emissores, ou seja, são áreas que se desenvolvem pelo fato de ligarem destinos turísticos de grande importância.</p>	

Corredor de traslado	Constituem a rede de estradas e caminhos de uma região por meio dos quais se deslocam os fluxos turísticos para completar seus itinerários;	
Corredor de Estada	São áreas de grande comprimento, com uma largura não superior a 5km, que combinam a função de corredor com a de centro;	

QUADRO 10 – COMPONENTES DO ESPAÇO TURÍSTICO
 FONTE: ADAP. BOULLÓN, (2002).

As definições de Boullón (2002), inseridas nesse trabalho são um suporte a análise da situação do turismo nos municípios e devem compor a fase – diagnóstico no SISPLANTUR para apoiar as constatações observadas. A partir da coleta de informações dos recursos, atrativos turísticos, infra-estrutura e equipamentos, pode-se atrelar a teoria do espaço turístico à realidade municipal, o que significa a possibilidade de um planejamento turístico municipal mais preciso e possível.

Outra contribuição para o ordenamento do território turístico é a possibilidade, a partir do mapeamento, de encontrar territórios potenciais ao turismo, o que possibilita um reordenamento do território em que a teoria do espaço turístico poderia ser inserida aos planos diretores e assim, contemplados a uma gestão específica de proteção e gestão com o foco na atividade turística.

4.2. Teoria do Sistema e do Sistema Turístico: uma revisão

A Teoria dos Sistemas foi apresentada pela primeira vez em 1937 em um seminário de filosofia na Universidade de Chicago por Ludwig Von Bertalanffy sob

uma visão a princípio focada no estudo da biologia como um meio de cobrir as lacunas até então estudadas entre o mecanicismo e o vitalismo¹³.

Para Bertalanffy (1937), havia a necessidade de desenvolver um programa de estudos sobre metabolismo, crescimento e biofísica do organismo compondo a teoria de sistemas abertos e dos estados estáveis; no entanto, os resultados daquele estudo mostraram a possibilidade àquele pesquisador de que não bastava pensar uma dinâmica convencional e sim, trabalhar uma generalização mais ampla devido às influências externas que o estudo apresentou. Começava então uma nova análise, que se denominou teoria geral dos sistemas.

A aplicação e o estudo da teoria dos sistemas foram um recomeçar no sentido da aplicação de novos procedimentos e interações entre o homem e o meio.

Um aspecto interessante a ser apontado refere-se às novas disciplinas que se relacionam na teoria do sistema sob o ponto de vista da ampliação de preceitos, e com o objetivo de combinar e abranger o contexto da realidade em uma visão do todo. A identificação e unificação de determinados estudos científicos criam uma interdependência com o meio a partir de suas propriedades culminado em conhecimentos que se observados ou estudados isoladamente poderiam promover uma visão distorcida da realidade.

A concepção sistêmica vê o mundo em termos de relações e integração. Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às unidades menores.

Segundo Chadwick (1973) um sistema pode ser explicado por esquemas em que os fatores de influência incidem uns sobre os outros como pode ser visualizado no esquema a seguir:

¹³ O mecanicismo consistia em resolver o organismo vivo em partes e processos parciais deixando de lado os problemas da organização destas partes a serviço da conservação do organismo, da regulação subsequente a perturbações e outros fatores análogos. Esse procedimento em que alguns fatos eram explicados apenas pela ação de fatores anímicos eram chamados de vitalismo (sem explicações claras ou científicas).

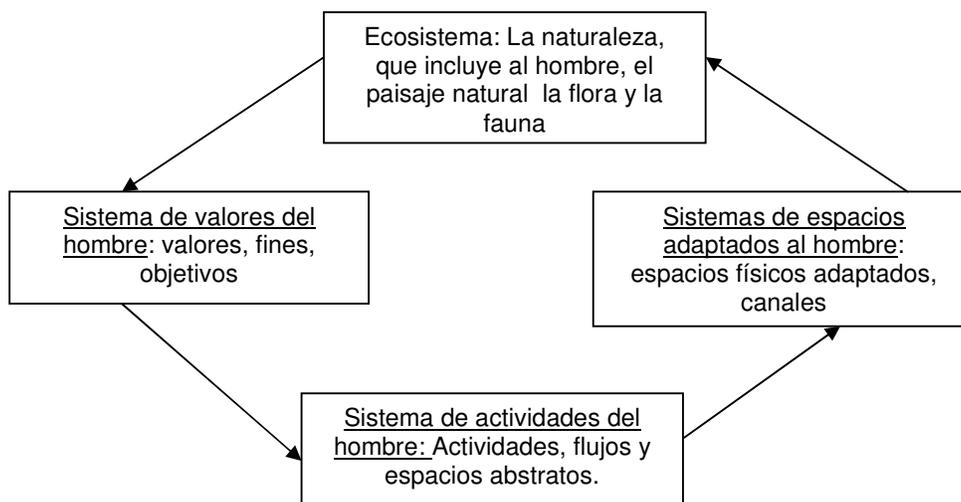


FIGURA 1 - SISTEMA SEGUNDO CHADWICK
 FONTE: CHADWICK, (1973, p.25)

A Teoria Geral dos Sistemas pode ser considerada um modelo de natureza geral com certas características análogas no contexto das entidades observadas; Essas características podem estar dispostas em um contexto de diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento na geração de estruturas coletivas e complexas, que podem supor uma nova ordem de prognósticos a partir do conjunto de valores a ele atribuídos e inter-relacionados.

A existência de vários modelos e esquemas para explicar fatores de influência permite à teoria de sistemas uma abordagem em várias temáticas, uma vez que essas abordagens esclarecem diferentes aspectos, propriedades e princípios particularizados por diferentes propósitos de natureza teórica ou prática.

A teoria geral dos sistemas deveria ainda ser um importante dispositivo regulador na ciência. A existência de leis de estrutura semelhante em diversos campos torna possível o uso de modelos mais simples ou melhor conhecidos para fenômenos mais complicados ou de mais difícil manejo. Por conseguinte, a teoria geral dos sistemas deveria ser metodologicamente um importante meio para controlar e investigar a transferência de princípios de um campo para outro, a fim de que não seja mais necessário duplicar ou triplicar a descoberta dos mesmos princípios em diferentes campos isolados uns dos outros. (BERTALANFFY, 2008, p.114)

Tendo observado a contribuição de vários autores empenhados em comprovar a funcionalidade da teoria geral dos sistemas, os estudiosos do turismo iniciaram uma fase de estudos de aproximação entre a referida teoria e o turismo, no sentido de observar suas principais características a um modelo teórico conceitual para o estudo científico da atividade, condicionado a elementos externos altamente influenciadores.

O pensamento paradigmático referente ao turismo induziu a uma proposta de análise do turismo tendo como base a Teoria Geral dos Sistemas. Autores como Salah-Eldin Wabah (1977) e Raymundo Cuervo iniciaram esses estudos que posteriormente foram conduzidos também por Roberto Boullón (1987), Neil Leiper (1989), Mario Carlos Beni (1998), entre outros. (PANOSSO NETTO, 2005)

Considera-se que o Sistema de Turismo é um paradigma nos estudos turísticos porque a visão sistêmica tem grande difusão, abrangência e utilização nos estudos da área, e sem dúvida, até o presente momento, é a teoria que melhor explica a dinâmica do turismo, apesar de ainda conter elementos que dificultam a compreensão. (PANOSSO NETTO, 2005, p. 45-46)

Outros autores contemporâneos continuaram a utilizar a teoria dos sistemas em seus estudos relativos ao turismo entre eles, Jost Krippendorf (1985) e Sergio Molina (1987), sendo que se pode perceber a partir desses autores uma nova perspectiva de estudo do turismo em que o homem passa a ser o centro do sistema.

Na visão de Jost Krippendorf (1985) sob o aspecto sociológico, o turismo deve ser visto como um sistema complexo e que permeia o contato entre comunidades receptoras (população local) e o turista em uma visão abrangente e cotidiana. Os conflitos advindos dessa relação aparecem quando os aspectos sociais dessa população são rebaixados a um patamar inferior à condição do turista.

Para Sergio Molina (1987) o pensamento científico constitui-se em um método científico na abordagem do turismo, e deve prever a objetividade, a racionalidade e a sistematicidade. Mesmo prevendo esses três aspectos, Molina (1987) reafirma também a necessidade em um sentido mais amplo de um processo de investigação em que se deve preconizar o conhecimento da realidade sociocultural, psicológica, econômica e política das populações envolvidas.

A teoria de sistema para o turismo foi desenvolvida de modo detalhado aqui no Brasil por Mário Carlos Beni (1998) em sua tese de doutorado que se transformou

no livro *Análise Estrutural do Turismo* amplamente utilizado nas Universidades em que o curso de turismo é ofertado.

O desenvolvimento da Teoria do Sistema em Turismo teve como objetivo geral organizar o plano de estudos da atividade de turismo, levando em consideração a necessidade de fundamentar hipóteses de trabalho, justificar posturas e princípios científicos, aperfeiçoar e padronizar conceitos e definições, e consolidar condutas de investigação para instrumentalizar análises e ampliar a pesquisa.

É importante salientar que atualmente, o Sistema de Turismo - SISTUR continua sendo aplicado em vários estudos relativos ao turismo de modo conjunto e sistêmico.

Segundo Beni pode-se definir sistema como

um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias e princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo. (BENI, 1998, p. 25)

O conjunto de partes a que Beni relata é composto de:

meio ambiente – conjunto de todos os objetos que não fazem parte do sistema em questão, mas exercem influências sobre a operação do mesmo;
elementos ou unidades – as partes componentes do sistema;
relações – os elementos integrantes do sistema encontram-se inter-relacionados, uns dependendo dos outros, através de ligações que denunciam os fluxos;
atributos – são as qualidades que se atribuem aos elementos ou ao sistema, a fim de caracterizá-los;
entrada (input) - constituída por aquilo que o sistema recebe. Cada sistema é alimentado por determinados tipos de entradas;
saída (output) - produto final dos processos de transformação a que se submete o conteúdo da entrada;
realimentação (feedback) – processo de controle para manter o sistema em equilíbrio;
modelo – é a representação do sistema. Constitui uma abstração para facilitar o projeto e/ou análise do sistema. É utilizado por dois motivos básicos: porque simplifica o estudo do sistema, permitindo a análise de causa e efeito entre seus elementos para conclusões de maior precisão; e pela impossibilidade de abranger a complexa totalidade das características e aspectos da realidade objeto de estudo. (BENI, 1998, p.26)

Os elementos do conjunto somente poderão delinear um modelo a partir das informações obtidas pelo pesquisador e por meio da observação da realidade, sendo essa variável e previsível de mudanças, já que o ambiente em que o turismo atua é passível de transformações constantes.

Segundo Beni, o SISTUR é um sistema aberto, pois se inter-relaciona por meio de trocas com o meio que o circunda, sendo dependente desse meio e com uma característica de expansão limitada¹⁴.

Mesmo considerando o sistema turístico aberto, há várias possibilidades de estudo, pois o mesmo é constituído pelos elementos e suas relações.

A escala no estudo do sistema é relevante no sentido de que a caracterização permite a determinação do foco a ser estudado, e que em primeiro momento pode ser particularizado, mas que posteriormente pode ser reconduzido ao sistema geral para compor uma leitura entre os efeitos e causas daquele elemento no todo. O turismo possui vários desses casos a exemplo

um hotel é elemento no Sistema de Turismo, mas pode ser concebido como sistema em si mesmo; o fluxo turístico é elemento do sistema de tráfego, mas pode ser concebido como sistema em si mesmo; o mercado é elemento do Sistema de Turismo, mas pode representar um sistema completo em sua unidade. (BENI, 1998, p.35)

Beni ainda define em seu modelo referencial que o Sistema de Turismo - SISTUR possui os seguintes componentes, que são formados pelo Conjunto das Relações Ambientais, o Conjunto da Organização Estrutural e o Conjunto das Ações Operacionais. Cada conjunto possui características muito particulares que incidem no sistema como um todo e podem progressivamente manter estável o sistema como um todo, mas também podem influenciar negativamente o conjunto fazendo com que o mesmo possa ter reflexos negativos em seu relacionamento com o outro.

¹⁴ A expansão limitada refere-se à possibilidade de crescimento do sistema. Em determinados casos há limitação do ecossistema natural, o que impede o crescimento quantitativo da oferta turística.

COMPONENTES	SUBSISTEMAS	CARACTERÍSTICAS
Conjunto das Relações Ambientais	Ecológico	Contato com a natureza; Espaço turístico natural e urbano e seu planejamento territorial; Flora, fauna e paisagens e as conseqüências do turismo sobre o meio ambiente;
	Social	Interesse social das populações locais em participar efetivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo;
	Econômico	Geração de renda; Geração de empregos; Organização de processos produtivos; Distribuição e intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade;
	Cultural	Manifestações culturais vinculadas a crença, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente;
Conjunto da Organização Estrutural	Superestrutura	Compreende a organização pública e privada, a política oficial de turismo e a ordenação jurídico-administrativa do setor;
	Infraestrutura	Componentes viários e de transporte, saneamento, comunicações, energia, limpeza pública;
Conjunto das Ações Operacionais	Mercado / Distribuição	Definição de produção para o turismo tendo em mente o que produzir, como produzir e para quem produzir e, desenvolver meios para levar o produto ou serviço do produtor ao consumidor;
	Oferta	Conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, de recreação e lazer;
	Demanda	Indivíduos com motivações diversas que buscam produtos diversificados por meio de viagens;

QUADRO 11 – COMPONENTES E SUBSISTEMAS DO TURISMO

FONTE: Adap. BENI (1998)

O quadro adaptado de Beni delinea algumas das características do SISTUR; claro que da mesma forma que os subsistemas possuem características positivas, certamente poderão assumir características negativas, uma vez que o sistema de turismo é considerado um sistema aberto, e que as variáveis externas influenciam diretamente o sistema.

Existem alguns entraves internos que prejudicam o desenvolvimento efetivo do turismo em algumas regiões e cidades. Pode-se afirmar que uma variante negativa endógena refere-se falta de integração entre o poder público consigo mesmo, isto é, entre secretarias entre outros órgãos do poder legislativo, executivo e judiciário; e ainda falta de entendimento entre o poder público e a gestão privada responsável pelos empreendimentos diretamente ligados ao turismo.

Infelizmente, até agora, na administração pública, não há uma correta análise do sistema total em função dos componentes reais. Por motivos históricos, a administração pública é dividida em departamentos, divisões, seções que, em geral, não têm importância para os verdadeiros componentes do sistema. Como consequência, diria o cientista, a administração de grandes sistemas de governo de estados e cidades torna-se cada vez mais difícil a cada ano. Como a tomada de decisões que rege diferentes condutas não é centralizada, as funções reais do Estado, como, por exemplo, as relativas ao turismo, transporte, hospedagem, recreação, não podem ser executadas porque não são administradas. (BENI, 1998, p.30)

De certo modo algumas mudanças foram estabelecidas desde que Boullón citou originalmente o Sistema de Turismo na década de 80; sendo BENI (1998) responsável pela adaptação à realidade brasileira.

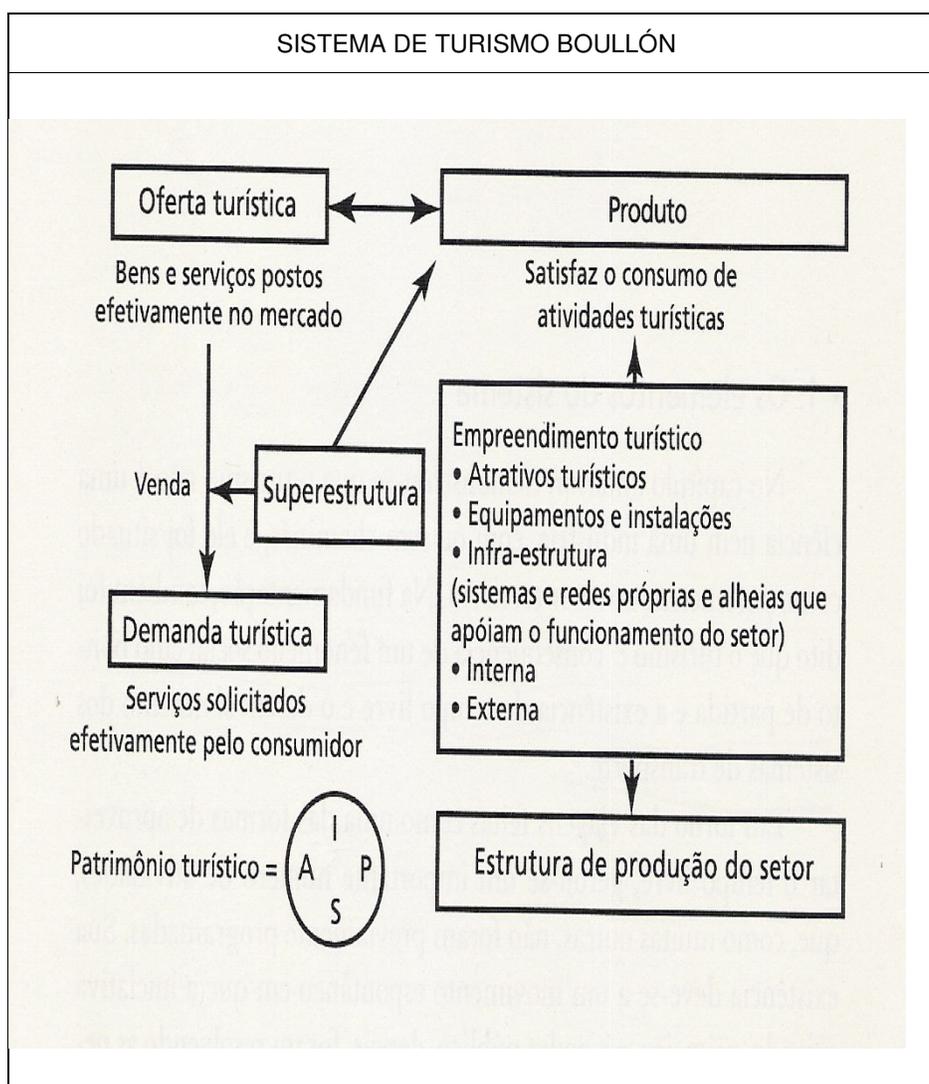


FIGURA 2 – SISTEMA TURÍSTICO DE BOULLÓN
 FONTE: Adap. BOULLÓN (2002)

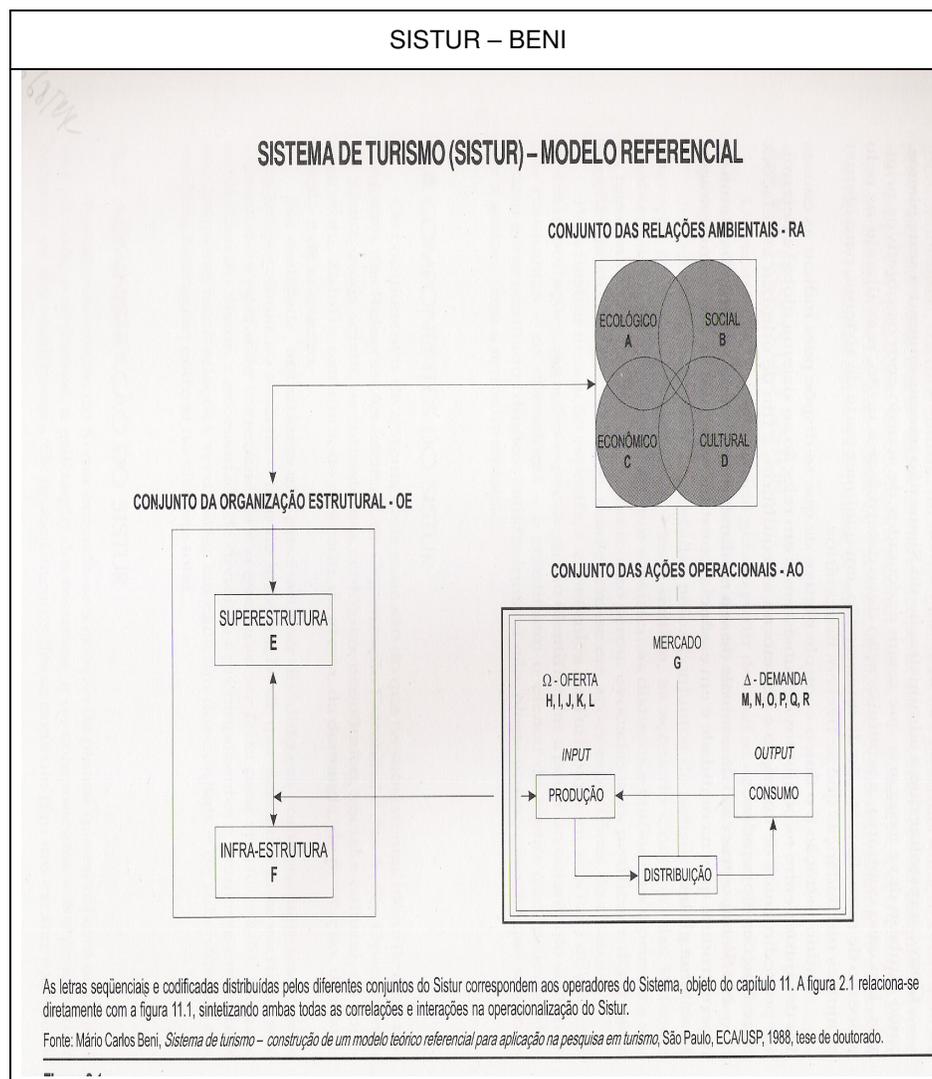


FIGURA 3 – SISTEMA DE TURISMO BENI
FONTE: Adap. BENI (1998)

De acordo com as devidas fontes, observa-se poucas diferenças entre as trajetórias de estudo entre os autores; claramente a essência coloca o turismo em destaque como um sistema aberto em ambos os modelos, no entanto, no caso de Beni (1998) há uma divisão precisa na relação entre os conjuntos da organização estrutural, das relações ambientais e das ações operacionais, nesse aspecto cabe o ineditismo da obra em que maiores detalhamentos geram elementos precisos ao planejamento e à organização do turismo.

Desde 1994 o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (à época assim denominado) adaptou o modo de pesquisa e investigação em turismo, mesclando os sistemas de Boullón (1990) e posteriormente de Beni (1998) em busca do

conhecimento da realidade do turismo. Esse foi o passo decisivo para um processo de criação baseada nos preceitos da organização da atividade. A década de 90 marcou um processo de retomada para o turismo, sendo o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo¹⁵ uma possibilidade de difundir o processo de planejamento do turismo no Brasil. Houve a necessidade de estruturação de um modelo mais amplo de formulários que pudessem dar conta das informações relativas ao turismo.

De uma visão simplista, em que a atividade acontecia de modo desordenado e espontâneo, o turismo passou a ser vislumbrado e percebido por vários estudiosos da academia, a exemplo da administração, da geografia, da sociologia, à época, muito mais preocupados com os danos e prejuízos que a atividade causava ao meio ambiente e com a sociedade, do que com os seus reflexos enquanto uma atividade prestes a se consolidar.

A geração futura a esses estudiosos se formaram nas áreas tradicionais, mas influenciados por novas tendências passaram a estudar o fenômeno turismo de modo mais particular e sistemático. A esse pensar focado no turismo foi possível testar teorias e procedimentos como forma de estabelecer certo domínio do fenômeno. Desse modo, e certamente com genuína contribuição teórico-prática das diversas áreas do conhecimento, pode-se estudar o turismo por diversos prismas, sendo sua compreensão cercada de minúcias e peculiaridades que passam a contextualizar novos processos do conhecimento.

Nessa perspectiva faz-se um recorte destacando o turismo sob a ótica do planejamento estratégico e participativo (focado no princípio do fortalecimento da sociedade), sob uma visão econômica, e ainda como grande responsável das transformações no território tanto sob aspectos positivos quanto negativos ao meio ambiente.

Várias teorias embasaram o estudo do turismo sob um enfoque sistêmico, o que promoveu a organização do segmento e o aprimoramento de teorias focadas no turismo, na prerrogativa de observar não somente o fenômeno da atividade, mas sua inserção na sociedade como agente transformador.

¹⁵ O PNMT instituído pelo Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR como objetivo principal a consolidação do turismo sustentável no município, gerando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e o fortalecimento de economia dos municípios. (BRASIL, 1998)

A união entre as teorias e sua aplicação é uma realidade em vários países. A Espanha realizou estudos relativos ao mapeamento tanto dos atrativos turísticos quanto da oferta de meios de hospedagem na região turística de Maiorca em 1986. O estudo à época permitiu um diagnóstico de que “o padrão geral é aquele em que as acomodações turísticas aparecem concentradas em um pequeno número de localidades costeiras nos principais centros urbanos ou em suas proximidades.” (PEARCE, 2003, p.250)

Os estudos que aliam a inserção de dados no território permitem um estudo mais apurado com diagnósticos que aliam a realidade à teoria.

No Brasil os Modelos de estudo do turismo de Boullón (1990), foram adotados pela academia, sendo base conceitual para os inventários turísticos. No entanto, a espacialização desses dados pouco foi concretizada, uma vez que a união da geografia ao turismo ainda estavam tomando forma. Pode-se observar a utilização da espacialização de destinos turísticos em mapas de localização de atrativos, entretanto, os mesmos não tinham um cunho de planejamento. À época os inventários eram realizados em extensos formulários impressos, pouco eficazes à uma interpretações passíveis de planejamento estratégico.

Em 2006, técnicos da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo adaptaram tais formulários de pesquisa acrescentando informações outras informações, e ainda, desenvolveram um sistema digital de inclusão das informações coletadas durante a confecção do inventário turístico municipal.

O INVTUR, já citado nesse trabalho, atualmente é a ferramenta que **deve** ser utilizada para o planejamento municipal e regional.

A palavra deve possui um cunho político, uma vez que o Ministério do Turismo determina a vinculação de recursos e aportes ao turismo a partir da inserção de dados nesse programa. A estrutura do INVTUR no modo digital, acompanha os elementos do Sistema Turístico apontado por Beni (1998), no entanto, a ferramenta ainda carece de aperfeiçoamento para que sua utilização seja eficaz, uma vez que os dados são estáticos e não possibilitam interpretações cruzadas, nem mesmo a visualização dos elementos inventariados n território em questão.

4.3. Os Modelos em Turismo: uma visão no território

Os modelos de turismo sob o foco da geografia, sugerem uma aplicação com base na estrutura espacial do turismo e tem sido desenvolvido desde a década de 1960 e 1970. Na Europa, o Modelo de Ciclo de Vida ou Evolucionário do Turismo (BUTLER, 1980) foi utilizado em Benidorm, Gandia e Benicasin¹⁶ em 2008.

Esta perspectiva de análisis supera los enfoques meramente descriptivos para convertirse en una herramienta de apoyo a la planificación y que puede aplicarse en los destinos litorales consolidados para impulsar las estrategias e instrumentos de intervención en el proceso de renovación de las áreas turísticas. (ESPAÑA, 2008) (trad. nossa)

No Brasil, Soares e Gândara (2010) utilizaram o Modelo Evolucionário de Butler (1980), para analisar aspectos da atividade turística de Florianópolis (SC). Numa aplicação clara baseada em dados e informações fidedignas, pode-se por meio daquele estudo observar em qual fase Florianópolis está, e quais podem ser os procedimentos para a renovação daquele destino. A aplicação do Modelo de Butler permitiu um diagnóstico mais preciso da realidade daquela cidade, uma vez que informações importantes sobre o desenvolvimento do turismo puderam ser compiladas para o estudo. As conclusões possibilitadas pela aplicação do modelo sugerem que o destino não está em declínio, mas que são necessários outros estudos e

indicadores adicionales al modelo de Butler (1980). Los indicadores propuestos permiten realizar una análisis mas completo de la actividad turística en el destino, ayudando a orientar la de finición de las estrategias para la renovación del destino. (SOARES E GANDARA, 2010)

Os modelos de turismo são utilizados para descrever os fluxos e a espacialização do turismo no território. No Brasil, apesar de amplamente difundidos, esses modelos não são utilizados em larga escala. Esse fato supõe o distanciamento do turismo junto às bases da geografia por parte dos planejadores do turismo.

A seguir serão apresentados alguns modelos numa compilação de informações coletadas por PEARCE (2003), e consideradas nessa pesquisa como parte de um arcabouço teórico possível na aplicação prática do estudo territorial do turismo em municípios que apliquem as pesquisas de inventário numa sobreposição de informações em torno das alternativas para o planejamento do turismo.

¹⁶ As três cidades da Espanha fazem parte do Projeto de Renovação de destinos Maduros – RENOVESTUR, implementado na Europa desde 2008.

Portanto, foram descritos, os modelos de viagem turística, de destino-origem, de enclave turístico, evolucionário (mais utilizado em estudos diagnósticos), e de desenvolvimento turístico.

O modelo de viagem turística de MARIOT (1969) dá ênfase ao componente ligação ou viagem, as rotas utilizadas para o deslocamento dos turistas, sendo que as rotas de acesso ao centro turístico devem possuir infra-estrutura básica ao deslocamento, entretanto as rotas recreativas devem ser passíveis de planejamento para a instalação de equipamentos e atrativos, mesmo que esses não se constituam no objeto principal da viagem.

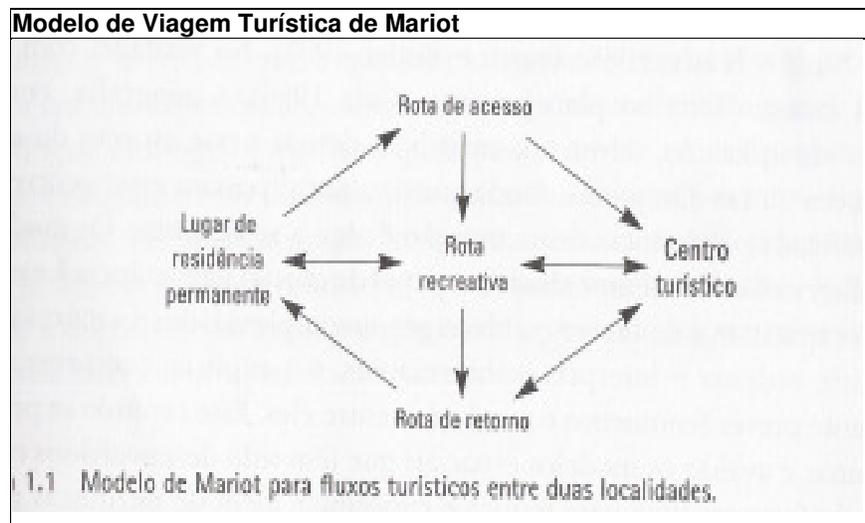


FIGURA 4 – MODELO DE MARIOT (1969)
 FONTE: PEARCE (2003)

Campbell (1967) retrata em seu modelo os diferentes movimentos realizados pelo turista ou viajante para fora do centro urbano, e distingue vários grupos com base na importância relativa dos componentes: “percurso e estada” em viagem. Destaca-se nesse modelo a característica de viagens curtas, denominadas por Campbell (1967) como viagem recreativa, difundida radialmente, e permite a análise de padrões de fluxo de turistas, dado importante para localização de fluxo emissor, ou para planejamento de sinalização turística, e no desenvolvimento de produtos turísticos que atendam a demanda.

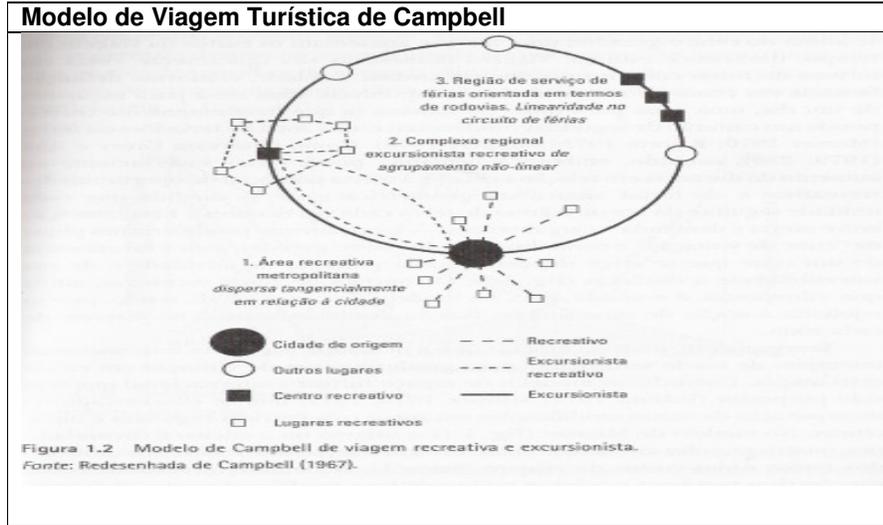


FIGURA 5 – MODELO DE CAMPBELL (1967)
FONTE: PEARCE (2003)

No Modelo Origem-Destino, Pearce (1968), sugere que a

cidade – em especial a grande cidade – não só pode atuar como fonte de turistas, mas pode também desempenhar diversos papéis, distintos e complementares, na condição de destino internacional e nacional. (PEARCE, 2003, p.38)

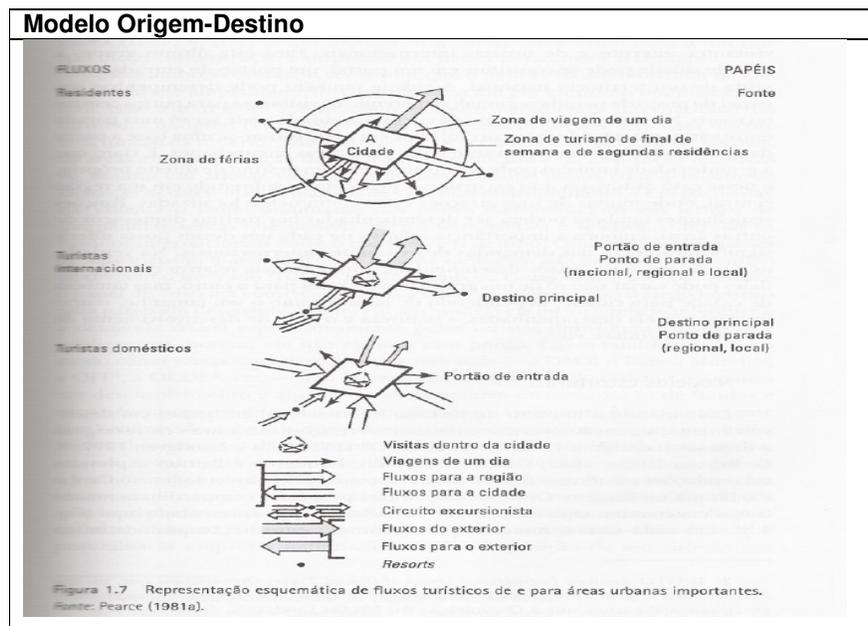


FIGURA 6 – MODELO DE PEARCE (1968)
FONTE: PEARCE (2003)

No Modelo de Enclave Turístico o mercado é concentrado em direção ascendente na hierarquia local-regional-nacional, com a transferência internacional ocorrendo entre os centros urbanos nacionais nos países geradores e receptores. Origina-se amplamente do controle exercido por empresas multinacionais com base em regiões metropolitanas sobre a indústria internacional do turismo. (PEARCE, 2003)

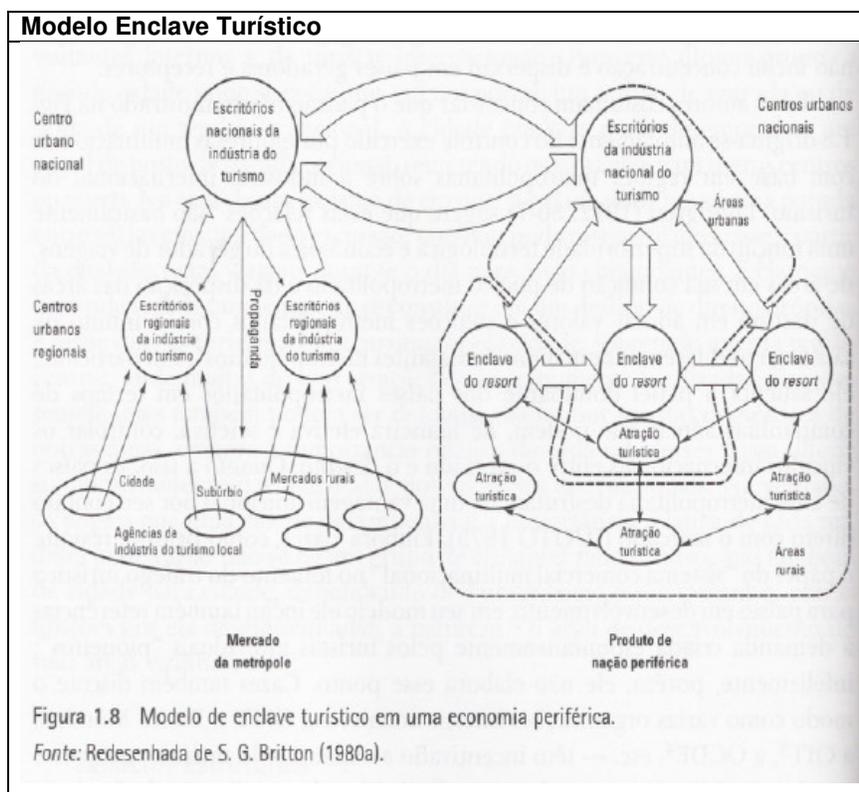


FIGURA 7 – MODELO DE BRITTON (1980)
 FONTE: PEARCE (2003)

No modelo evolucionário tem-se que o número de visitantes é acompanhado de mudanças em sua composição; também pode ser refletido nesse modelo, as mudanças na natureza e extensão das instalações hoteleiras, em que no estágio de desenvolvimento são oferecidas pela população local, passando numa evolução aos estabelecimentos de instalações mais modernas e elaboradas, planejadas e executadas por empreendedores externos.

A praticidade desse modelo e a possibilidade em aliar suas fases a dados coletados no objeto de estudo são importantes para a pesquisa tanto setorial quanto generalizada. É fato observar que esse e outros modelos aqui apresentados,

somente poderão ser aplicados a partir de uma base de dados já constituída no município, região ou país. Sendo o município o mais carente de informações que possam ser adicionadas ao modelo para um posterior diagnóstico e prognóstico.

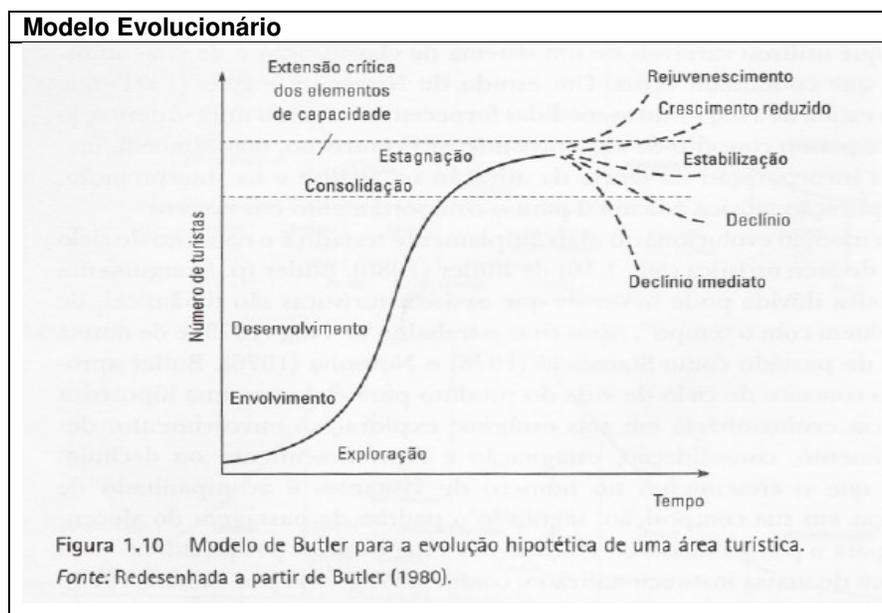


FIGURA 8 – MODELO DE BUTLER (1980)
 FONTE: PEARCE (2003)

Miossec(1976) apresenta o Modelo de desenvolvimento Turístico espacializa o desenvolvimento do turismo caracterizando como objeto de desenvolvimento um *resort*, que, instalado em determinada região inicia sob uma visão polarizada um processo de entrada de infraestruturas e outros empreendimentos transformadores do espaço.

À medida que a indústria do turismo se expande, um sistema hierárquico de *resorts* e redes de transporte cada vez mais complexo evolui enquanto mudanças nas atitudes locais podem levar a uma completa aceitação do turismo, à adoção de controles de planejamento ou mesmo à rejeição do turismo. (PEARCE, 2003, p. 52)

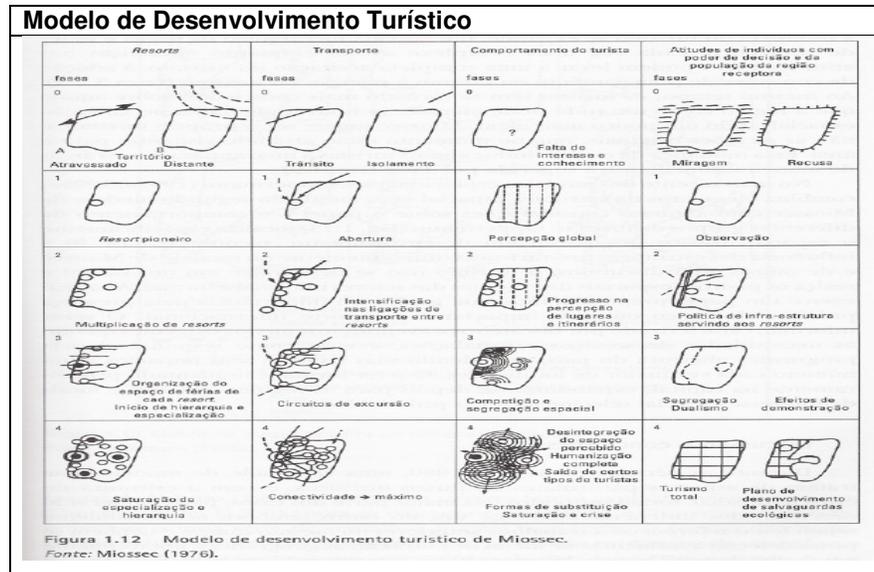


FIGURA 9 – MODELO DE MIOSSEC (1976)
 FONTE: PEARCE (2003)

Certamente existem outros modelos para o estudo do planejamento, mas nesse trabalho deu-se destaque à fonte teórica de Pearce (2003), por seu posicionamento relativo à geografia a ao turismo de modo integrador na apresentação dos modelos de diversos outros autores.

Tem-se ainda a destacar que esses modelos levam a uma organização sistemática (não estanque), e a uma evolução no pensamento conjunto de que o turismo reflete e é reflexo de/e para as outras áreas e atividades que possam se consolidar nos municípios.

Pode-se dizer que a contribuição teórica dos modelos de turismo, principalmente ligados ao diagnóstico inter-relacionado ao espaço. Não foi aplicada oficialmente pelos gestores públicos no Brasil, o que compromete as análises e a precisão no prognóstico.

5. O PLANEJAMENTO DO TURISMO: UM BREVE RELATO

Nesse capítulo o leitor poderá obter informações em torno da temática do planejamento em seus aspectos gerais, do planejamento e do planejamento do turismo visto de modo sistêmico.

Para que o planejamento do turismo possa ser executado de modo pleno, é necessário o conhecimento do ordenamento territorial que possui como diretriz, o nivelamento das regiões, e a organização do espaço urbano e do ambiente natural.

Deste modo, não basta apenas estudar o planejamento do turismo, pois este é parte integrante e fundamental no processo de desenvolvimento das cidades com este potencial, mas que isoladamente não passa de uma tentativa de organização do setor sem o respaldo integrado do poder público e sociedade civil organizada.

Nos estudos preliminares à elaboração desse trabalho, observou-se a importância da legislação no que concerne ao planejamento, e ao mesmo tempo, o desconhecimento ou a inconsistência do desenvolvimento da atividade turística a partir de uma fundamentação legal.

Sabe-se que a legislação gera condições favoráveis ou não a criação de políticas públicas, consideradas fundamentais também para o turismo, uma vez que critérios organizacionais, principalmente na esfera pública, dependem de ações apoiadas em regulamentações gerais e específicas.

A partir do estudo do planejamento do turismo, das bases legais e da política de gestão do turismo espera-se contribuir para o esclarecimento de pontos já discutidos na literatura científica, mas que se compilados e apresentados em conjunto poderão surtir novo efeito e então serem efetivados definitivamente ao desenvolvimento da atividade turística.

5.1. Turismo e Planejamento

A palavra planejamento em si refere-se ao ato de fazer um plano, de traçar objetivos, de projetar ações vislumbrando o futuro. Desse modo iniciar-se-á esse capítulo a partir de uma breve introdução ao planejamento de modo amplo, uma vez que este precede, subsidia, e projeta as ferramentas necessárias ao planejamento do turismo.

As cidades necessitam de meios e técnicas para que os gestores possam administrar os recursos em benefício de sua população. Estas técnicas, em alguns casos não são amplamente aplicadas por sua complexidade diante das inúmeras ações, pertinentes ao desenvolvimento social, urbano, econômico, e territorial. Neste aspecto, observa-se o grau de descaso encontrado em municípios onde a administração pública é relegada ao casuísmo e atrelado a processos eleitorais que impedem a visão técnica do planejamento.

Com o início da democratização no Brasil, vimos privilegiando a atuação política em detrimento da técnica, como se esta última acontecesse por encanto em decorrência da primeira. Esquece-se a própria origem da palavra técnica: em grego, *teknê* é, justamente, o *saber fazer*; o saber não cai do céu. (Yázigi, 2003, p. 21)

Essa visão promoveu um retrocesso no pensamento organizacional dos municípios, fato observado nas áreas educacionais, de saúde, de segurança, entre outros, sem contar com o ambiental e o turístico, segmentos que outrora não possuíam relevância para os gestores municipais.

No entanto, a partir da década de 90 surgiu na esfera pública federal, ações legais para solucionar graves problemas sociais ocasionados pela falta de planejamento nas administrações municipais.

Infundiu-se o conceito para que, por meio do planejamento, empresas e municípios pudessem encontrar subsídios para o crescimento ordenado na condução das várias atividades produtivas, necessárias ao processo de desenvolvimento municipal, estadual e nacional.

Deste modo, os gestores municipais têm mudado sua postura quanto ao planejamento municipal, o que pode ser considerado segundo Birkholz (1980) como um método de aplicação contínuo e permanente que prevê a resolução racional dos problemas da sociedade em determinados espaços por períodos definidos (já que o

planejamento não é estanque no tempo), a partir de uma ação ordenada e contínua capaz de antecipar determinadas conseqüências negativas ao território.

Ou ainda, segundo Beni (1998, p. 108): “o planejamento do ponto de vista governamental consiste, no seu sentido mais lato, em um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los, e determina os recursos necessários a sua consecução”.

O planejamento urbano permite o crescimento orientado das cidades e do desenvolvimento de várias atividades que possam garantir estabilidade econômica, social e ambiental.

Deste modo, o planejamento consiste no estabelecimento de uma ordem de ação que conduz a uma situação desejada, através do esforço constante, coerente, ordenado e sistemático que conduz e assegura por meio do processo racional e metodológico, a organização do espaço urbano.

Deve-se observar o fato de que o planejamento pode ser operacionalizado em ambientes naturais, rurais e urbanos, e que para cada território, o método deverá ser adaptado para o alcance de objetivos estabelecidos. Pode-se considerar esta fase teórica como primordial a todos os ambientes a serem modificados e caberá ao planejador e equipe, traçar as características próprias da localidade para garantir os resultados adequados àquele espaço físico habitado. (RIBEIRO, 2005, p. 7)

O planejamento deve e pode ser estruturado por meio de uma visão sistêmica uma vez que a ação antrópica interfere diretamente no ambiente natural e está sujeita aos resultados positivos ou negativos advindos de ações isoladas que privilegiem algumas ações em detrimento de outras. Nesse contexto é imprescindível uma visão global do ambiente e de seus coadjuvantes para uma atuação focada no indivíduo, na igualdade, no meio ambiente natural, no crescimento econômico, tecnológico e cultural sendo a visão sistêmica de planejar um instrumento de equilíbrio e equidade para o desenvolvimento local e regional. Para o planejamento estratégico, o estabelecimento de eixos, bases, diretrizes para o desenvolvimento e construção do futuro das cidades, possui como principal objetivo “conseguir a transposição da visão individual de cidadãos conscientes e envolvidos para um horizonte mais amplo, dentro de uma moldura global”. (LOPES, 1998, p. 91)

Concorda-se com Lopes (1998) no sentido de que os gestores municipais chamem à responsabilidade para a população local, propondo deste modo a legitimação no processo de planejamento estrategicamente organizado para transpor

plataformas eleitorais imprescindíveis ao desenvolvimento contínuo dos municípios brasileiros.

A partir das prerrogativas legais visualizadas, é importante salientar a compreensão para o fato de que as leis pertinentes à organização municipal delimitam ou abrem precedentes para que os municípios possam utilizar-se das técnicas do planejamento aliadas à legislação vigente. Rezende e Castor salientam a importância da participação ou intervenção da população local no processo de planejamento “uma vez que esta passou a exigir ser ouvida nas decisões tomadas por seus representantes eleitos” (REZENDE E CASTOR, 2006, p. 9)

Em termos gerais, esses direitos da população à participação política ativa são reconhecidos nos instrumentos legais mais recentes, com efeito, além da obrigação de realização de audiências públicas para a aprovação de vários assuntos; a Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que o prefeito municipal preste contas publicamente a cada bimestre, disponibilizando as informações orçamentárias e financeiras por diversos meios como a internet e reuniões com a comunidade.

Essa realidade começa então a fazer parte do cotidiano de alguns municípios (isso seria o ideal), mas ainda hoje a máquina pública possui dificuldades para cumprir determinadas prerrogativas. O fato de existirem dispositivos legais demonstra uma possibilidade de lidar com ações de planejamento prevendo que a população, ou parte dela, já conheçam tais instrumentos da ordem pública.

Uma vez conscientizada de seu papel político, a contribuição aos planejadores tende a ser positiva e não inquisitiva (no sentido da crítica pela crítica), principalmente no que tange definição de estratégias para a preservação ambiental (social, cultural, natural, econômica), já que todos os setores produtivos podem transformar o território e causar impactos tanto positivos, quanto negativos, como é o caso do turismo.

Nessa corrente de desenvolvimento, e diante dos desafios da globalização, encontrou-se na atividade turística uma possibilidade de gerir os recursos naturais e culturais para transformá-las em atrativos turísticos e divulgá-los entre os meios de comunicação globalizados além de atrair pessoas de várias etnias à procura do novo e do belo.

A nova compreensão do contexto globalização e sua marcante pressão à destruição do meio ambiente e ainda, dos impactos causados ao aumento das desigualdades sociais têm provocado uma onda de protestos e manifestações de

organizações e da população em geral no sentido de cobrar do Estado uma postura adequada e determinante, uma vez que esse órgão deve ser o agente promotor e regulador de estímulos necessários ao equilíbrio da sociedade.

No entanto, sabe-se que o atual modelo de planejamento e gestão do turismo ainda não encontrou o equilíbrio entre desenvolvimento e proteção ao meio ambiente com base na sustentabilidade.

A mudança é um processo longo e demorado, visto que muitas atitudes alheias ao planejamento estratégico e integrado estão enraizadas na gestão pública e privada de modo a impedir e até comprometer a evolução do pensamento a partir do conceito da sustentabilidade.

Com a predominância do paradigma científico newtoniano-cartesiano, fortemente calcado no antropocentrismo, o homem como centro do universo, observa-se a incapacidade de grande parte das lideranças mundiais em solucionar os inúmeros problemas que perfilam a complexa realidade. Não obstante, acredita-se que há soluções para os principais problemas da atualidade. Algumas delas são até mesmo simples, entretanto, passam por uma mudança na forma de ver o mundo, nos valores e na forma de se pensar, entender e interferir na realidade. (Schenini, *et al*, 2006, p.50)

A mudança somente se dará a partir do estudo e da pesquisa e sua aplicação, pois esse conjunto contribui decisivamente para a solução de problemas advindos com a globalização e que ameaça a gestão com base na busca da sustentabilidade, em que será necessário um esforço coletivo para uma

nova compreensão de mundo em que, os principais líderes da sociedade; políticos, corporações, administradores e professores das universidades, pois, obrigatoriamente, as análises, os estudos e as avaliações a serem conduzidas deverão ser feitas sob uma visão sistêmica numa perspectiva holística que contemple todos os segmentos, atores e instrumentos que podem contribuir para dar respostas ao desafio do desenvolvimento sustentável. (SHENINI, 2006, p.50)

Pensando a partir do conceito da sustentabilidade, os dirigentes das organizações públicas e privadas iniciam, ou deveriam iniciar medidas em torno das mudanças necessárias à gestão e que influem diretamente no cotidiano da sociedade. Diante desse desafio, esses gestores necessitam adequar técnicas e

tecnologias¹⁷ de planejamento baseadas no princípio do uso racional dos recursos de modo a minimizar os impactos ao meio ambiente.

O turismo se estabelece por vezes espontaneamente, em locais fragilizados seja, culturalmente ou ambientalmente. O processo de reversão dessa visão está intimamente relacionado à necessidade de planejamento e a execução de ações que prevaleçam a integridade do ambiente humano e territorial das áreas receptoras.

Mario Petrocchi (1998) sugere o enfoque sistêmico de planejamento condicionando-o a um ciclo de retroalimentação em que informação, decisão e análise se relacionam e modificam o sistema de acordo com os acontecimentos.

Nessa perspectiva aquele autor sugere uma subdivisão a partir de alguns critérios como:

ASPECTOS	CLASSIFICAÇÃO	SUBCLASSIFICAÇÃO
Temporal	Curto prazo Médio prazo Longo prazo	Não há
Geográfico	Mundial, continental, nacional, estadual, multirregional, regional, microrregional	Rural Urbano
Econômico	Macroeconômico Microeconômico	Não há
Administrativo	Público (normativo) Privado (indicativo)	Centralizado Descentralizado
Intencional	Estratégico Tático Operacional	Não há
Agregativo	Global Setorial Local	Não há

QUADRO 12 – CRITÉRIOS DO PLANEJAMENTO
FONTE: PETROCCHI,(1998)

Nessa visão Petrocchi (1998) aponta para a importância do planejamento estratégico referente ao direcionamento da organização como um todo, do desenvolvimento de estratégias a longo prazo sob responsabilidade da alta administração (pública ou privada), restabelecendo a definição dos objetivos gerais, as diretrizes e normas voltadas às decisões que indicam a direção que a organização deve seguir.

No modelo sistêmico de planejamento do turismo de Petrocchi, também são apontados estudos sobre as influências externas (mercado), e internas (inventário),

¹⁷ Tecnologias limpas são definidas por qualquer medida técnica tomada para reduzir, ou até mesmo eliminar a fonte, a produção de qualquer incômodo, poluição ou resíduo e que ajude a economizar matérias primas, recursos naturais e energia. (SCHENINI, 1999 Ibid, 2006, p. 55)

posteriormente o diagnóstico, objetivos possíveis, estratégias de marketing e comunicação, para finalmente focar nos planos setoriais como: programa de estruturação da oferta turística, de expansão e melhoria da oferta física, de informação e promoção, entre outros.

Vários modelos de planejamento já foram adaptados e adotados para a compreensão do fenômeno. Na década de 60 o Enfoque Urbanístico prevaleceu na Europa sob o ponto de vista do tema como fenômeno local e segundo a necessidade de ordenamento do solo decorrente “da forte pressão ocupacional de um crescente turismo de massa que se registrava naquele continente.” (PETROCCHI, 2001)

O enfoque econômico visava a elaboração de planos globais e setoriais de desenvolvimento a um nível macroeconômico.

O Enfoque do produto turístico ou “Seqüência de Análise do Produto para o Planejamento do Turismo e do Lazer” estava estruturado em investigação e análise, estabelecimento da política de turismo, elaboração do plano de desenvolvimento físico (plano diretor) e seleção de estratégias para a implementação dos programas e análises do impacto da aplicação do plano e da expansão da atividade turística. (PETROCCHI, 2001)

O Enfoque de GUNN (1979) se baseava em um enfoque regional com análise de inventário e análise, síntese e conclusões, definição de conceitos de desenvolvimento e recomendações.

No Brasil, foi implementado o enfoque de planejamento de turismo norte-americano com base na metodologia utilizada pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, e privilegiava a participação da comunidade. (PETROCCHI, 2001, p. 83)

O processo de planejamento disseminado para o turismo deve conduzir à possibilidade de vislumbrar a realidade municipal, e a partir das potencialidades, ir em busca de uma situação desejada, a partir da metodologia do planejamento.

Mas nada é tão simples; na fase do diagnóstico em que se utiliza a metodologia SWOT - (*Strengths* - Pontos Fortes, de origem interna); (*Weaknesses* - Pontos Fracos, de origem interna); (*Opportunities* - oportunidades externas); e (*Threats* - Ameaças externas) por vezes não é realizado, o que prejudica a análise das informações coletadas.

Outro fato relevante para o fracasso no planejamento é a falta de continuidade na gestão pública do planejamento do turismo relativa à permanência de pessoas qualificadas para a condução do processo.

A estrutura do planejamento adotada no Brasil para a organização do turismo municipal e regional possui a seguinte dinâmica visualizada na FIGURA 9:

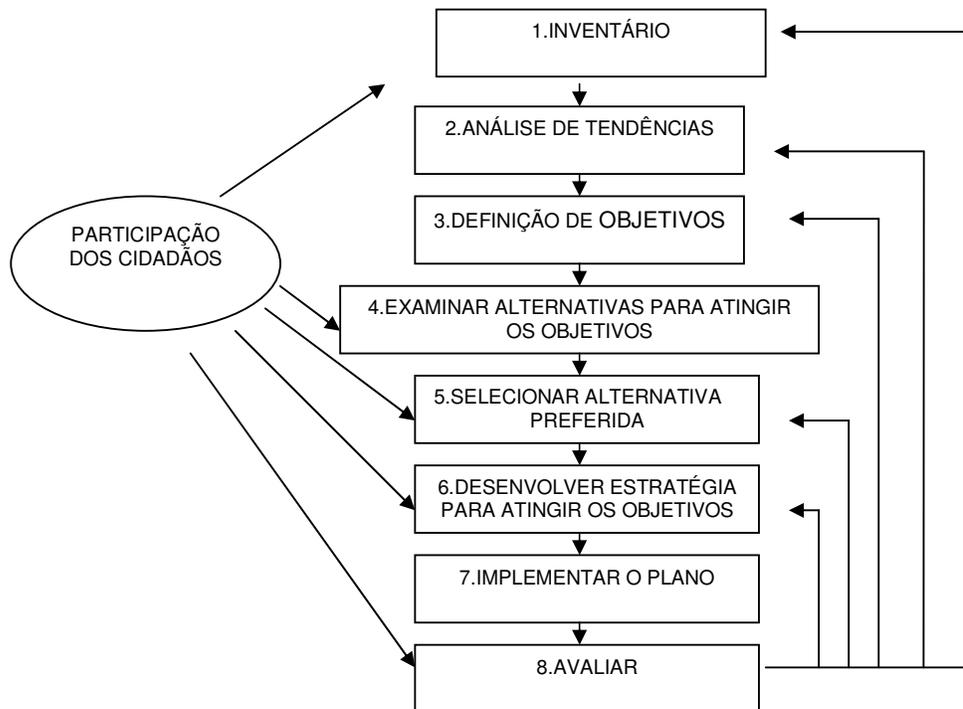


FIGURA 10 – MODELO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
FONTE: PETROCCHI (2001)

Esse modelo de planejamento foi utilizado pela EMBRATUR desde 1996, para orientar os municípios a uma gestão participativa. No entanto, pode-se observar ainda hoje, uma aplicação parcial das técnicas, já que nem todas as fases do planejamento são finalizadas. O que realmente se observa é a compilação de informações no inventário turístico, num material impresso, sem análises detalhadas o que compromete as ações para a implementação do plano¹⁸ em si.

¹⁸ O Plano de Desenvolvimento do Turismo Municipal é um documento de orientação ao desenvolvimento do turismo. Compreende as fases de inventário (levantamento e registro dos componentes que integram a oferta e a demanda turística), diagnóstico (exame da qualidade e quantidade dos componentes do turismo), e prognóstico (elaboração, a partir do diagnóstico, dos cenários para o desenvolvimento da atividade).

Deste modo, não basta apenas estudar o planejamento do turismo, pois este é parte integrante e fundamental no processo de desenvolvimento das cidades com este potencial, mas que isoladamente não passa de uma tentativa de organização do setor sem o respaldo integrado do poder público.

Tem-se a premissa de se utilizar após o processo de coleta de dados, que esses sejam diagnosticados a partir de ferramentas de espacialização, que podem ser, a partir do geoprocessamento, aplicados em modelos já explicitados nesse trabalho, numa tentativa de compreensão da realidade, não só a partir dos dados coletados, e sim de um estudo mais detalhado e embasado nas teorias que possam ser aplicadas na tentativa de explanação do fenômeno, de seu comportamento e de sua expansão nos território.

5.2. Estatuto da Cidade, Plano Diretor e Agenda 21 para o turismo: suporte legal para o planejamento e a gestão do turismo.

As normas de ordenamento municipal são estabelecidas pela administração pública. À União estabelece leis federais que devem ser cumpridas por Estados e Municípios. Essas leis incidem sobre o direito público e privado. Isto significa que tanto administradores dos setores produtivos (agricultura, indústria e serviços, com destaque ao turismo), e ainda, administradores da gestão pública (nas esferas federal, estadual e municipal), estão submetidos às formas de direito para o planejamento e gestão de seus empreendimentos ou municípios.

É prudente ressaltar que apesar do cumprimento obrigatório, há uma autonomia entre os setores para o planejamento e a gestão. “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.(BRASIL, 2004)

A organização do Estado compreende ainda diversas estruturas administrativas divididas pelo direito da seguinte forma:

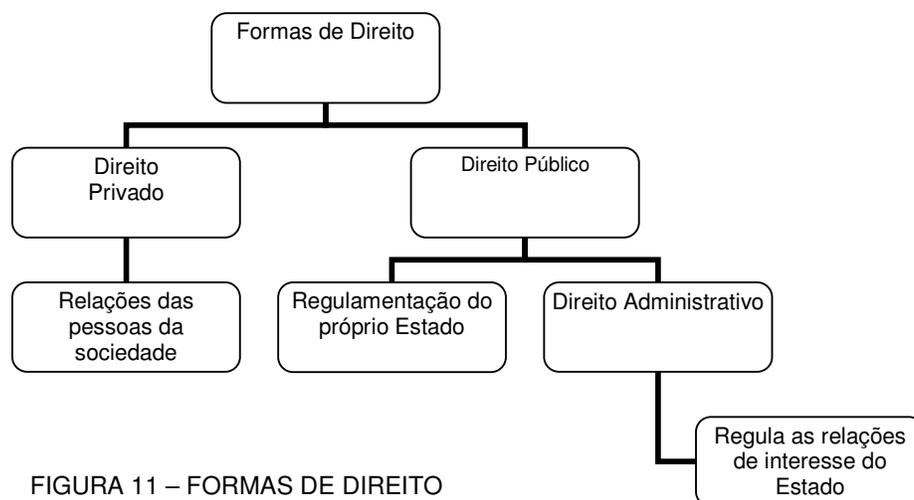


FIGURA 11 – FORMAS DE DIREITO
 FONTE: Adap. CAMPOS, *apud*; SCHENINI (2006)

A existência dessas estruturas não deverá ser um entrave ao planejamento, e sim, como mostra o esquema ilustrativo, permitem a organização de papéis e responsabilidades para seus atores no processo de crescimento dos municípios.

O planejamento seja público ou privado está diretamente relacionado à responsabilidade, à ética e transparência dos gestores dessas administrações, considerando a existência de instrumentos jurídicos importantes e eficazes à gestão sócio-ambiental de territórios urbanos e/ou rurais que são aliados no controle ao desenvolvimento adequado às questões ambientais e sociais.

De acordo com Schenini, há inúmeras ações e procedimentos que podem ser utilizados no auxílio da gestão pública em busca da sustentabilidade, como:

Agenda 21 Local;
Sistemas de Informação Geográficas – SIG, para uso em cadastros multifinalitários como mapeamento e monitoramento de parques, bancos genéticos, jazidas, equipamentos municipais;
Sistema de Gestão Ambiental;
Tributação como elemento restritivo à poluição
Auditoria Ambiental
Plano Diretor Ecológico
Planejamento territorial urbano
Estatuto da Cidade

QUADRO 13 - DOCUMENTOS PARA A GESTÃO PÚBLICA
FONTE: SCHENINI (2006)

Esses instrumentos legais exemplificados por Schenini (2006) são de modo substancial, ferramentas limpas de uso em um sistema complexo que são as cidades, e que se forem vistos de modo isolado, não poderão cumprir com sua finalidade principal, que é a produção e a gestão sustentável dos territórios humanizados.

Nesse trabalho destaca-se o Planejamento Territorial Urbano, o Estatuto da Cidade, a Agenda 21 em uma versão personalizada para o turismo, e o Sistema de Informação Geográfica como forma de apontar caminhos à formação técnica de gestores envolvidos com a temática.

Ao tratar do planejamento territorial urbano pode-se afirmar: sua eficácia e importância está diretamente relacionada à inserção desse como um programa de longo prazo para o município na fixação de princípios da organização espacial por meio de planos diretores seguidos de planos setoriais em um sistema de gestão personalizado e direcionado às necessidades e características locais e mesmo regionais. Então, se considerados o planejamento territorial em uma cidade litorânea, também haverá a necessidade de prever um sistema de gestão ambiental, um plano

diretor ecológico, um planejamento territorial urbano, todos direcionados e vislumbrando o equilíbrio entre a proteção e o uso de acordo com a atividade predominante no município e região.

A Constituição Federal de 1988 estabelece no Artigo 182:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, 2005, p.99)

A partir da Constituição Brasileira de 1988, novas diretrizes na condução do desenvolvimento das cidades, induz os gestores a aplicar conceitos atualizados na administração pública em respeito ao cumprimento das leis.

A Lei nº 10.257 de 2001 – constitui a regulamentação do Capítulo II da Constituição que trata da política urbana. Foi denominado Estatuto da Cidade, e constitui-se em um instrumento de planejamento e gestão para municípios,

pois trata do parcelamento ou edificação compulsórios, do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, de desapropriações, entre outros temas, sempre focados ao direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2002b)

Após a edição da lei federal que orienta ao planejamento, os municípios devem editar leis direcionadas às suas necessidades, tendo o Estatuto como espelho para orientar o desenvolvimento local.

O Município é por excelência, o *locus* de solução dos problemas urbanos. Os legisladores federais deve apenas criar o suporte jurídico para a atuação das municipalidades na questão urbana, jamais impor modelos fechados que dificultem ou impeçam que a execução da política de desenvolvimento urbano seja concretizada de diferentes formas, segundo as peculiaridades de cada local. (BRASIL, 2002b, p.14)

O Capítulo III do Estatuto da Cidade, na Seção I, determina-se a utilização de instrumentos para a adequada ordenação da política urbana no âmbito Federal, regional e municipal e abrange praticamente todos os setores da sociedade.

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, os seguintes instrumentos
I Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social:
II planejamento de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
III planejamento municipal, em especial;
a) Plano Diretor;
b) disciplina do parcelamento, do uso do solo e da ocupação do solo;
c) zoneamento ambiental;
d) plano plurianual;
e) diretrizes orçamentárias;

QUADRO 14 – Capítulo III do Estatuto da Cidade

FONTE: BRASIL (2002b)

Aponta-se na legislação em vigor que o Plano Diretor é o documento que conduz os trabalhos para o desenvolvimento ordenado dos municípios. A íntegra sobre Plano Diretor pode ser observada no artigo 182 - § 1º - da Constituição Federal de 1988, “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.” (BRASIL, 2005, p.99)

Outras características devem ser levadas em conta para a obrigatoriedade da implantação do Plano Diretor, a exemplo do Estatuto da Cidade, Capítulo III – Artigo 41:

O Plano Diretor é obrigatório para cidades:
I – com mais de vinte mil habitantes;
II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal;
IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

QUADRO 15 – PLANO DIRETOR

FONTE: BRASIL (2002b)

Sendo caracterizado o município, os gestores públicos devem ordenar e coordenar equipes de trabalho para a confecção e posterior aprovação do Plano para a devida aplicação e condução e formação daquele espaço geográfico.

O Plano Diretor pode ser definido como um plano de ordenamento urbano com o objetivo de determinar o uso do solo e os sistemas de integração e comunicação, partindo de normas definidas em um arcabouço legal, geradas por uma visão integral de construção da cidade desejada. (LOPES, 1998, p. 28)

O Plano Diretor em sua essência estabelece o zoneamento e disciplina a ocupação e uso do solo para todas as atividades que possam compor a dinâmica da construção municipal. Entretanto, mesmo com a presença da legislação, há os espaços onde acontecem as gestões da ilegalidade, geralmente em áreas de córrego, ou de preservação, e que depois de instaladas, demonstram uma irracionalidade urbanística em que os preceitos legais, se não colocados em prática se tornam mera retórica. Um plano diretor não pode contentar-se em ser apenas uma disciplina do crescimento físico ou da dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global da cidade, buscando orientá-la no interesse das maiorias. (SANTOS, 1992)

Para a execução das ações contidas no Plano Diretor, o artigo 165 da Constituição estabelece o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais; leis de iniciativa do Poder Executivo, que orientam as administrações municipais ao cumprimento e organização de suas ações pertinentes ao interesse público.

- O Plano Plurianual (PPA) de um município é o instrumento de planejamento estratégico de suas ações, contemplando um período de quatro anos. Por ser um documento de planejamento de médio prazo, dele se derivam as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis de Orçamento Anuais (LOA).
- O Plano Plurianual define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Estas despesas serão planejadas através das ações que integrarão ao Programas do PPA.
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- A Lei Orçamentária Anual proverá os recursos necessários para cada ação constante da LDO.

É, portanto, primordial ao município orientar o planejamento para a concepção do Plano Diretor nos moldes do Estatuto da Cidade, pois esse instrumento é base às relações entre a legislação, o Plano Plurianual - PPA, as Leis de Diretrizes

Orçamentárias - LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA e os demais meios legais ao pleno desenvolvimento municipal.

Esse contexto de ações interligadas e confeccionadas a partir das normas constitucionais permite, ao município atuar como um sistema, gerando conexões que refletem diretamente no desenvolvimento pleno de atividades produtivas, do planejamento e do ordenamento territorial em benefício da população local.

Em 2005 o MTUR cria o SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento como um instrumento organizador e integrador da rede de gerenciamento do PPA – Plano Plurianual. O SIGPLAN foi concebido para apoiar a execução dos programas, refletindo as características do modelo de gerenciamento para monitorar programas e ações baseadas em informações da Lei Orçamentária Anual completa. Deveria funcionar como um sistema de visualização de ações não orçamentárias, restos a pagar de exercícios anteriores e de créditos orçamentários aberto naquele exercício. A relação com o turismo vem a partir do momento em que o MTUR cria o SIGTUR que funciona como um método de gestão que armazena o conteúdo do PNT- Plano Nacional de Turismo e acompanha as ações do turismo e seus respectivos reflexos sobre as metas governamentais para o turismo. Bem essa relação acontece a nível nacional , pois nos municípios (principalmente os de pequeno porte) não há relação entre gastos e investimento públicos envolvendo o turismo e a LDO, PPA ou LOA.

Sob o ponto de vista do sistema de gestão municipal pode-se afirmar que o desenvolvimento do turismo não depende somente do planejamento municipal, esse é parte integrante de uma complexa legislação vigente no Brasil e que deve contribuir ao ordenamento do território diante de sua potencialidade turística. A difícil junção desses elementos, é um desafio à gestão municipal , pois envolve aspectos legais e de planejamento que hoje não se relacionam devido a uma gestão pouco profissional e calcada em ranços políticos impeditivos à integração estratégica para o crescimento de atividades importantes do setor terciário a exemplo do turismo.

O conjunto de leis e técnicas deve ser a base para uma política pública de planejamento municipal e turístico a partir de uma visão integradora e estratégica, observando-se ainda a necessidade de técnicos das diversas áreas do conhecimento para compor uma equipe multidisciplinar capaz de planejar com responsabilidade e ética profissional.

Pode-se observar no QUADRO 17, os instrumentos legais às políticas de organização da máquina pública que interferem diretamente o planejamento municipal e posteriormente do turismo, no que se refere à aplicação da Lei.

Dá-se o devido destaque à inserção estratégica do Planejamento do Turismo reiterando que essa atividade depende também da consolidação dos demais instrumentos para sua execução.

Normas para o ordenamento municipal	Significado e utilização
Constituição Federal - 1988	Carta Magna do País – Estados, Municípios e cidadãos devem respeitar;
Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01	Estabelecimento de normas de ordem pública e interesse social;
Município	Unidade Federativa responsável pelo planejamento e aplicação das leis da Constituição;
Plano Diretor Municipal	Plano que regulamenta a ação nos municípios. É um instrumento do Estatuto da Cidade;
Plano Plurianual - PPA	Plano que estabelece ordem nas despesas de capital. Possui periodicidade quadrienal. É um instrumento do Estatuto da Cidade;
Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	Lei de instruções para indicar prioridades no município. Possui periodicidade Anual.
Lei Orçamentária Anual - LOA	Lei que estabelece receitas e recursos para as ações do orçamento municipal;
Planejamento Estratégico	Plano de Ação para desenvolver o município. Atualmente possui caráter participativo;
Plano de Desenvolvimento do Turismo	Plano específico de ação para município com potencial turístico; Possui várias etapas.

QUADRO 16 – INSTRUMENTOS LEGAIS ÀS POLÍTICAS DE ORGANIZAÇÃO
FONTE: A AUTORA, 2007.

O planejamento estratégico apresenta-se como uma ferramenta para o desenvolvimento de municípios e empresas de diversos setores da economia. Em se tratando da municipalidade, esse instrumento pode constituir-se como uma nova modalidade de obter resultados a partir de decisões pontuais que resultarão em ações precisas e mais eficazes a partir da hierarquização das necessidades observadas e do plano de desenvolvimento municipal a princípio planejado de modo participativo. Para Ferreira,

o planejamento estratégico é o processo de pensar e definir os futuros desejáveis e possíveis para uma entidade e de concentrar as decisões e as medidas concretas, prioritárias, que devem ser tomadas hoje para que essa entidade seja melhor amanhã. E está baseado em participação, prospectiva, oportunidades projectos, contratualização. (FERREIRA, 2007, p. 126-127)

Os novos paradigmas de planejamento estratégico conduzem, ou deveriam conduzir os gestores a utilizar-se da metodologia focada no território; desse modo a visão de futuro para o alcance dos objetivos poderia partir de uma análise mais completa, inserindo o homem ou suas ações no meio, num contexto amplo no sentido de prever possíveis impactos ao território antes da concretização das ações.

Estas leis induzem a uma nova administração municipal “e se baseiam no conceito de desenvolvimento aberto, num contexto marcado pela globalização, integração e interdependência. Busca tratar de forma conjunta a dimensão do desenvolvimento econômico (estabilidade e crescimento), do desenvolvimento social (o incremento sustentável do bem-estar geral em termos do desenvolvimento humano) e da sustentabilidade ambiental”. (MENDES, 2005, p. 18)

Com relação à sustentabilidade ambiental, o Relatório de *Brundtland* elabora um conceito de desenvolvimento sustentável que não se restringe ao impacto da atividade econômica no meio ambiente, mas abrange as conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. (MENDES, 2005, p. 18)

Em uma tentativa de avançar na temática da sustentabilidade, foi criada durante a ECO – 92, a Agenda 21, que consiste num documento assinado pela comunidade internacional e que assume o compromisso para buscar a mudança no padrão de desenvolvimento em nível mundial no sentido de promover a conciliação entre os métodos de proteção ambiental baseados na justiça social e eficiência econômica, preceitos do desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 busca, assim, a partir dos preceitos de um novo pensar para o século XXI, romper com os modelos de planejamento que valorizam somente as questões econômicas, numa necessidade de mudanças dos padrões de produção e consumo, ao mesmo tempo em que a comunidade mundial deve buscar novas formas para a geração de emprego e renda na tentativa de reduzir disparidades regionais.

O documento ainda define para os governos nacionais, a responsabilidade de construção das Agendas 21 nacionais e locais. No caso do Brasil, tem-se a Agenda 21 Brasileira, que adota a metodologia de seleção de áreas temáticas que refletem a complexidade de nossa problemática, devendo a Comissão coordenar e acompanhar sua implementação a partir dos seguintes temas: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infra-estrutura e Integração Regional, Gestão de Recursos Naturais, Redução das desigualdades Sociais e Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 21 Brasileira recomenda a consolidação de estratégias para o fortalecimento da dimensão territorial no planejamento governamental em que nas três esferas de governo haja uma integração e articulação entre as políticas, os programas e as ações verticalizadas e também horizontalizadas, uma vez que todos os setores necessitam de uma estrutura estável e compatível ao desenvolvimento integral.

Destaca a produção, revisão, consolidação e implementação de instrumentos legais federais, estaduais e municipais na proteção ambiental diante do processo de crescimento de urbanização acelerada.

Trata da política de ações de acesso à terra, regularização fundiária e redução do déficit habitacional, e ainda destaca a importância da melhoria da qualidade ambiental das cidades por meio de ações preventivas e normativas de controle dos impactos territoriais dos investimentos públicos e privados e na elaboração de projetos urbanísticos integrados prevendo ações para o transporte e trânsito, para o conforto ambiental e a acessibilidade, e da ampliação de áreas verdes e das áreas públicas das cidades, da conservação do patrimônio ambiental urbano, tanto construído como o natural e paisagístico.(BRASIL, 2000a)

Tantas prerrogativas incentivaram o início de estudos de implantação das Agendas 21 Local, e em 2002, 29,7% dos municípios brasileiros haviam iniciado o processo. No entanto, em 2009, o IBGE constatou que somente 19,9% de outros municípios iniciaram o processo de implantação, o que indica que a execução de ações para a busca da sustentabilidade nos municípios brasileiros regrediu.

Em 2009, 19,9% dos municípios tinham iniciado o processo de elaboração da Agenda 21, percentual menor do que o de 2002 (29,7%). Ela estava sendo criada, sobretudo nos municípios maiores (60,0% entre aqueles com mais de 500 mil habitantes) e de 100 mil a 500 mil habitantes (49,4%). A Agenda 21 era mais frequente na região Norte (27,4%), seguida por Nordeste (25,8%), Sudeste (18,5%), Centro-Oeste (13,7%) e Sul (12,4%). Em relação a 2002 houve uma queda expressiva no percentual da região Nordeste (de 63,8% para 25,8%), mas nas demais regiões, cresceu a participação de municípios elaborando a Agenda 21. (BRASIL, IBGE, 2010)

À época da confecção da Agenda 21 (2002), as Organizações Internacionais que representam o turismo como o WTCC – *World Travel & Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo), bem como a WTO – *World Tourism Council* (Organização Mundial do Turismo) e o *Earth Council* (Conselho da Terra), elaboraram um documento chamado Agenda 21 for the travel & tourism industry (Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo), devido ao interesse do setor turístico em proteger os recursos naturais e culturais das mais variadas localidades, uma vez que esses recursos são as bases para o desenvolvimento da atividade.

Resumidamente, o documento é incisivo ao afirmar quanto à importância da parceria entre governos, indústrias e outras organizações, e ao identificar ações necessárias para desenvolver o turismo sustentável.

As áreas de ação podem ser observadas como um conjunto de fatores a serem planejados e desenvolvidos como estratégia local na possibilidade de aliar outras ferramentas de planejamento do turismo na expectativa de conscientizar população, gestores e turistas quanto à importância da preservação do meio ambiente para a sustentabilidade não só da atividade turística como da subsistência qualitativa da população local.

Áreas for action	Áreas de ação
assessing the capacity of the existing regulatory, economic, and voluntary framework to bring about sustainable tourism	Avaliar a capacidade do quadro de trabalho voluntário, econômico e regulador existente para realizar o turismo sustentável
Assessing the economic, social, cultural, and environmental implications of the organization's operations	Avaliar as implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações da organização
Training, education, and public awareness	Formação, educação e sensibilização do público
Planning for sustainable tourism development	Planejamento para o turismo sustentável
Facilitating exchange of information, skills, and technology relating to sustainable tourism between developed and developing countries	Facilitar a troca de informações, habilidades e tecnologia relacionados com o turismo sustentável entre países desenvolvidos e em desenvolvimento
Providing for the participation of all sector of society	Proporcionar a participação de todos os setores da sociedade
Design of new tourism products with sustainability at their core	<i>Design</i> de novos produtos turísticos com a sustentabilidade em seu núcleo
Measuring progress in achieving sustainable development	Medir o progresso em alcançar o desenvolvimento sustentável
Partnerships for sustainable development.	Parcerias para o desenvolvimento sustentável

QUADRO 17 – ÁREAS DE AÇÃO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

FONTE: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS (1992)

Documentos como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e a Agenda 21 são importantes para orientar o desenvolvimento em busca da sustentabilidade do território para a população e para o turismo de modo a integrar e indicar caminhos para o ordenamento territorial e turístico sob um ponto de vista diferenciado e inovador, uma vez que se faz necessário ajustar as ferramentas de trabalho para o planejamento da atividade, utilizando-se das legislações, orientações e instrumentos capazes de transformar realidades para um novo cenário de possibilidades para o turismo.

5.3. A política de planejamento do turismo no Brasil: território, regionalização e municipalização da atividade.

O turismo no Brasil começa a ser organizado numa concepção federativa, a partir da criação do Conselho Nacional de Turismo – CNTur e da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR no ano de 1966 através do Decreto-Lei 55 de 18/11/1966.

Este decreto determinou as seguintes competências ao CNTur: formular as diretrizes a serem obedecidas na Política Nacional de Turismo, e à EMBRATUR caberia, estudar e propor ao CNTur, os atos normativos necessários à promoção da Política Nacional de Turismo bem como aqueles que digam respeito ao seu funcionamento. De acordo com o artigo 1º do referido decreto-lei, a Política Nacional de Turismo é a atividade decorrente de todas as atividades ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isolados ou combinados entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país. (BARRETTO, 1998)

Esta definição de Política Nacional de Turismo é refutada por Cruz, pois segundo a autora, há nessa definição, dois equívocos claros;

Um deles diz respeito à redução da Política Nacional de Turismo a uma atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas ao turismo, o outro, à colocação de que essas iniciativas podem ser isoladas ou coordenadas entre si. Toda política é imbuída de intencionalidade e de ideologia. Uma política setorial releva uma forma de o poder público ver, pensar e se posicionar no mundo. Não se trata, portanto, de uma atividade, embora toda atividade tenha algum conteúdo político. E, se toda atividade tem conteúdo político, não é a política que decorre de uma ou de outras iniciativas, mas sim o contrário. (CRUZ, 2000, p.49)

Tais equívocos parecem ter sido rapidamente reconhecidos pelos legisladores, já que, no ano seguinte, 1967, quando da promulgação do diploma legal que regulamentou o Decreto-Lei 55/66, o conceito de Política Nacional de Turismo foi reformulado, e o planejamento incorporado no contexto turismo. Sendo assim, as formas de planejar a cidade passaram a ser utilizadas para o planejamento do turismo, e o texto do DECRETO Nº 60.224, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1967 passou a ser redigido da seguinte forma

Compreende-se como Política Nacional de Turismo, o conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional.(BRASIL,1967)

A partir desse decreto foi necessária uma visão diferenciada da política focada ao turismo, uma vez que o mesmo passou a ser considerado como um meio estratégico para gerar divisas para o país. A exemplo de outros países, gestores do turismo no Brasil viram no turismo a possibilidade de equilibrar o balanço de pagamentos e assim possibilitar mais uma forma de ingresso de divisas ao Brasil.

O obstáculo ao desenvolvimento do turismo apresenta-se no fato da dificuldade quanto à definição deste setor nas pastas da administração pública, pois até a década de 90 poucos estados e municípios possuíam secretarias específicas para atender à necessidade do planejamento e gestão do turismo. Àquela época a atividade não se identificava claramente como setor econômico diferenciado. Ainda hoje, muitas cidades não estabelecem padrões sobre as ações do turismo junto à administração pública. Mesmo a economia gerada em torno do turismo não está diretamente ligada ao setor, pois nas pesquisas econômicas municipais pode-se perceber o pouco conhecimento que se tem em torno da geração de receita e de empregos diretos e indiretos que envolvem a cadeia produtiva do turismo.

Pode-se afirmar ainda que os bens e serviços vendidos aos visitantes e turistas domésticos originam-se de vários ramos da produção e que, em alguns casos só é vendida aos turistas uma parte dessa produção e o restante se destina as outras formas de demanda final ou usos intermediários.

A afirmação de que a hierarquia dada à atividade varia de acordo com o momento e ainda, em relação aos outros setores da economia nacional parece clara, eis que quando há mudanças políticas envolvendo cargos de confiança nas secretarias, os projetos deixam de ser executados, pois, parecem estar em simbiose com disputas ou entraves políticos que sempre causam prejuízos e atrasos aos processos de planejamento e ordenamento municipal.

Há ainda a disparidade de critérios, não existindo idéias claras a respeito das ações, estratégias, pessoal especializado ou mesmo processos metodológicos adequados e eficientes, capazes de fixar meios de determinar a continuidade ou mesmo o lugar da atividade turística na organização administrativa do setor público.

O descaso para com a importância e a relevância que a atividade turística foi tratada até pouco tempo, gerou instabilidade da pasta junto aos ministérios, secretarias estaduais e municipais verificada ainda hoje. O que geralmente ocorre é que a cada gestão pública, a condução dessa atividade ganha destaque ou desinteresse por parte dos gestores nas diversas esferas do setor público. Tem-se então a seguinte realidade: os assuntos referentes ao turismo, ora podem estar sediados nas Secretarias da Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Comunicações, Transportes e Turismo; Esporte e Turismo.

Na esfera federal, o turismo já esteve sediado junto ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Ministério dos Esportes e Turismo, e a partir de 2003 foi criado o Ministério do Turismo. Essa atitude trouxe mais ordem à execução de atividades relacionadas ao turismo e permitiu uma nova fase de reordenamento e planejamento de ações vinculadas aos estados e municípios que permitiram um avanço, ainda que tímido na fixação da atividade como meio propulsor do desenvolvimento de potenciais naturais e culturais existentes no território brasileiro.

Pode-se dizer e de acordo com Beni (1998) que a criação daquele Ministério deve-se ao fato de que o turismo constitui meio eficaz para o alcance de objetivos em diferentes campos de atividade, e pode ser empregado para fins tão diversos como:

1. Alcance de objetivos - desenvolvimento nacional e regional (campo econômico);
2. Geração de empregos, descanso e lazer dos assalariados (campo social);
3. Ampliação do conhecimento da população sobre história e cultura (campo cultural);
4. Integração nacional, projeção de imagem do país no exterior (campo político);

O certo é que o lugar do Turismo na estrutura administrativa pública dependerá, em definitivo, da orientação que o governo de cada país lhe der. Logicamente, e como a experiência indica, quando muda o governo de um país a orientação do Turismo pode mudar e, por conseguinte, também sua posição hierárquica e subordinação administrativa. (BENI, 1998)

A visão do Estado para com a atividade turística pode ser interpretada por meio das garantias que esta promove nas escalas do setor produtivo impactando 52 setores da economia tanto de modo direto quanto indireto. Pode-se exemplificar que:

- o turismo tende a garantir maior número de empregos;
- o turismo pode melhorar o balanço de pagamentos;
- o turismo deve incentivar a proteção ambiental;
- o turismo pretende manter o pequeno agricultor na sua propriedade;

Geralmente, o Órgão Nacional de Turismo é estruturado pelo Estado, com responsabilidades em matéria de turismo a nível nacional, cujo principal propósito é otimizar o crescimento do setor, maximizando sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social do país. Esse órgão também pode ser estendido às esferas estaduais, municipais e regionais. O modo como as formas de governo se impõem junto às cidades pode ser segundo BENI (1998):

Governo Centralizado - Criado pelo Estado dentro de sua própria estrutura administrativa, pode ocupar, como já visto, diferentes posições e hierarquias na estrutura organizacional.

Tem a vantagem de permitir uma melhor adaptação das políticas de condução do setor, às políticas gerais de desenvolvimento econômico e social do país. Em contrapartida, deve-se mencionar que a própria centralização traz implícito o risco da influência burocrática que estão expostos todos os órgãos públicos e pode tender a diminuir sua eficiência, em consequência da lentidão que caracteriza o processo de tomada de decisões pelo setor público.

Governo Descentralizado Constituído pelo próprio Estado através de lei, tem personalidade jurídica e goza de autonomia técnica e administrativa, embora mantenha vínculo de subordinação a um ministério ou secretaria de Estado. Pode ser Comissão, Instituto, Empresa ou Corporação de Turismo

Comissão de Turismo –Visa a promoção turística e atua unicamente nesta área; por outro lado, tem caráter temporário.

Instituto de Turismo – Tem um campo da ação mais amplo em relação à Comissão e, conseqüentemente, âmbito maior de atuação. Não só tem as funções promocionais, como também as de fomento a apoio ao desenvolvimento da atividade. Trata-se, assim como a Comissão de Turismo, de uma entidade sem fins lucrativos, mas tem vigência que poderia ser catalogada como permanente.

Empresa de Turismo – Tem atuação similar ao Instituto, mas se diferencia por ter fim lucrativo.

Corporação de Turismo – Tem maior âmbito de atuação, pois agrega todas as demais formas de instituições. Detém a coordenação nacional do setor, define políticas, traça diretriz, concede créditos diretos, realiza investimentos, emite e coloca no mercado financeiro bônus de desenvolvimento turístico e aplica incentivos para fomentar investimentos. EX: *Convention Bureau*.

Definidas a estrutura da gestão governamental devem-se estruturar e planejar as Políticas de Planejamento Estratégico Desenvolvimento Turístico, em que as decisões são tomadas por autoridades como ministros, secretários de estado, diretores dos órgãos nacionais. O planejamento dessa política estabelece as bases do desenvolvimento turístico; é o processo destinado a determinar os objetivos gerais, as políticas e as estratégias que nortearão os aspectos referentes a investimentos, uso e ordenamento dos recursos.

Em outra esfera do poder, existem as Políticas de Planejamento Tático ou Operacional que utilizam os recursos disponíveis e os emprega na realização dos objetivos imediatos resultantes das decisões estratégicas. É a concretização dos programas de ação, com especificações de prazos, meios e responsabilidades de execução.

As políticas resultantes dos processos de entrada e saída de capital, pessoal, mercado e público são complexas, mas no caso do turismo são necessárias, uma vez que a atividade sugere uma integração de setores que somente poderão ser compreendidos em sua integralidade e complexidade.

Mas é em 1994 que o Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia – MICT, criou por meio da Portaria 130 de 30/03/1994, o Comitê Executivo para o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Havia a necessidade de identificar os municípios brasileiros com possibilidades de atrair turistas, desse modo a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo instituiu pela Deliberação Normativa 363 de 27 de junho em 1996 o RINTUR - Roteiro de Informações Turísticas.

Considerando a necessidade de aprimorar os mecanismos de análise para identificação, por parte da EMBRATUR, de municípios potencialmente turísticos, RESOLVE: Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo I desta Deliberação Normativa, o Roteiro de Informações Turísticas - RINTUR, que norteará a seleção dos municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo. Parágrafo Único Os municípios selecionados como prioritários para o desenvolvimento do turismo, enviarão anualmente a EMBRATUR, as

informações solicitadas neste instrumento para atualização e reavaliação do seu potencial. (BRASIL,1996)

O RINTUR possui uma metodologia desenvolvida com a finalidade de formalizar o campo de observação e instrumentalização em torno de pesquisas técnicas considerando um conjunto de fatores e variáveis abrangentes de características físico-geográficas, histórico-culturais e econômicas para descrever:

Municípios Turísticos¹⁹ (MT): São aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente.

Municípios com Potencial Turístico (MPT): São aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo, diretrizes para o desenvolvimento sócio-econômico do município.

Após o diagnóstico dos municípios o então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (1996) iniciou a fase de organização das oficinas do PNMT, convidando os municípios a participarem das atividades de organização do turismo municipal.

O PNMT tinha o objetivo de estabelecer linhas gerais para desenvolver o turismo com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

As oficinas eram organizadas pelo Comitê Estadual do PNMT e dividiam-se na 1ª Fase (sensibilização), 2ª Fase (capacitação), 3ª Fase – Passo 1 – (diagnóstico), 3ª fase - Passo 2 (montagem do plano de desenvolvimento do turismo), 3ª fase - Passo 3 (montagem do Conselho Municipal de Turismo e criação do Fundo Municipal do Turismo).

No Paraná, dos 399 municípios, 270 participaram do Programa (PNMT), alguns integralmente, outros parcialmente. No litoral desse Estado, o município de Guaratuba participou de todas as fases e continua a praticar atividades em torno das prerrogativas da capacitação executada àquela época.

Quando o Programa foi instalado, as oficinas de trabalho propunham a sensibilização e capacitação de gestores municipais aos conhecimentos técnicos quanto à atividade turística. Entretanto, é importante salientar, que à época, pouco se falava de gestão do território, ou de ordenamento territorial (diga-se, atrelado ao turismo), ou mesmo da inclusão de temas relacionados ao turismo em documentos

¹⁹ Atualmente os municípios que se destacaram em desenvolver ações voltadas ao turismo entre outras prerrogativas, recebem o selo de município prioritário ao turismo. Isso significa que o mesmo adquire possibilidade de angariar recursos diversos junto aos órgãos que fomentam a atividade no Brasil.

como Plano Diretor, Plano Plurianual ou mesmo em Lei Orçamentária Anual, o que de certo modo tornou os trabalhos de inventário, diagnóstico e prognóstico do turismo municipal inviabilizados por falta de apoio efetivo tanto do legislativo municipal, quanto do executivo ou judiciário. A implementação Políticas Municipais de Turismo, de Conselhos ou Fundos Municipais de Turismo não e concretizaram de modo a gerar impactos positivos ao turismo na esfera local.

Mesmo com algumas dificuldades na execução de propostas, vários municípios desenvolveram seus atrativos turísticos, fortaleceram sua cultura, iniciaram um processo de preservação ambiental, incentivaram a criação de pousadas, restaurantes, entre outros equipamentos de apoio ao turismo.

Esse caminhar positivo foi um legado importante à consolidação do turismo naqueles municípios, sendo alguns consagrados com o selo do turismo, em reconhecimento às iniciativas tomadas tanto pelo poder público quanto por empresários que apostaram no turismo como um novo modelo propulsor de desenvolvimento de seus municípios.

Entretanto, após 10 anos desde o início do processo de municipalização (1994), o MTUR lança em 2004 o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; e em nome dos municípios, propôs a criação de destinos regionais considerados atrativos o suficiente para gerar demanda e permanência de turistas.

Quanto à regionalização sob o olhar da geografia, Ferreira (2007) afirma:

com a integração dos grandes espaços geoeconômicos, as regiões tenderão a reforçar o seu papel e a acentuar o seu protagonismo. Com a redução de poderes e funcionalidades dos Estados centrais, o enfraquecimento da sua representatividade e a diluição das especificidades nacionais, as regiões reforçam-se como espaços configuradores de identidades culturais e comunitárias; tendem a ganhar importância como instituições de representação e integração social; e tornam-se parceiros indispensáveis na criação de condições para a competitividade econômica e empresarial. (FERREIRA, 2007, p.31)

As áreas metropolitanas, as estâncias de governança regional, as áreas de preservação ambiental, as bacias hidrográficas e mesmo a semelhança no território, podem se constituir elementos ao reordenamento da administração territorial de

estados e municípios. As instâncias²⁰ políticas e setoriais podem contribuir para um novo modelo de administração territorial moderna, coerente e eficiente.

Para este desígnio, a *regionalização* acabará por impor-se. Não como um fim em si, mas antes como o meio de criar autarquias de nível intermediário, com escala para acolher competências hoje (mal) desempenhadas pela administração central e, também, em alguns casos, pelos municípios. (FERREIRA, 2007, p.53)

O novo modelo de gestão para o turismo deve permitir principalmente ao município, o fortalecimento das relações intermunicipais em prol de determinadas atividades comuns. A reorganização e o planejamento em conjunto podem fortalecer as regiões sob vários aspectos, inclusive na racionalização de investimentos e nas ações conjuntas.

Esse é um caminho diferente do usual, se observadas as dificuldades de integração mesmo endógena entre setores da administração municipal.

Parece que com a regionalização o paradigma da gestão municipal estanque em si, sem inter-relações e totalmente dependente das esferas estaduais e nacionais encontram uma possibilidade de gestão conjugada entre descentralização, reorganização e modernização da administração com base local e regional.

A descentralização para a regionalização deve passar por um debate contínuo junto aos atores municipais, estaduais e nacionais. Essa troca de experiências possibilita a transferência de competências e dos recursos bem como do enquadramento legal e institucional relativos à legislação referente ao tema, que permita trâmites de gestão horizontalizada.

Cabe ainda o cuidado em promover o fortalecimento de conselhos regionais, das comissões de coordenação e da profissionalização da gestão, no sentido de designar responsabilidades no amplo debate em prol da regionalização.

Esse princípio norteia o Programa Regionalização do Turismo lançado em 29 de abril de 2004, com o foco em um novo modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional.

²⁰ A instância é um “ente organizacional” social que pode assumir o formato jurídico de Conselho, Fórum, Associação, Agência, etc. Quanto ao termo governança pode-se conceituá-lo como a capacidade que o governo possui de administrar e criar condições de resposta à sociedade pressupondo uma administração participativa. (PARANÁ, 2009, p.14)

Regionalizar é transformar a ação centralizada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar, de forma articulada e compartilhada, o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional. (BRASIL, 2004)

Àquela ocasião, o Ministério do Turismo buscou a partir do Programa de Regionalização:

- Assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação entre homem e ambiente;
- Entender os arranjos produtivos locais e regionais como estratégicos, e os vínculos de parceria, integração e cooperação entre os setores como geradores de produtos e serviços capazes de incorporar as unidades produtivas de base familiar e nas micro e pequenas empresas.

A implantação do Programa consistiu em promover a cooperação e a parcela dos segmentos envolvidos, organizações da sociedade, instâncias de governo, empresários, trabalhadores e, instituições de ensino com foco na geração de qualidade ao produto turístico, diversificação da oferta turística, estruturação de destinos turísticos e, ampliação e qualificação do mercado de trabalho.

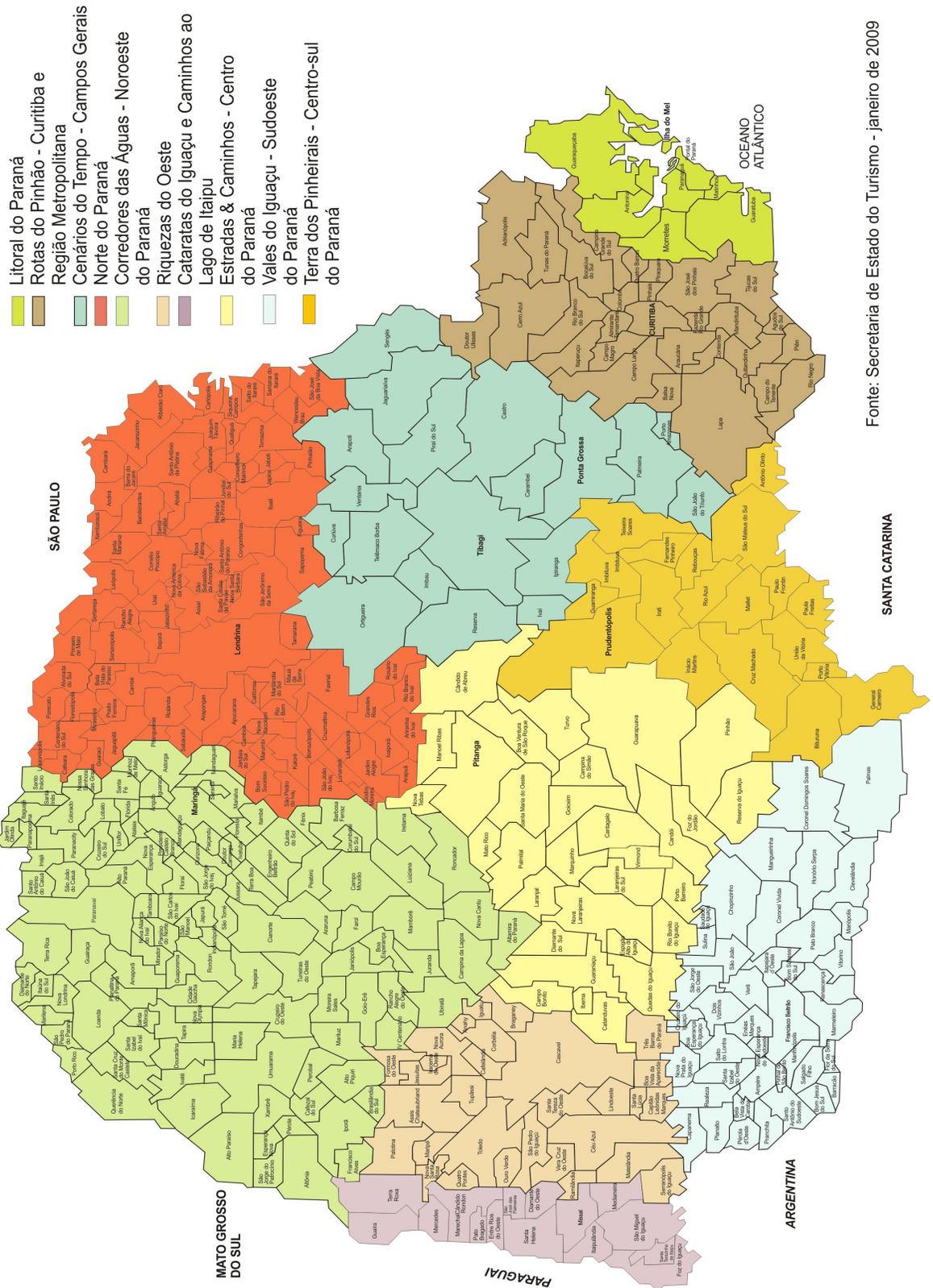
Após o lançamento do Programa, o Paraná realizou um processo de formatação do planejamento focado na regionalização.

Mesmo observando que nesse Estado, um dos objetivos do programa em vigor, foi realizar o Mapeamento do cenário turístico no Estado por meio de análises das regiões turísticas²¹, entende-se que outras ações devem ser continuadas no sentido de compreender a regionalização e sua eficácia.

Particularmente no Estado do Paraná, as regiões turísticas foram subdivididas em uma organização política a partir de critérios que deveriam permitir o planejamento mais descentralizado. Tem-se então no Paraná o seguinte panorama da regionalização:

²¹ Refere-se à divisão das regiões turísticas por similaridade de atrativos, cultura entre outros motivos.

Regiões Turísticas do Paraná



- Litoral do Paraná
- Rotas do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana
- Cenários do Tempo - Campos Gerais do Paraná
- Norte do Paraná
- Corredores das Águas - Noroeste do Paraná
- Riquezas do Oeste
- Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu
- Estradas & Caminhos - Centro do Paraná
- Vales do Iguaçu - Sudoeste do Paraná
- Terra dos Pinheirais - Centro-sul do Paraná

FIGURA 12 – REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ
 FONTE: PARANÁ, 2009.

Fonte: Secretaria de Estado do Turismo - janeiro de 2009

Apesar de serem 10 regiões turísticas, as regiões consideradas prioritária são: 1) Litoral do Paraná, 2) Rotas do Pinhão (Curitiba e Região Metropolitana), 3) Campos Gerais e 4) Cataratas do Iguaçu e Caminhos do Lago de Itaipu. (PARANA, 2011).

A proposta de organizar as governanças a partir dessa setorização, deveria possibilitar a gestão e a tomada de decisões regionalmente com reflexos positivos ao fortalecimento do turismo.

Adotar o modelo de regionalização exige novas posturas e estratégias para a gestão de políticas públicas; mudança de relacionamento entre as esferas do poder público e sociedade civil; esforço coordenado de ações entre município, estados e países.(BRASIL, 2004)

O roteiro do Programa de Regionalização do Turismo previu na Etapa I a mobilização e planejamento nos estados com:

- Oficina de Planejamento para implantação do Programa nas Unidades da Federação com a participação do Fórum Estadual de Turismo.
- Mapeamento do cenário turístico do Estado, por meio de análise das regiões turísticas;
- Identificação de necessidades e definição de linhas de ação nas regiões;
- Proposição de estratégias de mobilização e implementação das ações nas regiões.

Etapa II – Operacionalização do Programa

- Oficinas de planejamento nas regiões;
- Análise do cenário do turismo na região;
- Proposição de estratégias de mobilização e implementação das ações nas localidades;
- Indicação de demandas para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional formulado em cada região;

Etapa III – Operacionalização do Programa

- Compatibilização do plano estadual com os planos regionais, análise e incorporação das propostas das regiões, definição da aplicação dos instrumentos metodológicos, institucionalização do plano pelo Fórum Estadual;

- Aplicação dos instrumentos metodológicos - Inventariação, mobilização, roteirização;

Esse programa continua em vigor em 2010, uma vez que a proposta da Política Nacional de Turismo 2011-2014 possui um foco na organização do setor no sentido de preparar produtos em prol da Copa de 2014.

Não cabe nesse trabalho tecer qualquer crítica ao Programa de Regionalização, no entanto, pode-se perceber ainda hoje (seis anos após a implantação do Programa), que várias regiões e ações ainda não estão consolidadas, nem seus municípios articulados em prol do desenvolvimento regional.

Reitera-se que não há pretensão em minimizar a importância da regionalização ao destacar nesse trabalho apenas um dos municípios do Litoral do Paraná; entretanto, considera-se fundamental em primeiro lugar municipalizar como forma de ordenar o território como um sistema que possa ser visualizado e fortalecido no seu aspecto endógeno para posterior externalização.

Um indicador importante a essa afirmação é a ferramenta do Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR.

Para alcançar os objetivos da Fase III o MTUR criou em 2006 o Sistema de Inventariação da Oferta Turística - INVTUR como instrumento a Estados e Municípios na confecção, atualização e disponibilização de informações por meio do Sistema Nacional de Informações Turísticas.

São objetivos do INVTUR,

Funcionar como equipamento de consulta para estudantes, empresários e pesquisadores, a fim de:

- Disponibilizar aos visitantes, planejadores e gestores, dados confiáveis sobre a oferta turística brasileira;
- Permitir a análise do significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal;
- Permitir a identificação e a classificação de municípios turísticos e com potencial turístico;
- Permitir o diagnóstico de deficiências, pontos críticos e estrangulamento e os desajustes existentes entre a oferta e a demanda; e
- Coletar informações que subsidiem a elaboração de roteiros turísticos (BRASIL, MTUR, 2006)

Ainda, segundo o MTUR (2006) o INVTUR é importante para:

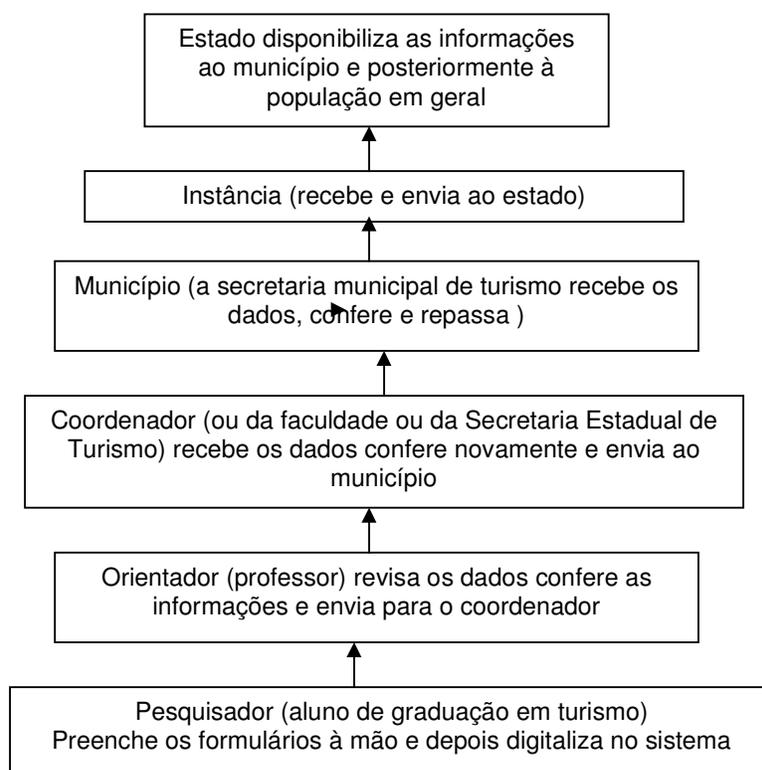
Obter informações de qualidade e de confiança para o planejamento;
Desenvolver adequadamente as potencialidades turísticas de uma região;
Otimizar os recursos públicos, evitando a sobreposição de ações;
Conhecer as características e a dimensão da oferta e as iniciativas necessárias ao desenvolvimento do turismo visando à sustentabilidade (BRASIL, MTUR, 2006)

A performance do INVTUR, partiu da estrutura já utilizada e embasada a partir do SISTUR de Beni (1998), com algumas adaptações e atendendo as seguintes classificações: Infra-estrutura de apoio ao turismo, Classificação dos serviços e equipamentos turísticos e Classificação dos atrativos turísticos.

Cada classificação possui determinado número de formulários que são preenchidos de forma manual de acordo com pesquisa de campo e depois são digitalizados em um programa de base de dados.

O processo de compilação das informações tem no princípio das parcerias, o aporte técnico; desse modo, instituições de ensino (universidades e faculdades) foram convidadas a participar.

Assim, para proceder o inventário turístico no município, organizou-se um trabalho em equipe com diversos parceiros, tendo uma ordem de hierarquia tanto para a coleta de informações, quanto para a conferência dos dados de campo.



Após a parceria firmada entre os parceiros o perfil Estado está liberado para cadastrar Instância, que cadastra o perfil Município, e assim sucessivamente.

Inicia-se então a coleta de dados. O pesquisador sai a campo para preencher os formulários **à mão**, posteriormente digitaliza e inicia-se o trâmite da informação,

sucessivamente. Todos os dados precisam ser checados pelo orientador, coordenador e assim por diante. A demora na conferência das informações em alguma dessas fases acarretará certamente na lentidão do processamento de dados e a falta de agilidade do INVTUR.

Considera-se esse processo um tanto quanto denso e burocrático²², uma vez que o pesquisador colhe todos os dados em formulários de papel (o que gera um volume de material relativamente alto devido a quantidade de informações solicitadas).

Após todo esse processo e aprovação do Município, Instância e Estado, as informações ficam disponibilizadas no site do MTUR.

As informações podem ser visualizadas por dois tipos de perfis:

- 1) Pessoas que possuam login e senha para a inserção de informações;
- 2) Pessoas consideradas “visitantes” que poderão obter acesso a algumas informações do inventário já concluído ou conhecer a situação dos inventários em processo aberto.

Durante a presente pesquisa documental, pôde-se observar pelo sistema (perfil visitante) que vários municípios iniciaram o processo de inventariação, mas as informações não estavam disponíveis. No caso do município de Guaratuba, objeto desse trabalho, observou-se algumas informações existentes no sistema, no entanto algumas estavam incompletas ou repetidas, o que prejudicou uma análise mais apurada dessa ferramenta; Desse modo, não houve possibilidade de utilizar aquela fonte como geradora de informações para o presente trabalho.

Segundo o MTUR, o INVTUR é uma ferramenta idealizada para observação do cenário do turismo no Brasil no sentido de cruzamento de informações que possam agilizar o processo de planejamento, entretanto, após cinco anos de sua implementação, não se observa agilidade ou ações de planejamento que possam ter sido tomadas a partir desse processo.

²² Considerando uma cidade com cinco hotéis: serão gerados cinco formulários de cinco páginas cada um, o que significa 25 páginas preenchidas. No entanto, imagine a coleta desses e dos demais dados em uma cidade como Curitiba, São Paulo ou Rio de Janeiro. Lembrando, são dezenove formulários cada um em média com cinco páginas.

6. O TURISMO E O PLANEJAMENTO EM GUARATUBA-PR: OBJETO DE ESTUDO PARA UMA NOVA PROPOSTA

O capítulo que se segue compila dados de coleta de documentos pesquisados sobre o município de Guaratuba, numa compilação de informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Guaratuba (Departamento de Turismo na pessoa do Sr. Mario José Natalino).

Cabe observar que tais documentos encontram-se disponibilizados separadamente, e que o presente trabalho procurou unir tais informações nesse capítulo numa possibilidade de observar quais os documentos legais existentes em Guaratuba indicam a atividade turística como estratégica, e ainda, qual a relação entre esses documentos; se há uma sobreposição de informações, ou se são complementares, uma vez que tratam de planejamento territorial e planejamento turístico.

No decorrer desse capítulo procurou-se situar o leitor em um preceito histórico em torno do município de Guaratuba, sua formação e organização territorial. Posteriormente, serão apresentados os recursos e os atrativos de Guaratuba no sentido de situar o leitor em torno da potencialidade turística do Município. Então, em um terceiro momento procurou-se apontar a partir dos planos de Desenvolvimento de Guaratuba observar como são tratadas as questões relativas ao ordenamento territorial e turístico de Guaratuba.

6.1. Guaratuba: Formação, Organização Territorial e Crescimento

A história de Guaratuba inicia-se em 1771 quando foi erigido o Pelourinho em praça pública como símbolo de justiça e demarcação do território como sendo Vila de São Luis de Guaratuba da Marinha.

Em 1938 o Município foi extinto, e vinculado como Distrito de Paranaguá. Somente voltou a ser considerado independente em 1947, mas, permaneceu na Comarca de Paranaguá até 1954, quando passa a pertencer a Comarca de São José dos Pinhais. Somente em 1986 foi criada pela Lei 8280/86, a Comarca de Guaratuba.

Esses fatos resumidamente apontados mostram a trajetória histórica da consolidação de Guaratuba enquanto Município, já que para a instalação do poder de fato, não somente a delimitação territorial basta, sendo necessário o apoio legal para a instituição dos poderes legais que determinam a possibilidade de administração e gestão desse espaço de poder, suas relações com a população e sua soberania enquanto Município.

Em 1950 Guaratuba contava com uma população de 4.439 pessoas, em 2000 contava com 27.257 mil habitantes, atualmente possui uma população de 32.088 mil habitantes segundo o Censo de 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ANO	POPULAÇÃO
1950	4.439
1960	6.694
1970	9.734
1980	12.180
1991	17.998
2000	27.257
2010	32.088

FONTE: IBGE, 2010.

TABELA 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE

Em 2010 o IBGE realizou o Censo, e na curva de crescimento do Gráfico 1 pode-se notar um aumento populacional mais acelerado desde 1991. É fato que essa ascendência incide diretamente nas questões relacionadas ao planejamento urbano e à organização territorial do Município.

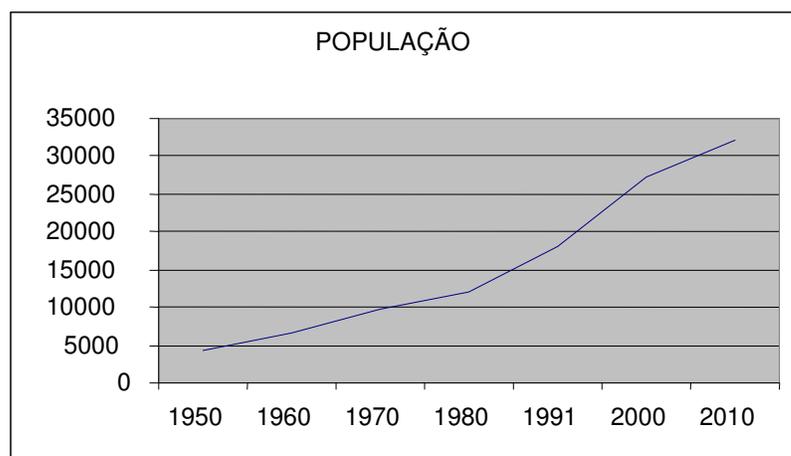


GRAFICO 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE
 FONTE: Adap .IBGE (2010)

Esse crescimento de população residente demandou uma necessidade de infra-estrutura básica. Além disso, o turismo de sol e praia despertou o interesse por habitações de segunda residência.

Dados relevantes sobre Guaratuba quanto a domicílios recenseados pelo IBGE (2010) corroboram a pressão imobiliária a que passa o Município quando se observa o indicador do Instituto em referência a segunda residência.

DOMICÍLIOS	NÚMEROS
Particulares ocupados	10.061
Particulares não ocupados de uso ocasional	12.178
Particulares não ocupados vagos	1.734
Particulares não ocupados	13.912
Domicílios coletivos	74
Total de domicílios Recenseados	24.047

TABELA 3 – DOMICÍLIOS EM GUARATUBA
 FONTE: IBGE (2010)

Os dados do IBGE revelam que o número de **domicílios particulares não ocupados de uso ocasional**, é superior ao número de domicílios ocupados. Esse índice comprova a pressão imobiliária a que vem sofrendo o município de Guaratuba.

Em sua área territorial, Guaratuba possui 1.328,480 de Km², e dista 117 Km da capital paranaense – Curitiba. Possui uma altitude média de 6 metros, Latitude

média de 25°52'58"S, e Longitude de 48°34'29"W. (IBGE, 2008). Está situada em uma planície peninsular, arenosa, com uma frente na baía a Noroeste, e outra frente no oceano Atlântico a Sudeste.

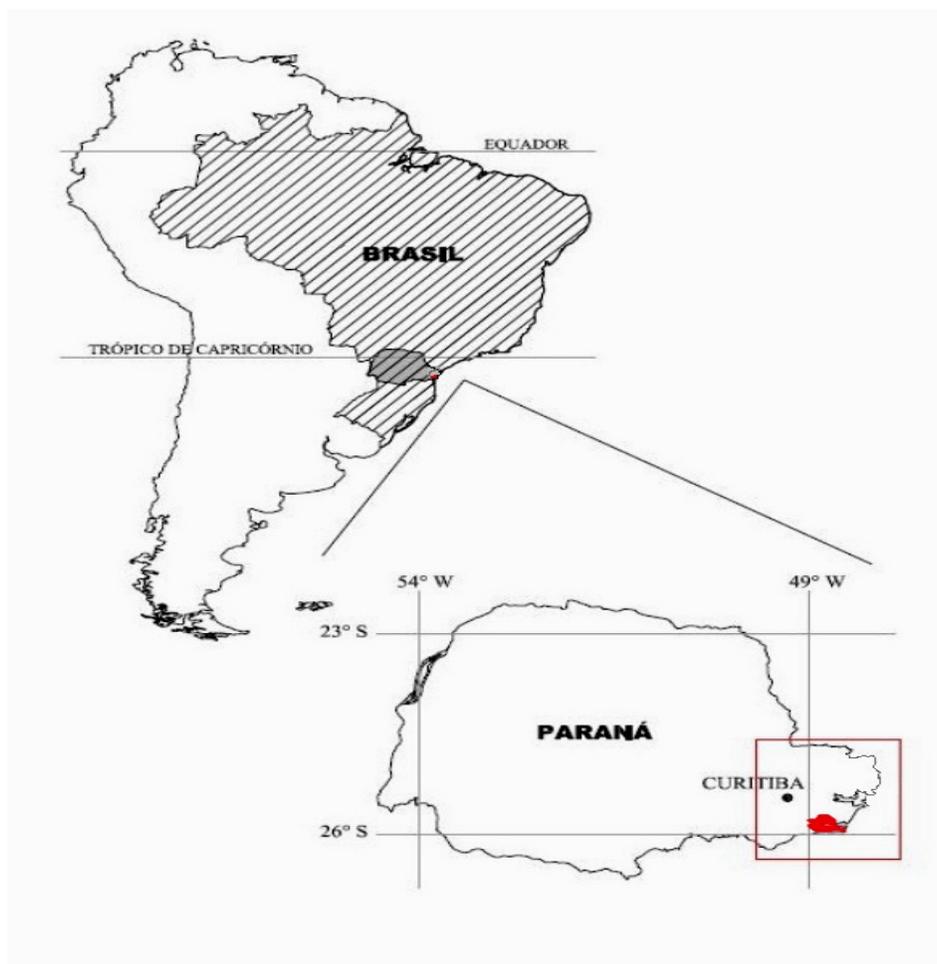


FIGURA 13 – LOCALIZAÇÃO DE GUARATUBA NO BRASIL E NO PARANÁ
 FONTE: TARLOMBANI, 2010.

Possui os seguintes limites territoriais: ao Norte: os municípios de Matinhos e Paranaguá, a Leste: Matinhos e Oceano Atlântico, ao Sul: Itapoá (Estado de Santa Catarina) e Morretes, a Oeste: município de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

O clima da cidade é tropical super-úmido, sem estação seca definida e isento de geadas. Nos meses mais quentes possui médias superiores a 30°; em meses mais frios, média superior a 15°.

No setor da economia primária destaca-se a agricultura, no setor secundário a indústria pesqueira, de palmito e beneficiamento de arroz. O setor terciário é representado pelo comércio e turismo principalmente no verão.

O turismo é uma realidade no Município e é uma atividade a ser desenvolvida inclusive com amparo legal, desde 1977, quando por Lei Federal passa a ser denominado como área de Especial Interesse Turístico (Lei Federal Nº 6513 de 20/12/1977). O Ministério do Turismo também decretou o Município como Turístico pela Deliberação Normativa n.432, de 28/11/2002.

O Município conta com legislações específicas que o ampara no sentido de buscar o desenvolvimento pela atividade turística. Esse fato reitera a importância de estudos que possam contribuir ao desenvolvimento da atividade.

Para tanto, é necessário conhecer alguns dados sobre o Município para posteriormente aplicar teorias e pareceres sobre a realidade do turismo em Guaratuba.

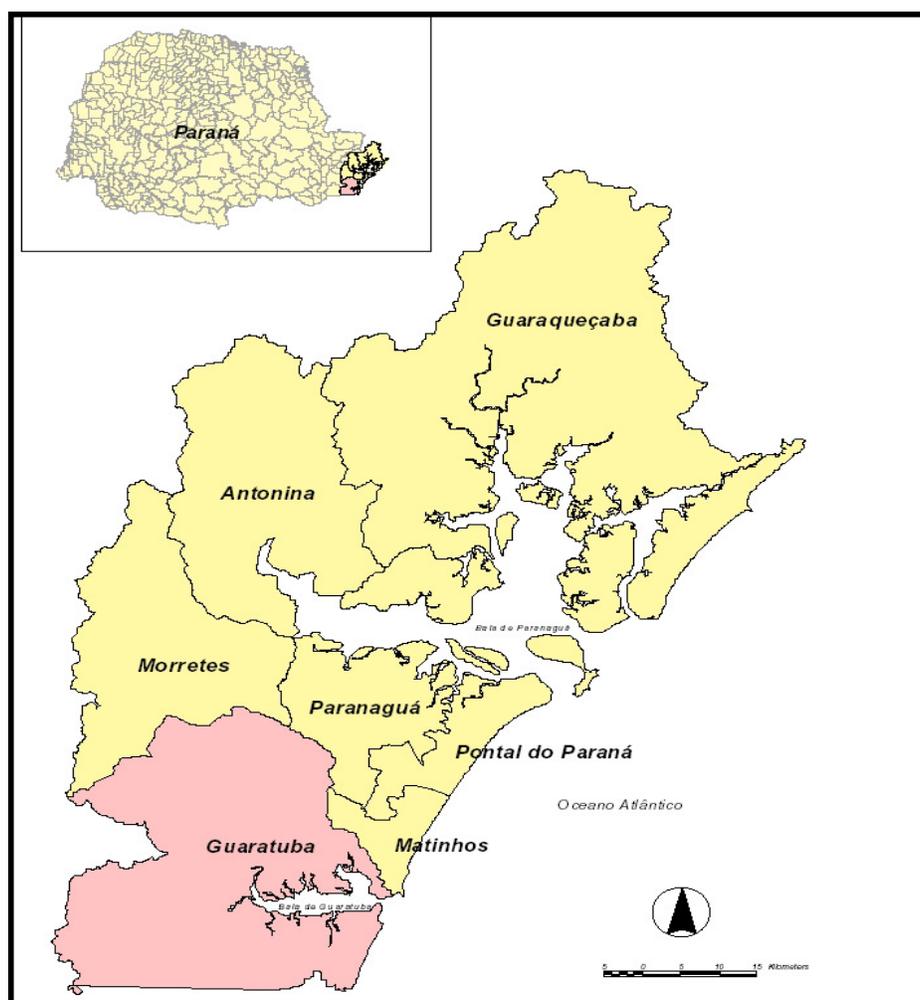


FIGURA 14 – MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ
FONTE: GUARATUBA (2002)

A distância de 117 km de Curitiba provoca significativo fluxo emissivo da capital paranaense a esse Município litorâneo, o que pode ser comprovado pelo Estudo de Demanda da SETU (2008).

A expectativa de público potencial advindo desse raio de alcance se comprova, na observação dos dados estatísticos do Estudo da Demanda Turística – Litoral realizado em 2008 numa coletânea de dados de 2000 a 2006, em que a soma de turistas advindos de Curitiba e Região Metropolitana chega a 64,8% e apenas 35,2% são de outras cidades, estados ou países.

A aplicação dos dados da pesquisa inserindo Guaratuba como Centro, pode demonstrar segundo a Teoria do Espaço Turístico de Boullón (1997) que a definição em um raio de influência de Guaratuba para a recepção de turistas vindos de Curitiba, São José dos Pinhais, entre outros municípios da Região Metropolitana que se encontram num raio inferior a 200 km.

VARIÁVEIS	ANOS (%)					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Procedência						
Curitiba	48,8	52,6	42,4	48,0	46,9	53,3
Região Metropolitana	7,1	5,5	3,1	9,3	9,4	11,5
Outras/Paraná	25,8	23,2	39,2	28,0	23,3	21,7
Outros/Estados	16,3	17,3	13,1	13,5	18,0	11,5
Exterior	2,0	1,4	2,2	1,2	2,4	2,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo						
Masculino	60,5	60,8	80,8	69,3	58,9	61,5
Feminino	39,5	39,2	19,2	30,7	41,1	38,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

TABELA 4 – RESIDÊNCIA E SEXO DOS VISITANTES
 FONTE: SETU (2008)

Observa-se na Tabela 4 que Guaratuba tem atraído turistas e excursionistas principalmente de das regiões emissoras de Curitiba e Região Metropolitana (53,3% e 11,5%) o que significa um raio de até 200 km. Somente 21,7% são de outras cidades são Paraná, e 11,5% de outros Estados. O índice de visitantes do exterior mantém-se em 2%, o que significa que o desenvolvimento do turismo receptivo no Município está vinculado a atender um público local e regional.

O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de fenómeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nestas que se manifesta materialmente o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá de forma mais acentuada o consumo do espaço. (RODRIGUES, 1999, p. 43)

Na TABELA 5 pode-se observar que: **Guaratuba não está recebendo novos turistas**, pois em 2000, 39,3% visitavam a cidade pela primeira vez, e em 2006, a percentagem cai para 7,7%. Certamente, se comparados aos dados de frequência de visitantes que voltaram à cidade pode-se verificar um crescimento de 5,3% o que significa que 2,4% visitaram a cidade uma vez, mas não retornaram.

Concorda-se com Gândara (2005), no sentido de que os turistas estão cada vez mais exigentes e procuram produtos de qualidade. Guaratuba não possui uma pesquisa qualitativa sobre a opinião do turista em relação aos produtos oferecido, no entanto as estatísticas demonstram estar havendo uma diminuição de turistas na cidade.

Los turistas son cada vez más experimentados y exigentes con relación a sus necesidades y esperan atracciones, servicios y instalaciones de buena calidad y una relación calidad-precio satisfactoria, pues su visión holística y globalizada, desarrollada en la sociedad de la información y de las nuevas tecnologías, les permite demandar nuevos productos y destinos más elaborados y diversificados. Esto hace con que la capacidad de anticipación a los cambios y de adaptabilidad y actualización de la oferta sean aspectos fundamentales para la calidad de los destinos turísticos. (GANDARA. 2005, p. 02)

Vale ressaltar que Guaratuba é considerada pelo Ministério do Turismo (2002a) como um Município turístico e possui participação ativa das oficinas, treinamentos e reuniões que envolvam a possibilidade de melhorar a atividade no Município. Não há como negar que outras variáveis exógenas e endógenas podem influenciar nos índices apresentados, mas esses dados deixam algumas questões pendentes ainda a esse pesquisador; principalmente relacionada às ações de planejamento adotadas pelo Município.

O turismo possui uma tipologia ampla, para tanto, a pesquisa referente a frequência e modo de viajar podem indicar o tipo de público presente no destino, e direcionar ações de atendimento em uma visão de planejamento estratégico para a geração de expectativa positiva do turista. Desse modo, constata-se pela TABELA 5

uma diminuição de famílias que visitam o município de Guaratuba, e o crescimento de excursões ou pessoas que viajam sozinhas.

VARIÁVEIS	ANOS (%)					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Frequência da Visita						
Primeira Vez	39,3	11,5	--	12,2	13,0	7,7
Não era a primeira	60,7	88,5	--	87,8	87,0	92,3
TOTAL	100,0	100,0	--	100,0	100,0	100,0
Modo de Viajar						
Só	12,9	15,3	10,9	19,8	15,6	22,2
Em Grupo/Excursão	7,3	8,2	16,7	14,8	10,4	14,3
Com Família	79,8	76,5	72,4	65,4	74,0	63,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

-- coleta de dados não efetuada

TABELA 5 - FREQUÊNCIA DA VISITA E MODO DE VIAJAR.
 FONTE: SETU (2008).

A localização de Guaratuba e seu acesso demonstram a realidade de como o planejamento dos transportes se consolidou no Brasil. Décadas de investimento nos modais rodoviários, estradas delineadas para um tráfego ultrapassado, diante da imposição social sobre a aquisição de veículos, e mesmo a recorrência de transportes de materiais, alimentos entre outros, totalmente viabilizados (ou não) por meio das rodovias, sejam federais ou estaduais. No caso de Guaratuba, o acesso se dá por meio rodoviário e por balsa (*ferry-boat*). O acesso aéreo ou portuário não é desenvolvido com o foco no turismo, uma vez que faltam estudos, planejamento e investimentos para sua utilização em escala comercial; observa-se embarcações pequenas e médias num sistema de transporte particular atendendo uma demanda emergencial ou para o lazer privativo de alguns visitantes.

A BR 277 e BR 376 são pedagiadas e oferecem condições satisfatórias ao deslocamento de viajantes. Os acessos à cidade foram revitalizados e possuem boa sinalização. Percebe-se que em alta temporada o escoamento do tráfego é caótico, entretanto esse problema se tornou universal e não será passível nesse momento de comentários.

Outra informação que merece comentário refere-se aos dados da TABELA 6 que apresenta índices quanto ao tipo de transporte utilizado, e ainda sobre os meios de hospedagem em estada a Guaratuba.

O tipo de transporte mais utilizado é o automóvel 74,1% sendo que o transporte público de ônibus sofreu um aumento significativo de 15,8% para 22,4% o que sugere um planejamento mais apurado relativo a organização viária para entrada de ônibus às ruas da cidade e também um estudo às condições do terminal de passageiros que preveja tal crescimento para adequações necessárias.

Somente 11,7% utilizam os meios de hospedagem legalmente instituídos e que geram tributos ao Município, contribuindo assim para uma receita mensal favorável (principalmente na alta temporada); a soma de casa/aluguel, casa própria, casa de parentes e outros, somam 88,3%, o que significa uma pressão negativa em arrecadação da cadeia produtiva do turismo, sendo que as casas de segunda residência contribuem junto à arrecadação municipal apenas com as taxas de IPTU – Imposto Territorial Urbano. Outro agravante para o planejamento territorial do Município é a pressão imobiliária sobre as áreas ainda não ocupadas, inclusive a APA - Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. O planejamento territorial executado e visualizado por meio do respeito a legislação e do Plano Diretor, pode minimizar os impactos que o crescimento de segundas residências incidem sobre o território.

VARIÁVEIS	ANOS (%)					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Tipo de Transporte						
Automóvel	79,8	69,7	91,7	60,9	78,5	74,1
Ônibus	18,5	28,0	7,4	36,4	15,8	22,4
Outros	1,7	2,3	0,9	2,7	5,7	3,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de Hospedagem						
Hotel	5,6	6,2	11,5	12,2	12,9	11,7
Casa/Apto. Aluguel	22,9	20,9	23,8	19,8	20,6	16,5
Casa Própria	41,0	29,3	33,0	36,4	35,1	41,5
Casa Parentes/Amigos	22,9	37,1	22,0	23,3	26,4	24,7
Outros	7,6	6,5	9,7	8,3	5,0	5,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

-- coleta de dados não efetuada

TABELA 6 - TRANSPORTE E HOSPEDAGEM
 FONTE: SETU (2008)

A Secretaria Estadual de Turismo também realiza uma pesquisa relacionada à renda média dos turistas que visitam o Paraná. A TABELA 7 mostra os resultados referentes ao gasto médio do visitante em Guaratuba entre os anos de 2000 e 2006.

Cabe ressaltar um crescimento significativo do gasto médio do turista em visita a Guaratuba entre 2005 e 2006, no setor alimentação e hospedagem; o que significa movimentação positiva para a cadeia produtiva do turismo no Município, resultando em arrecadação municipal, e a possibilidade de novos investimentos no Município em benefício da população local e flutuante.

VARIÁVEIS	ANOS					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Renda Média Mensal (US\$)						
Renda Média Individual	1 229,90	927,80	1 316,70	669,80	640,40	902,70
Gasto Médio Diário (US\$)						
Per Capita Total	12,90	15,00	18,00	16,10	15,20	23,10
Per Capita com Alimentação	--	--	--	6,20	5,90	8,80
Per Capita com Hospedagem	--	9,00	8,60	7,40	9,60	12,30
Idade (anos)	38,3	38,2	39,4	36,7	37,9	39,7
Permanência (dias)	8,2	7,0	10,1	8,1	9,4	7,9

-- coleta de dados não efetuada

TABELA 7 - MÉDIA DE RENDA
 FONTE: SETU (2008)

Com relação à TABELA 8 que apresenta dados quanto a infra-estrutura de Guaratuba, observam-se índices positivos nos indicadores relativos ao comércio urbano, limpeza pública, saneamento básico, segurança pública, serviço de saúde entre outros. Quanto a infra-estrutura relacionada diretamente ao turismo, artesanato, entretenimento e lazer, informação turística, infra-estrutura de acesso, restaurantes, sinalização turística, houve também uma melhoria; no caso de vida noturna e hospedagem, os índices foram menores, se comparados a 2005.

ITENS AVALIADOS	ÍNDICE BOM (%)					
	2000	2001	2002	2004	2005	2006
Artesanato	--	--	72,0	66,7	79,3	81,5
Comércio Urbano	84,9	84,7	70,2	63,5	80,2	82,9
Comércio na Rodovia	--	--	59,1	56,4	65,8	71,7
Entretenimento/Lazer	--	--	67,9	63,4	69,7	72,9
Informação Turística	78,1	80,4	45,8	42,2	65,3	71,0
Infra-Estrutura de Acesso	--	--	71,0	46,3	59,0	80,7
Limpeza Pública	58,2	63,5	61,4	63,5	62,3	68,1
Restaurantes	85,3	80,4	79,9	69,9	77,5	82,2
Saneamento Básico	--	--	45,7	47,6	56,5	54,1
Segurança Pública	75,9	76,0	65,9	66,9	77,5	79,6
Serviço de Hospedagem	87,0	82,7	70,8	74,1	89,5	78,9
Serviço de Saúde	92,0	68,2	64,6	65,4	61,4	70,0
Serviço Telefônico	84,2	82,7	83,6	66,9	66,1	72,1
Sinalização Turística	70,4	67,0	53,2	40,3	64,2	73,0
Transporte Coletivo	--	--	54,3	40,7	54,6	66,4
Vida Noturna	--	85,5	67,8	67,5	74,4	72,8

Nota: Avaliação do Conceito de Qualidade do índice bom
 -- coleta de dados não efetuada

TABELA 8 - INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS
 FONTE: SETU (2008)

Os dados da TABELA 9 (DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO), demonstram que no geral o Município avançou em ações que beneficiam população e turistas. No entanto, percebe-se que ainda faltam pesquisas relacionadas ao número e qualidade de atrativos turísticos existentes na cidade.

Percebe-se ainda, que junto às despesas municipais, Guaratuba não vincula valores específicos para o turismo.

Sabe-se que ações de planejamento executadas pelas diversas secretarias de Guaratuba, refletem positivamente no turismo, a exemplo do urbanismo, do meio ambiente, da cultura, da saúde, entre outros. Se não há previsão orçamentária para a atividade no Município que é considerado turístico, entende-se que o mesmo não está sendo planejado de acordo com as Leis Orçamentárias, ou fazendo parte das discussões de ações para o desenvolvimento da cidade.

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - 2008

FUNÇÃO	VALOR (R\$1,00)
Judiciária	542.476,83
Administração	8.385.249,79
Segurança pública	274.009,11
Assistência social	1.695.376,51
Saúde	8.514.053,65
Educação	12.697.687,71
Cultura	316.110,05
Urbanismo	7.625.255,75
Gestão ambiental	595.546,90
Agricultura	104.000,00
Comércio e serviços	657.021,17
Transporte	582.313,96
Desporto e lazer	616.149,88
Encargos especiais	1.237.705,78
TOTAL	43.842.957,09

FONTE: Prefeitura

NOTA: Despesas Municipais por Função - correspondem ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas na esfera municipal, para a consecução dos objetivos de governo.

TABELA 9 - DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO

FONTE: GUARATUBA (2002)

As despesas municipais por Função revelam que não há uma projeção de investimentos e posteriormente gastos relativos ao turismo, Mas, revelam liberação de investimentos para outras áreas, por exemplo, Urbanismo – que indiretamente aplaca resoluções diversas, desde paisagismo até sinalização, que, buscam a melhoria de qualidade de vida da população e impactam também na atividade turística.

6.2 Recursos e Atrativos Turísticos: uma breve discussão

A diversidade de recursos (naturais e culturais) determina as potencialidades de atração de visitantes, e tais recursos somente poderão se transformar em atrativos consideradas as atitudes de planejamento para sua conservação e utilização adequada. Beni (1988) menciona que a conservação de recursos naturais exige a aplicação de normas ecológicas, que devem estar presentes em metodologias de formulação do desenvolvimento turístico. Desse modo Beni (1998) sugere a educação ambiental, a capacitação profissional, o estudo de impacto ambiental, a capacidade de carga, o plano de manejo e o controle ambiental. Tais procedimentos capacitam ao recurso natural um planejamento adequado à sua transformação em atrativo turístico natural. Portanto, não se pode denominar atrativo, o recurso natural que não tenha sido planejado a partir das prerrogativas do turismo sustentável.

No caso dos recursos turísticos culturais, certamente, a cultura local, o artesanato, a música, os prédios históricos podem ser inventariados, no entanto somente poderão ser considerados atrativos turísticos culturais, à medida que o planejamento tenha a prerrogativa de manutenção das características dos recursos em prol de sua transformação em atrativo cultural.

Os recursos depois de planejados estarão aptos a serem considerados os principais fatores para o surgimento de uma demanda de turistas, pois poderão ser disponibilizados como atrativos turísticos naturais e culturais.

Certamente, o atrativo é o resultado da intervenção do homem junto aos elementos da natureza e da cultura, no caso de recursos naturais (serras, picos, morros, mangues, rios, praias, entre outros) e culturais, sob a criação e interferência do homem e da sociedade (igrejas, praças, museus, etc.).

Nesse preâmbulo, e diante da constatação quanto à procedência e frequência dos visitantes de Guaratuba²³, é urgente relacionar conceitos de recurso, atrativo, aos documentos existentes no Município e nessa pesquisa mencionados, como forma de compreender os impedimentos ao planejamento factível do turismo de

²³ Ver: Tabela 4 – Residência e sexo dos visitantes e Tabela 5- Frequência da visita e modos de viajar

qualidade²⁴ que possa trazer benefícios à população, na intenção de minimizar impactos negativos decorrentes da massificação da atividade.

O turismo de massa – caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano - vem sendo considerado o maior agressor dos espaços naturais. O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços – agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não tem nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural. (RUSCHMANN , 2001, p.110)

Não se pode generalizar quanto ao tipo de turista que visita Guaratuba ou outros destinos brasileiros, mesmo porque existe uma tipologia diversificada de turistas no mundo todo. Em que pese, Guaratuba possui características relevantes para o turismo que estão encobertas por estruturas de planejamento centralizado (pelo Governo Federal) entre outros obstáculos passíveis de resolução a partir de uma mudança de paradigma, em que planejadores, gestores públicos e iniciativa privada descartem processos estanques que no turismo perduram há várias décadas.

A essência da crítica é relativa ao conceito produto turístico no que se refere aos recursos e atrativos, pois em vários casos, utilizam-se as duas palavras como se ambas tivessem o mesmo significado.

Sem criticar posicionamentos teóricos, nesse momento pretende-se buscar um entendimento às palavras, pois essas estão sendo descritas de modo inconsequente gerando prejuízos das mais diversas ordens.

Vamos a eles:

Induzidos a conhecer o produto turístico²⁵ de determinados destinos, o turista muitas vezes busca informações de atrativos que possa realmente visitar numa ânsia

24 A perpetuação da atratividade dos recursos turísticos é, portanto, a base do desenvolvimento sustentável do turismo. Este conduz a uma série de novos conceitos, todos constituindo uma reação aos excessos do turismo descontrolado: o turismo brando (*soft tourism*), o turismo suave (*sanfler tourism*), o turismo qualitativo (*quality tourism*), alternativo, responsável etc. Todos eles aceitam tanto a limitação quantitativa quanto limitação qualitativa dos níveis de desenvolvimento da atividade. (RUSCHMANN, 2001, p.111).

de conhecer; Ninguém viaja para dormir em um hotel, comer em um restaurante ou deslocar-se em um ônibus [...], o turista compra tais serviços com o intuito de resolver suas necessidades básicas [...]. Conseqüentemente, à acepção tradicional de produto numa visão tecnicista, é preciso somar outra, levando em conta que o consumidor, estabelece um conceito próprio sendo o produto turístico para ele, aquele que lhe permite passear, visitar os atrativos, fazer esportes e divertir-se. (BOULLÓN, 1991)

Esse é o primeiro erro no planejamento do turismo. Não se distingue o que pode ser ofertado ao turista. O inventário turístico é uma lista interminável de nomes, endereços (muitas vezes desatualizados) que sequer foram inventariados de modo preciso e que são disponibilizados na *internet*, nos *folders* e guias sem a cautela da informação correta ao consumidor, o que pode causar descontentamento em relação a determinados destinos quando divulgam no mercado pseudos-atrativos, que não estão prontos para serem oferecidos como produto turístico.

O turismo pode causar efeitos tanto positivos quanto negativos, na qualidade e quantidade dos recursos naturais e culturais inventariados na cidade, e no seu interesse e possibilidade de desenvolvê-lo.

Relativo à palavra recurso, destinado à explanação relacionada ao turismo, entende-se que, uma Área de Proteção Ambiental – APA é um recurso natural e somente poderá ser considerado atrativo a partir dos planos específicos que limitem ou permitam instalações e equipamentos para acesso ao turista.

Quanto aos recursos culturais pode-se dizer que igrejas fechadas, museus com pouco acervo, prédios históricos danificados ou em ruínas, se vistos como recursos, podem ser parte nas ações de planejamento quanto à recuperação histórica e arquitetônica, aos horários de atendimento de igrejas, aos projetos de pesquisa no município para catalogação de bens, e ainda a projetos de revitalização de centros históricos, igrejas, entre outros. Essa divisão entre atrativo e recurso, se realizada nos planos de desenvolvimento do turismo trará uma realidade crua ou “cruel” aos municípios chancelados pelo MTUR como **turísticos**.

Esse tema é polêmico e ainda carece de discussões, no entanto o posicionamento nessa pesquisa se dá principalmente pela proteção aos recursos

²⁵ Entenda-se o produto turístico por bens e serviços divulgados, ofertados e vendidos ao consumidor turístico. Sendo os bens aqui considerados - os culturais e naturais - envoltos em uma circunstância de consumo que possa gerar hospitalidade, segurança e prazer.

naturais e culturais, e também para incitar o debate e demonstrar aos gestores municipais que, se listarem os seus “atrativos” vão encontrar certamente mais “recursos”, que poderão se transformar em sérios problemas se divulgados a turistas, uma vez que possam não estar aptos a visitaçãõ.

É importante definir o contexto da palavra atrativo – Atraente; coisa que atrai; encanto (LUFT, 2000, p.91)

O turista quer ver todos os atrativos, mas esses atrativos estão prontos para atender a expectativa do turista?

É uma pretensão subestimar o turista, com recursos mal planejados que ao invés de atrair, irão repelir definitivamente o visitante daquela cidade.

A mudança de paradigma é necessária. uma verdadeira visão da realidade poderia se transformar a partir da seguinte sugestão:

- Recurso - (o belo que não está pronto para atrair) e que será o atrativo após estudos e planejamento.
- Atrativo – recurso devidamente planejado, protegido e estruturado à visitaçãõ.

A partir dessa utilização e diferenciação entre as palavras, recurso e atrativo tem-se o propósito de iniciar a discussão quanto ao uso indiferenciado da palavra **atrativo**; uma vez que a literatura turística e mesmo o MTUR (na metodologia de inventário turístico) não os diferencia.

Guaratuba possui o turismo de sol e praia consolidado. Trata-se de uma atividade de reconhecido destaque sendo tema de trabalhos e estudos executados tanto por pesquisadores, quanto pelo poder público. Em particular, esse trabalho possui viés na pesquisa entrelaçando o planejamento turístico ao planejamento territorial, desse modo a pesquisa documental baseou-se nos documentos oficiais do município.

Esclarecidos alguns pontos de vista do pesquisador, tem-se o diagnóstico dos “atrativos” existentes em Guaratuba e que foram pesquisados por meio do Plano Diretor (2002 e 2004), INVTUR (2008), e Plano de Desenvolvimento Turístico de Guaratuba (2010).

6.2.1 Plano Diretor de Guaratuba de 2002

O Plano Diretor de Guaratuba confeccionado em 2002 destaca o turismo de modo técnico e com elementos bem estruturados que permitem um estudo detalhado quanto à realidade da potencialidade do turismo naquele município.

No Plano Diretor de 2002 foram apresentados o Parque Estadual do Boguaçu, O Parque Estadual Saint- Hilaire Lange e a APA de Guaratuba. A legislação federal é clara em defender e preservar recursos naturais para as futuras gerações. Esse material entre outros mais detalhados poderão servir de base para os estudos específicos quanto a potencialidade dessas regiões, relativas à possibilidade de uso.

O **enfoque estratégico**, dirigido ao topo da cadeia político-gerencial, expressa o ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico²⁶ como resultado final (prognóstico) da interação entre potencialidades e limitações visando ao planejamento de grandes áreas de domínio federal ou regional. Tem por objetivo:

- Esclarecer os administradores e a sociedade sobre os problemas e suas possibilidades de resolução, bem como as oportunidades que a sociedade tem ou terá em futuro previsível.
- Subsidiar a definição de políticas, planos e programas, servindo de instrumento de negociação entre as macrorregiões econômicas quanto ao uso e custos dos recursos naturais e seus benefícios comuns.
- Fundamentar a análise da dinâmica de ocupação *versus* a dinâmica dos sistemas ambientais. A primeira traduz a situação socioeconômica das populações envolvidas e a segunda, o caráter e a disponibilidade dos recursos naturais. Busca-se, com isso, maximizar a eficácia da relação do uso econômico e resultado social *versus* a base de recursos naturais. (BRASIL,MMA,2006)

O **enfoque tático** dirigido aos níveis de administração estadual, municipal ou empresarial, visa:

- Apoiar o gerenciamento de áreas de preservação e proteção do capital natural em nível local.
- Reduzir os riscos de perda do capital natural em empreendimentos econômicos.
- **Subsidiar planos de monitoramento e avaliação de impactos ambientais; e planos diretores de áreas urbanas.**
- **Subsidiar planos de manejo de unidades de conservação.** (BRASIL,MMA,2006, grifo nosso)

²⁶ O ZEE é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Demanda um efetivo esforço de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território. (BRASIL, MMA, 2006).

No caso de Guaratuba, foco principal desse trabalho, destaca-se o mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica tais como: a Área de Proteção Ambiental de Guaratuba – APA, o Parque Nacional Sant-Hilaire Lange e o Parque Estadual do Boguaçu. Os espaços naturais (áreas de florestas, manguezais e restingas), possuem respaldo legal para a devida proteção e podem ser planejados com o propósito de uso responsável, envolvendo a prática de Ecoturismo, Turismo de Avistamento de Pássaros, Turismo Técnico - Científico, entre outras modalidades que geram poucos impactos negativos ao ecossistema (se planejados adequadamente), mas que trazem um tipo de turista de nicho, segmentado não pela quantidade de pessoas, e sim pelo interesse em conhecer e inteirar-se ao meio ambiente natural, em respeito ao meio ambiente e à população local.

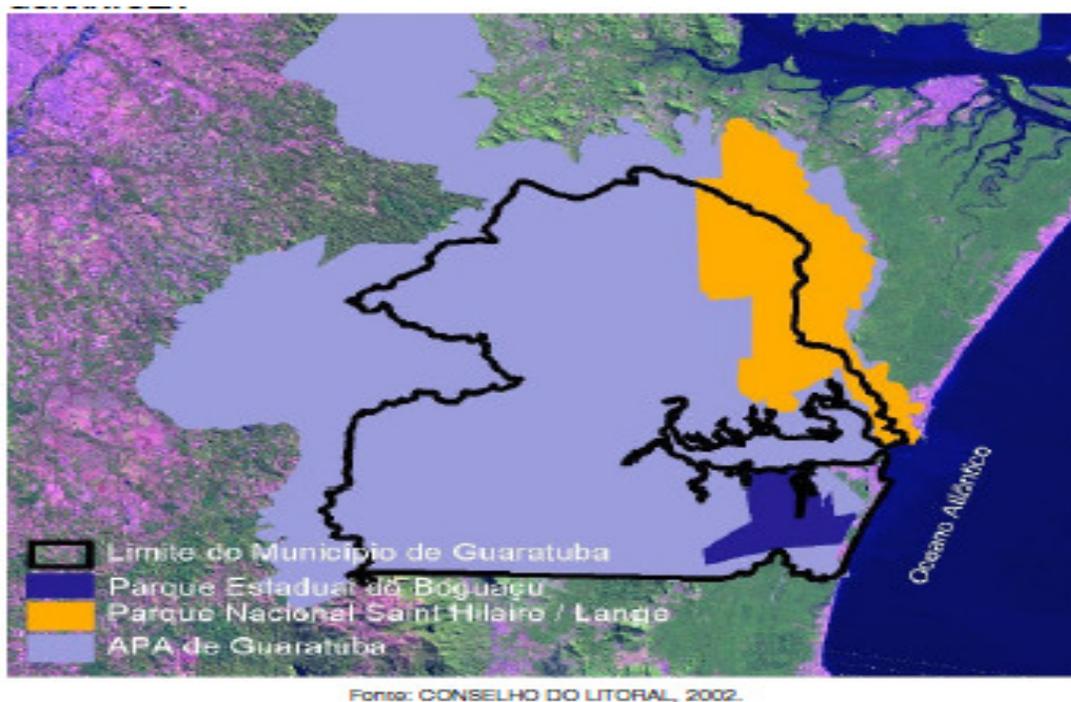


FIGURA – 15 – ÁREAS DE PROTEÇÃO EM GUARATUBA
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA (2002)

A possibilidade de uso de Áreas de Proteção Ambiental existe, inclusive com amparo legal, se observadas algumas prerrogativas. A exemplo pode-se citar a Lei Federal Nº 9985/2000, que instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

O SNUC será regido por diretrizes que no Art. 5º, incisos

- I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas **amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas** do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;
- II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao **envolvimento da sociedade** no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;
- III - assegurem a **participação efetiva das populações** locais na criação, implantação e **gestão** das unidades de conservação;
- IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o **desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção** e outras atividades de gestão das unidades de conservação;
- V - **incentivem as populações locais** e as organizações privadas a **estabelecerem e administrarem unidades de conservação** dentro do sistema nacional; (BRASIL, 2000b) (grifo nosso)

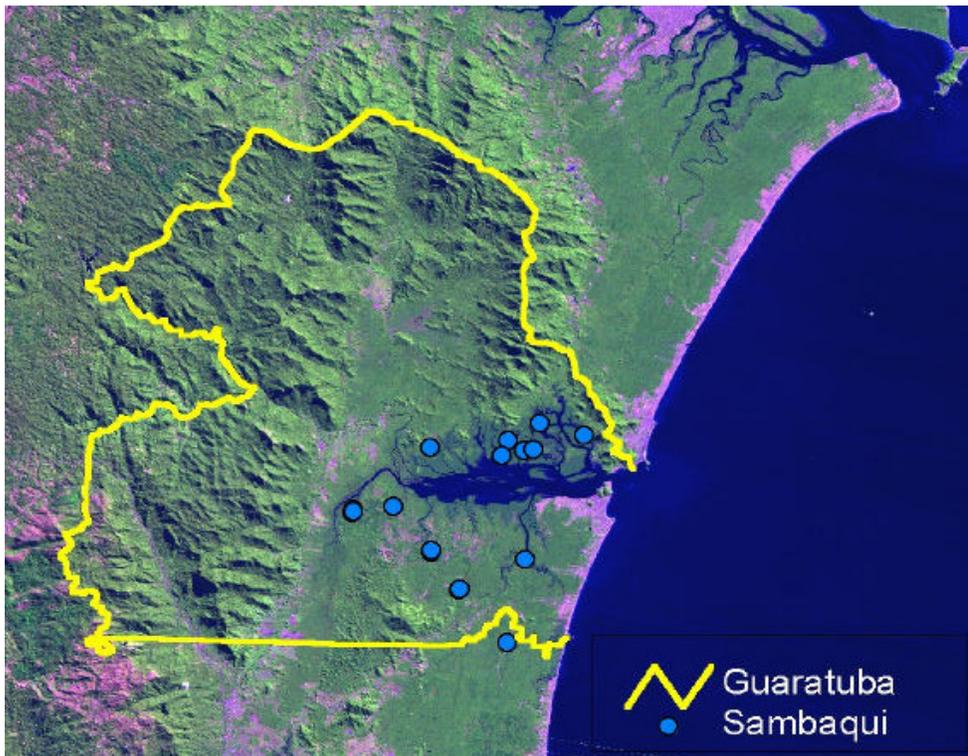


FIGURA 16 - SAMBAQUIS

FONTE: ADAP. DE ANGULO, R.J.(1992). *apud* GUARATUBA (2002)

Os sambaquis também foram observados no território de Guaratuba, podem ser um recurso potencial para o turismo, claro que observando a preservação ambiental.

Alguns desses recursos já estão sendo visitados de modo espontâneo e sem planejamento, podendo trazer riscos à preservação e a estudos que possam compor um conhecimento mais detalhado em torno da cultura do litoral paranaense.

Guaratuba possui um enorme potencial turístico. Suas paisagens notáveis e ecossistemas de relevante biodiversidade são considerados pela legislação em vigor como especiais para fins de proteção. O oceano, as faixas de praia, a baía e o seu complexo estuarino, as serras, os morros e a vegetação exuberante compõem um cenário de inigualável beleza, ao mesmo tempo que, indica um território muito frágil às ações antrópicas não disciplinadas (PDDI, 2002,p.68)

Outros recursos foram pesquisados durante a confecção do Plano Diretor de 2002 conforme mostram as Tabelas 10 e 11, e foram confeccionadas por técnicos que executaram as pesquisas do Plano Diretor de Guaratuba em 2002. Note-se que essa pesquisa não foi posteriormente utilizada em outros documentos, nem mesmo pelo Inventário Turístico de Guaratuba ou pelo INVTUR (2008) ou pelo Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal (2010).Para a confecção das tabelas, os técnicos consideraram:

O grau de acessibilidade desses ambientes em função das vias de acessos existentes, sendo ainda criadas as categorias alta, média e baixa. A potencialidade turística foi definida em função do grau de preservação de seus ecossistemas e a fragilidade dos ambientes considerados (PDDI, 2002,p.68).

Nesse documento apresentou-se alguns projetos à época em estudo para a potencializar os recursos turísticos existentes, considerando a instalação de infraestrutura para visitantes. O projeto “Caminhos do Mar” proposto pelo Governo do Estado, previa a implantação de estações de embarque e desembarque em Guaratuba, e demais municípios do litoral.

As estações serão multifinalitárias, cm centro de visitantes, central de reservas, embarcadouros, fiscalização, atendimento médico e equipamentos de apoio. A partir delas, roteiros utilizando-se de barcos de menor porte acessariam o Parque Estadual do Bogaçu, Salto Parati, e o rio São João. (PDDI, 2002, p. 72)

Cabe ressaltar que em Guaratuba essa ação não foi concluída, e atualmente alguns barcos fazem o passeio principalmente no Salto Parati sem a infra-estrutura e planejamento adequados à visitaçãõ daquele recurso natural.

Em relação às ações municipais pode-se observar os seguintes objetivos: Criação de áreas livres e de lazer no entorno do Morro do Cristo, na Rua da Praia-praia dos Namorados; em Cabaraquara - Construção de local para artesãos da comunidade, cursos de artesanato e recepção ao turista, revitalização da praça central, a construção de um centro e Eventos, de centros comunitários para a valorização das comunidades do município (PDDI, 2002, p. 72).

Elementos Naturais	PRAIA/CIDADE/BAIA PLANÍCIE/RIO SAI-GUAÇU E PARQUE BOGUAÇU	P	A	PARQUE SAINT – HILAIRE LANGE BAIA/PLANÍCIE/SERRA/ LAGOA DO PARADO	P	A	ESTRADA DO CUBATÃO ENCOSTA SERRA/RIOS SÃO JOÃO/CUBATÃOZINHO
SERRAS				SERRA DA PRATA	●	▲	SERRINHA SERRA DA PRATA
PICOS				MORRO GRANDE-514m	●	▲	
PONTOS CULM.				MORRO de DENTRO-290m	●	▲	
				MORRO do SÍTIO-75m	●	▲	
MORROS	BREJATUBA (do Cristo)	●	▲	MORRO GRANDE	●	▲	
	CAIEIRAS	●	▲	BICO TORTO	●	▲	
	DO PINTO	●	▲	POÇOS	●	▲	
	MORRETES	●	▲	AGUDO	●	▲	
				MORRO FEIO	●	▲	
				FIGUEIRA	●	▲	
				TANGUÁ	●	▲	
				PEDRA BRANCA	●	▲	
				CABARAQUARA	●	▲	
COLINAS	AO SUL DA LOCALIDADE ESTALEIROS			ENTRE A LAGOA DO PARADO E A FOZ DO RIO CUBATÃO			
VALES	DO RIO CASTELINHO	●	▲				DO RIO CUBATÃOZINHO
GRUTAS	GRUTA DA SANTA	●	▲				
CAVERNAS	GRUTA DO MORRO DO PINTO	●	▲				
FONTES	DA SANTA	●	▲				
RIOS DE SERRA							CUBATÃOZINHO
CACHOEIRAS							
SALTOS				DO PARATI	●	▲	
CORREDEIRAS							
RIOS DE PLANÍCIE	TAMANDUÁ	●	▲	FURTA-MARÉ	●	▲	
	JUNDIAQUARA	●	▲	PARADO	●	▲	
	SÃO JOÃOZINHO	●	▲	DO MEIO	●	▲	
	DESCOBERTO	●	▲	CUBATÃOZINHO	●	▲	
	ÁGUA VERMELHA	●	▲	PRETO	●	▲	
	BOGUAÇU	●	▲	FURADO GRANDE	●	▲	
	BACAMARTE	●	▲	CUBATÃO	●	▲	
	SAI-GUAÇU	●	▲	DAS PEDRAS	●	▲	
LAGOS LAGOAS			LAGOA DO PARADO	●	▲		
BAIA						DE GUARATUBA ITAPIXIRICA PRAINHA CAIEIRAS	
COSTÕES	BREJATUBA	●	▲				
PRAIAS	PRAINHA CAIEIRAS	●	▲				CENTRAL PRAIA GRANDE
DUNAS	BARRA DO SAÍ	●	▲				
RESTINGAS	ENTRE RIOS TENENTE E DA PRAIA	●	▲				
MANGUEZAIS	RIO SAÍ RIO BOGUAÇU	●	▲				BAIA
CÊNICO							
MIRANTES	MORRO CRISTO/BREJATUBA-30m	●	▲				PONTA DA ITAPIXIRICA
CIRCUITOS	BEIRA MAR / PRAIA GRANDE	●	▲				COSTÃO CAIEIRAS BEIRA MAR / CAIEIRAS TRAVESSIA FERRY-BOAT BEIRA MAR / FERRY-ITAPIXIRICA ESTRADA CABARAQUARA BEIRA MAR / BAIA BEIRA MAR / Av. A. CORNELSE
	BEIRA MAR / PRAIA CENTRAL	●	▲				
ARQUITETÔNICOS	IGREJA NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO	●	▲				
ARQUEOLÓGICOS							
SAMBAQUIS	SAMBAQUIS	●	▲	SAMBAQUIS	●	▲	SAMBAQUIS
CIENTÍFICOS	LABORATÓRIO DE ORGANISMOS MARINHOS-CPPOM	●	▲				

EQUIP. TURIST.	TERMINAL TURISTICO DE MASSA (ÔNIBUS)NO BREJATUBA RAMPA P/ ASA DELTA-PARAGLIDING NO MORRO DAS CAIEIRAS						
----------------	---	--	--	--	--	--	--

TABELA 10 – LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES DE ATRATIVOS EM GUARATUBA
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA (PDDI, 2002).

ELEMENTOS NATURAIS	QUADRANTE NW CANAVIEIRAS SERRA RIO CANAIEIRAS	P	A	QUADRANTE SW PEDRA BRANCA ARARAQUARA SERRA RIO SÃO JOÃO	P	A	EIXO LESTE-OESTE BAIÁ – CUBATÃO BARRA / ILHAS / ESTUÁRIO / RIO CUBATÃO	P	A
SERRAS	SERRA CANAVIEIRAS	●	▲	SERRA do PIRAI	●	▲	SERRA GUARAPARI	●	▲
	SERRA da BOA VISTA	●	▲	SERRA da IMBIRA	●	▲	SERRA CUBATÃO	●	▲
	SERRA do ENGENHO	●	▲	SERRA do ARARAQUARA	●	▲			
	SERRA da IGREJA	●	▲						
PICOS			MO. do FUNDAO - 1450m	●	▲				
PONTOS CULM.			PICO do PIRAI - 1335m	●	▲				
			ARARAQUARA - 1231m	●	▲				
MORROS			MORRO da ONÇA	●	▲				
			MORRO do BUGRE	●	▲				
			do PAEMBI	●	▲				
			do MELO	●	▲				
			VITORIO	●	▲				
COLINAS									
VALES	DO RIO CANAVIEIRAS	●	▲	do RIO SÃO JOÃO	●	▲	DO RIO CUBATÃO	●	▲
GRUTAS / CAVERNAS			GRUTA DA SANTA	●	▲				
FONTES									
RIOS DE SERRA	CANAVIEIRAS	●	▲	SÃO JOAO	●	▲	CUBATÃO	●	▲
	da IGREJA	●	▲	POTREIRO	●	▲			
	JOAO ALVES	●	▲	GRANDE	●	▲			
	da LAJE	●	▲	CLARO	●	▲			
	da BERTA	●	▲	VITORIO	●	▲			
	das ONÇAS	●	▲	do MELO	●	▲			
	do LEOPOLDO	●	▲	TAQUARUVU	●	▲			
	do PIMENTA	●	▲	PAI PAULO	●	▲			
	do ENGENHO	●	▲	ARARAQUARA	●	▲			
	CAÇADAS	●	▲	IMBIRA	●	▲			
	PANELAS	●	▲	FACAOZINHO	●	▲			
	RASGADINHO	●	▲	CAMPINA CHATA	●	▲			
	CACHOEIRAS			PEDRA BRANCA do ARARAQUARA	●	▲			
SALTOS						DO CUBATÃO	●	▲	
CORREDEIRAS						DO CUBATÃO	●	▲	
RIOS DE PLANICIE									
LAGOS / LAGOAS	REPRESA GUARICANA	●	▲						
BAIA									
COSTÕES									
PRAIAS									
DUNAS									
RESTINGAS									
MANGUEZAIS									
CENICOS									
MIRANTES			MORRO dos PERDIDOS / torres	●	▲				
			TV – PETROBRAS – 1439m	●	▲				
			TORRE EMBRATES – 850m	●	▲				
CIRCUITOS									
ARQUITETONICOS									
ARQUEOLOGICOS									
SAMBAQUIIS						SAMBAQUIIS	●	▲	
CIENTIFICOS									
EQUIP. TURIST.									

TABELA 11 – LEVANTAMENTO DAS POTENCIALIDADES DE ATRATIVOS EM GUARATUBA
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA (PDDI, 2002)

Legenda

P	POTENCIALIDADE	A	ACESSIBILIDADE
	● ALTA		▲ ALTA
	● MÉDIA		▲ MÉDIA
	● BAIXA		▲ BAIXA
	● NÃO AVALIADA		▲ NÃO AVALIADA

É importante mencionar que no Plano Diretor não há detalhamento quanto aos recursos culturais potenciais para o turismo. No entanto considera-se que o

levantamento dos recursos naturais poderiam somar novos estudos na composição de um diagnóstico adequado quanto à relação entre recurso e atrativo em Guaratuba.

Relativos aos meios de hospedagem, em 2002 foram observados:

Guaratuba conta com uma infra-estrutura hoteleira e gastronômica muito aquém das necessidades turística em época de veraneio. De acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo funcionam no município 12 hotéis, 6 pousadas, 24 restaurantes, 3 lanchonetes e 4 Alojamentos para excursões. Guaratuba conta também com 1 Terminal Turístico de Massa, 2 Postos de Informações Turísticas e 6 Marinas. (GUARATUBA, 2002, p. 64)

O turismo é uma atividade que exige elementos de infra-estrutura, comunicação, saúde. O mapeamento das instalações de saúde, realizado em 2002 em Guaratuba, insere no território hospitais, prontos socorros e unidades de saúde, que atendem a população. À época da execução desse mapeamento (2002) o Município contava com: (um hospital, dois prontos socorros, e oito unidades de saúde). O Plano Diretor não contempla a inserção de dados de estabelecimentos particulares, então na Figura 18 – Saúde em Guaratuba 2002 pode-se visualizar somente os estabelecimentos públicos.

ESTABELECIMENTO	QUANTIDADE EM 2002 Segundo Plano Diretor	QUANTIDADE EM 2010 Segundo Prefeitura
Hospital	01	01
Pronto Socorro	02	02
Unidade de Saúde	08	11

QUADRO 18- COMPARATIVO SERVIÇOS DE SAÚDE
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA (2010)



FIGURA 17– SAÚDE EM GUARATUBA

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA (2002).

Complementando os dados mapeados anteriormente, têm-se o relatório do INVTUR que inventariou doze farmácias, dez consultórios odontológicos, quatro clínicas.

É importante obter comparações e compilações quanto a informações das fontes anteriormente citadas, em um modelo de visualização que permita uma universalização da informação e a tomada de decisão por parte do poder público e até mesmo de empresários que pretendam ampliar seus serviços com o objetivo de atender população e turistas; Uma vez que na alta temporada (pesquisa de 2002), o sistema de saúde atendia 90% acima de sua média.

O Município atende 9.200 consultas/mês, sendo que no período de julho a demanda aumenta em 30% e na temporada de veraneio (dezembro, janeiro e fevereiro) as consultas tendem a serem 5 vezes maior, sendo que 90% dos atendimentos são de veranistas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA, 2002, p. 62)

6.2.2. Plano Diretor de Guaratuba de 2004

O Plano Diretor de 2004 complementa o de 2002 e destaca a Lei de Zoneamento Urbano para disciplinar o uso e a ocupação do solo. Esses documentos nortearam parte considerável da pesquisa, uma vez que são oficiais concisos e apresentados a partir de técnicas adequadas ao planejamento urbano em atendimento ao Estatuto da Cidade.

As iniciativas no sentido de melhorar o acesso ao município estão contidas no documento “Propostas ao Plano Diretor de (2004)” e demonstram a necessidade de estruturação do sistema viário de Guaratuba de acordo com o crescimento da cidade. Até o ano de 2010 algumas obras de organização do acesso à cidade foram realizadas, e observando a mobilidade relativa à circulação de turistas e população local. A proposta de sinalização turística para essas vias já foi encaminhada aos órgãos responsáveis e estão passíveis de implantação em 2011.

A FIGURA 16 apresenta o planejamento das vias de acesso, sendo a Via Especial, uma potencial zona de circulação às praias.

Duas zonas apresentadas no extremo norte da FIGURA 18 representam uma parte do município pouco conhecida e que se chama Cabaraquara. Por estar do outro lado da Baía de Guaratuba, muitos acreditam ser pertencente a Matinhos. Essa região possui potencial importante para o desenvolvimento do turismo suave, , por estar em meio à Mata Atlântica e possuir pouca densidade populacional. Também essa região precisa de um planejamento baseado no ordenamento territorial e na legislação ambiental.

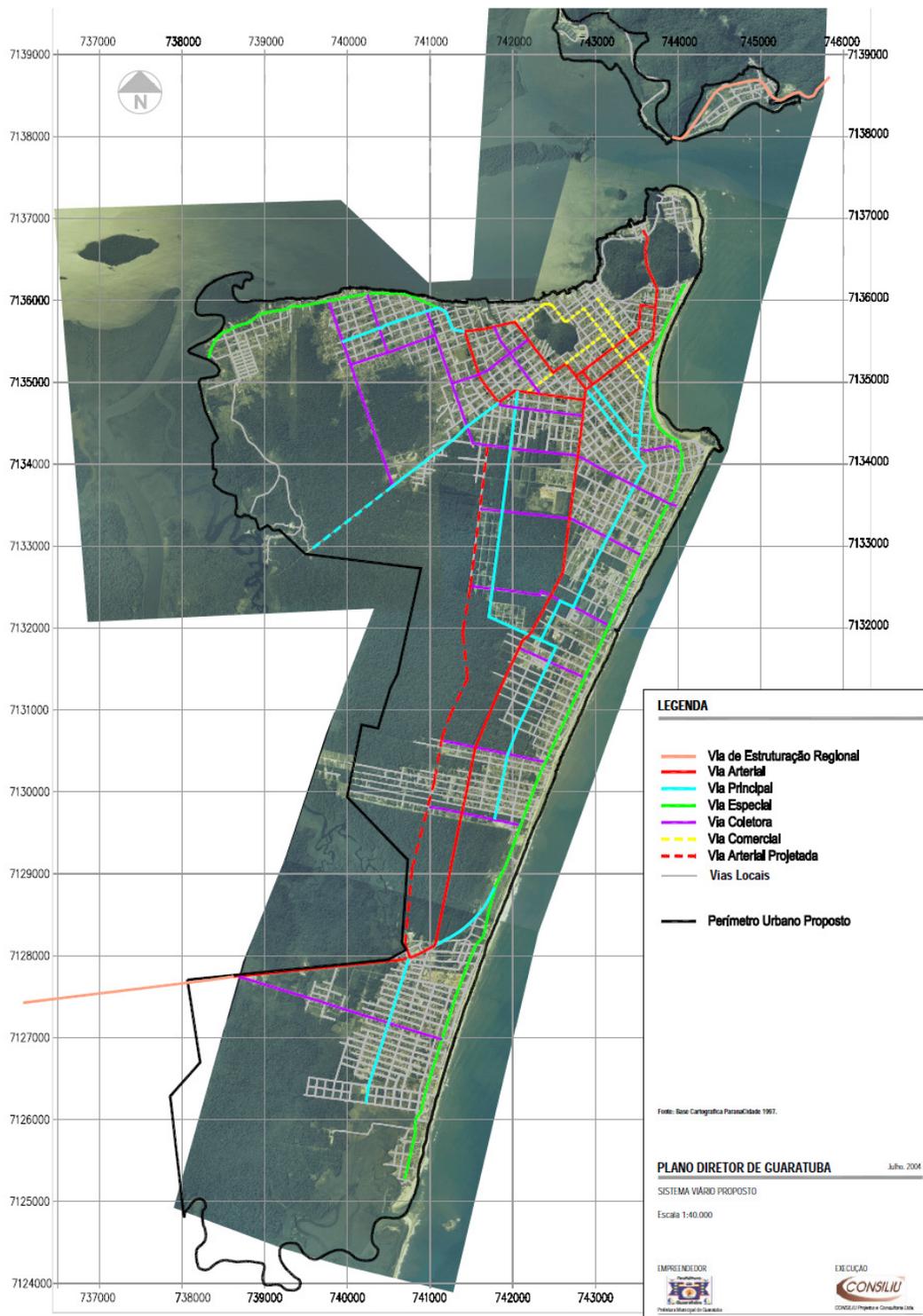


FIGURA 18 – SISTEMA VIÁRIO
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL GUARATUBA (2004)

Entende-se que estruturação do Município para o turismo deve partir da organização do território enquanto ambiente de convivência, relações profissionais, geração de fluxos e de ocupação ordenada. Essa visualização se dá de modo racional a partir da organização do território pela Lei de Zoneamento.

No caso de Guaratuba, diante da população (32.000 hab.), das áreas de proteção ambiental, do litoral em si e da potencialidade turística, é impreterível alinhar conceitos às práticas de um plano que possa contemplar os elementos que influenciam o crescimento do Município sob os princípios do Estatuto da Cidade.

O município de Guaratuba possui a seguinte divisão territorial:

Art. 7º. Fica definida a **Zona Balneária — ZB** como às porções do território destinadas preferencialmente ao uso residencial de habitações unifamiliares e transitórias 1 e 2, sendo permitido apenas comércio vicinal e de bairro e comunitário 4, com baixa densidade demográfica e construtiva, restrito número de pavimentos e níveis de ruído compatíveis com o uso previsto e com vias de tráfego leve e de ligação aos balneários.

Art. 8º. Fica definida a **Zona de Proteção Ambiental — ZPA** como àquela correspondente às porções do território de elevado interesse ecológico destinadas exclusivamente ao uso turístico ordenado e à pesquisa científica. São áreas geralmente protegidas por lei.

Art. 9º. Fica definida a **Zona de Preservação Histórico-Cultural — ZPHC** como àquela correspondente às áreas urbanas sobre as quais devem ser executados projetos de resgate do seu caráter histórico, mediante a restauração de sua morfologia e volumetria tradicionais, a fixação da população residente e a atração de atividades compatíveis.

Art. 10. Fica definida a **Zona Residencial 1 — ZR1** como àquela correspondente às porções do território destinadas preferencialmente ao uso residencial de habitações unifamiliares, sendo permitido apenas comércio e serviço vicinal, com baixas densidades demográfica e construtiva, níveis de ruído compatíveis com o uso exclusivamente residencial, e com vias de tráfego leve e local.

Art. 11. Fica definida a **Zona Residencial 2 — ZR2** como àquela correspondente às porções do território destinadas preferencialmente ao uso residencial de habitações unifamiliares e institucionais, sendo permitido comércio e serviço vicinal, comunitário 1 e indústria tipo 1 com baixas densidades demográfica e construtiva baixas, níveis de ruído compatíveis com o uso exclusivamente residencial, e com vias de tráfego leve e local.

Art. 12. Fica definida a **Zona Residencial 3 — ZR3** como àquela correspondente às porções do território destinadas preferencialmente ao uso residencial de habitações unifamiliares, coletivas e institucionais, sendo permitido comércio e serviço vicinal, comunitário 1 e 2 e indústria tipo 1, com médias densidades demográfica e construtiva níveis de ruído compatíveis com o uso exclusivamente residencial, e com vias de tráfego leve e local.

Art. 13. Fica definida a **Zona Residencial 4 — ZR4** como àquela correspondente às porções do território destinadas preferencialmente ao uso residencial de habitações coletivas, transitórias e institucionais, sendo permitido comércio e serviço vicinal, comunitário 1 e 2 e indústria tipo 1, com altas densidades demográfica e construtiva, níveis de ruído compatíveis com o uso exclusivamente residencial, e com vias de tráfego leve e local.

Art. 14. Fica definida a **Zona Residencial 5 — ZR5** como àquela correspondente às porções do território destinadas preferencialmente ao uso residencial de habitações coletivas, transitórias e institucionais, sendo permitido comércio e serviço vicinal e de bairro, comunitário 1 e indústria tipo 1 com altas densidades demográfica e construtiva, níveis de ruído compatíveis com o uso exclusivamente residencial, e com vias de tráfego leve e local.

Art. 15. Fica definido o **Setor Especial de Comércio 1 — SECI** como aquele correspondente a setores urbanos onde o comércio vicinal, de bairro e setorial já estão consolidados sendo, portanto, mantidos os parâmetros de uso e ocupação dessas áreas (sem recuo obrigatório). Esses setores acompanham as vias principais e coletoras que possuem maior infra-estrutura para suportar tais atividades.

Art. 16. Fica definido o **Setor Especial de Comércio 2 — SEC2** como aquele correspondente a setores urbanos onde serão estimulados os usos de comércio vicinal, de bairro e setorial, porém

deverá ser respeitado o recuo frontal previsto para este Setor. Esses setores acompanham as vias principais e coletoras que possuem maior infra-estrutura para suportar tais atividades.

Art. 17. Fica definido o **Setor Especial de Serviços — SES** como aquele onde será permitido os usos industriais tipo 1, 2 e 3, além de comércio em geral, sendo permissível habitação transitória 3. Esse setor acompanha a via arterial, que possui maior infra-estrutura para suportar tais atividades.

Art. 18. Fica definida a **Zona Especial de Interesse Social — ZEIS** como àquela correspondente a áreas de ocupações irregulares, geralmente povoadas com população de baixa renda, que deverão ser objeto de programas sociais de regularização fundiária.

Art. 19. Fica definida a **Zona de Transição — ZT** como àquela correspondente a áreas do Município destinadas à transição entre as zonas urbanas e o Parque Estadual do Boguaçu. Essas áreas caracterizam-se por permitir parcelamentos com lotes mínimos de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), com baixos índices construtivos.

Art. 20. Fica definida a **Zona de Preservação Ambiental — ZPRA** como àquela correspondente a áreas correspondentes às faixas de preservação permanente ao longo dos corpos d'água, destinadas à preservação ambiental.

Art. 21. Fica definida a **Zona Rural** àquela correspondente a toda área fora do perímetro urbano, em sua totalidade inserida na APA de Guaratuba. O Parque Estadual do Boguaçu e Parque Nacional Saint Hilaire/Lange também atingem, em sua grande maioria, as áreas consideradas rurais do Município de Guaratuba.

A legenda da FIGURA 17 não menciona nenhuma zona turística ou mesmo nenhuma menção quanto às zonas em que o turismo possa se desenvolver. Entretanto, esse fato não é impeditivo ao turismo, afinal, essa atividade não pode ser considerada estanque à sociedade, e que deva acontecer exatamente a partir dos recortes do Plano Diretor, ou em ambientes pré-definidos.

Essa característica é reiterada quando observa-se as atividades não mencionadas no documento de 2004, mas que são caracterizadas pelo turismo;

Zona Balneária — ZB – deve permitir o desenvolvimento de ações relativas ao Turismo de sol e praia, ao fluxo de pedestres, a acesso irrestrito de pessoas;

Zona de Preservação Ambiental – ZPA – deve contemplar o Turismo Ecológico, Turismo Técnico-Científico, turismo de Avistamento de aves;

Zona Preservação Histórico-Cultural- ZPHC – Uso responsável dos bens materiais e imateriais para o desenvolvimento do Turismo Cultural e de todas as formas de expressão artística e de memória da população;

Zona Residencial 4 e 5 – ZR 4 e ZR5 – já definidas como habitação transitória 1 para a instalação de apart-hotel, pensão e habitação transitória 2 para a instalação de hotel e pousada;

Zona de Comércio – apoio ao turista;

Zona de serviços – serviços turísticos;

Zona Rural – desenvolvimento de projetos para o Turismo Rural.

Esses exemplos servem para demonstrar a inter-relação que o turismo pode ter com as demais estruturas municipais, inclusive no sentido de (em municípios

turísticos) fazer parte de um programa de planejamento multidisciplinar, sendo imprescindível a fiscalização e controle em torno principalmente das Zonas Residenciais 1, 2 e 3 que, segundo o Plano Diretor de 2004 servem exclusivamente ao uso familiar, e não para aluguéis temporários.

Fato é que o turismo se apropria dos espaços e dos territórios por ser uma atividade que se entrelaça ao cotidiano.

A delimitação e as normas de uso do território existem, é necessário então pensar o Plano Diretor também para o turismo. O que se percebe junto aos planos diretores em geral, e nesse caso não é diferente, é a falta de espacialidade, a falta de um planejamento turístico em conjunto com as demais áreas do município.

Nesse Plano também se atribui à Prefeitura Municipal a “estruturação das vias de circulação para pedestres através da revitalização urbanística do centro e incentivo ao turismo” (GUARATUBA, 2004a, p. 56).

Em visita ao município em 2010, observou-se a estruturação das vias de acesso de chegada ao município pela Avenida Paraná, da sinalização nas vias centrais do município e na melhoria do acesso ao *ferry-boat*; obras estabelecidas como prioridade no Plano de 2004 e que foram executadas, melhorando consideravelmente o deslocamento de pessoas por meio do transporte rodoviário.

A Zona Especial Pedra Branca do Araraquara localizada ao longo da BR 376 não havia sido citada pelo Plano Diretor de 2002, no entanto, é apresentada no Plano Diretor de 2004a, “como uma área em que o parcelamento mínimo será de 1.000m² (um mil metros quadrados), sendo permitido habitações unifamiliares, habitação transitória 1 e 2 , atividades e turismo, lazer e recreação” GUARATUBA, 2004a).

Os demais recursos mencionados no Plano Diretor de 2002 não foram mencionados ou fizeram parte de uma proposta de zoneamento.

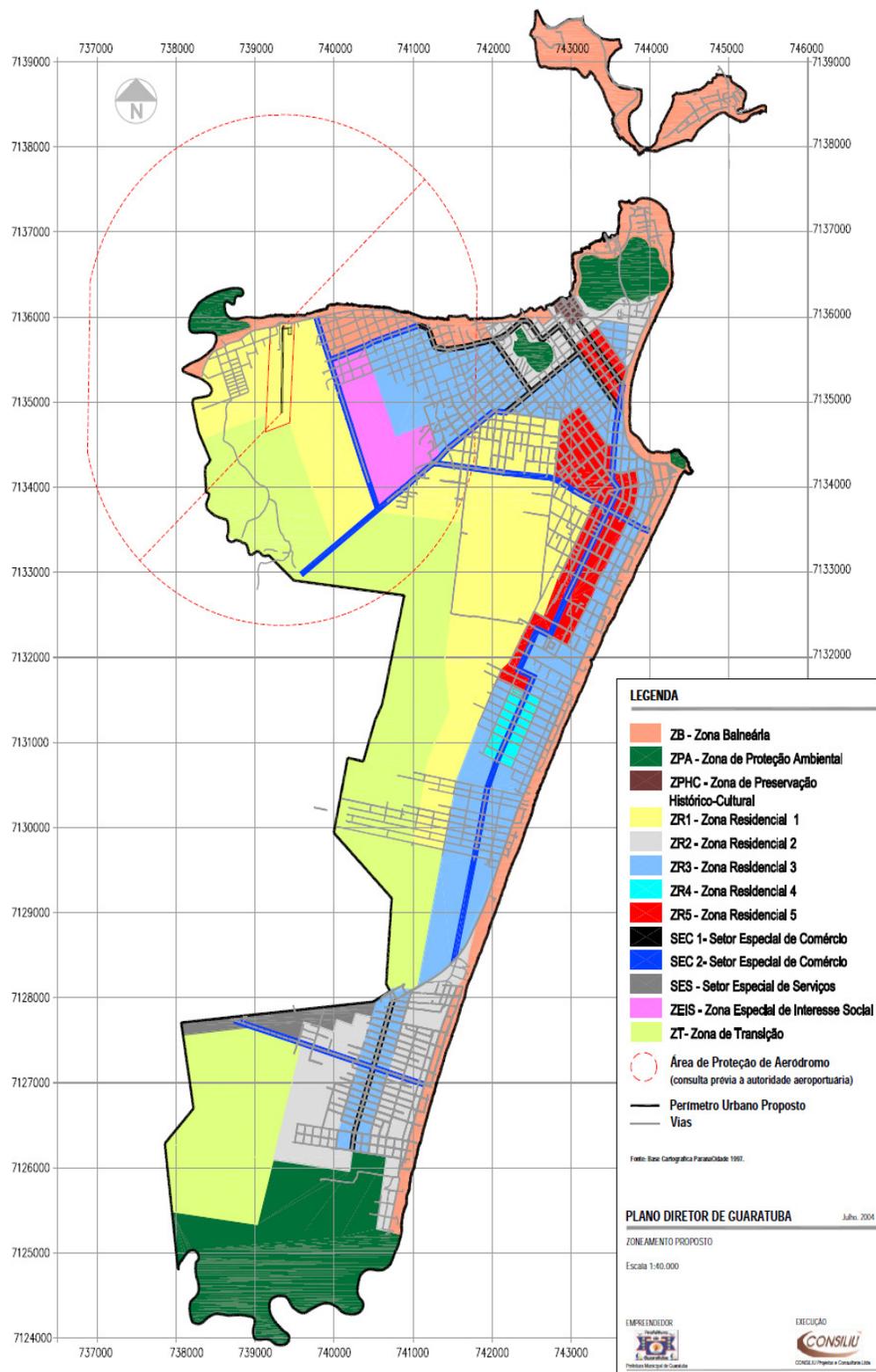


FIGURA 19 – ZONEAMENTO DA ÁREA URBANA DE GUARATUBA
 FONTE: GUARATUBA, 2004

6.2.3 Plano de Intervenção na Orla Marítima e Estuária de Guaratuba – Projeto Orla

O turismo de sol e praia é destaque em Guaratuba, que possui em torno de 25 km de orla em extensão, sendo 15 Km de praias e costões voltados para o oceano e cerca de 10 Km localizados na área do estuário da Baía de Guaratuba.

A Lei Federal Nº 7661 de 16 de maio de 1998, instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro que integra a Política Nacional do Meio Ambiente.

Esse Plano deve prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira, dando prioridade à conservação e proteção de bens como:

- I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;
- II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;
- III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, étnico, cultural e paisagístico. (BRASIL, 1988)

Em 2004 o município de Guaratuba, executou o Plano de Intervenção na Orla Marítima e Estuária de Guaratuba que previu várias ações em prol da utilização da orla.

O Projeto Orla²⁷ de Guaratuba previu o planejamento sob a divisão da orla em quatro segmentos denominados Unidades de Paisagem:

Unidade 1 - de Prainha, da divisa do município de Matinhos até a comunidade de Cabaraquara;

Unidade 2 - Piçarras do limite do costão da boca da barra até o bairro Mirim;

Unidade 3 - Praia Central, da Praia de Caieras até o Morro do Cristo;

Unidade 4 - Praia Brava, do Morro do Cristo até a Barra do Saí.
(GUARATUBA, 2004b, p.8)

A característica principal do Plano foi o de orientar gestores municipais de municípios litorâneos, quanto aos aspectos normativos da legislação ambiental na orla em uma proposta de planejamento e gestão do espaço sob ações descentralizadas. As esferas federal, estadual, municipal, bem como organizações

²⁷ O Projeto Orla, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente - MMA, e a Secretaria do Patrimônio da União – SPU. Busca contribuir, em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais para disciplinar o uso e ocupação da Orla Marítima. (GUARATUBA, 2004b)

não governamentais fizeram parte do estudo e das proposições observadas no Plano de Guaratuba.

O Projeto Orla tinha como objetivos:

O fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla; o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; e o estímulo de atividades sócio-econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla (GUARATUBA, 2004 b, p. 4).

E também tinha como função, ser um documento complementar ao Plano Diretor de 2004, traçando uma definição e descrição da orla do município, sua divisão em Unidades de Paisagem e trechos, e ainda como um diagnóstico de classificação de áreas a partir de aspectos físicos e socioeconômicos.

O Projeto Orla apresentou 03 (três) modelos de simulação dinâmica a partir da visualização de cenários das quatro unidades de Paisagem, sendo um material extremamente rico na composição de diagnóstico e tomada de decisão relativo à orla de Guaratuba.

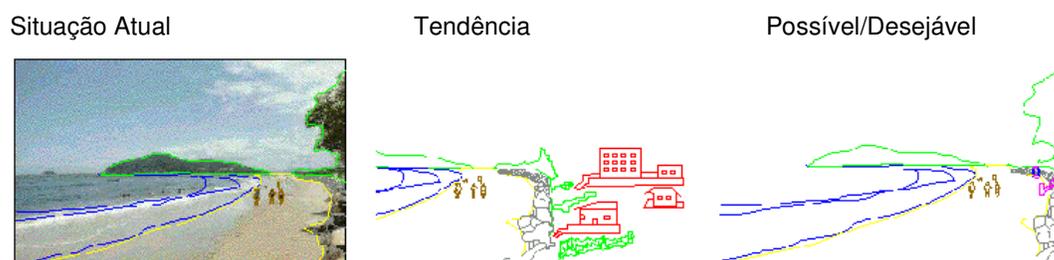


FIGURA 20 – PROJEÇÃO DE CENÁRIO PRAINHA (TRECHO1)
FONTE: GUARATUBA (2004)

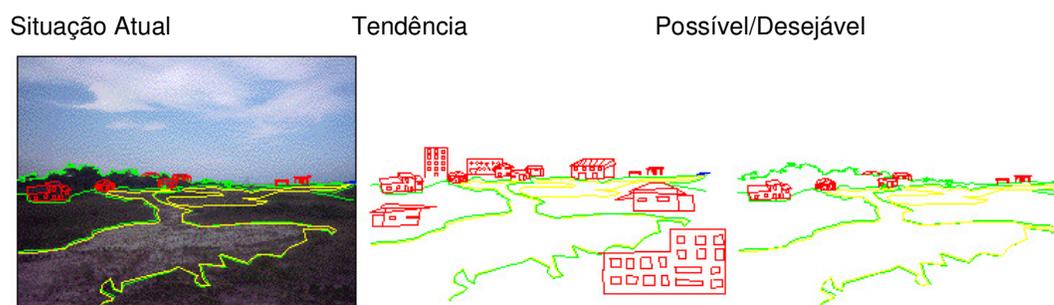


FIGURA 21 – PROJEÇÃO DE CENÁRIO PRAIA BRAVA (TRECHO 4)
FONTE: GUARATUBA(2004)

O Plano destaca a biodiversidade paisagística e ambiental de Guaratuba e apresenta uma síntese da caracterização da orla:

	Configuração local/ tipos de uso	Problemas/ conflito	Potencial
Unidade 1 Prainha	Orla exposta, semi-exposta e abrigada (boca da barra) – Praias e manguezal entremeados por costões rochosos. Ocupação Urbana horizontal, em processo de urbanização.	Desmatamento Construções irregulares sobre costões e praias Deficiência na coleta de lixo Inexistência de rede coletora de esgoto Falta de acessos e estacionamentos	Ecoturismo Maricultura Pesca artesanal Esportes náuticos
Unidade 2 Piçarras	Orla(estuarina), abrigada – costões rochosos manguezal e loteamentos e marinas à beira d'água Ocupação urbana horizontal (2ª residência com atracadouros), ocupação tradicional (pescadores)	Privatização da área de uso comum Contaminação da água de efluentes Dificuldade de acessos para a baía Especulação imobiliária	Indústria pesqueira de beneficiamento Pesca artesanal Esportes náuticos Portos e Marinas
Unidade 3 Praia Central	Orla semi-abrigada, costões rochosos e praia arenosa em arco Ocupação urbana mista (pouco verticalizada) Uso turístico e de veraneio	Existência de ligação de esgoto à rede pluvial Destinação inadequada de lixo doméstico (alta temporada)	Infra-estrutura turística instalada (hotéis, bares e restaurantes) Porto pesqueiro Esportes náuticos
Unidade 4 Praia Brava	Orla exposta, linear, areia grossa Ocupação urbana mista (pouco verticalizada) 2ª residência	Existência de ligação de esgoto à rede pluvial Ocupação sobre dunas	Qualidade da água Restinga preservada pesca veraneio

QUADRO 19 – Cenário das Unidades de Paisagem

FONTE: Adapt. GUARATUBA, 2004 b, p. 11

O Conselho do Litoral – COLIT é um órgão atuante no Município e neste ano (2011) iniciou as discussões relativas à revisão do Plano Diretor de Guaratuba.

Esse projeto prevê a revitalização da Orla e a organização de quiosques, sinalização turística, paisagismo, além de designar áreas de proteção (principalmente a restinga). Como forma de controlar o uso intensivo da praia.

A existência desse material corrobora a importância de aliar documentos, como forma de fortalecer o turismo em Guaratuba.

6.2.4 O Inventário Turístico de Guaratuba - INVTUR

A metodologia de Inventário Turístico do MTUR foi adaptada ao Sistema de Informações – INVTUR no ano de 2006. O sistema eletrônico contempla formulários referentes aos atrativos culturais, naturais, serviços de hospedagem, gastronomia, agenciamento, eventos, lazer e entretenimento, segurança, comunicação.

E relação aos atrativos naturais, a recomendação inscrita no Instrumento de Pesquisa (Manual do Pesquisador) referente à geoprocessamento é:

2.4 LATITUDE: Inserir a latitude do atrativo natural colhida com o uso de aparelho GPS (Sistema de Posicionamento Global). Ex: 5° 22'30"S

2.5 LONGITUDE: Inserir a longitude do atrativo natural colhida com o uso de aparelho GPS (Sistema de Posicionamento Global). Ex: 47°52'30" W (MTUR, 2006, s/p)

Desse modo, deveria ser uma prerrogativa ao pesquisador, o uso de um GPS durante a pesquisa de campo, para a coleta de tais dados para posteriormente localizar em um sistema de informação geográfica que possibilite a observação e localização aproximada de atrativos naturais e sua espacialização nos municípios.

Em relação aos atrativos culturais e realizações técnico-científicas não há a menção no Manual do MTUR sobre detalhamentos quanto à necessidade de geoprocessamento.

Esse fato reflete a falta de conectividade e pensamento estratégico no momento de planejar a pesquisa. E nesse sentido, a questão é: qual a objetividade do INVTUR, se várias informações não aparecem no relatório sendo que havia a orientação da leitura das coordenadas e essa não foi realizada; tem-se aqui uma sobreposição de ações em que o imediatismo mais uma vez suplanta a organização do trabalho prático.

Entende-se que o MTUR pode e deve observar novas possibilidades e instrumentos de pesquisa na substituição de formulários extensos, e preenchidos em papel, e que não são preenchidos de modo completo.

Prontamente percebe-se a incapacidade de planejar o turismo em sua espacialidade, uma vez que vários documentos compilados neste trabalho não compõem um instrumento de trabalho conjunto na definição de cenários ao desenvolvimento do turismo.

Uma esperança resta aos pesquisadores do planejamento do turismo. Segundo notícias do MTUR, os formulários estão sendo revistos, e serão testados em alguns Estados. Quiçá tenham detectado nos inventários realizados desde 2007 os problemas e entraves desse material.

E, diante desse cenário, optou-se por não utilizar as informações contidas no INVTUR de Guaratuba – 2008, por tratar-se de material considerado incompleto para a presente pesquisa.

Guaratuba realizou em 2008 o Inventário Turístico de acordo com a metodologia do MTUR.

Esse documento está disponível no site do Ministério do Turismo, conforme se observa na FIGURA 24.

A seguir pode-se observar a tela do Sistema, bem como o caminho para visualização de vários inventários realizados no Brasil.

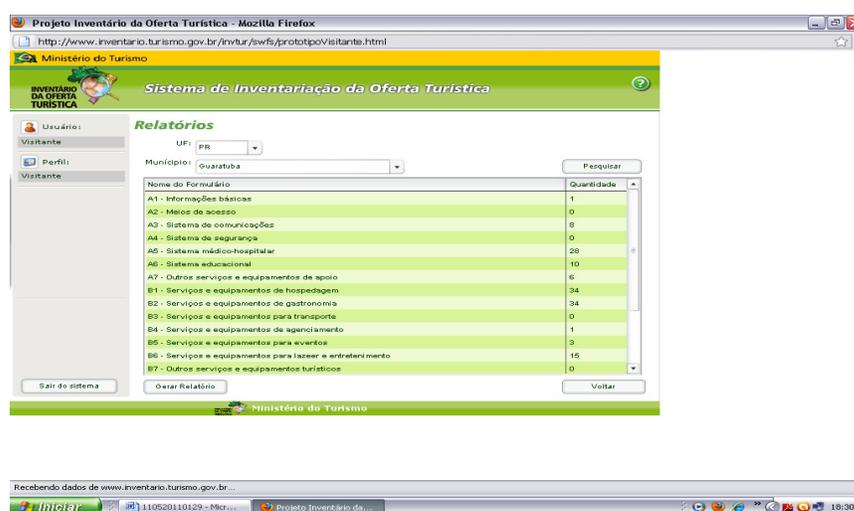


FIGURA 22 – INVTUR DE GUARATUBA (2008)
FONTE: MTUR (2011)

Para facilitar a leitura e interpretação, segue QUADRO 20, para uma melhor visualização.

NOME DO FORMULÁRIO	QUANTIDADE
A1 Informações básicas do Município	1
A2 Meios de acesso ao Município	0
A3 Sistema de comunicações	8
A4 Sistema de segurança	0
A5 Serviço médico/hospitalar	28
A6 Sistema Educacional	10
A7 Outros serviços e equipamentos de apoio	6

B1 Serviços e equipamentos de Meios de hospedagem	34
B2 Serviços e equipamentos de alimentação	34
B3 Serviços e equipamentos de agenciamento	1
B4 Serviços e equipamentos de transportes	0
B5 Serviços e equipamentos para eventos	3
B6 Serviços e equipamentos de lazer e entretenimento	15
B7 Outros equipamentos e serviços turísticos	0
C1 - Atrativos Naturais	15
C2 - Atrativos Culturais	11
C3 – Atividades Econômicas	0
C4 - Realizações técnicas e científicas	2
C5 – Eventos Programados	0

QUADRO 20 – DESCRITIVO DA FIGURA 25 – INVTUR DE GUARATUBA (2008)
 FONTE: A AUTORA (2011)

Infelizmente os dados do INVTUR não podem ser considerados fidedignos, por vários equívocos na inclusão de informações, como pode ser observado em um breve parecer no QUADRO 21.

Itens constantes no formulário C1 Atrativos Naturais	Itens constantes no Relatório de Atrativos Naturais de Guaratuba
FORMULÁRIO: 15 CATEGORIA C1: ATRATIVOS NATURAIS	Na página do INVTUR já aparece a categoria.
CABEÇALHO UF REGIÃO TURÍSTICA MUNICÍPIO DISTRITO TIPO SUBTIPO	Não aparece a região turística a que pertence o município, o distrito e o subtipo
IDENTIFICAÇÃO	
1 - DESCRIÇÕES DO ATRATIVO 1.1 NOME OFICIAL: 1.2 NOME POPULAR: 1.3 NOME DA ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA/GESTORA: 1.4 CNPJ: 1.5 TELEFONE/FAX: 1.6 SITE: 1.7 E-MAIL:	Aparecem em todos os atrativos, no entanto há a repetição ou equívoco de nomes, pois a praia de Caieras aparece duas vezes, e a praia Central não aparece em nenhum formulário. Por tratar-se de bem público as praias, quedas d'água, montanhas, e trilhas os dados são da Prefeitura Municipal de Guaratuba, em alguns casos há um contato com pessoas que possam acompanhar o turista.
2 – LOCALIZAÇÃO E AMBIÊNCIA 2.1 ENDEREÇO: 2.2 PONTO DE REFERÊNCIA: 2.3 LOCALIZAÇÃO: 2.3.1 URBANA 2.3.2 RURURBANA 2.3.3 RURAL 2.4 LATITUDE: 2.5 LONGITUDE:	Nesse ponto esperava-se que os dados de latitude e Longitude estivessem presentes no inventário. No entanto, em nenhum dos formulários tais dados foram coletados.
3 - LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA DO ATRATIVO	As distâncias da localidade mais próxima não aparecem, e a distância do ponto zero do

<p>3.1 NOME DA LOCALIDADE:</p> <p>3.2 DISTÂNCIA DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA (Km):</p> <p>3.3 DISTÂNCIA DO PONTO ZERO DO MUNICÍPIO (Km):</p>	<p>município também não está inventariada.</p>
<p>4 - SINALIZAÇÃO BEM SINALIZADO MAL SINALIZADO NÃO SINALIZADO ADAPTADO NÃO ADAPTADO 4.1 SINALIZAÇÃO GERAL 4.2 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA</p>	<p>Não há menção à sinalização em nenhum dos atrativos;</p> <p>Quanto ao item adaptado ou não: foram investigados o houve o preenchimento desse item no formulário;</p> <p>Pode-se observar que nenhum dos atrativos naturais pesquisados possuem adaptação para pessoas portadoras de necessidades especiais.</p>
<p>5 - MEIOS DE ACESSO BOM REGULAR RUIM 5.1 VIA TERRESTRE 5.2 HIDROVIA MARÍTIMA 5.3 HIDROVIA FLUVIAL/LACUSTRE 5.4 FERROVIA 5.5 AÉREO 5.6 A PÉ 5.7 CICLOVIA 5.8 OUTROS (especificar)</p>	<p>Os meios de acesso foram elencados, mas a condição em que se encontram em alguns atrativos foram pesquisadas e em outros não.</p> <p>E em outros atrativos, não se aplica.</p>
<p>6 - VIA TERRESTRE TOTALMENTE PAVIMENTADA NÃO-PAVIMENTADA PARCIALMENTE PAVIMENTADA 6.1 URBANA 6.2 RURAL 6.3 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CONCRETO PARALELEPÍPEDO SAIBRO ASFALTO ECOLÓGICO CHÃO BATIDO</p>	<p>Há menção sobre pavimentação, mas não há detalhamento sobre qual o tipo de pavimento, se é estrada rural ou urbana.</p>
<p>7 - ACESSO MAIS UTILIZADO 7.1 ACESSO MAIS UTILIZADO: 7.2 ADAPTADO (especificar)? 7.3 GRAU DE UTILIZAÇÃO: 7.3.1 – MUITO UTILIZADO 7.3.2 – REGULAR 7.3.3 – POUCO UTILIZADO 7.4 ATENDE ÀS NECESSIDADES ATUAIS ? 7.5 PERMITE EXPANSÃO NO VOLUME DE VISITANTES ? 7.6 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE CHEGAR AO</p>	<p>Não há parecer quanto ao atendimento às necessidades atuais nesse item.</p> <p>Não há menção ao tempo utilizado para chegar ao local em alguns atrativos.</p>

<p>ATRATIVO PARTINDO DA LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA: 7.7 DESCRIÇÕES DO ACESSO MAIS UTILIZADO:</p>	
<p>8 - TRANSPORTES PARA O ATRATIVO 8.1 TIPO DE TRANSPORTE I: 8.1.1 FREQUÊNCIA: 8.1.2 QUALIDADE: 8.1.2.1 BOM 8.1.2.2 REGULAR 8.1.2.3 RUIM 8.1.3 ADAPTADO (especificar)?</p>	<p>Nesse item observou-se que o tipo de transporte é citado , a qualidade a frequência. Pode-se observar maior riqueza de detalhes nesse item, o que favorece o início de um diagnóstico mais apurado na melhoria do transporte ao turista.</p>
<p>8 - TRANSPORTES PARA O ATRATIVO 8.2 TIPO DE TRANSPORTE II: 8.2.1 FREQUÊNCIA: 8.2.2 QUALIDADE 8.2.2.1 BOM 8.2.2.2 REGULAR 8.2.2.3 RUIM 8.2.3 ADAPTADO (especificar)? 8.3 TIPO DE TRANSPORTE III: 8.3.1 FREQUÊNCIA: 8.3.2 QUALIDADE 8.3.2.1 BOM 8.3.2.2 REGULAR 8.3.2.3 RUIM 8.3.3 ADAPTADO (especificar)? 8.4 OUTRAS INFORMAÇÕES:</p>	<p>Por se tratar de um subitem, foi aplicado somente a alguns atrativos diante da necessidade.</p>
<p>9 - LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO ATRATIVO FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL 9.1 LEI 9.2 DECRETO 9.3 NORMA DE RESTRIÇÃO</p>	<p>Não aparece em nenhum dos atrativos menção à legislação ambiental. Somente endereço de página de internet do IBAMA.</p>
<p>10 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 10.1 – O ATRATIVO É OU ESTÁ LOCALIZADO EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO? 10.2 – DE QUE TIPO (em caso afirmativo) 10.2.1 – UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL 10.2.2 – UNIDADE DE USO SUSTENTÁVEL 10.2.3 – PARQUE MUNICIPAL 10.2.4 – PARQUE ESTADUAL 10.3 – QUAL É A CATEGORIA (no caso de unidade de proteção integral) 10.3.1 – ESTAÇÃO ECOLÓGICA 10.3.2 – RESERVA BIOLÓGICA 10.3.3 – PARQUE NACIONAL 10.3.4 – MONUMENTO NATURAL 10.3.5 – REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE 10.4 – QUAL É A CATEGORIA (no caso de unidade de uso sustentável) 10.4.1 – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL 10.4.2 – ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO 10.4.3 – FLORESTA NACIONAL 10.4.4 – RESERVA EXTRATIVISTA 10.4.5 – RESERVA DE FAUNA</p>	<p>Há menção do de um atrativo localizado em Unidade de Conservação, mas o detalhamento não foi realizado.</p>

<p>10.4.6 – RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</p> <p>10.4.7 – RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL</p>	
<p>11 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO CLASSE MUITO BOM BOM REGULAR RUIM DETERIORADO</p> <p>11.1 GERAL</p> <p>11.2 COBERTURA</p> <p>11.3 INTERIOR</p> <p>11.4 CONDIÇÃO HIGIÊNICA</p> <p>11.5 ESTRUTURA</p> <p>OBS:</p>	<p>Em nenhum atrativo pesquisado foi feita análise do estado de conservação/preservação.</p>
<p>12 - ENTRADA DO ATRATIVO</p> <p>12.1 CENTRO DE RECEPÇÃO 12.2 POSTO DE INFORMAÇÕES 12.3 PORTARIA PRINCIPAL 12.4 GUARITA 12.5</p> <p>OUTROS: _____</p> <p>12.6 ADAPTAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</p> <p>12.6.1 ADAPTADO 12.6.2 NÃO ADAPTADO 12.6.3 PARCIALMENTE ADAPTADO</p>	<p>Há menção de atendimento a alguns atrativos e também referencia em todos os atrativos sobre as condições de acesso a deficientes.</p>
<p>13 - VISITAÇÃO</p> <p>13.1 ÉPOCA DE: A:</p> <p>13.2 DIAS SEG TER QUA QUIN SEX SAB DOM</p> <p>13.3 HORÁRIO DE: A:</p> <p>13.4 VISITA GUIADA NÃO-GUIADA AUTOGUIADA</p> <p>13.5 DURAÇÃO MÉDIA DA VISITA:</p> <p>13.6 GUIA DE VISITAÇÃO PAGA GRATUITA</p> <p>INEXISTENTE</p> <p>13.7 IDIOMAS DA GUIA:</p> <p>13.8 ENTRADA FRANCA PAGA VALOR (R\$)</p> <p>13.9 É NECESSÁRIO TER AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA O ACESSO? DE QUE TIPO?</p> <p>13.10 HÁ LIMITE QUANTO AO NÚMERO DE VISITANTES? QUAL?</p>	<p>Itens aplicados de modo diversificado em vários atrativos, observadas as condições de aplicação e existência do serviço no atrativo.</p>
<p>14 - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ATRATIVO</p> <p>14.1 INFORMAÇÕES AO VISITANTE</p> <p>INFORMAÇÕES EM BRAILLE</p> <p>OUTRAS LÍNGUAS:</p> <p>14.2 INSTRUÇÕES DE ECOLOGIA/ECOTUR.</p> <p>INFORMAÇÕES EM BRAILLE</p>	<p>Alguns itens não se aplicam , desse modo não foram preenchidos.</p> <p>Em alguns atrativos observou-se a possibilidade de acompanhamento.</p> <p>Não houve menção ao item limpeza, considerado importante para o bem estar da população e turistas.</p>

<p>OUTRAS LÍNGUAS: 14.3 SINALIZAÇÃO ADAPTADA NÃO ADAPTADA PARCIALM. ADAPT. 14.4 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS ADAPTADA NÃO ADAPTADA PARCIALM. ADAPT. 14.5 LAZER E ENTRETENIMENTO ADAPTADO NÃO ADAPTADO PARCIALM. ADAPT. 14.6 LOCAIS PARA ALIMENTAÇÃO ADAPTADO NÃO ADAPTADO PARCIALM. ADAPT. 14.7 HOSPEDAGEM ADAPTADA NÃO ADAPTADA PARCIALM. ADAPT. 14.8 GUIA DE TURISMO/ MONITOR PAGO GRATUITO INEXISTENTE 14.9 LIMPEZA 14.10 COLETA SELETIVA 14.11 CONDUTOR CAPACITADO PARA RECEBER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 14.12 ATIVIDADES COMERCIAIS</p>	
<p>15 – ATIVIDADES REALIZADAS NO ATRATIVO NATURAL 15.1 – QUE ATIVIDADES SÃO REALIZADAS NO ATRATIVO? 15.2 – QUAIS AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DOS ATRATIVOS PARA QUE POSSAM SER UTILIZADOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA?</p>	<p>Aplicado em alguns atrativos.</p>
<p>16 - ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS 16.1 – INTEGRA ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS? 16.2 - QUAIS? 16.3 – QUEM COMERCIALIZA?</p>	<p>Alguns atrativos podem ser visitados a partir de um contato com pessoas responsáveis, no entanto em alguns casos não há o contato, ou referencia de um produto comercializado de acordo com uma rotina de atendimento.</p>
<p>17 - ORIGEM DOS VISITANTES 17.1 ORIGEM DA MAIOR PARTE DOS VISITANTES 17.1.1 MUNICIPAL 17.1.2 ENTORNO REGIONAL 17.1.3 NACIONAL 17.1.4 INTERNACIONAL 17.2 PRINCIPAIS: 17.3 CITAR ORIGEM DOS TURISTAS INTERNACIONAIS QUE VISITAM A LOCALIDADE: 17.4 ÉPOCA DO MAIOR FLUXO DE VISITAÇÃO: 17.5 ÉPOCA DO MENOR FLUXO DE VISITAÇÃO:</p>	<p>Não foram apontados em nenhum atrativo a origem dos visitantes.</p>

17.6 NÚMERO ANUAL DE VISITANTES:	
18 - DESCRIÇÃO DO ATRATIVO	Não há descrição detalhada do atrativo.
19 - OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES	Não há.
20 - REFERÊNCIAS /DOCUMENTOS CONSULTADOS EQUIPE RESPONSÁVEL COORDENADOR (A): INSTITUIÇÃO: FONE/FAX: E-MAIL: PROFESSOR (A/ES/AS): INSTITUIÇÃO: FONE/FAX: E-MAIL: INTERLOCUTOR DO MUNICÍPIO: ÓRGÃO: FONE/FAX: E-MAIL: RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: INSTITUIÇÃO: FONE/FAX: E-MAIL	Não foram citadas, no entanto sabe-se que vários setores foram envolvidos no processo de coleta das informações.

QUADRO 21 – ITENS DO INVTUR NÃO PREENCHIDOS
FONTE: A AUTORA (2011)

6.3 SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO TURISMO – SISPLANTUR: UMA FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO TERRITORIAL DE GUARATUBA

O planejamento do turismo no Brasil, está ainda em fase de desenvolvimento, uma vez que a atitude de planejar a atividade foi uma prerrogativa do Governo Federal e foi consolidada a partir da década de 1990 com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT.

Muitos autores citam o planejamento como um sistema a partir de modelos e estruturas baseadas em entradas e saídas num modelo referencial, ainda pouco operacionalizado nos municípios turísticos.

A proposta para Guaratuba e também para outros municípios que queiram mudar sua passividade diante de estruturas e ferramentas que em determinados casos não surtiu um efeito positivo é: um novo pensar o planejamento, a partir de documentos, ferramentas existentes e executáveis na retomada do controle do planejamento municipal do turismo, uma vez que atualmente, todas as ações devem partir de modelos complexos lançados pelo MTUR, e que se mostraram ineficazes ao planejamento da atividade.

A primeira questão em torno das informações do Município se dá no objetivo de ordenar as informações.

Para essa ordenação pode-se optar por um Sistema Gerenciador de Banco de Dados. Além disso, pessoas que tenham feito cursos técnicos na área de informática podem manipular o sistema com certa facilidade. Nesse processo optou-se por adotar um material de planejamento desenvolvido por Maria Ângela Marques Ambrisi Bissoli²⁸ em 1999, a partir do Banco de Dados *ACCESS* que possui “uma linguagem de programação completa e bastante flexível, possibilitando, portanto, o seu uso interativo e programado através de macros ou linguagem. (SILVA, 2000, p.135)

²⁸ À época (1999), professora da PUC Campinas no Curso de Turismo, desenvolveu a partir do Banco de Dados Access o Inventário Turístico de três municípios. O trabalho culminou em um livro denominado Planejamento Turístico Municipal com suporte em Sistemas de Informação.

The screenshot displays a software application window titled "Planejamento Turístico". The main window contains a sub-window titled "Informações Básicas" with the following fields:

- Código
- Nome
- Fundação
- Emancipação
- Aniversário
- Padroeiro
- Origem do nome
- Significado do nome
- Gravar
- Histórico do nome
- Latitude
- Longitude
- Norte
- Sul
- Leste
- Deste
- Noroeste
- Nordeste
- Sudeste
- Sudoeste
- Área
- Área urbana
- Área rural
- Relevo
- Vegetação

Below the basic information, there are several sections of data categories:

- Informações Gerais do Município:** Feriados, Umidade, Horas - Sol, Temperatura, Principais Produtos, Atracção, ICMS, Transf. Construc., Setores Economia, Economia Estabelecim., População, Evolução Populacional, Taxa Urbanização.
- Equipamentos:** Apoio Turístico, Agência, Camping, Outro Meio Hospedagem, Náutica, Recreação, Transportadoras, Restaurantes.
- Recursos:** Exposições e Espetáculos, Artesanato, Atrativos, Comidas e Bebidas, Eventos, Fazendas, Hidrografia, Manifestações Populares, Personalidades Vultos, Personalidades Artísticas, Personalidades Colônias.
- Pesquisa de Demanda / Opinião Pública:** Demanda, Opinião Pública.

The interface includes a menu bar (Arquivo, Editar, Exibir, Inserir, Formatar, Registros, Ferramentas, Janela, Ajuda), a toolbar, and a status bar at the bottom showing "Registro: 14 de 1" and "Modo formulário".

FIGURA 23 - MODELO DE BANCO DE DADOS PARA O TURISMO
 FONTE: BISSOLI, 1999.

O modelo de Banco de Dados de BISSOLI (1999), pode ser adaptado a outros municípios, e no caso relativo a essa proposta, será aberto campo para inserção de longitude e latitude a todos os dados inventariados a exemplo, os atrativos (naturais e culturais e recursos), meios de hospedagem, agências de turismo, entre outros, como medida de posterior mapeamento e cruzamento de informações na sobreposição do zoneamento urbano, e ambiental de Guaratuba.

O banco de dados proposto segue a estrutura organizacional da Classificação da Oferta Turística proposta pelo MTUR, com algumas adaptações e seguindo ao invés da ferramenta do INVTUR, a ferramenta do Access 2000 por sua praticidade e agilidade na inserção de informações.

Classificação da Oferta Turística		
A – Infra-estrutura de apoio ao turismo	B – Serviços e Equipamentos	C – Atrativos Turísticos
A1 Informações básicas do Município	B1 Serviços e equipamentos de Meios de hospedagem	C1 - Atrativos Naturais
A2 Meios de acesso ao Município	B2 Serviços e equipamentos de alimentação	C1.P -Recursos Naturais
A3 Sistema de comunicações	B3 Serviços e equipamentos de agenciamento	C2 - Atrativos Culturais
A4 Sistema de segurança	B4 Serviços e equipamentos de transportes	C2.P - Recursos Culturais
A5 Serviço médico/hospitalar	B5 Serviços e equipamentos para eventos	C3 – Atividades Econômicas
A6 Sistema Educacional	B6 Serviços e equipamentos de lazer e entretenimento	C4 - Realizações técnicas e científicas
A7 Outros serviços e equipamentos de apoio	B7 Outros equipamentos e serviços turísticos	C5 – Eventos Programados

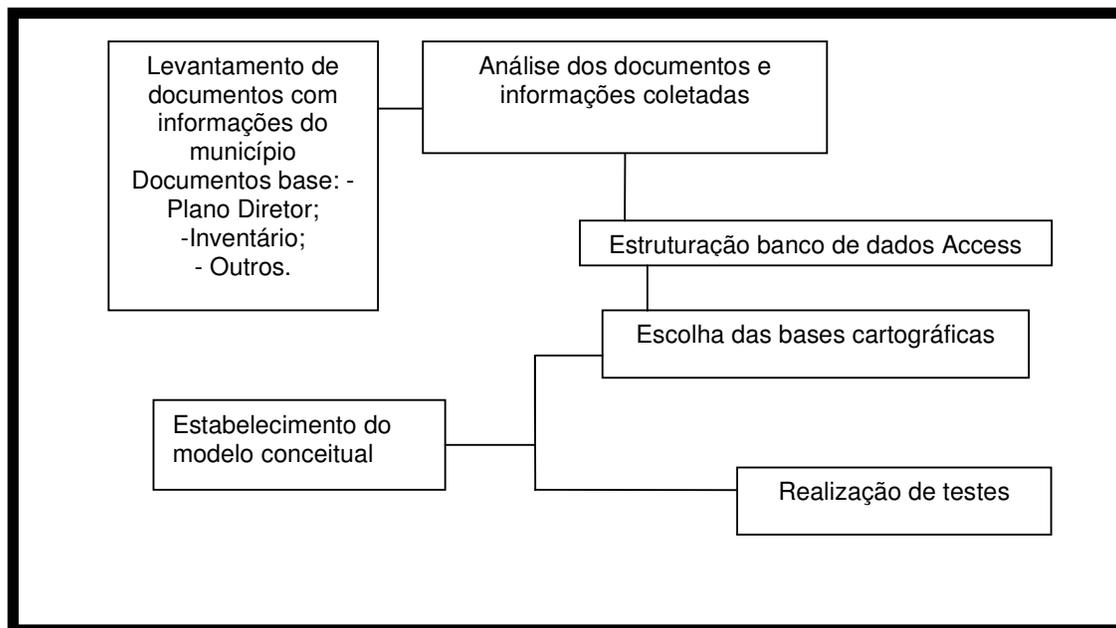
QUADRO 22 – INDICADORES DE INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO SISPLANTUR
 FONTE: adap. MTUR, 2006.

A coleta dessas informações poderá ser feita por equipe multidisciplinar, com os seguintes equipamentos necessários: GPS, *Notebook* com o programa Access instalado para agilizar o processo de cadastramento dos itens. Afinal, o inventário é importante, mas é a primeira fase do trabalho. Posteriormente, tem-se que optar por softwares de geoprocessamento para inserção das informações e criação dos *layers* de visualização dos recursos e atrativos inventariados.

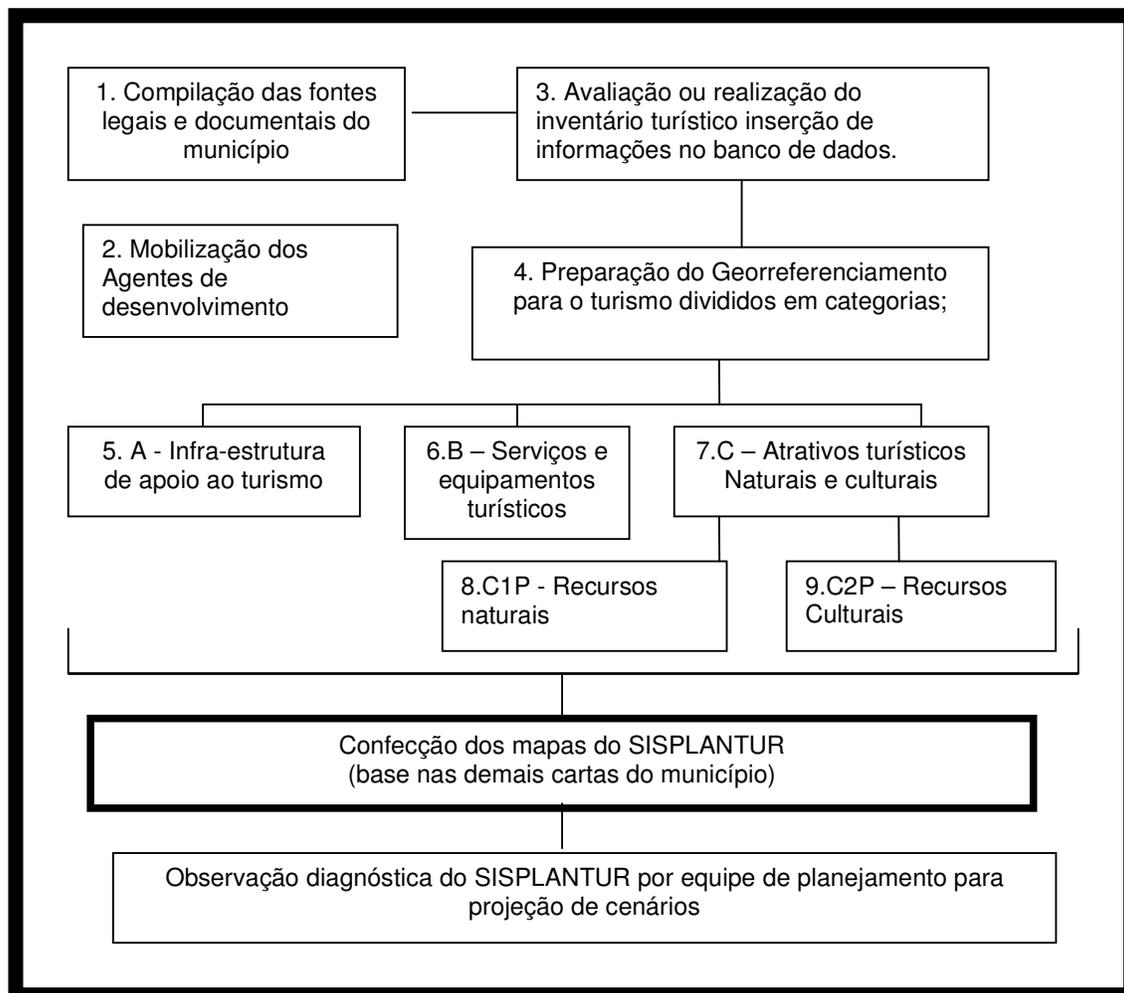
Documentos existentes no município em diversos órgãos deverão ser coletados para a composição SISPLANTUR.

Durante a pesquisa documental foram encontrados documentos importantes que basearam o trabalho, principalmente pelo diagnóstico de que muitos materiais já foram compilados para o turismo, mas esses não estão sendo considerados em seu conjunto. Esse fato significa recursos financeiros e humanos já disponibilizados para a execução de tarefas mas que após a conclusão do trabalho, o material se é utilizado, só o é pelo departamento que o solicitou. O Plano Diretor de Guaratuba (2002), as propostas ao Plano Diretor (2004), o INVTUR (2008), o Plano de Desenvolvimento do Turismo (2010), Código Ambiental do Município, a Política de Meio Ambiente e o Sistema Municipal de Meio Ambiente (Lei 1174/2005), Lei da APA de Guaratuba, Lei de Uso e Ocupação do Solo, das áreas urbanas (1164/ 2006), o

Plano de Intervenção na Orla Marítima e Estuária de Guaratuba - Projeto Orla (2004).



QUADRO 23 - FLUXOGRAMA DA 1ª FASE DE DESENVOLVIMENTO DO SISPLANTUR
FONTE: A AUTORA, 2011.



QUADRO 24 - MODELO DO SISPLANTUR
 FONTE: A AUTORA, 2011.

As fases do SISPLANTUR serão ordenadas pelas seguintes ações e possíveis cenários:

1 – Compilação das FONTES LEGAIS E DOCUMENTAIS do município

AS FONTES LEGAIS E DOCUMENTAIS – São os materiais confeccionados por outras secretarias ou mesmo Secretaria de Turismo, e que componham o escopo do Estatuto da Cidade e Agenda 21.

Plano de Ordenamento Territorial (se houver)

Plano de Regionalização;

Plano Diretor, Parcelamento do Solo, Zoneamento Ambiental, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, outras leis municipais que dão suporte ao turismo, Fundo Municipal de Turismo.

2- Mobilização dos AGENTES de desenvolvimento

A compilação de documentos da Fase 1 incita a participação ENDÓGENA dos vários setores da esfera pública.

O planejamento participativo deve partir da premissa não só dos agentes externos, mas principalmente das pessoas que estão na esfera pública (nas secretarias e departamentos) que possuem em suas pastas planos e projetos que dão suporte ao planejamento do turismo. Nessa fase o esforço das pessoas em dispor de suas capacidades profissionais e de documentos é essencial na busca de informações que possam compor o Plano.

É comum observar reuniões entre pessoas da comunidade e empresários do setor em busca de alternativas para o turismo, mas raramente observa-se as próprias secretarias municipais nesse processo de planejamento interno participativo. O SISPLANTUR propõe essa integração principalmente em Municípios Turísticos – MT, já que há a prerrogativa de ordenar o território a partir dessa atividade econômica. É momento de mudar a gestão pública interna do turismo, pois o que se vê atualmente são ações isoladas das secretarias, não havendo uma gestão horizontalizada na busca do planejamento integral.

A Fase 2 – EXÓGENA se dá na busca de agentes como empresários, Conselho Municipal de Turismo, Instâncias Regionais, Agências de Desenvolvimento, ONGs, OSCIPs, Associações diversas entre outros envolvidos com a atividade turística municipal.

3. Avaliação ou realização do inventário turístico para inserção de informações no banco de dados

- a) Avaliação do inventário existente.
- b) Mobilização da sociedade para o fornecimento de informações. Nesse momento são necessárias equipes para a pesquisa de campo. O banco de dados, por ser uma ferramenta usual, poderá ser atualizado rapidamente por um agente interno do município. A busca de informações na Secretaria de Finanças (alvarás) corpo de bombeiros (licenças diversas), órgãos de vistoria sanitária, serão fundamentais no cruzamento de informações sobre a regularização de estabelecimentos envolvidos diretamente com o turismo numa postura de

responsabilidade na gestão de empreendimentos em respeito ao consumidor. Empreendimentos que não estejam regularizados, farão parte do inventário e deverão ser sensibilizados para a formalização.

4. Georreferenciamento dos recursos, atrativos, equipamentos turísticos nas suas categorias;

FONTES OPERACIONAIS

- a) Existência e busca de plantas georreferenciadas do Município.
- b) Análise quanto a similaridade (escala e mensuração, projeção, rotação e translação de coordenadas, correção geométrica) e fidedignidade das bases de dados para geração de dados corretos e confiáveis;
- c) Definição do programa a ser utilizado para o georreferenciamento. Nesse momento a presença de um profissional em geoprocessamento será imprescindível para a compilação e geração dos mapas para o planejamento do turismo.
- d) Criação da base cartográfica da infraestrutura de apoio ao turismo, de serviços e equipamentos turísticos, de atrativos culturais e naturais e de recursos naturais e culturais.

5- A - Infra-estrutura de apoio ao turismo

A infra-estrutura de apoio ao turismo deve ser em primeiro lugar, adequada à população local. O deslocamento (acessos), o saneamento, saúde, energia, o calçamento, a comunicação, são essenciais à sociedade. Tais elementos são patrimônios públicos que servem de apoio à implementação de serviços da iniciativa privada em atendimento às necessidades de consumo e bem estar. O turismo utiliza-se dessa infra-estrutura como forma de dar suporte à visitantes, que, distantes de sua origem, por ventura tenham determinadas necessidades.

O SISPLANTUR pode abrigar tais informações, pois o desdobramento desse inventário pode gerar:

- a) projetos de infra-estrutura em parceria com outras secretarias (com aporte de recursos advindos de fontes diversas ao turismo);
- b) desenvolvimento de projetos para a saúde do turista que beneficiem a população local;

- c) construção de praças, revitalização de parques com o propósito de ordenar o espaço urbano para o turismo, mas com benefício direto ao morador;
- d) levantamento de necessidades de determinados serviços não estejam atendendo a demanda do turista e que possam ser alvo de novos empreendimentos;
- e) mapeamento da concentração de serviços no município (locais em que o turista circula) para implantação de sinalização, postos de informação turística, ou mesmo desconcentração de serviços para outras zonas carentes de desenvolvimento.

As informações a serem inseridas como indicadores no Banco de Dados do SISPLANTUR, seguem a estrutura de Beni (1998) adaptadas pelo MTUR, com a inserção em todos os campos um indicados para o georreferenciamento dos itens inventariados.

5. A - Infra-estrutura de apoio ao turismo

A		INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	CATEGORIA: A1 INFORMAÇÕES BÁSICAS DO MUNICÍPIO
TIPO	SUBTIPO		
A.1.1	Características Gerais		
	1.1.1	Políticas	
	1.1.2	Geográficas	
	1.1.3	Econômicas	
A.1.2	Aspectos Históricos		
A.1.3	Administração Municipal		
	1.3.1	Estrutura administrativa	
	1.3.2	Gestão do turismo, instituições, sites e outras mídias	
A.1.4	Legislação Municipal		
A.1.5	Feriados e Datas Comemorativas Municipais		
A.1.6	Serviços Públicos		
A.1.7	Outras Informações		
<hr/>			
A		INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	CATEGORIA: A2 MEIOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO
TIPO	SUBTIPO		
A.2.1	Terrestres		
	2.1.1	Terminais/estações rodoviárias e serviços rodoviários	
	2.1.2	Terminais/estações ferroviárias	
A.2.2	Aéreos		
	2.2.1	Aeroportos e serviços aéreos	
A.2.3	Hidroviários		
	2.3.1	Portos/estações e serviços marítimos	
	2.3.2	Portos/estações e serviços fluviais e lacustres	
<hr/>			
A		INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	CATEGORIA: A3 SISTEMA DE COMUNICAÇÕES
TIPO	SUBTIPO		
A.3.1	Agências Postais		
A.3.2	Postos Telefônicos/Telefonia Celular		
A.3.3	Radioamadores		
A.3.4	Emissoras de Rádio/TV		
A.3.5	Jornais e Revistas Nacionais, Regionais/Locais		
A.3.6	Internet		
<hr/>			
A		INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	CATEGORIA: A4 SISTEMA DE SEGURANÇA
TIPO	SUBTIPO		
A.4.1	Delegacias e Postos de Polícia		
A.4.2	Postos de Polícia Rodoviária		
A.4.3	Corpo de Bombeiros		
A.4.4	Serviços de Busca e Salvamento		
A.4.5	Serviços de Polícia Marítima/Aérea/de Fronteiras		

FIGURA 24– CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - A
FONTE: BRASIL (2006)

5. A - Infra-estrutura de apoio ao turismo

A		INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	CATEGORIA: A5 SISTEMA MÉDICO HOSPITALAR
TIPO			
A.5.1 Prontos-socorros			
A.5.2 Hospitais			
A.5.3 Clínicas Médicas			
A.5.4 Maternidades			
A.5.5 Postos de Saúde			
A.5.6 Farmácias/Drogarias			
A.5.7 Clínicas Odontológicas			
A		INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	CATEGORIA: A6 SISTEMA EDUCACIONAL
TIPO			
A.6.1 Ensino Fundamental			
A.6.2 Ensino Médio			
A.6.3 Ensino Superior			
A.6.4 Cursos Técnicos			
A.6.5 Especializações			
A		INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO	CATEGORIA: A7 OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO
TIPO	SUBTIPO		
A.7.1 Locadoras de Imóveis			
A.7.2 Locadoras de Automóveis/Embarcações/Aeronaves			
A.7.3 Comércio			
	7.3.1 Lojas de artesanato e suvenires		
	7.3.2 Centros comerciais		
	7.3.3 Galerias de arte e antiguidades		
	7.3.4 Lojas de artigos fotográficos		
A.7.4 Agências Bancárias e Casas de Câmbio			
A.7.5 Serviços Mecânicos			
A.7.6 Postos de Abastecimento			
A.7.7 Locais e Templos de Manifestação de Fé			
A.7.8 Representações Diplomáticas			
	7.8.1 Embaixadas		
	7.8.2 Consulados		
	7.8.3 Escritórios comerciais		
	7.8.4 Outras representações		

FIGURA 25 – CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA – A
FONTE: BRASIL (2006)

6.B – Serviços e equipamentos turísticos

Os serviços turísticos caracterizam-se por estarem diretamente ligados ao turismo. São o suporte para quem viaja, e possui determinadas necessidades.

A importância do georreferenciamento desses serviços se dá no sentido de:

- a) Diagnóstico dos serviços diretamente relacionados ao turismo;
- b) Possibilidade de observar zonas de concentração e dispersão de turistas; montagem de materiais publicitários com intuito institucional, demonstrando a capacidade hoteleira e de serviços existentes;
- c) diagnóstico de serviços inexistentes ou que não atendam a demanda satisfatoriamente para captar possíveis empreendedores ao município;
- d) conhecimento da dinâmica de serviços para o turista no sentido de iniciar uma campanha de marketing para públicos diferenciados;

6.B – Serviços e equipamentos turísticos

B		SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	CATEGORIA: B1 HOSPEDAGEM
TIPO	SUBTIPO		
B.1.1 Meios de Hospedagem Oficialmente Registrados	1.1.1 Hotel		
	1.1.2 Hotel Histórico		
	1.1.3 Hotel de Lazer/resort		
	1.1.4 Pousada		
	1.1.5 Hotel de Selva/lodge		
	1.1.6 <i>Apart-hotel/flat/condohotel</i>		
B.1.2 Meios de Hospedagem sem Exigência de Registro	1.2.1 Hospedaria		
	1.2.2 Pensão		
	1.2.3 Motel		
B.1.3 Meios de Hospedagem Extra-Hoteleiros	1.3.1 <i>Camping</i>		
	1.3.2 Colônia de férias		
	1.3.3 Albergue		
	1.3.4 Outros		
B		SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	CATEGORIA: B2 ALIMENTAÇÃO
TIPO			
B.2.1 Restaurantes			
B.2.2 Bares/Cafés/Lanchonetes			
B.2.3 Casas de Chá/Confeitarias			
B.2.4 Cervejarias			
B.2.5 Quiosques e Barracas			
B.2.6 Sorveterias			
B.2.7 Casas de Sucos			
B.2.8 Outros			
B		SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	CATEGORIA: B3 AGENCIAMENTO
TIPO			
B.3.1 Agências de Viagem			
B.3.2 Agências de Viagem e Turismo			
B		SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	CATEGORIA: B4 TRANSPORTE
TIPO			
B.4.1 Transportadoras Turísticas			
B.4.2 Locadoras			
B.4.3 Táxis			
B.4.4 Outros			

FIGURA 26 – CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - B
 FONTE: BRASIL (2006)

6.B – Serviços e equipamentos turísticos

B		SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	CATEGORIA: B5
TIPO			
B.5.1 Centros de Convenções e Congressos			
B.5.2 Parques e Pavilhões de Exposições			
B.5.3 Auditórios/Salões de Convenções			
B.5.4 Empresas Organizadoras e Promotoras de Eventos			
B.5.5 Outros Serviços e Equipamentos Especializados			
B		SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	CATEGORIA: B6 LAZER E ENTRETENIMENTO
TIPO			
B.6.1 Parques de Diversões/Temáticos			
B.6.2 Parques Urbanos, Jardins e Praças			
B.6.3 Clubes			
B.6.4 Pistas de Patinação, Motocross, Bicicross			
B.6.5 Estádios, Ginásios e Quadras			
B.6.6 Hipódromos, Autódromos, Kartódromos			
B.6.7 Marinas e Atracadouros			
B.6.8 Mirantes/Belvederes			
B.6.9 Prestadores de Serviços de Lazer e Entretenimento			
B.6.10 Boates/Disotecas			
B.6.11 Casas de Espetáculos			
B.6.12 Casas de Dança			
B.6.13 Cinemas			
B.6.14 Pistas de Boliche/Campos de Golfe			
B.6.15 Parques Agropecuários/de Vaquejada			
B.6.16 Outros			
B		SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	CATEGORIA: B7 OUTROS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS
TIPO		SUBTIPO	
B.7.1 Informações Turísticas		7.1.1 Centro de Atendimento ao Turista	
B.7.2 Entidades, Associações e Prestadores de Serviços Turísticos			
B.7.3 Redes de Cooperação em Prol do Turismo, da Preservação Ambiental, ONGs			

FIGURA 27 – CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - B
 FONTE: BRASIL (2006)

7.C – Atrativos turísticos Naturais e culturais

Os atrativos turísticos são a base para a existência da atividade no município. O formulário adaptado ao Banco de dados irá permitir uma busca rápida a partir do geoprocessamento:

- a) quanto às informações sobre cada atrativo para confecção de materiais diversos.
- b) pode servir de filtro de pesquisa de demanda de demanda em locais de maior fluxo de turistas;
- c) estudo de locais que concentram maior número de atrativos para instalação de postos de informação turística.
- d) Concentração de atrativos históricos para estudos de possibilidade de tombamento de zonas importantes na história do município.

8.C1P - Recursos naturais

9.C2P – Recursos Culturais

Os recursos naturais e culturais irão compor, após a fase do inventário um mapa temático específico de potencialidades para o cruzamento de informações georreferenciadas, com o objetivo de levantar as questões legais que envolvam o território em questão que podem ser impeditivas ou não ao planejamento do turismo. Em caso de áreas restritas ao uso, os recursos serão retirados da lista de potencialidade e passarão a compor um uma área especial de proteção sob responsabilidade dos órgãos a que pertençam para cuidados e proteção.

7.C – Atrativos turísticos Naturais e culturais

C			
ATRATIVOS TURÍSTICOS		CATEGORIA: C1 ATRATIVOS NATURAIS	
TIPO	SUBTIPO	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES	
C.1.1 Montanhas	1.1.1 Picos/cumes	- altura, inclinação, área	
	1.1.2 Serras, escarpas	- clima, temperatura anual média, mínimas e máximas	
	1.1.3 Montes/morros/colinas	- estado de conservação/preservação	
		- existência de serviços e equipamentos turísticos	
	- fauna e flora (vegetação dominante, espécies ameaçadas/raras)		
	- Nascentes		
	- paisagens cênicas, pontos de observação		
	- quedas d'água, deficiências hídricas		
	- singularidade do atrativo, propício a que tipo de atividades turísticas?		
	- riscos de deslizamento, presença de população residente		
	- capacidade de carga, fluxo de visitantes (alta e baixa temporada)		
	- impactos ambientais (lixo, poluição, franja de construções)		
	C.1.2 Planaltos e Planícies	1.2.1 Chapadas/tabuleiros	- áreas cultivadas e/ou de criação animal
		1.2.2 Patamares	- clima, temperatura anual média, mínimas e máximas
		1.2.3 Pedras tabulares/caldeirões	- descrição da paisagem
1.2.4 Vales		- estado de conservação	
1.2.5 Rochedos/canyons		- existência de serviços e equipamentos turísticos	
C.1.3 Costas ou Litoral	1.3.1 Praias	- fauna e flora	
	1.3.2 Restingas	- locais e trilhas de interesse para visitação	
	1.3.3 Mangues	- singularidade do atrativo, há controles de visitação?	
	1.3.4 Baías/enseadas	- capacidade de carga, fluxo de visitantes (alta e baixa temporada)	
	1.3.5 Sacos	- impactos ambientais (lixo, poluição, franja de construções)	
	1.3.6 Penínsulas/cabos/pontas	- cor da água, transparência e temperatura	
	1.3.7 Falésias/barreiras	- existência de ancoradouros/fundeadouros/portos	
	1.3.8 Dunas	- existência de piscinas naturais	
	1.3.9 Outros	- existência de serviços e equipamentos turísticos	
		- extensão	
	- flora e fauna marinha		
	- impactos ambientais (lixo, contaminação, poluição, franja de construções etc.)		
	- intensidade das ondas, marés e ventos		
	- ocorrência de pesca		
	- possibilidade de banho		
- presença de população residente e/ou construções			
- singularidade do atrativo			
C.1.4 Terras Insulares	1.4.1 Ilhas/ilhotas	- área	
	1.4.2 Arquipélagos	- baías/enseadas/sacos	
	1.4.3 Recifes/atol	- descrição da paisagem, presença de população residente	
		- existência de água potável	
- existência de ancoradouros/fundeadouros/portos			
- existência de centro de apoio turístico			
- existência de infra-estrutura de apoio ao turismo			
- existência de praias			
- existência de serviços e equipamentos turísticos			
- fauna e flora			
- impactos ambientais (lixo, contaminação, poluição, franja de construções etc.)			
- locais e trilhas de interesse para visitação e de banho			

FIGURA 28 – CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C
FONTE: BRASIL (2006)

7.C – Atrativos turísticos Naturais e culturais

TIPO	SUBTIPO	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES
C.1.5 Hidrografia	1.5.1 Rios/riachos/canais	- áreas aproveitáveis para lazer
	1.5.2 Lagos/lagoas	- atrativos (ilhas, deltas, estuário, quedas d'água, <i>canyons</i> , corredeiras e várzeas)
	1.5.3 Praias fluviais/lacustres	- cor da água, transparência e temperatura
	1.5.4 Alagados	- descrição da paisagem
	1.5.5 Outros	- existência de ancoradouros/fundeadouros/portos/outros
C.1.6 Quedas-d'água	1.6.1 Catarata	- existência de infra-estrutura básica
	1.6.2 Cachoeira/bica	- existência de serviços e equipamentos turísticos
	1.6.3 Salto	- extensão, largura e profundidade
	1.6.4 Cascata	- fauna e flora
	1.6.5 Corredeira	- impactos ambientais (lixo, contaminação, poluição, franja de construções etc.)
C.1.7 Fontes Hidrominerais e/ou Termais		- locais e trilhas de interesse para visitação
		- navegabilidade
		- ocorrência de fenômenos naturais
		- pesca
		- possibilidade de banho/atividades esportivas
C.1.8 Unidades de Conservação	1.8.1 Nacionais	- singularidade dos atrativos
	1.8.2 Estaduais	- vales
	1.8.3 Municipais	- altura e largura
	1.8.4 Particulares ou ONGs	- descrição da paisagem
		- existência de infra-estrutura básica
		- existência de serviços e equipamentos turísticos
		- impactos ambientais (lixo, contaminação, poluição etc.)
		- locais e trilhas de interesse para visitação
		- número de saltos
		- possibilidade de banho/atividades esportivas
		- singularidade do atrativo
		- volume de água
		- cor da água, transparência e temperatura
		- existência de serviços e equipamentos turísticos
		- piscinas/duchas
		- singularidade do atrativo
		- utilização para banho, tratamentos e propriedades da água
		NOTA: Indicar quais são registradas por Decreto de Lavra, o número e quais não são registradas.
		- área
		- existência de serviços e equipamentos turísticos
		- fauna e flora
		- legislação
		- locais de observação de fauna e flora
		- locais e trilhas de interesse para visitação
		- plano de manejo
		- práticas turísticas: banhos, fotografias, vivências etc.
		- singularidade do atrativo
		- vegetação
		NOTA: Os atrativos deste tipo, submetidos a legislação que não permita visitação, somente serão registrados pela pesquisa de gabinete.

FIGURA 29– CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C
 FONTE: BRASIL (2006)

7.C – Atrativos turísticos Naturais e culturais

TIPO	SUBTIPO	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES
C.1.9	Cavernas/Grutas/Furnas	<ul style="list-style-type: none"> - área interna (altura/largura/extensão), fonte de informação, instituição - descrição da paisagem - estado de conservação - existência de serviços e equipamentos turísticos - extensão de percursos com segurança - fauna e flora - presença de estalactites/estalagmites - singularidade do atrativo - visibilidade interior
C.1.10	Áreas de Caça e Pesca	<ul style="list-style-type: none"> - descrição da paisagem - espécies existentes - estado de conservação - existência de serviços e equipamentos turísticos - legislação de proteção - período de pesca/caça - singularidade do atrativo - vegetação
C.1.11	Flora	<ul style="list-style-type: none"> - diversidade florística - espécies endêmicas - espécies raras/em extinção - legislação de proteção - locais e épocas de observação - singularidade do atrativo
C.1.12	Fauna	<ul style="list-style-type: none"> - diversidade faunística - espécies endêmicas - espécies raras/em extinção - legislação de proteção - locais e épocas de observação - singularidade do atrativo

FIGURA 30 – CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C
 FONTE: BRASIL (2006)

7.C – Atrativos turísticos Naturais e culturais

C ATRATIVOS TURÍSTICOS		CATEGORIA: C2 ATRATIVOS CULTURAIS
TIPO	SUBTIPO	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES
C.2.1 Sítios Históricos	2.1.1 Centro histórico	- área, situação e ambiência
	2.1.2 Cidade histórica	- aspectos notáveis do conjunto
	2.1.3 Conjunto histórico	- atividades regulares/artísticas
	2.1.4 Quilombo	- características de construção: composição, estilo e técnica
	2.1.5 Terra indígena	- características tipológicas: natural, arquitetônica etc.
	2.1.6 Conjunto paisagístico	- estado de conservação, preservação
	2.1.7 Monumento histórico	- legislação de proteção
	2.1.8 Sítio arqueológico	- locais e percursos de interesse para visitação
	2.1.9 Sítio paleontológico	- localização: urbana, rural
	2.1.10 Jardim histórico	- referências cronológicas, históricas e científicas.
C.2.2 Edificações	2.2.1 Arquitetura civil	- atividades regulares
	2.2.2 Arquitetura militar	- características de construção: composição, estilo e técnica
	2.2.3 Arquitetura religiosa	- época de construção, situação, ambiência
	2.2.4 Arquitetura industrial-agrícola	- estado de conservação
	2.2.5 Arquitetura vernacular	- legislação de proteção
	2.2.6 Arquitetura funerária	- localização
	2.2.7 Ruínas	- manifestações artísticas/culturais agregadas ao atrativo
C.2.3 Obras de Arte	2.3.1 Escultura, estatuária, monumento, obelisco	- utilização atual
	2.3.2 Pintura	- características de construção: composição, estilo e técnica
	2.3.3 Murais	- época de construção/elaboração
	2.3.4 Vitrais	- estado de conservação
	2.3.5 Azulejaria	- importância técnica, situação e ambiência
	2.3.6 Outros legados	- legislação de proteção
C.2.4 Instituições Culturais	2.4.1 Museu/memorial	- localização
	2.4.2 Biblioteca	- origem e histórico
	2.4.3 Arquivo/acervo público	- intercâmbio com outras instituições (estados e países)
	2.4.4 Instituto histórico conservação e geográfico legislação de proteção	- acervo, situação e ambiência
	2.4.5 Centro cultural e casa de cultura	- atividades regulares da instituição
	2.4.6 Teatro/anfiteatro	- coleções e peças principais
C.2.5 Festas e celebrações	2.5.1 Religiosas e de manifestação de fé	- estado de
	2.5.2 Populares e folclóricas	- abrangência e participação
	2.5.3 Cívicas	- âmbito: local, regional, nacional ou internacional
	2.5.4 Outras	- descrição sumária
C.2.6 Gastronomia Típica	2.6.1 Pratos típicos	- época, duração e periodicidade
	2.6.2 Iguarias regionais, doces e salgados	- formas de apresentação
	2.6.3 Frutas	- local de realização
	2.6.4 Bebidas	- origem e histórico
	2.6.5 Outras	- composição básica/produtos
		- modo típico de apresentação e degustação
		- origem cultural, evolução histórica, acolhida

FIGURA 31 – CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C
 FONTE: BRASIL (2006)

7.C – Atrativos turísticos Naturais e culturais

TIPO	SUBTIPO	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES
C.2.7 Artesanato	2.7.1 Cerâmica	- forma de apresentação e uso
	2.7.2 Cestaria	- forma de comercialização, destinos nacionais e internacionais dos produtos
	2.7.3 Madeira	- forma de elaboração e tratamento
	2.7.4 Tecelagem	- local de produção
	2.7.5 Bordado	- matéria prima utilizada
	2.7.6 Metal	- origem cultural/evolução histórica
	2.7.7 Pedra	- quantidade produzida/regularidade
	2.7.8 Renda	- singularidade do atrativo
	2.7.9 Couro	- transformação/processo de produção
	2.7.10 Plumaria	- diferenciação, autenticidade, segmentação,
	2.7.11 Palha	- principais estados e países compradores
C.2.8 Música e Dança	2.7.12 Outros	- certificado de origem
	2.8.1 Banda e conjunto musical	- local de realização
	2.8.2 Salão de dança	- manifestações culturais/artísticas
	2.8.3 Clube e casa de shows	- origem cultural/evolução histórica
	2.8.4 Festival	- singularidade do atrativo
	2.8.5 Folguedos	
	2.8.6 Centro de Tradições	
	2.8.7 Agremiações	
2.8.8 Outros		
C.2.9 Feiras, Mercados, Praças e Ruas	2.9.1 Feira de negócios	- características de construção
	2.9.2 Feira temática	- localização
	2.9.3 Feira agrícola	- manifestações culturais incorporadas ao atrativo
	2.9.4 Feira agropecuária	- organização de feiras
	2.9.5 Feira livre	- periodicidade
	2.9.6 Feira de turismo	- produtos para comercialização e consumo
	2.9.7 Feira promocional	- singularidade do atrativo
	2.9.8 Feira cultural	- tipologias
	2.9.9 Feira de gastronomia	
	2.9.10 Outras feiras	
	2.9.11 Mercado livre	
	2.9.12 Mercado de carne	
	2.9.13 Mercado de frutas	
	2.9.14 Mercado de peixe	
	2.9.15 Mercado de artesanato	
	2.9.16 Mercado de produtos variados	
	2.9.17 Outros mercados	
	2.9.18 Praças de manifestação cultural e encontro de pessoas	
	2.9.19 Ruas com atividades culturais e encontro de pessoas	
C.2.10 Saberes e Fazeres	2.10.1 Contar histórias e casos	- formas de fazeres
	2.10.2 Recitar poesias e rezas	- formas de saberes
	2.10.3 Preparar receitas tradicionais	- identificação de pessoas que detenham o conhecimento dos saberes e fazeres de arte popular
	2.10.4 Elaborar trabalhos manuais	- identificação dos saberes no espaço - mitos/ritos/rituais - origem/sustentação - permanência dos saberes e fazeres na vida cotidiana - singularidade do atrativo - vestimentas e indumentárias

FIGURA 32 – CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C
 FONTE: BRASIL (2006)

7.C – Atrativos turísticos Naturais e culturais

C ATRATIVOS TURÍSTICOS		CATEGORIA: C3 ATIVIDADES ECONÔMICAS
TIPO	SUBTIPO	CARACTERÍSTICAS RELEVANTES
C.3.1 Extrativismo e Exploração	em todos principais estados e países fornecedores	
	3.1.1 Mineral	
	3.1.2 Vegetal	
C.3.2 Agropecuária, redes de cooperação, associações		
	3.2.1 Agricultura	
	3.2.2 Pecuária	
	3.2.3 Aqüicultura	
	3.2.4 Criação de animais silvestres	
	3.2.5 Agroindústria	
	3.2.6 Outras culturas	
	3.2.7 Redes de cooperação, associações	
C.3.3 Indústria, há recepção de visitas técnicas e de negócios por turistas?		
	3.3.1 Petrolífera	
	3.3.2 Automobilística	
	3.3.3 Têxtil	
	3.3.4 De laticínios	
	3.3.5 De bebidas	
	3.3.6 De couro	
	3.3.7 Joalheira	
	3.3.8 Moveleira	
	3.3.9 Outras	

C ATRATIVOS TURÍSTICOS		CATEGORIA: C4 REALIZAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E ARTÍSTICAS
TIPO	SUBTIPO	
C.4.1 Parque Tecnológico		
C.4.2 Parque Industrial		
C.4.3 Museu Tecnológico		
C.4.4 Centro de Pesquisa		
C.4.5 Usina Hidrelétrica/Barragem/Eclusa/Açude		
C.4.6 Planetário		
C.4.7 Aquário		
C.4.8 Viveiro		
C.4.9 Exposição Técnica		
C.4.10 Exposição Artística		
C.4.11 Ateliê		
C.4.12 Zoológico		
C.4.13 Jardim Botânico		
C.4.14 Outras		

C ATRATIVOS TURÍSTICOS		CATEGORIA: C5 EVENTOS PROGRAMADOS
TIPO	SUBTIPO	
C.5.1 Congressos e Convenções (local para convenções, estado de preservação, capacidade)		
C.5.2 Feiras e Exposições		
C.5.3 Realizações Diversas		
	5.3.1 Desportivas	
	5.3.2 Artísticas/culturais	
	5.3.3 Sociais/assistenciais	
	5.3.4 Gastronômicas/de produtos	

FIGURA 33– CLASSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA - C
 FONTE: BRASIL (2006)

Confecção dos mapas do SISPLANTUR (base nas demais cartas do município)

Outra ferramenta útil para o SISPLANTUR é o Sistema de Informação Geográfica – SIG. Essa ferramenta pode ser trabalhada a partir de base de dados cartográficos de Guaratuba, disponível na Paraná Cidade (Secretaria de Desenvolvimento Urbano) e também da SEMA (Secretaria de Estado e Meio Ambiente) no caso da localização das Áreas de Proteção Ambiental. A interface com o SIG poderá ser feita com os aplicativos , *SPRING* (software desenvolvido pelo INPE), o *Mapinfo* ou o *IDRISI*, *ARCVIEW* entre outros disponíveis no mercado.

A dificuldade na utilização dos Sistemas de Informação Georreferenciada se dá a princípio na esfera municipal por deficiência no quadro técnico, uma vez que a complexidade do SIGs está desde a concepção do trabalho até a operação do mesmo, o que exige equipes técnicas não somente para inserir informações para o sistema, mas também na coleta das informações que irão compor o SIG.

A utilização dessa ferramenta para a produção dos mapas para diagnóstico da potencialidade do turismo em Guaratuba serve como suporte para a análise espacial do fenômeno turístico, também como um banco de dados geográficos, com funções de armazenamento e recuperação de informação espacial.

O mapa é a figura final para a interpretação dos cenários; ele é composto de vários elementos cartográficos, no caso de Guaratuba tais elementos relevantes e que farão parte das camadas são Acessos (estradas), zoneamento urbano, limites municipais relacionados à APA de Guaratuba, recursos turísticos e equipamentos. Uma análise deverá ser feita no sentido de uniformizar a referência espacial, uma vez que os mapas disponibilizados pela Paraná Cidade possuem uma escala de 1:40.000.

Observação diagnóstica do SISPLANTUR por equipe de planejamento para projeção de cenários

Antes da observação diagnóstica é preciso implementar o programa. O município poderá ter documentos atualizados a cada 4 anos (se forem consideradas a inserção do tema turismo), no planejamento com base no Plano Plurianual. Uma vez inserida no Plano, pode-se recorrer às Diretrizes Orçamentárias que dão suporte à Lei Orçamentária Anual no sentido de buscar recursos tanto para o início do processo quanto para sua continuidade.

Outra forma de viabilizar SISPLANTUR é a busca de uma equipe multidisciplinar participante de Universidades ou Institutos que possam inclusive dispor de recursos para pesquisa.

Feito esse apanhado de possibilidades de implantação do SISPLANTUR, a coleta de informações e o processamento dos dados pode permitir a geração de mapas temáticos sob vários títulos, sendo o diagnóstico de fácil leitura para compor audiências internas e externas de planejamento e gestão para o turismo.

A interdependência entre os setores do turismo dá suporte ao inventário e diagnóstico do que pode ser realizado no enfoque territorial e no plano de desenvolvimento Turístico.

A proposta do SISPLANTUR foi o início dos debates. As pesquisas iniciais e as fontes apontam para a necessidade do planejamento de um projeto piloto a partir da seleção de recursos turísticos culturais e naturais, dos atrativos turísticos já consolidados e das demais informações e documentos compilados nesse trabalho relativos ao Município.

Observe-se que a fase da atualização do Inventário e coleta das informações em campo são complexas e exigem profissionais experientes, afinal, se os dados coletados não forem precisos, os mapas e o diagnóstico serão duvidosos, inviabilizando todo o trabalho.

Evidentemente, outros processos de planejamento para o turismo são utilizados a nível mundial, mas a princípio, tem-se como objetivo, evidenciar a relevância do tratamento da informação a partir da observação de recursos e atrativos no território; pois em um cenário futuro novos atrativos deverão compor a oferta turística do Município, estratégia que garante a qualidade e a permanência de turistas por um período maior, o que reflete diretamente na economia receptora.

Também é fato que a implantação do SISPLANTUR pode garantir a continuidade de projetos e ações para o turismo, sendo que o mesmo pode ser alimentado em períodos definidos por equipe de planejamento e gestão integrada, em conjunto com as demais políticas municipais.

O monitoramento do SISPLANTUR pode ser dividido em pesquisa, implantação, alimentação, avaliação e atualização, em que

- a pesquisa é a construção das informações para conhecimento do cenário atual culminando no diagnóstico;
- a implantação é o delineamento de diretrizes e estratégias;
- a alimentação é a atualização constante para geração de novos cenários;
- a avaliação é a busca da excelência no planejamento, a partir da coragem de se observar possíveis falhas, que possam comprometer o turismo, ou ainda a população local; é fato que tudo se desatualiza, o planejador sempre está em busca de novas ferramentas que possam cumprir com as funções;
- a atualização é o prognóstico por meio do qual se verifica o crescimento da atividade turística no município.

O planejamento e a gestão do SISPLANTUR possuem uma questão essencial à sua implementação.

A visão integral para o desenvolvimento da gestão pública de modo integrado, uma vez que no processo de coleta de dados documentais e legais, representam um papel estratégico na visão que outros profissionais de órgãos públicos possuem em torno do envolvimento do turismo às demais esferas do poder público e privado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo deixa como principal resultado um longo trajeto ainda a ser percorrido pelos planejadores do turismo. Essa constatação se dá quando, após um trabalho complexo percebe-se que existe uma série de teorias, modelos e ferramentas importantes e eficazes para o estudo do fenômeno, e para o planejamento e a gestão do turismo, mas que estão desconexas ou subutilizadas em uma estrutura governamental que insiste em proclamar métodos falíveis ou pouco práticos, a exemplo do INVTUR.

Somente a existência de uma organização formal para o desenvolvimento do turismo, não o qualifica, são necessárias pessoas: estudantes, profissionais, planejadores e gestores que se permitam planejar de acordo com suas convicções, técnicas multidisciplinares e preceitos teórico-práticos ancorados nas várias áreas do conhecimento.

Nossa conclusão está intimamente ligada a existência de leis a exemplo do Estatuto da Cidade (2001), uma vez que dez anos se passaram, e Guaratuba, considerada um município turístico ainda não possui um plano de desenvolvimento do turismo adequado aos preceitos do desenvolvimento sustentável, uma vez que observou-se a pressão sobre o meio ambiente natural, o avanço das construções de segunda residência sobre áreas de proteção ambiental e ainda, estatísticas que demonstra o desinteresse de turistas por aquele destino.

Outro fato relativo às normalizações é percebido devido ao trabalho insensato que se faz nos municípios a partir de documentos desconexos, que ora citam o turismo, ora não o mencionam como se o mesmo tivesse deixado de existir. Estranheza também se revela ao observar as leis de zoneamento, e nelas não há menção de área de zoneamento de interesse turístico, mesmo em município considerado como tal. Será que não há uma região histórica que mereça ser tratada com o *status* de patrimônio em que as atividades predominantes possam se relacionar diretamente ao turismo e a memória cultural local?

Como os municípios principalmente das regiões litorâneas não instituem em suas legislações limitação de construção de segundas residências, a exemplo dos dados apresentados pelo IBGE (2010) em que da quantidade de residências pesquisadas em Guaratuba, 24 mil no total, 10 mil são ocupadas por moradores e 12

mil estão desocupadas, caracterizando uma cidade “fantasma” que necessita de infra-estrutura, entre outros gastos públicos por longos 12 meses, sendo a utilização por visitantes a essas residências somente nos meses de férias ou feriados prolongados.

Qual o reflexo dessa realidade aos cofres públicos e ao meio ambiente natural, pressionado a cada dia com a pressão imobiliária nas áreas de preservação ambiental?

Observou-se ainda em Guaratuba as áreas de preservação ambiental - APA de Guaratuba, Parque Estadual do Boguaçu, e Parque Nacional Saint-Hilaire Lange, incrustados e pressionados pelo crescimento urbano e ocupação imobiliária.

Tem-se de um lado a legislação que certamente deve protegê-las, e de outro as pessoas que querem construir suas casas para veraneio. Não se pode mudar o foco? É hora de voltar-se para o continente, ver, apreciar aqui no Brasil, essas manchas verdes que ainda resistem; o que os “estrangeiros” vêem e apreciam pelo Google Maps, nós temos no nosso quintal.

O mapeamento dessas áreas existe, a proteção legal também, mas o planejamento não as inclui como uma potencialidade por um novo olhar para o turismo.

Enquanto isso, o poder público possui na arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano gerada pelas segundas residências, considerada como renda positiva aos cofres públicos; sem que se perceba outras formas de planejamento na busca da preservação do território a partir de alternativas para seu uso a exemplo do turismo.

O impulso e o incentivo ao turismo e aos meios de hospedagens, junto às associações, hotéis, albergues, os *bed and breakfast*, a se estruturarem para receber turistas, poderiam gerar ao invés de simples taxa anual de IPTU, uma circulação tributária mais diversificada, a geração de empregos no setor, e ainda o selo de busca à preservação de áreas legalmente protegidas. Tem-se tantos exemplos de praias já saturadas e desvalorizadas devido a essa proposta de turismo, mas insiste-se nesse modelo! Em Guaratuba pode-se observar por meio da pesquisa de demanda da Secretaria Estadual de Turismo, a falta de equilíbrio entre o crescimento das segundas residências e os meios de hospedagens regularmente estabelecidos.

Mesmo com o crescimento populacional da cidade (IBGE, 2010), das praias e de outros atrativos, Guaratuba não tem atraído o turista estrangeiro, esse fato foi

comprovado por meio dos dados estatísticos (TABELA 4 nesse trabalho), da Secretaria Estadual de Turismo – SETU (2008). Esse indicador revela a falta de atratividade da cidade para o turista internacional, e a necessidade de orientar o planejamento na potencialidade que existe em Guaratuba, relacionada às áreas de preservação ambiental, a fim de atender a expectativa de um turista mais exigente.

É preciso planejar no litoral paranaense os recursos da Mata Atlântica, que se apresenta de modo singular, diante da extensão preservada. Explorar de modo sensato esse potencial, é mudar o foco do turismo de sol e praia e perceber outras potencialidades a partir da preservação e uso sustentável do meio ambiente natural e cultural.

Na execução da pesquisa documental, e aproximação ao turismo, a pesquisa tomou um rumo inesperado. Na busca de informações, sobre a organização da atividade no município observou-se a existência de documentos relativos ao desenvolvimento territorial e turístico. De certo modo esse material poderia ser fonte para observar um Município referência em ações relativas ao turismo, em que as primeiras pesquisas indicavam: Guaratuba foi o primeiro município do litoral do Paraná que realizou o INVTUR (2008); e também realizou em 2010 o Plano de Desenvolvimento Turístico; e diante desse fato questionou-se.... Há algo mais a fazer por Guaratuba?

E então, na compilação dos dados e leituras subsequentes observou-se trabalhos de pesquisa executados parcialmente, e, que por equívocos estruturais e metodológicos de uma política turística nacional centralizadora, insiste em mandar fazer inventários, inventários intermináveis, por vezes incompletos, que deixam de ter importância devido à falta de análise diagnóstica e de um prognóstico que leve ao planejamento.

Após a análise documental do Plano Diretor (2002), das Propostas ao Plano Diretor (2004), do Plano Orla (2004), do INVTUR e do Plano de Desenvolvimento Turístico de 2010, pode-se perceber que em todos os documentos há propostas para o turismo, mas que estão segmentadas, tratam de temas similares, mas com metodologias diferentes, e por mais interessantes que sejam, geram conflitos em relação às atitudes a tomar para o planejamento.

Esse fato cria mais dificuldade do que contribui. É nítida a falta de interação entre os órgãos e a dificuldade em avançar.

A pesquisa documental revelou no Plano Diretor de 2002 várias possibilidades ao desenvolvimento do turismo. As TABELAS 10 e 11 fazem um relato preciso das potencialidades ao turismo, no entanto, não foram inseridas nos demais documentos confeccionados posteriormente.

Outro projeto pesquisado foi o Plano Orla - integrante do Projeto de Gerenciamento Costeiro - GERCO, que se refere à ocupação e uso do solo especificamente na faixa litorânea de Guaratuba; nesse projeto destaca-se as contribuições ao desenvolvimento da atividade turística, devido ao cuidado paisagístico e construtivo, e a projeção de cenários, com fins de proteção e embelezamento das zonas de praia.

A pesquisa documental, reforçou a tese em busca de uma visão ampliada em torno do tema turismo, numa possibilidade de contribuir à organização do setor, observando o cuidado em unir esforços, documentos, secretarias municipais, com o foco na potencialidade do Município, que é o turismo.

Com o intuito de aliar a geografia ao turismo, afinal essa atividade acontece no território, no espaço, nos lugares e regiões; e na busca de uma mudança no olhar para o planejamento, buscou-se incluir nos preceitos do SIG a materialização do ordenamento do turismo, como uma atividade que ocupa espaços, transforma-os, e sobrevive nessa simbiose que, espera-se, seja positiva.

Nesse sentido, e na onda da popularização dos mapas, pois praticamente todos procuram informações sobre localização em páginas de internet que disponibilizam imagens de satélite, inclusive como apoio às viagens turísticas, observou-se que Guaratuba poderia ter suas potencialidades e atrativos planejados a partir de ferramentas do Sistema de Informação geográfica.

É importante salientar que várias ferramentas de localização e pesquisa podem ser consultadas nesses programas gratuitos, como o Google Maps; No entanto, é preciso ter cautela na utilização dessas informações para o planejamento, pois nem sempre os dados são atualizados e podem comprometer a qualidade do trabalho desenvolvido. Se o cidadão comum utiliza essas ferramentas como meio de informação, é premente a atualização e ajuste das pesquisas e estudos a partir do geoprocessamento para conduzir o desenvolvimento das cidades turísticas.

É necessária, uma mudança de pensamento em torno da informação geográfica, pois essa está presente no cotidiano da população mundial. É o momento de se pensar o turismo sob outro patamar científico.

Sob essa perspectiva, aponta-se para a necessidade do início de uma união entre turismólogos e geógrafos entre outros profissionais para a estruturação de sistemas de informação que permitam a organização e a disponibilidade de dados relativos ao turismo para a espacialização e organização da atividade, uma vez que esse sistema é fundamental para a formalização do diagnóstico, e de uma nova dinâmica que permita o prognóstico capaz de ser realmente concretizado. O advento das geotecnologias, em especial, os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) abriu novos campos de atuação para a geografia, trouxe consideráveis avanços no desenvolvimento de pesquisas, possibilitou a interatividade com outras áreas de conhecimento, e se tornou essencial para a obtenção de resultados.

A materialização territorial possibilitada pela cartografia pode subsidiar o planejamento turístico, envolvendo reflexões centradas no símbolo do espaço. Por intermédio da cartografia é possível potencializar as atividades econômicas do turismo a partir da utilização de recursos multimídias, maximizadas pelas possibilidades da Internet. (LOMBARDO, 1997, p. 202)

Procurou-se então estabelecer um raciocínio de estudo particularizado para Guaratuba, na possibilidade de visualizar cenários de planejamento, a partir das categorias de análise da geografia (espaço, território e região, além do estudo relativo ao processo, forma, função e estrutura) no estudo de uma das bases teórico-metodológicas que compõem a estruturação do trabalho.

Nessa construção do pensamento científico, o pesquisador não possui uma visão focada apenas em um método, e sim na procura de novas abordagens que possam caminhar harmoniosamente na composição de um cenário integrador entre o espaço, território e turismo.

A observação segue sob um ponto de vista de que, a interferência da atividade sobre os destinos turísticos receptores, pode e deve ser pensada seguindo sim uma estrutura de estudo ordenado, mas não atrelada a determinismos estanques, que ao invés de contribuir com o desenvolvimento, interferem negativamente no avanço de novos processos criativos que estão em busca de conceitos e definições que atendam o pensar, focado no planejamento territorial e turístico numa perspectiva avante.

A relação direta entre as Categorias do Espaço de Milton Santos (1992) com a espacialização dos atrativos no território, sob um Sistema de Planejamento do Turismo, é um **processo** de transformação. A **forma** que segundo Santos (1992) se

refere à localização espacial, ao ser relacionada à Guaratuba no escopo desse trabalho, pode-se refletir ao reconhecimento da cidade, à sua forma turística, à definição dos espaços turísticos que geram interesse aos turistas e orgulho à população local, pois segundo Santos (1992) a forma só se torna importante / relevante quando a população lhe confere um valor social. O SISPLANTUR se torna estratégico nesse sentido, pois a visualização das formas da cidade a partir do geoprocessamento, permite a disseminação do conhecimento, promovendo integração para o desenvolvimento de estratégias para valorar o espaço.

Com relação à categoria **função** tem-se um pensar relativo à Guaratuba que conduz a liberdade de ver formas novas e velhas que se misturam para cumprir funções diversas da original, então, o levantamento e localização de recursos naturais e culturais em Guaratuba atrelados a uma visão criativa, renovam preceitos e transformá-os socialmente à comunidade e ao turismo. A **forma e função** entre o “velho” e o novo em Guaratuba pode ser exemplificado pelo Largo do Carioca, atrativo existente em Guaratuba, sendo sua primeira função o fornecimento de água para a cidade (função – velho), e sua utilização para a visitação turística, apresentações teatrais, explicações sobre o meio ambiente, podem ser inseridos modificando o funcionamento da estrutura social pelo planejamento, como o “novo” em uma perspectiva de valorização cultural e social em respeito às origens da cidade.

O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. (SANTOS, 1992, p.22)

A turistificação do espaço envolve a caracterização do mesmo sob a dimensão do planejamento no enfoque territorial em que o SIG permita uma ampla visualização do município afim de prepará-lo a uma leitura prévia do espaço na composição do cenário turístico.

El sector turístico es uno de los campos susceptible de ser gestionado desde cualquier herramienta SIG, ya que presenta unas características espaciales bien definidas: es un sector económico importante y su evolución puede determinar el desarrollo futuro de los espacios que ocupa. El SIG, en su capacidad de análisis, está especialmente indicado para el uso de agentes de desarrollo local, asociaciones de promoción turísticas y, en definitiva, cualquier organización pública o privada local, comarcal y regional que esté implicada en la gestión territorial y destine sus esfuerzos a la promoción o creación de actividades turísticas. (OMT, 2001, p.102)

Mesmo com a indicação da Organização Mundial do Turismo – OMT em afirmar a possibilidade e agilidade do planejamento a partir do SIG, no Brasil, ainda, o MTUR parece não perceber que os moldes até então utilizados não surtem o resultado esperado nem para os municípios, nem para as regiões turísticas, tão pouco aos profissionais envolvidos na temática do planejamento e gestão da atividade. A realidade encontrada em Guaratuba é o exemplo de que a metodologia de planejamento do turismo adotada no Brasil **não** facilita o fortalecimento da atividade, e esse é um entrave ao desenvolvimento do turismo.

O planejamento do turismo é tema de disciplinas de cursos de turismo no Brasil todo; é uma diretriz para o Ministério da Educação e Cultura - MEC, que o Bacharel em Turismo tenha a competência na execução do planejamento de municípios e áreas com potencial para o turismo. Nessa perspectiva reitera-se a falta de integração no estudo do planejamento atrelado ao território, uma vez que inventário, diagnóstico e prognóstico não estão embasados na teoria do espaço turístico, nem em ferramentas como o SIGs, e nem mesmo nas diretrizes do MTUR, o estudo pormenorizado do território aparece como uma prerrogativa. Desse modo percebe-se ao tratar o turismo , que a atividade parece estar em tudo, mas ao mesmo tempo não há menção da mesma nas definições ou documentos vinculados ao planejamento territorial de algumas cidades.

A relação entre a geografia e o geoprocessamento nos dá o suporte para uma nova geografia.

Se, nos anos de 1980 a Geografia Idiográfica (*GIS dos anos 80*) detinha como conceito-chave a unicidade de região expressa de abstrações, atualmente é a Geografia Quantitativa (*GIS de hoje*) que traz o conceito de distribuição espacial do fenômeno de estudo, expresso em um conjunto de eventos, amostras pontuais, ou dados agregados por área. A Quantitativa (*GIS próxima geração*) o conceito-chave são os modelos preditivos com representação espaço-temporal, onde a evolução do fenômeno é expressa através da representação funcional. E a Geografia Crítica (*GIS do futuro*) em que os conceitos-chave incluem o espaço como sistema de objetos e sistemas de ações e a oposição entre espaço e fluxos, e espaço e lugares. (CAMARA, s.d.)

Observou-se durante a pesquisa que o turismo depende do ordenamento territorial para se concretizar esse é o nosso presente atrasado para o turismo, pois, se comparada à tecnologia do GIS, nem bem há uma interligação entre o turismo, às

leis de zoneamento, de proteção ambiental, atendendo às normas do Estatuto da Cidade e da Diretriz da Agenda 21, que no município de Guaratuba sequer é mencionada nos planos de desenvolvimento do turismo.

O gerenciamento de informações no turismo por meio do SISPLANTUR pode ser uma ferramenta estratégica de apoio à organização da atividade, facilitando a reflexão crítica e a visão sistêmica e valorizando o trabalho em equipe a partir dos profissionais das diversas áreas envolvidos no planejamento e na gestão profissional do turismo.

A união de documentos, profissionais e ferramentas no SISPLANTUR pode permitir a valorização de outros trabalhos executados nas demais pastas e secretarias municipais, evitando o desperdício de recursos públicos e a utilização de informações e planos realizados e deixados nas gavetas das prefeituras.

Aos turismólogos, geógrafos, entre outros profissionais, e à gestão municipal, é premente uma mudança de visão, pois, até quando as universidades formarão profissionais das várias áreas, aptos a exercerem cargos em órgãos públicos (sem que os mesmos os contratem)? E, até quando os setores - público e privado, imaginarão o turismo como um sistema fechado, de formas de planejamento estanque que não promove a inserção do Brasil no cenário de recepção a turistas internacionais?

O SISPLANTUR possui atributos positivos para a observação e tomada de decisão para o turismo. O Sistema possui uma entrada que é alimentada pelos documentos encontrados no município, legislação variada (nacional, estadual e municipal), e pelos dados coletados para a confecção do inventário.

O processamento dessas informações, são a base para o diagnóstico e para a confecção de mapas que em conjunto com documentos legais dão suporte às decisões.

Os mapas temáticos para o turismo podem estar relacionados aos recursos naturais e culturais, (como potencialidade) na busca da identificação de locais, zonas, regiões adequadas ao desenvolvimento. A localização de atrativos e recursos permite a sobreposição a zonas de proteção ambiental e a definição de tipos e quantidade de turistas que a mesma suporta. No caso dos ambientes urbanos, essa relação se dá nas zonas abertas para circulação de pessoas, de estacionamento, de trânsito de carros e ônibus, etc.

A composição dos mapas temáticos para o turismo a partir do SIG espacializa os recursos para o diagnóstico da realidade, para as estratégias de ação e para as diretrizes de desenvolvimento.

A projeção de análises dos atrativos já existentes poderão se somar aos recursos mapeados e planejados, numa visão de crescimento da oferta turística.

A concretização desses recursos em produtos turísticos aumenta a oferta turística impactando na quantificação e qualificação do turista, dos empreendimentos e das formas de utilização do território pelo turismo, possibilitando a visualização de um zoneamento turístico atrelado às demais formas de ordenamento territorial dos municípios, como o Plano Diretor.

O SISPLANTUR é uma iniciativa que tem como premissa lançar novos olhares para o planejamento, afinal, até quando vamos fazer de conta que o planejamento do turismo no Brasil está sendo realizado de modo adequado? Se desde 1996 (PNMT), as instruções do MTUR são confeccionar o Inventário turístico (formatação atualizada com o INVTUR), ou formar as Instâncias de Governança (antigamente eram os Conselhos Municipais), ou regionalizar (divisão territorial de acordo com porções administrativas ou interesses políticos).

Ainda que a evolução do turismo seja a regionalização, sabe-se que alguns municípios não possuem produtos turísticos consolidados. O exemplo de Guaratuba é real, quando no Plano Diretor de 2002, foram elencadas várias potencialidades (QUADRO 20 e 21 nesse trabalho) e ainda hoje (2011) não estão listados como produtos turísticos (sambaquis, Barra do Saí entre outros).

Muitos inventários municipais não foram aplicados devido a uma gestão turística viciada em preceitos políticos centralizados aos moldes (des)orientadores do MTUR, a exemplo do INVTUR.

A Constituição Federal de 1988 estabelece nos Artigos 29 e 30, autonomia aos municípios, que são responsáveis por legislar sobre assuntos de interesse do município, promover a proteção do patrimônio histórico Cultural (respeitando-se a legislação maior), ou ainda promover no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. (BRASIL, 2005)

A EMBRATUR colhe preciosos dados sobre os perfis dos turistas nacionais e estrangeiros; detém informações precisas acerca de hotéis, pousadas,

agências de viagens, operadoras; firmas de transporte... Só uma boa e profunda análise dessas informações, ao longo do tempo, demonstrando tendências, permitiria a formulação e reformulação da políticas de turismo realmente acertadas. (YAZIGI, 1999, p.39)

O que se observou e se comprovou a partir da pesquisa, nos documentos existentes relativos ao turismo no Município, é a não utilização da teoria do espaço turístico, ou da teoria de modelos, ou ainda da sistematização do planejamento como um agente integrador. O que se constatou no Plano de Desenvolvimento de 2010 de Guaratuba, foi o mesmo modelo do MTUR, em que o inventário, diagnóstico e prognóstico, compilados em um documento, estão desconexos das políticas municipais e das legislações vigentes.

Afirmar-se após o estudo, a necessidade em georreferenciar atrativos, recursos e serviços de municípios turísticos a fim de buscar nas teorias apresentadas nesse estudo, a realidade diagnosticada a fim de um planejamento integral.

A pesquisa e a gestão não podem se furtar aos modelos teóricos e às facilidades que a tecnologia informacional promovem à visualização espacial de elementos do produto turístico que possam dar suporte a esse novo pensar o planejamento do turismo.

Cabe finalizar este estudo com a proposta de um novo pensar o sistema de planejamento do turismo, ainda a ser aprimorado por uma equipe multidisciplinar, em uma visão integradora entre o turismo e o território. Uma vez que as teorias do planejamento do turismo existem e podem contribuir ao desenvolvimento do turismo em Guaratuba e no Brasil.

8 REFERÊNCIAS

ACERENZA, M.A. **Administración del Turismo - Concepción y organización**. 5.ed. México: Trillas, 1991 (reimp. 1999).

BAHL, M. **Agrupamentos Turísticos Municipais**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BARRETTO, M. **Planejamento e Organização em Turismo**. 3ª ed., Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 9ª ed., Campinas, SP: Papirus, 2000.

BENEVIDES, I.P. **O PRODETUR-CE: planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará**. IN: RODRIGUES, A. B.. Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 163-176.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

BIRKHOLZ, L. B. **Os objetivos e os fundamentos do planejamento territorial**. In: USP/FAU – Universidade de São Paulo/Faculdade de arquitetura e Urbanismo. Introdução ao Planejamento. São Paulo, 1980.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Tradução de Francisco M. Guimarães. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

BISSOLI, M.A.M. **Planejamento Turístico Municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.

BOULLÓN, R.C. **Planificación del Espacio Turístico**. México: Trillas, 1997.

_____. **Planejamento do Espaço Turístico**. Tradução: Josely V. Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **Los Municipios Turísticos**. México: Trillas, 1990.

BRASIL. **Lei Federal Nº 6513 de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. <Disponível em: www.mpes.gov.br> Acesso em: 10/03/2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coord. ANGER, J.A. 11ªed. São Paulo : Rideel, 1991.

BRASIL. **Decreto Nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967.** Aprova a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao>> Acesso em 10/02/2008.

BRASIL. EMBRATUR. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo.** Brasília: EMBRATUR, 1998.

BRASIL. **Deliberação Normativa Nº 363 de 27 de junho de 1996. Aprova o Roteiro de Informações Turísticas – RINTUR.** Brasília: Ministério do Esporte e Turismo, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000a.

BRASIL. **Lei Federal Nº7661, de 16 de maio de 1988.** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Disponível em: <<http://www.rbma.org.br>>. Acesso em: 20/05/2011.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18/07/2000b. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em: 07/09/2010.

BRASIL. Ministério do Esporte e Turismo. **Deliberação Normativa n.432, de 28 de novembro de 2002a.** Dispõe dos Municípios Turísticos do Brasil. Disponível em <<http://www.viajandodireito.com.br>>. Acesso em: 15/06/2009.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Guia para implantação pelos municípios e cidadãos:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da Política Urbana. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coord. de Publicações, 2002b.

BRASIL. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA. **Plano Diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.** [S.l.]: CONFEA, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** ANGHER, J. A. (Coord.).11ª ed. São Paulo: Rideel, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística – Instrumento de Pesquisa – Formulários.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE.** Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 20/01/2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo. Marcos Conceituais.** Brasília,s/d. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 10/05/2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2008. Assessoria de Comunicação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10/08/2010.

BRASIL. Relatório de informação Turística de Guaratuba. Disponível em: <www.inventario.turismo.gov.br/invtur>. Acesso em: 04/03/2011.

CÂMARA. G. et all. Fundamentos Epistemológicos da Ciência da Geoinformação. Disponível em: www.dpi.inpe.br. Acesso em : 30/04/2011.

CANEPARO, S. C., PASSOS, E., MORAES, M.E.S. **Processamento de imagens e sistema de informações geográficas em plataformas de baixo custo aplicados em planejamento ambiental nas ilhas Cotinga e Rasa da Cotinga**. IN: RA'E GA – O espaço geográfico em análise. Ano 2, n.2. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.233-246.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Tradução Roneide Venencio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHADWICK, G. F. **Una visión sistémica del planeamiento**. Barcelona: G. Gili, 1973.. (Colección ciencia urbanística ; 14)

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: 1992 Rio de Janeiro, RJ. **Agenda 21 for the travel & tourism industry: towards environmentally sustainable development**. S.l.: [s.n.], 1992.

CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

_____. **Trajelórias Geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, M.C.L., ALMEIDA, M.G. **Trabalho e Turismo: território e cultura em mutação na beira mar em fortaleza** p.274-283. IN: CORIOLANO, L. N.(org.) Turismo com ética. Fortaleza: UECE, 1998.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 1999.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **O Turismo no Espaço – o Espaço no Turismo: reflexões acerca da participação do turismo no espaço urbano brasileiro**. RA'EGA. O espaço Geográfico em Análise. N2, ano II. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, pp.31-41.

DE LA TORRE, O. **El Turismo, Fenómeno Social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

ESPAÑA. MINISTERIO DE CIENCIA E INNOVACIÓN. Plan Nacional de I+D+I 2008-2011. **Renovación de los destinos turísticos consolidados del litoral: nuevos instrumentos para la planificación y gestión.**(RENOVESTUR), 2008.

Farsari, Y. Prastacos, P. **GIS Applications in the Planning and Management of Tourism. IN: A Companion to Tourism** (eds A. A. Lew, C. M. Hall and A. M. Williams). Malden, MA, USA: Blackwell Publishing Ltd, 2008. p. 659-671.

FERNANDES, A .M.R., BASTOS, R.C. **DIAGTUR – ambiente inteligente para tomada de decisão em investimentos turísticos.** Turismo – Visão e Ação. Itajaí: Ano 3, n.6 p.85-96, 2000.

FERREIRA, A.F. **Gestão estratégica de cidades e regiões.** 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

FERREIRA, L.S, GOMES R.C.C. **Planejamento e ordenamento territorial do turismo na Região Metropolitana de Natal – RN.** Observatório das Metrôpoles. UFJR, 2009. 6 p. Disponível em: <www.observatoriodasmetrololes.ufjr.br>. Acesso em: 10/10/2010.

GANDARA, J.M. **La Calidad Y la competitividade de los destinos turísticos urbanos.** Observatório do Turismo. UFPR, 2005. 17 p. Disponível em <www.obsturpr.ufpr.br/artigos>. Acesso em: 20/04/2011.

GARCEZ, L.A.L. **Planejamento Urbano: síntese das doutrinas e teorias urbanísticas.** Curitiba, UFPR, 1992.

GOELDNER, C.R., RICHIE,J.R.B.,McINTOSH,R.W. **Turismo, Princípios, Práticas e Filosofias.** Trad. Roberto Cataldo Costa. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUARATUBA. **Plano Diretor de Guaratuba, Proposta Código e Leis Ordinárias.** Prefeitura Municipal de Guaratuba, 2004a.

GUARATUBA. **Plano de Intervenção na Orla marítima e Estuária de Guaratuba.** Prefeitura Municipal de Guaratuba, 2004b.

GUARATUBA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Diagnóstico .** Prefeitura Municipal de Guaratuba/ Conselho do Litoral, 2002.

GUATARRI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografia do desejo.** 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda.

HAESBAERT, R.C. **O mito da desterritorialização: “o fim dos territórios” à multiterritorialização.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia.** Trad. Urbano Zilles. 3ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

KNAFOU, R. **Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo**. IN: RODRIGUES, A. B. Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 62-74 p.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOMBARDO, M.A. **O uso de maquete como recurso didático em turismo**. IN: RODRIGUES, A. B. Turismo Desenvolvimento Local. (org.) São Paulo, 1997, p. 201 – 207.

LOPES, Rodrigo. **A Cidade Intencional**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LUFT, P.C. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000.

MARTINS, G.A. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDES, G.M, et al. **Gestão Pública para o Desenvolvimento: modelos integrados: estratégia de governo, estruturas voltadas para resultados e estabilidade fiscal**. Sergipe: Copyright: Mendes, 2005.

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. São Paulo: Abes, 1999.

MORAES, A.C.R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico**. IN: Para pensar uma política Nacional de Ordenamento Territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Ministério Nacional da Integração. Brasília, 2005.

MOREIRA, M. A. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (BRASIL). **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

OMT. **Apuntes de Metodología de la investigación en turismo**. 1ª ed. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2001.

OMT. **História do Turismo**. Disponível em: <<http://unwto.org>>. Acesso em: 11/01/2010.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PARANÁ. IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadeia Produtiva do Turismo no Paraná: estudo da região turística do Litoral**. Curitiba: IPARDES, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Estudo da Demanda Turística do Litoral – Pr 2000 - 2006**. Curitiba: SETU, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Curitiba: SETU, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Orientações Práticas às Instâncias de Governança do Turismo do Paraná**. Curitiba: SETU, 2009.

PEARCE, Douglas G. **Tourist Development**. 2nd ed. New York: Longman Scientific & Technical, c1989.

PEARCE, D. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens**. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003.

PETROCCHI, M. **Turismo, Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

_____. **Gestão de Pólos Turísticos**. São Paulo: Futura, 200.

REZENDE, D. CASTOR, B.V.J. **Planejamento Estratégico Municipal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RIBEIRO, R. M. **Planejamento Urbano, Espaços Públicos de Lazer e Turismo no Bairro Uberaba em Curitiba – Pr**. Curitiba, 2005. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

ROCHA, José Antônio M. R. **GPS: uma abordagem prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Catau, 2000.

RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROSSATO, A. **Uso do SIG como suporte ao planejamento turístico do município de Pinhal Grande – RS**. 150 f. Dissertação (Mestrado e Geomática) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,RS, 2004.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. 5. Ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SANTOS. M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 3ªed. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004

SANTOS, Rosely.F. **Planejamento Ambiental**. Teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SCHENINI, P.C., NASCIMENTO, D.T., CAMPOS, E.T. (Org.). **Planejamento, gestão e legislação territorial urbana: uma abordagem sustentável**. Florianópolis: FEPESE, Papa-livro, 2006.

SILVA, J.X. Z Aidan, R.T. **Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOARES, J.C., Gandara, J.M. **La Evolución de los Destinos Turísticos Litorales Consolidados y Estrategias para su Renovación: Un Análisis de Florianópolis – SC (BRASIL)**. IN:13º Congreso Internacional De Turismo Universidad Y Empresa Renovación De Destinos Turísticos Consolidados Innovación En Los Modelos De Gestión Local De Los Destinos Turísticos, 2010, Castellón, Espanha. Disponível em: <http://blogs.ua.es/renovetur/produccion-cientifica-del-equipo-investigador/> Acesso: 02/05/2011

TARLOMBANI DA SILVEIRA, M. A. **Turismo, Políticas Territoriais e Estratégias Recentes de Desenvolvimento Regional no Brasil. Uma Aproximação ao Tema**. IN: Revista Turismo e Desenvolvimento. Campinas: v.1, n.2. 2002a.

TARLOMBANI DA SILVEIRA, M. A. **Turismo, Políticas de ordenamento territorial e Desenvolvimento, um foco no Estado do Paraná no contexto regional**. São Paulo, 2002b. 277 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

TARLOMBANI DA SILVEIRA, M.A. **Planejamento territorial e dinâmica local**. IN: RODRIGUES, A. B. Turismo e Desenvolvimento Local. 5ª Ed. São Paulo: Papirus, 2000. p. 87-98.

TARLOMBANI DA SILVEIRA, M.A. **Infraestrutura de Transportes, Turismo e Desenvolvimento Territorial. Um foco na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná**. IN: FIRKOWSKI, O. (org.) **Transformações territoriais: experiências e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

TARLOMBANI DA SILVEIRA, M.A. CANEPARO, S. C. , PASSOS, E., MEDEIROS, M. J. **SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS: Uma metodologia na aplicação do Ordenamento Territorial do Turismo**. s/d, Não publicado.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: setor público e cenários geográficos**. vol. 3. Tradução: Esther Eva Horovitz. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2000.

THEIS, I. M. **Desenvolvimento e Território: Questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA, **Normas para Apresentação de Documentos Científicos**. Sistema de Bibliotecas. Curitiba: Ed. UFPR, 2007. 9 volumes.

VERA, F. [et al]. **Análisis territorial del turismo. Una nueva geografía del turismo.** Barcelona: Ariel, Col. Geografía. 1997.

YÁZIGI, E. Turismo : **Uma Esperança Incondicional.** 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 1999.

_____. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer.** São Paulo: Contexto, 2003. 358 p.

_____. CARLOS, A.F.A., CRUZ, R.C.A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 242 p.

_____. **Saudades do Futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo.** São Paulo: Plêiade, 2009.